

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 9 · Número 2 · Julho - Dezembro 2017

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação – SR1

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Elaine Ferreira Torres

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

Diretor

Domenico Mandarino

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

FACULDADE DE DIREITO

DIRETOR

RICARDO LODI

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Julho-Dezembro 2017 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2017.
v. ; il.
287p.

Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno – UNC

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey

Katarzyna Dembiczyk – CESLA

Lená Medeiros de Menezes – UERJ

Maria Luzia Landim – UESB

Mauricio Mota – UERJ

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO

Tânia Maria Carvalho Netto – UERJ

Tatyana de A. Maia – USS

Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues – USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov.Moscou

Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou

Adalberto Santana – UNAM

Irina Vershinina – Academia Financeira/Gov.Moscou

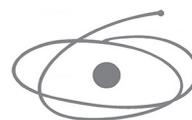
Hennque Shaw – UNC

Editoração Eletrônica:

Rogério Mota – UERJ

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



C A P E S

**Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de
auxílio financeiro da CAPES - Brasil.
Programa de Apoio a Projetos Institu-
cionais com a participação
de Recém-Doutores (PRODOC)



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2017-vol. 2, reúne artigos resultantes dos projetos e estudos dos grupos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores latino-americanista, nas Linhas de Pesquisa Sociedade e Cultura, Cultura Política, Economia e Relações Internacionais, Saúde e Educação, Cinema e História e História e Cosmvisão.

Esses textos visam à transdisciplinaridade e se destacam pelo pluriculturalismo que envolve as questões americanas, como a diversidade, os preconceitos, o racismo e os problemas de gênero.

A Resenha, de autoria do Professor Juliano Gonçalves da Silva, trata da obra de Leopoldo Zea *Discurso desde a marginalização e a barbárie*. A ideia central do livro, exposta pelos comentadores Roberto Bartholo, Maurício Delamaro e André da Paz.

O Dossiê de autoria da Professora Ximena Antonia Diaz Merino contempla a obra do Inca Garcilaso de la Veja, considerada uma das primeiras fontes escritas por um mestiço que enfrenta a história oficial da conquista. O Inca Garcilaso participou ativamente na construção e narração de sua própria história, acabando com a posição secundária e passiva que lhe conferiam os cronistas espanhóis.

Os textos publicados nesse número da Revista *Latinidade* revelam a inquietação dos autores com os problemas que envolvem o mundo contemporâneo e a procura de superação das crises que assolam as sociedades atuais.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T.Dantas
Organizadores

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se caracteriza pelos estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa Política e Cultura, Política e sociedade, Economia e Relações Internacionais, além de Saúde e Educação. Os estudos sobre cultura política atendem aos Grupos de trabalho/ GT do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas, do Laboratório de Estudos das Américas/LEPAS e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por pareceristas, professores da UERJ/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colaboradores de outras universidades do Estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da UFRJ/ Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNIRIO/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; UFSM/ Universidade Federal de Santa Maria, entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os pareceristas os professores Drs. Elias Marco Kalil Jabbour (UERJ), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Dejan Mihailovic (TEC/Monterrey), André Luis Toribio Dantas (UERJ/FAETEC) e Ximena Antonia Diaz Merino (UFRRJ).

No final dos artigos encontram-se as datas de recebimento e aprovação dos textos entregues para publicar.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Sumário

Apresentação 5

Linha Editorial 9

DOSSIÊ

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Obras Completas*. Tomo I, II, III 11

Ximena Antonia Díaz Merino

RESENHA

ZEА, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie seguido de A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente* 25

Juliano Gonçalves da Silva

ARTIGOS

Glocalización – desterritorialización del estado y fronteras internacionales 47

Dejan Mibailovic

A importância da raiz africana para a formação da identidade da mulher brasileira: a habilidade culinária como forma de sustento e liberdade 65

João Maia

Claudia Domingues

Processos de criminalização das identidades *trans* 89

Luis Felipe Dantas

Ana Carolina França

Clarissa Dutra

Iamara Peccin

La vía ecuatoriana. Transformaciones y desafíos de la Revolución Ciudadana 99

María del Carmen Villarreal Villamar

**O índio Guamán Poma de Ayala no limiar da transculturação:
perdas e aquisições 119**

Mariluci Guberman

**O direito à moradia digna na regularização fundiária da Lei Federal
nº 11.977/2009: o caso do auto de demarcação da Comunidade
da Rocinha 133**

Mauricio Jorge Pereira da Mota

Emerson Affonso da Costa Moura

A Pedra do Sol e a Cosmogonia Asteca 161

Michael Marques

Os dilemas da ética 175

Nilo do Vale

**Higienismo e imigração – fontes para investigação da história de
Leopoldina, na Zona da Mata Mineira, entre o final do século XIX
e as primeiras décadas do século XX 189**

Rodolfo Alves Pereira

**Reflexões sobre desigualdade e pobreza: tudo preto no branco sobre as
comunidades quilombolas brasileiras 217**

Sidimara Cristina de Souza

Roberta Rezende Oliveira

Assimetrias espaciais no centro varejista do Rio de Janeiro 255

Susana Mara Miranda Pacheco

DOSSIÊ

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Obras Completas*. Tomo I, II, III. Edición y Notas Carlos Aranibar. Lima: Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, 2015.

Profa. Dra. Ximena Antonia Díaz Merino – UFRRJ

Os primeiros textos literários coloniais de autoria indígena e mestiça foram publicados na América hispânica no século XVII. Primeiramente foi publicado o livro intitulado *Comentarios reales* (1609) escrito pelo mestiço peruano Inca Garcilaso de la Vega (1539-1616), e em 1615 foi publicada a *Nueva corónica y buen gobierno* de autoria do cronista indígena Felipe Guaman Poma de Ayala (1534-1615). Essas obras constituem parte importante do *corpus* literário colonial, pois se situam nas denominadas *zonas de contacto*, ou seja, nos “[...]espacios sociales en que culturas dispares se encuentran, chocan y se enfrentan, a menudo dentro de relaciones altamente asimétricas de dominación y subordinación, tales como el colonialismo, la esclavitud [...].” (PRATT, 2010, p. 31). De acordo com Mary Louise Pratt, as *zonas de contacto* constituem espaços sociais propícios para que as culturas originárias enunciem sua versão da história e construam sua identidade, pois

La zona de contacto desplaza el centro de gravedad y el punto de vista hacia el espacio y el tiempo del encuentro, al lugar y al momento en que individuos que estuvieron separados por la geografía y la historia ahora coexisten en un punto, el punto en que sus respectivas trayectorias se cruzan [...] los individuos que están en esta situación se constituyen en y a través de su relación mutua [...]. (PRATT, 2010, p. 34)

Os textos coloniais escritos por mestiços ou indígenas apresentam um relato oposto ao desenvolvido pelos cronistas europeus no que se refere à representação do indígena, e revelam uma versão pessoal e diferente da história desses povos. Conforme Pratt (2010, p. 35-36), as obras citadas podem ser consideradas textos ‘autoetnográficos’, posto que neles “[...] *los sujetos colonizados emprenden su propia representación de manera que se ‘comprometen’ con los términos del colonizador*”. Levando em consideração que nos textos etnográficos os europeus representam para eles mesmos aos outros, Pratt acrescenta que os textos autoetnográficos “[...] *son los [textos] que los otros construyen para responder a esas representaciones metropolitanas y para dialogar con ellas*.” Textos direcionados tanto aos leitores metropolitanos quanto aos leitores do próprio grupo social do escritor, que revelam “[...] *relatos da dominación imperial y de la resistencia vistos desde el lugar mismo en que ocurrían*.” Trata-se nas palavras de José Antonio Mazzotti (1996, p. 20) de textos que surgiram “[...] *como respuesta a diversas tendencias ideológicas manifestadas en las historias sobre el Nuevo Mundo en función de intereses propios de un sujeto colonial dominante*.”

Dentro desse contexto, a obra do Inca Garcilaso de la Vega pode ser considerada uma das primeiras fontes escritas por um mestiço que enfrenta a história oficial da conquista. O Inca Garcilaso participou ativamente na construção e narração de sua própria história, acabando com a posição secundária e pasiva que lhe conferiam os cronistas espanhóis. Para escrever *Comentarios reales*, o escritor mestiço se apoiou em fontes orais andinas, como, por exemplo, a voz de seu tio-avô materno, chamado pelo autor de Inca velho: “*Lo que yo digo lo oí al Inca viejo que contaba las antigüedades y fábulas de sus reyes en la presencia de mi madre*.” (*Comentarios reales*, 2015, p. 275). Nessa reconstrução da história do povo inca colaboraram, também outros indígenas, como o registrou o próprio Inca Garcilaso em *Comentarios reales*:

Porque luego que propuse escribir esta historia, escribí a los condiscípulos de escuela y gramática encargándoles que cada uno me ayudase con

la relación que pudiese haber de las particulares conquistas que los Incas hicieron de las provincias de sus madres, porque cada provincia tiene sus cuentas y nudos con sus historias anales y la tradición de ellas, y por esto retiene mejor lo que en ella pasó que lo que pasó en la ajena. Los condiscípulos, tomando de veras lo que les pedí, cada cual de ellos dio cuenta de mi intención a su madre y parientes, los cuales, sabiendo que un indio, hijo de su tierra, quería escribir los sucesos de ella, sacaron de sus archivos las relaciones que tenían de sus historias y me las enviaron, y así tuve la noticia de los hechos y conquistas de cada Inca, que es la misma que los historiadores españoles tuvieron, sino esto será mas larga, como lo advertiremos en muchas partes de ella. (*Comentarios reales*, 2015, p. 54)

Os *archivos* aos que faz referência o Inca Garcilaso são os quipus¹, documentos incaicos que contêm informações sobre a administração de seu povo. Dessa maneira, o Inca resignifica as fontes indígenas não alfabéticas diante da visão de mundo do espanhol. Portanto, as bases da obra do Inca estão ancoradas nos recursos orais proporcionados tanto pelos membros da família materna quanto por seus condiscípulos, assim como nos quipus.

Para a concretização de *Comentarios reales* o Inca Garcilaso utilizou diferentes estratégias retóricas com o objetivo de questionar as representações feitas sobre seu povo nas histórias oficiais, uma maneira de reescrever a história e propiciar um diálogo com os cronistas espanhóis, o que implicou uma “[...] *cierta apropiación de los idiomas del conquistador: la escritura alfabética, la lengua española, la forma literária llamada crónica, el dibujo de línea, el papel.*” (PRATT, 2010, p. 36), dessa maneira, ao se apropriar das estratégias do colonizador e de empregar táticas sutis para subverter o discurso colonial, o Inca

¹ Quipo (do quíchua cusquenho Quipo ou Khipu, “nó”) era um instrumento utilizado para comunicação, mas também como registro contábil e como registros mnemotécnicos entre os incas. Eram feitos da união *de* cordões que podem ser coloridos ou não, e poderia ter enfeites, como por exemplo ossos e penas, em que cada nó que se dava em cada cordão significava uma mensagem distinta.

Garcilaso, conseguiu reterritorializar o indígena que tinha sido privado não somente de sua terra e de seus direitos, senão também de sua própria história.

Considerando que as fontes incaicas utilizadas pelo Inca Garcilaso eram fundamentalmente orais Mazzotti destaca que na passagem dessa oralidade para a escrita ocorreu um “entrecruzamento discursivo” em que os processos de transculturação encontraram uma “[...] *materialización inicial en forma discursiva*” (MAZZOTTI, 1996, p. 324). O crítico acrescenta que o produto resultante desse entrecruzamento discursivo apresenta interferências que “[...] *es posible rastrear y describir en aquellos textos que tienen una fuente oral andina evidente, sirven para presentar la pauta de un producto verbal.*” (MAZZOTTI, 1996, p. 326) e, explica que esas interferências ocorrem nos diferentes níveis da linguagem da “escritura coral” pois nela “[...] *las voces narrativas se multiplican y superponen de manera que llega a hacerse por momentos muy difícil distinguir cuál es la fuente inmediata de determinados discursos al interior de la obra [...].*” (MAZZOTTI, 1996, p. 324).

Para explicar em que consiste a “escritura coral” Mazzotti destaca características da tradição discursiva *cuzqueña*. Começa lembrando que era costume dentro da tradição incaica que o inca que assumia o poder encomendara a cantores populares a composição da “[...] *historia de sus ancestros a fin de exaltar los méritos y hazañas de su grupo familiar y de los gobernantes anteriores vinculados a él.*” (MAZZOTTI, 1996, p. 31). Um sistema de registro histórico oral que serviu de base para a configuração de textos andinos escritos durante o período colonial, como, por exemplo, *Relación de la descendencia, gobierno y conquista de los incas*²[1542], escrito pelos historiadores indígenas oficiais ou *khipukamayuy* para o governador Vaca de Castro; *Suma y narración de los incas*³ [1548-1556] do explorador e cronista espanhol Juan Diez de Betáncos e *Instucción del Inca don Diego de Castro Titu Cusi Yupanqui al Licenciado*

² Também conhecido como *Relación... de los khipukamayuy* ao governador Vaca de Castro.

³ Considerada a primeira obra indigenista que narra a história das culturas andinas e o encontro com os espanhóis. A narração foi feita a partir do testemunho oral de anciãos andinos. Juan de Betáncos, casou-se com a esposa principal de Atahualpa.

don Lope García de Castro, escrito por Titu Cusi Yupanqui em 1570. Textos que apresentam “[...] *puntos de contacto entre el relato histórico cuzqueño que les sirvió de fuente y el español escrito en el que nos presentan, con todas las interpolaciones, adiciones y omisiones que ello implica*” (MAZZOTTI, 1996, p. 33).

Mazzotti destaca que na configuração dos três textos citados os autores podem ter utilizado como base de informação os ‘cantares históricos’ indígenas, assim como outros registros não necessariamente orais, originando um texto que resulta de “*dos sistemas (el cuzqueño y el peninsular) de narración histórica.*” (MAZZOTTI, 1996, p. 33). Uma escrita bicultural em que a oralidade indígena é transcrita em espanhol e não em quéchua, trata-se, portanto, de um discurso que oscila entre a tradição espanhola e a tradição *cuzqueña* que recebe o nome de *escritura coral*, denominação que deriva das fontes incas das que se origina. Dessa maneira, a *escritura coral* é concebida por Mazzotti (1996, p. 34) como um tipo específico de polifonia, como uma “*conversión de las voces del relato en discursos significativos propios y autónomos en tanto ideología y concepción de mundo [...] que [...] supondrá el rastreo de marcas verbales que provienen o imitan una tradición discursiva cortesana cuzqueña [...].*”

De acordo com o anterior, pode-se afirmar que em *Comentarios reales* o Inca Garcilaso desenvolveu uma obra bicultural que questionar a maneira inca de preservar *la memoria de las cosas pasadas*, como pode ser constatado no fragmento a seguir:

– Inca, tío, pues no hay escritura entre vosotros, que es lo que guarda la memoria de las cosas pasadas ¿qué noticias tenéis del origen y principio de nuestros Reyes? Porque allá los españoles y las otras naciones, sus comarcas, como tienen historias divinas y humanas, saben por ellas cuándo empezaron a reinar sus Reyes y los ajenos y al trocarse unos imperios en otros, hasta saber cuántos mil años ha que Dios creó el cielo y la tierra - que todo esto y mucho más saben por sus libros. Empero vosotros, que carecéis de

ellos, ¿qué memoria tenéis de vuestras antiguallas?, ¿quién fue el primero de nuestros incas?, ¿cómo se llamó? [...]. (*Comentarios reales*, 2015, p. 46).

A partir do questionamento apresentado podemos afirmar que o Inca desenvolveu de forma conscientemente um projeto retórico que objetivava outorgar ao discurso oral andino o mesmo valor do texto historiográfico europeu. Para alcançar tal objetivo o escritor mestiço utilizou diversas estratégias discursivas.

Homi K. Bhabha em *O local da cultura* (2013), apresenta estratégias utilizadas pelo sujeito colonial para contestar a história escrita pelos colonizadores. Na obra do Inca Garcilaso podem ser identificadas algumas das estratégias destacadas por Bhabha como, por exemplo, a “mímica ou apropriação” e a “civilidade dissimulada”. Para o crítico indiano a mímica seria o desejo do poder colonial de transformar o sujeito colonial numa entidade que incorpore suas próprias características, ainda que não totalmente, pois isso representaria a conquista e conversão total do povo dominado, reafirmando, dessa maneira, a imposição da cultura do colonizador na sociedade colonial. Conforme Bhabha (2013, p.146):

[...] a mímica colonial e o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente [...] A mímica e, assim, o signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regulação e disciplina que se “apropria” do Outro ao visualizar o poder.

Desse modo, a reprodução dos valores do poder colonial pressupõe uma ambivalência que transforma o sujeito colonial numa ameaça para o colonizador, pois, o Inca Garcilaso ao reproduzir a escrita europeia, com o intuito

de retificar as imagens negativas da cultura indígena, desenvolve um tipo de mímica subversiva, que segundo Lacan:

[...] revela [a mímica] algo na medida em que é distinta do que poderia ser chamado um si-mesmo que está por trás. O efeito da mímica é a camuflagem ... Não se trata de se harmonizar com o fundo, mas contra um fundo mosqueado, ser também mosqueado – exatamente como a técnica da camuflagem praticada na guerra dos homens. (LACAN apud BHABHA, 2013, p. 145)

Contudo, pode considerar-se que a utilização da linguagem do colonizador é a estratégia retórica mais importante empregada pelo Inca para restabelecer o indígena dentro do discurso histórico e, para falar da civilização inca. Dessa maneira, a língua espanhola junto à língua materna, o quéchuá, se transforma na ferramenta fundamental que garante o acesso ao passado andino. O Inca escreve em espanhol, mas também apresenta de forma detalhada as características de sua língua materna, como se pode observar na transcrição a seguir:

[...] Entre otros templos famosos que en el Perú había dedicados al sol [...] hubo uno en la isla llamada Titicaca, que quiere decir sierra de plomo; [...] hanse de pronunciar ambas sílabas *Caca* en lo interior de la garganta, porque pronunciadas como suenan las letras españolas quiere decir tío, hermano de madre. (*Comentarios reales*, 2015, p. 178)

Além de explicar os tempos gramaticais e o significado das palavras, dedica especial atenção à pronúncia das vogais, pondo dessa maneira o quéchuá em pé de igualdade com a língua escrita, pois em *Comentarios* “*como en ninguna obra de su género, está presente, como un hilo conductor de todo el discurso garcilasiano, la disquisición lingüística como parte inescapable de la argumentación*

histórica.” (CERRÓN-PALOMINO, 1995, p.192). Logo, ao dedicar todo um capítulo às regras linguísticas do quéchua, o Inca restabelece a importância que tinha esse idioma antes da chegada dos europeus, posto que, segundo o Inca era necessário apresentar as regras e explicações linguísticas porque os espanhóis tinham corrompido o quéchua:

Para atajar esta corrupción me sea lícito, porque soy indio, que en esta historia yo escriba como indio con las mismas letras que aquellas tales diccionnes se deben escribir; y no se les haga mal a los que las leyeren ver la novedad presente en contra de mal uso introducido [...] Y porque me conviene alegar muchas cosas de las que dicen los historiadores españoles para comprobar las que yo fuere diciendo, y porque las he de sacar a la letra con su corrupción como ellos las escriben, quiero advertir que no parezca que me contradigo escribiendo las letras, que he dicho, que no tiene aquel lenguaje, que no lo hago sino por sacar fielmente lo que el español escribe. (*Comentarios reales*, 2015, p. 17)

Cabe destacar o fato de que o Inca sente a obrigação de escrever sua história porque entende que não se pode aceitar nenhuma história como ‘história completa’ até que não se inclua a voz do ‘outro’. Dessa maneira a mímica ou apropriação, resulta uma estratégia retórica magistral para desafiar a autoridade tanto discursiva quanto política do poder colonial. Nas palavras de Bhabha (2013, p.150): “A *ameaça* da mímica e sua visão dupla que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade. É uma visão dupla que é o resultado do que descrevi como representação/reconhecimento parcial do objeto colonial.”

A dupla visão dos *Comentarios reales* está em que a história depende da oralidade. Ou seja, o arquivo fundamental de uma obra escrita em espanhol e na que se empregaram os recursos da tradição europeia, procede de uma cultura oral. No Prólogo à *Historia General del Perú* [1617], segunda parte de

Comentarios reales, o Inca compara a civilização inca à espanhola antiga, considerada uma civilização ‘bárbara’ pelos gregos e latinos:

De la suerte que antiguamente los griegos y romanos, por ser nata y flor del saber y poder, a las demás regiones en comparación suya llamaban bárbaras; entrando en esta cuenta la española, no por serlo de su natural, mas por faltarle lo artificial; pues luego con el Arte dio Naturaleza muestras heroicas de ingenio de letras [...]; ya levanta la cabeza entre sus émulas naciones [...] antes inculta, hoy por tu medio cultivada, y de bosque de gentilidad e idolatría, vuelta en paraíso de Cristo. (*Historia General del Perú*, 2015, p. 13)

Estratégia retórica que lhe permite comparar a evolução do império inca ao da Espanha, e afirmar, que há muito pouca diferença entre as duas civilizações, mas o propósito do Inca Garcilaso não é afirmar as semelhanças, senão criticar o poder colonial, e isso é feito quando narra de forma detalha a maneira de conquistar, as estruturas social e administrativa dos incas, assim como seu desenvolvimento científico, tecnológico e literário. Mas o Inca incorpora essas informações a seu relato de forma sutil, procedimento que reafirma a importância da mímica como uma estratégia para subverte o discurso hegemônico, posto que a mímica, nas palavras de Bhabha (2013, p. 153-154) é:

→

[...] o processo de *fixação* do indivíduo colonial como forma de saber transclassificador, discriminatório no interior de um discurso de interdição, e, portanto levanta obrigatoriamente a questão da legitimação das representações coloniais [...]. Sob o disfarce da camuflagem, a mímica como o fetiche, é um objeto parcial que radicalmente reavalia os saberes normativos da prioridade da raça, da escrita e da história, pois o fetiche imita as formas de autoridade ao mesmo tempo que as desautoriza.

Outra estratégia destacada por Bhabha é a ‘civildade dissimulada’, conceito a partir do qual discute como o nativo resiste à imposição de uma religião e de uma cultura estranha por parte do poder colonial. A denominada ‘civildade dissimulada’ é uma atividade que supõe a cooperação do nativo no processo de reforma do sujeito colonial para que aceite e atue de acordo com os códigos do sistema metropolitano. Processo discursivo que pode ser observado ao longo da conquista e colonização da América, quando o poder imperial exigia que tanto os conquistadores quanto os cronistas relatassen todo o que acontecia no Novo Mundo. Para alcançar tais objetivos os cronistas solicitavam a colaboração do indígena. Fato conhecido é o do missionário franciscano Bernardino de Sahagún (1499-1590) que recorreu às informações proporcionadas pelos indígenas quando escreveu *La Historia General de las cosas de Nueva España* (1540- 1585). O libro se configura a partir dos registros de conversações e entrevistas realizadas a indígenas de Tlatelolco, Texcoco e Tenochtitlán.

Mas, o propósito de Sahagún não era dar voz aos indígenas, e sim dar a conhecer entre seus colegas missionários aspectos da cultura e da história indígena, informações que serviriam como ferramentas evangelizadoras, por meio das quais compreenderiam o pensamento indígena, possibilitando assim, a persuasão de um maior número de adeptos:

[...] puesto que los predicadores y confesores médicos son de las almas, para curar las enfermedades espirituales conviene que tengan experiencia de las medicinas y de las enfermedades espirituales: el predicador, de los vicios de la religión [mesoamericana] para enderezar contra ellos su doctrina, y el confesor para saber preguntar lo que conviene, y saber entender lo que dijeron tocante a su oficio. Para predicar contra esas cosas, y aun para saber si las hay, es menester saber cómo las usaban [los indigenas] en tiempo de su idolatria. (SAHAGÚN, 1946, p.9)

Contudo, como bem registra Bhabha o sujeito colonial atúa com “civilidad disimulada” ao envés de colaborar:

A incerteza gerada por aquela resistência transforma a própria demanda narrativa. O que era falado dentro das ordens da civilidade agora acede ao significante colonial. A questão não é mais “Conte tudo exatamente como se passou” de Derrida. Do ponto de vista do colonizador, apaixonado pela posse ilimitada, despovoada, o problema da verdade se transforma na difícil questão política e psíquica de limite e território: *Digam-nos por que vocês, os nativos, estão aí.* (BHABHA, 2013, p. 166)

Quando o Inca Garcilaso narra sua versão da história passa a impressão de que está colaborando com o poder colonial, mas o que realmente faz é subverter o projeto de subordinação do povo autoctone. Trata-se da prática da civilidade dissimulada destacada por Bhabha, em que por trás dessa civilidad disimulada se esconde outro objetivo: o de apresentar a sua versão da história, como o próprio Garcilaso o registra no Proemio ao Lector:

Aunque ha habido españoles curiosos que han escrito las repúblicas del Nuevo Mundo [...] Por lo cual, forzado del amor natural a la patria me ofrecí al trabajo de escribir estos Comentarios [...] En el discurso de la historia protestamos la verdad de ella, no diremos cosa grande, que no sea autorizándola con los mismos historiadores españoles que la tocaron en parte o en todo: *que mi intención no es contradecirles, sino servirles de comento y glosa*, de intérprete en muchos vocablos indios, que como extranjeros en aquella lengua interpretaron fuera de la propiedad de ella. (*Comentarios reales*, 2015, p. 16)

Dessa maneira, contradiz de forma sutil as palavras de cronistas e historiadores sobre os indígenas, sua cultura e sua civilização. Pode-se destacar também a representação apresentada pelo escritor sobre como os Incas realizaram a conquista dos povos andinos, uma crítica implícita à conquista e ao processo de colonização dos espanhóis. Mas, em lugar de criticar abertamente o caráter violento da conquista espanhola, o Inca só descreve a maneira em que o poder imperial incaico conquistava e colonizava a outros povos, destacando dessa maneira a brutalidade da invasão europeia:

El Inca Manco Capac, yendo poblando juntamente con enseñar a cultivar la tierra a sus vasallos y labrar las casas, y sacar acequias y hacer las demás cosas necesarias para la vida humana, les iba instruyendo en la urbanidad, compañía y hermandad, que unos a otros se habían de hacer, conforme a lo que la razón y ley natural les enseñaba, persuadiéndoles con mucha eficacia, que para que entre ellos hubiese perpetua paz y concordia y no naciesen enojos y pasiones, hiciesen con todos lo que quisieran que todos hicieran con ellos; porque no se permitía querer una ley para sí y otra para los otros. (*Comentarios reales*, 2015, p. 57)

Outro dos recursos retóricos utilizados pelo Inca Garcilaso é o da ‘falsa modéstia’, pois ao se referir a sua obra como “*mi pobre historia*” (*Comentarios reales*, 2015, p. 125) ou se autodefinir como ‘*pobre indio*’, imita o desprezo dos cronistas e historiadores do discurso hegemônico. O crítico peruano Alberto Escobar (1960, p. XVI) considera a prosa do Inca: “[...] *sencilla, harmoniosa, equilibrada. Como si en ella se sellara el futuro destino de la literatura peruana: hacer del español el instrumento hábil para comunicar las pasiones y esperanzas de un pueblo mestizo.*”

O Inca consciente de que o poder imperial reprimiria qualquer indígena que quisesse apresentar a sua versão da história, destaca a todo momento que ele escrevia como índio:

Los españoles añaden estas letras en perjuicio y corrupción del lenguaje, y, como los índios no las tienen, comúnmente pronuncian mal las dicciones españolas que las tienen. Para atajar esta corrupción me sea lícito, pues soy indio, que en esta historia yo escriba como indio con las mismas letras que aquellas tales dicciones se deben escribir. (*Comentarios reales*, 2015, p. 17)

E que sua obra era una ‘pobre historia’: “*Esto puse aquí por enriquecer mi pobre historia. Porque, cierto, sin lisonja alguna, se puede decir que todo lo que el Padre Blas Valera tenía escrito eran perlas y piedras preciosas: no mereció mi tierra verse adornada de ellas.*” (*Comentarios reales*, 2015, p. 125)

Se conclui, então, que em *Comentarios reales* o indígena adquire uma dimensão histórica como sujeito ativo, negando a posição secundária e passiva que lhe conferiam os cronistas espanhóis. O Inca acude às fontes orais andinas para escrever sua história e recuperar a memória de seu povo.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

CERRÓN PALOMINO, Rodolfo. «Los fragmentos de gramática quechua del Inca Garcilaso», París: *Amerindia* 19-20 (1995). 191-202.

ESCOBAR, Alberto *La narración en Perú*. Estudio preliminar y antología y notas. Lima: Librería Editorial Juan Mejía Baca, 1960.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Obras Completas*. Tomo I, II, III. Edición y Notas Carlos Aranibar. Lima: Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, 2015.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales*. Tomo II. In: *Obras Completas*. Edición y Notas Carlos Aranibar. Lima: Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, 2015.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Historia General del Perú*. Tomo III. In: *Obras Completas*. Edición y Notas Carlos Aranibar. Lima: Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú, 2015.

LIENHARD, Martín. *La voz y su huella. Escritura y conflicto étnico-cultural en América Latina (1492-1988)*. Tercera edición, revisada y aumentada. Lima: Editorial Horizonte, 1992.

MAZZOTTI, José Antonio. *Coros mestizos del Inca Garcilaso de la Vega: resonancias andinas*. México: Bolsa de Valores de Lima, F.C.E, 1996.

PRATT, Mary Louise. *Ojos Imperiales: Literatura de viajes y transculturación*. Trad. Ofelia Castillo. México: FCE, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York Vintage Book Editions: 1994.

— «América y el arte de la memoria». *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. 21-41. (1995): 135-148.

SAHAGÚN, Bernardino: *Historia general de las cosas de la Nueva España*. 1946. Primera parte, p. 9. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Historia_general_de_las_cosas_de_Nueva_Espa%C3%B1a>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

Recebido em: Setembro / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

RESENHA

Professor Juliano Gonçalves da Silva – Doutorando PPGH/UERJ

ZEA, LEOPOLDO. *Discurso desde a marginalização e a barbárie* seguido de *A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Desde a Civilização e a barbárie

Leopoldo Zea era amigo de Darcy Ribeiro desde 1982 durante a criação da SOLAR¹, que o chamava de ibero-afro-americano. Ele teve entre seus mestres vários transterrados², nesta época com 24 anos, participava de atos de apoio à República Espanhola. Quem lhe influencia mais intelectualmente é José Gaos, Zea se torna o primeiro bolsista da Casa de Espanã, futuro Colégio do México. Sob a orientação dele obtém o título de mestre em 1943 e de doutor em 1944. O conjunto destes estudos foi editado sendo reconhecidos como obra clássica. Teve ainda sua obra “El positivismo em México, nacimiento, apogeo y decadencia” premiada.

A ideia central do livro exposta pelos comentadores Roberto Bartholo, Maurício Delamaro e André da Paz (2005) na apresentação do livro e que eles denominam de “projeto discursivo e filosofia sem mais” é a da “formação, em decorrência da expansão europeia, de um mundo onde estão inseridos todos os seres humanos do planeta, mas que dá a alguns o lugar de centro e a outros o lugar de periferia, que entre eles estabelece relações assimétricas de poder e dependência” (ZEA, 2005, pg. 25). Para eles ainda os povos da periferia buscariam na filosofia ocidental que os alijou elementos para que deixem de ser alijados, mas “agora não são mais os humanos por excelência que falam da humanidade dos supostos sub-homens:

¹ Sociedad Latino-americana de Estudios sobre América Latina y el Caribe.

² Um grupo de intelectuais espanhóis exilados durante a Guerra Civil Espanhola e abrigados no México na Casa de Espanã.

a sub-humanidade se apropriou do *logos*". Em sua obra mais difundida "Discurso desde a marginalização e a barbárie seguido de A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente" os comentadores citados sobre ela afirmam ser "sobretudo uma apologia da alteridade" (ZEA, 2005, pg. 29). Como pode o bárbaro discursar, irá se pergunta Zea já que para ele "bárbaro era então aquele que não tinha acesso à verdade e a palavra capaz de expressá-la". No Império Romano, bárbaro designa "povos exteriores ao campo de vigência do Direito"; Cristianismo: bárbaro passa a designar povos não cristãos. Ressalta que "o conceito sofrerá metamorfoses com a emergência dos três novos grandes centros imperiais (Britânica, Ibéria e Rússia), mantendo a dicotomia de uma determinação negativa do outro, do estrangeiro. Com a expansão capitalista planetária, a relação dicotômica civilização/barbárie ganhará novas polaridades como burguesia/proletariado, cidade/campo, império/colônia, desenvolvimento/subdesenvolvimento". Na dicotomia entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é atualizada a diferenciação entre civilização/barbárie, que nega ao outro a possibilidade de um verdadeiro discurso. O bárbaro pode assimilar o *logos* do seu dominador, mas jamais alcançará sua fluência. Esse *logos* não lhe é próprio. "Na confrontação com seu dominador e no empenho e luta por afirmação de sua existência, o bárbaro tem que fazer uso do *logos* do dominador". A primeira possibilidade de um "discurso libertador" e "autêntico do dominado" é xingar e amaldiçoar o dominador em seu próprio idioma. O ato do dominado de se apropriar do *logos* dominador seria para Zea (2005, pg. 30-31) a referência fundamental para o pensamento latino americano confrontado com a situação de dependência característica de sua realidade. "Não negarmos nosso passado, mas sim transformá-lo criticamente em ferramenta para o presente e o futuro desejados", seriam processos que estão presentes na mensagem de Zea. A epígrafe de seu livro é uma citação da obra de Heródoto. Nela esta escrita que "*Esta história é para que os feitos dos homens não se percam com o tempo e nem que as grandes e admiráveis obras dos helenos e dos bárbaros fiquem sem glória*" (ZEA, 2005, pg. 39). Com ela

já pontua a sua ideia de homem frente aos bárbaros, mostrando que o próprio Heródoto de modo contrário à visão de gregos e romanos já destacava a importância dos bárbaros para a humanidade. Ele vai de alguma maneira seguir esta trilha na sua obra.

Discorrendo sobre a barbárie na história ele faz menção à definição do significado de bárbaro. Bárbaro, seria uma palavra onomatopaica que o latim traduz como *balbus*, isto é, o que balbucia, tartamudeia: *Bar-ba...* Entretanto o que se balbucia não é a própria linguagem do bárbaro, que o grego não entende, mas a mesma linguagem do grego. Sob este aspecto bárbaro é aquele que fala mal o grego, que balbucia ou tartamudeia. *Balbus*, em latim, é o “balbuciente, tartamudo, torpe de língua, quem não pronuncia clara e distintamente.” Para o grego, bárbaro é o homem rude, o não-grego, o estrangeiro (ZEA, 2005, pg. 57). Bárbaro dirá ele, também será “sinônimo de selvagem, inculto”, o “não cultivado em conformidade com o que parece o modo de ser do homem mesmo por excelência, o grego”. O “*logos* grego”, “será um *logos* predominante e, portanto dominante e qualquer outro *logos*, fala ou expressão, terá de se justificar ante o *logos* por excelência” (ZEA, 2005, pg. 58). O *logos* teria dois significados: “o de razão e o de palavra”. “A definição, como função do *logos* que da razão às coisas, surge do que os gregos designarão como a *teoria*, relacionada com a ação de ver”. Domingo Faustino Sarmiento³ dirá séculos depois, “civilização ou barbárie!” como opção inevitável a povos como os latino-americanos. *Logos* é

a razão que esclarece e define o que se conhece e a palavra é a possibilidade de expressar este conhecimento a outros. Só que é uma palavra incapaz de dialogar, isto é, incapaz de relacionar a verdade alcançada com as outras

³ Nascido em 15 de fevereiro de 1811, em El Carrascal, um dos bairros mais pobres da cidade de San Juan, os primeiros “maestros” de Domingo foram seu pai José Clemente Sarmiento e seu tio José Manuel Eufrazio Quiroga Sarmiento, que lhe ensinaram a ler aos quatro anos. Foi um político, escritor, docente, jornalista, militar e estadista argentino; Governador da Província de San Juan entre 1862 e 1864, Presidente argentino

verdades, é somente *logos*, não diálogo. As outras verdades serão vistas como simples opiniões, *doxa*, que terão de se justificar frente ao *logos* que sabe e diz o que é (ZEA, 2005, pg. 60).

A verdade *alétheia*, é descobrimento, retira “os véus que ocultam a verdade, com o *logos* como razão”, mostrando “o que é de forma tal que não pode ser outra coisa”. Assim, “os outros, os que não possuem aquele *logos* com sua dupla acepção, não devem discutir o expresso porque o expresso é a verdade por excelência, que o não-grego só pode repetir gaguejante e limitado em sua linguagem e visão”. “O bárbaro não pode se expressar e se fazer entender desde a sua própria linguagem” e “expressando-se” desde a linguagem de quem se considera homem por excelência reitera a existência de um discurso autêntico, “o do grego ontem e de seus herdeiros até os nossos dias” (ZEA, 2005, pg. 57-61).

Resumindo, a ideia dos gregos sobre os bárbaros, enquanto seres limitados de raciocínio e vontade estará presente na conquista e colonização da América a partir do século XVI. É a concepção aristotélica, que implica que um é possuidor de razão e os outros não... “Bárbaro um, selvagem o outro; mas um e o mesmo, o bárbaro e o selvagem, o que balbucia uma linguagem que não é a própria e o que possui uma cultura, um modo de ser, natural e cultural que não é o do homem europeu-ocidental” (ZEA, 2005, pg. 64). “A marginalização e a barbárie se efetivam”, “desde um centro de poder que qualifica a partir de sua própria situação e linguagem”. Assim fora da Grécia estava a barbárie, os povos que se expressavam e viviam de formas diferentes da grega. Até Alexandre Magno da Macedônia mudar isso, o que o fará levar o Império Grego ao seu apogeu, criando um *logos* imperial, que se amplia, convivendo e deixando de ser um “instrumento

entre 1868 e 1874, Senador Nacional por sua Província entre 1874 e 1879 e Ministro do Interior da Argentina em 1879. Construiu uma ampla reflexão literária, e nela uma que foi considerada a sua principal obra é *Facundo o Civilización y Barbarie*, em 1845.

defensivo” absorvendo os outros povos, sem se deixar absorver por eles. Alexandre forçou seus generais, dando ele mesmo exemplo, a casarem-se com mulheres persas. Ninguém como Alexandre “pode ver que esses bárbaros não são na realidade bestas ou plantas, mas que também são homens, com suas necessidades, seus talentos e suas virtudes e que seu modo de ser e de viver contém também elementos mais saudáveis, alguns dos quais já foram percebidos por aqueles que os depreciavam como bárbaros” (ZEA, 2005, pg.66- 69). Zea estabelece a ligação com Roma colocando que ela herdará essa concepção. Assimilando a cultura dos povos conquistados e permitindo que estes assimilem a cultura romana, criando os lineamentos legais desta ordem. O *logos* deixa seu lugar à lei, ao direito. A cidadania que Roma concede aos homens dos povos por ela colonizados elimina o qualificativo de bárbaro, o latim é visto como “o instrumento para o diálogo que têm que manter uns povos como outros e Roma seu centro”. Os deuses dos múltiplos povos do império passam a formar parte do Panteão romano. Somente o Deus dos cristãos, é negado e seus seguidores são perseguidos; e o são pelo que têm de excludentes. Thomas Morus, na sua *Utopia*, rechaçará igualmente de sua cidade, por excludentes, as ideias de um padre católico que condenava todo não-católico ao inferno por não aceitar a palavra, “o *logos*, de um Deus único e exclusivo” (ZEA, 2005, pg. 71). A religião considerada excludente de outras religiões, o catolicismo, forma nova de *logos* que inclui dentro de seu excludente seio e que dá unidade aos que acreditam na palavra, no verbo, que agora é promessa; mas religião que exclui os pagãos e o seu mundo. O rei franco Carlos Magno, funda um Império novo sobre os restos da parte ocidental do velho império romano e o expande sobre outros bárbaros, saxões e alemães, que tem de “aceitar o *logos* novo, ou a palavra cristã”. “O Império carolíngio será o eixo e âmbito do que, no futuro, será a Europa ocidental: França, os Países Baixos, Alemanha e a mesma Itália” (ZEA, 2005, pg.76-78).

Na visão de Zea no século XVI, surgem três grandes impérios que se encontrarão na America: espanhol (desde o Caribe até a America do sul),

russo (a partir do Alasca para baixo) e britânico encarnado nos EUA (ZEA, 2005, pg. 86). Tanto a Espanha como a América, a qual se originou com a conquista, propõe-se um problema semelhante, o de afirmar a própria e peculiar identidade, e a partir desta afirmação participar nas tarefas próprias aos homens e aos povos sem discriminação nem subordinação (ZEA, 2005, pg. 113). Zea mostra que os povos eslavos que viviam na Rússia se diferenciaram neste processo, por terem uma identidade própria e peculiar foram subjulgados, tendo desenvolvido um espírito de ordem imposto pelos germanos e normandos. Esta identidade peculiar russa viria do aprendizado com outros povos. Esta marca russa “distinta da dos outros povos com os quais se encontrou, e, por isso sempre bárbara, balbuciante de uma linguagem e de uma cultura que terá de adaptar à sua própria e iniludível identidade” (ZEA, 2005, pg. 149). Quando fala sobre a Espanha Zea relata a classificação de três tipos de homens no continente europeu “diferentes entre si por seu aspecto físico e por suas qualidades espirituais, o *homo europeus* (o tipo superior), o *alpinus* e o *mediterraneus* (dos três o inferior)” colocando o povo espanhol dentro de uma inferioridade. Se pergunta se o *homo mediterraneus* é capaz de ascender à escala de *homo europeus*, isto é, “se existe a possibilidade de dotar o espanhol de uma cabeça nova” (ZEA, 2005, pg. 154). Por outro lado ele exalta que este povo teria como próprio o fato de ter um coração (emotividade em oposição ao logos?).

Comentando novamente sobre Sarmiento Zea diz que propõe no *Facundo* a dicotomia para esta América: civilização ou barbárie? Barbárie seria, para Sarmiento, todo o recebido, o herdado da colonização espanhola. “Somos europeus? Tantas caras cor de cobre desmente-nos! Somos indígenas? Sorrisos de desdém de nossas loiras damas dão-nos talvez a única resposta. Mistos? Ninguém quer sê-lo, e há milhares que nem americanos nem argentinos gostariam de ser denominados. Somos nação? Nação sem

amálgama de materiais acumulados, sem ajuste de cimentos?” (ZEA apud SARMIENTO, 2005, pg. 157-158).

Ainda para Sarmiento, citado por Zea (2005, pg. 160) a Espanha

empenhou-se em manter na Europa uma religião que já tinha sido transformada; e, na América, pretendeu isolar de todo o contágio o mundo por ela conquistado. Em nome desta mesma religião, defendida com o fogo pela Inquisição, amalgamou o inferior com o inferior. Misturou raças de limitado desenvolvimento, unindo seu desenvolvimento ao que já lhe era próprio. Mistura-se com raças de povos “mais contrários a ela, menos aptos para a civilização e assimilação europeia.

Teria então agregado, por misericórdia para ela, a de outros povos também difíceis de incorporar à civilização, os da África Negra. Às suas limitações misturou as limitações de outros povos. Sarmiento (apud ZEA, 2005, pg. 160) afirma que “o que produziria uma mistura de espanhóis puros pelo elemento europeu, com uma forte aspensão de raça negra, diluído o todo com uma enorme massa de indígenas, homens pré-históricos de curta inteligência, e quase os três elementos sem prática de liberdades políticas que constituem o governo moderno.”

Raças que, misturadas, não formaram um todo homogêneo, como haviam formado na Europa as diversas raças que nela se encontraram. A raça europeia foi aqui absorvida, aproximando mais os filhos de europeus, negros, mestiços e indígenas entre si do que com sua raiz europeia. A raça europeia na Península e na América se prostitui e se corrompeu, sob as limitações que lhe impôs a Inquisição, que a Espanha criou para defender uma verdade que considerava indiscutível. A Inquisição, como

instituição política e intelectual, “matou a Espanha e suas colônias” (ZEA apud SARMIENTO, 2005, pg. 161).

Conforme esta política na visão de Sarmiento, “a inteligência do povo espanhol foi atrofiada por uma espécie de mutilação, com cautério e fogo”, e como mostra o estudo de anatomia, um órgão “*atrofia-se* por prolongada falta de uso”. O parisiense teria o cérebro maior que o do século XII. O do espanhol não teria aumentado mais que no século XIV, antes de começar a Inquisição. O povo americano de origem europeia, em geral, o teria mais reduzido ainda que os espanhóis peninsulares devido a mistura com raças que “conhecidamente o possuem menores que as raças europeias”. Os índios não pensariam porque não estariam preparados para isto, e os brancos espanhóis haviam perdido o hábito de exercitar o cérebro “Somos índios ou somos espanhóis? Deixamos de sê-lo para chamar-nos de americanos?” – esta seria a insistente pergunta de Sarmiento, como foi a de Bolívar e de muitos homens da América. A mestiçagem, “originou um conjunto de povos plenos de contradições; povos lutando entre si, incapazes por isso de participar na marcha para a civilização que tinha sua origem nas raças mais uniformes, em ações com segurança plena de seu destino” (ZEA apud SARMIENTO, 2005, pg. 161). Através da referência a Sarmiento, vemos que Zea mostra a concepção que está presente no seu pensamento enquanto representante da intelectualidade argentina que teve papel relevante na construção da identidade nacional do país, ao qual contrapõe severas críticas.

Continuando a referência a Sarmiento, Zea identifica que para este, os “males da mestiçagem” também estariam presentes na Espanha que padeceria do mesmo mal. Zea coloca os espanhóis como homens cumpridores de ordens, da Igreja e da Coroa, quando estas se enfraquecem o seu Império se desmorona. Comparando a colonização espanhola com a dos ingleses e sua empreitada, onde contrariamente à íbera, o que prevalece é uma

“empresa de indivíduos”. Seria esta “vontade individual” dos ingleses que orientaria seus governos e seus interesses. Para Sarmiento teria ocorrido um erro de mestiçagem feito pela Espanha nas suas colônias. Contrapondo-se a Sarmiento, Zea se questiona se a Europa não seria fruto de uma grande e extraordinária mestiçagem (ZEA apud SARMIENTO, 2005, PG. 162). Para Sarmiento, trata-se de dois tipos de mestiçagem, um entre raças de muitas formas afins, e outro entre raças que se rechaçam entre si. Referindo-se à mestiçagem na América íbera entre brancos, índios e africanos, diz: “Estas raças de cores diferentes não formam, no entanto, um todo homogêneo, como o formaram entre si os galegos e os romanos, saxões e normandos, germanos e lombardos, godos etc., e ainda árabes e sarracenos, que finalmente todos são variedades de uma única e mesma raça, a caucásica” (SARMIENTO apud ZEA, 2005, pg. 163).

Roma pôde unir raças afins, o Império espanhol não podia unir, mas simplesmente dominar raças estranhas entre si. Os bárbaros na América não podem ter acesso à civilização como fizeram os bárbaros no velho continente. Eles, mais do que bárbaros, seriam indivíduos selvagens naturalmente diferentes, que independentemente do que fizerem, como diria Próspero a Caliban⁴, nada poderiam conseguir por ser parte de algo que por sua própria “natureza” é estranho a sua constituição étnica. Outros os verão como flora e fauna. Essas raças eram parte da natureza que somente poderiam ser postas a serviço do homem por excelência. “Esses outros indivíduos, de cuja humanidade duvidavam até mesmo os espanhóis, dúvida manifestada na polêmica entre Ginés de Sepúlveda e Las Casas, não podiam ser vistos senão como a flora e a fauna do território conquistado, e ser tratados como tais” (ZEA, 2005, pg. 163). Desse modo a própria barbárie estaria hierarquizada entre aqueles dos países europeus e não europeus. Os primeiros ocupariam um lugar mais proeminente na escala da hierarquia esta-

⁴ Lembro que a existência e referência destes dois personagens se deve à obra de Shakespeare, “A Tempestade”, sendo Caliban o bárbaro e Próspero o colonizador.

belecida. Os últimos estariam mais próximos da natureza (o selvagem). A ideia de uma raça pura que se contrapõe à mestiça está presente.

Sarmiento louvaria o espírito da colonização saxã na América, sua marcha rumo ao progresso e a civilização. Para ele o anglo-saxão estaria isento de toda mistura com raças inferiores, conservando suas tradições políticas, sem se degradar com a “adoção de raças com inaptidões para o governo, que são orgânicas no homem pré-histórico” Eles na sua constituição social, não admitiam raças indígenas, nem como sócios, nem servos. Já a colonização espanhola teria feito monopólio de sua própria raça, que não saiu da Idade Média ao mudar-se à América, absorvendo em seu sangue uma raça pré-histórica servil. O que fazer para Sarmiento: “Purificação de sangue e purificação de cérebro. Imigração e educação. Sejamos os Estados Unidos da América do Sul!” (ZEA apud SARMIENTO, 2005, pg. 164). Aqui fica claro a ideia de civilização e progresso presente na colonização saxã na América, aquela que seria a “civilização” por excelência, a anglo-saxã estenderia a sua ajuda aos povos não civilizados. Temos portanto presente no pensamento do Sarmiento a ideia de evolução, a hierarquia negadora da diferença, que classifica cada grupo humano de acordo com sua etapa evolutiva, A biologização e essencialização da diferença, através do progresso e desenvolvimento levaria através da purificação da raça à “civilização” e “humanidade”.

Para Bertlhold Zilly (2001) “Facundo” de Sarmiento pode ter sido o modelo para “Os sertões” de Euclides, pois mostram muitas semelhanças principalmente na dicotomia que apresentam como chave interpretativa. Se sobressai nesse aspecto o fato de que ambos os livros começam com a análise da terra em pesquisas “mesológicas”, históricas e sociológicas, passando para o homem destas terras como uma “plebe-rural” semi selvagem. Na sua visão ainda o gaúcho será passível de ser superado para Sarmiento buscando o patamar civilizacional europeu e o sertanejo que para Euclides poderia fundar uma nova raça. Zilly passa a ideia de que os dois romances

irão se centrar na análise de uma “guerra civil entre as forças do atraso e do progresso” (ZILLY, 2001, pg. 278). Entre os adeptos da civilização que terão a vitória, estão os narradores que contam a história encenada e a morte dos heróis no final. O confronto que se dá no Brasil entre o atraso do sertão/interior e das forças da civilização vindas do litoral cabe ressaltar a esclarecedora nota que Zilly nos traz é de que

em muitos países de colonização espanhola, devido a predominância da mineração como principal fonte de riqueza e da exportação, os centros irradiadores da civilização se estabeleceram no interior: Cidade do México, Bogotá, Quito, Cuzco, Santiago do Chile, Córdoba, o que ocorreu no Brasil tardia e reduzidamente em Minas Gerais a partir do século XVIII e no século XX em Brasília. Por isso, na América hispânica, a dicotomia civilização-barbárie não corresponde necessariamente àquela entre litoral-interior (ZILLY, 2001, pg. 295).

Em outro artigo anterior Zilly deixa muito claro que esta diferença no Brasil se deu, a partir do conflito entre o interior “selvagem/atrasado” e o litoral europeicamente “civilizado” na campanha de Canudos e sua importância para a construção da identidade nacional brasileira, dando a entender que o sertanejo era no fundo o brasileiro por excelência (ZILLY, 1999). Analisa ainda os estilos próprios de cada um dos autores e os públicos destinados, reiterando que ambos produziram epopeias, que eles queriam escrever para serem traduzidas e que Euclides tem uma retórica muito mais sofisticada e metódica (talvez em função de sua instrução acadêmica) que Sarmiento não teve. Zilly traz uma análise sobre a “poesia” do espaço incivilizado, onde situa a guerra como sendo um dos elos principais da dicotomia civilização e barbárie e também da sua “filmicidade”. Dentro da guerra a barbárie sobrevive na civilização, “já que um exército sem traços bárbaros seria condenado a derrota, e até a guerra mais civilizada nunca deixaria

de ser profundamente bárbara, não havendo guerra sem crime de guerra” (ZILLY, 2001, pg. 284). Traz ainda a necessidade de contato com as sociedades e manifestações culturais pré-modernas, “incivilizadas” que as culturas letradas teriam que ter para se reciclarem. “O choque entre dois mundos e dois graus de civilização” é tematizado pelas duas obras e esta visão trágica das “personificações da barbárie” por ambos apresentadas, implicitamente em Sarmiento e explicitamente em Euclides. Euclides é bem mais cético com o progresso e a civilização, equivaleria a “elevar, dignificar, transfigurar os heróis vencido, condenados pelo discurso ilustrado dos mesmos autores e constitui uma crítica implícita à civilização” (ZILLY, 2001, pg. 286).

Nota-se também que nas duas obras está presente “um projeto historiográfico ambicioso, visando a um retrato abrangente, cientificamente fundamentado, da natureza e da sociedade de uma região periférica” e de todo um “país em formação”. Em ambos os casos esse “remoto espaço rural e semi-selvagem estava ou parecia em descompasso com a missão civilizatória do país”, rebelando-se contra ela. O grande tema subjacente seria o da construção de um Estado nacional moderno, onde o “interior pode ser incivilizado, mas ele é típico e autêntico, mais nacional do que as cidades e o litoral, que são civilizadas, porém demasiado internacionalizadas”. Ambos realizam esta incorporação do desconhecido e inculto interior e se tornam epopeias reconhecidas com “bíblias” culturais e políticas, pois realizam a “transformação do passado da nação em memória esteticamente elaborada” tornando-se lugares de memória em seus países (ZILLY, 2001: 287). Os autores valorizam as populações mestiças, sentem que “o rude conterrâneo interiorano é um tipo condenado a extinção”, destino até desejável para Sarmiento. Mas mesmo ele, frisa Zilly coloca no seu romance o subtítulo, o “y” entre civilização e barbárie, sugerindo ainda “que não se trata de substituir simplesmente a barbárie pela civilização, mas de valorizar e fundir as duas, pelo menos no plano simbólico, criando uma cultura” e uma “sociedade nova” (ZILLY, 2001, pg. 288). Para Euclides o sertanejo seria “uma rocha viva”, sobre a qual se poderia construir uma nação, já que

diferentemente de Sarmiento e da Argentina em função da predominância da população de origem europeia, conceber o Brasil puramente branco e europeu é uma ideia impensável (ZILLY, 2001, pg. 289).

Zilly estabelece a existência de uma dialética da civilização, que operará a barbárie como um empecilho ao progresso e que terá que lidar com o dilema de suas qualidades pois “manter as peculiaridades regionais e nacionais significaria dificultar ou impedir a adoção de civilização”, chegando ao ponto de aproximar a crítica euclidiana da dialética do esclarecimento de Horkheimer. Zilly relaciona em uma outra nota de rodapé em que

a história de algumas palavras derivadas do étimo latino e grego de “bárbaro” elucida as ambivalências que sempre acompanharam a atitude dos civilizados em relação a barbárie: pertencem a elas, entre muitas outras, as palavras *bravio* e *bravo*, o que não pode surpreender, mas também *bravo* e *bravura*, prova de pelo menos no plano militar a barbárie é indispensável (ZILLY, 2001, pg. 290-300).

Sarmiento incorpora a barbárie e o atraso em uma pessoa, no gaucho e caudilho do interior Facundo, mas não problematiza a origem da violência existente que se fosse considerar seria advindo de todo o sistema colonial imposto pela “civilização” e o progresso. Já Euclides, apesar de tomar o “partido da civilização”, a crítica ao ponto de denunciar que os crimes cometidos em Canudos não poderiam ser justificados pela mestiçagem, mas creditados à própria Civilização. Para Euclides em Canudos “os bárbaros se verificaram menos bárbaros do que os civilizados com sua barbárie apoiada pela tecnologia moderna” (ZILLY, 2001, pg. 291). Euclides vê a civilização engendrando sua própria antítese, uma “barbárie moderna, mais perigosa e desumana que a própria barbárie pré-moderna”, que só poderia ser superada se a civilização incorporasse elementos das culturas tradicionais. Zilly em nota afirma que a “cruzada” é da civilização contra

a barbárie, e que Sarmiento teria menos problemas morais para aceitar o desenvolvimento de um território se apossando das terras, eliminando-se a sua população nativa (“primitiva”), considerada empecilho. Zilly recorre a Max Weber para afirmar que não há alternativa, pois estes elementos das culturas tradicionais, só podem sobreviver dentro da civilização e que ela seria uma metáfora da sua “jaula de ferro”, que só seria possível “humanizá-la através dos seus próprios elementos humanistas que prometem justiça”. Em nota esclarece que esta jaula seria um invólucro que o homem está preso, “uma metáfora da coerção que a economia capitalista exerce sobre os indivíduos, independentemente de sua aceitação ou não” (ZILLY, 2001, pg. 292 a 301). A conciliação entre civilização e barbárie euclidiana, só existe na ficção em seu livro afirma Zilly, pois esta oposição não se resolve na realidade. Já Sarmiento com sua crença no progresso não consegue visualizar as muitas ilusões que existem na própria civilização e consubstanciar uma crítica mais enfática a Rosas e aos problemas de um Estado classista, racista, dependente do projeto republicano, e assim muitas vezes com ações incivilizadas e até anticivilizatórias. De fato demonstrando “a barbárie dentro da própria civilização”.

Voltando a interpretação de Zea teria sido criado um projeto a partir das ideias de Sarmiento, que implicaria a negação de si mesmo, apagando não somente o seu passado, mas o sangue e a mestiçagem. Ele afirma que Simón Bolívar propõe extinguir a raça dos americanos: “uma raça que a história combinou os maiores defeitos”. “Uma raça que era algo mais que a barbárie, o balbúcio do que não é próprio, que era a incapacidade para o humano, pois só assim se entendia que pudessem devorar uns aos outros? E frente a esta expressão de humanidade era pouco o que a mesma e civilizada Europa podia fazer sem previamente eliminar raça tão má” (ZEA, 2005, pg. 165). Zea se contrapõe neste caso à ideia de raça ao fazer a sua crítica e coloca a Ibéria, como nova expressão de humanidade, concluindo que na América: “não há ódio de raças, porque não há raças[...] A alma emana,

igual e eterna, dos corpos diversos e do apetite turbulento, a identidade universal do homem” (JOSÉ MARTI apud ZEA, 2005, pg. 172).

Quando reflete sobre o ocidentalismo e o eslavismo, Zea diz que não podemos obrigar o povo russo “a cantar canções francesas, vestir-se à europeia, usar o fraque, como propunha Sarmiento na Hispano América”. Dostoiévski falando sobre o discurso de Sarmiento dirá: “Não se pode educar o povo russo, deixando-o sem passado, pois “nesse caso teríamos a demonstração de que nosso povo não é mais do que uma horda indigna, bárbara, com a qual realmente nada pode ser feito a não ser obrigá-la a obedecer”. (ZEA, 2005, pg. 224) Estando presente na sua ideia a diferença cultural como legítima e resultante da experiência e tradição de um grupo. Dirá então que o “gênio cultural russo” não seria inferior ao europeu, mas distinto, como são distintas as experiências de seu povo. Os “gênios europeus”, pelo contrário quando se puseram a mirar os outros povos, em geral modificaram a nacionalidade alheia pela própria, concebendo-a segundo sua ideia de sua nação. A aceitação da ciência e da cultura europeia seria o “anseio por uma união vital dos homens, de uma união universal – oni-homem – amor fraternal” (ZEA apud DOSTOIEVSKI, 2005, pg. 225).

Pensando sobre a europeização ou americanização da Espanha Zea recoloca a necessidade de se pensar a história como estrutura e justificacão, partindo dela para refletir sobre o processo de colonização ibero e suas diferenças do inglês. Estabelece que um dos grandes motivos seria o fato do individualismo espanhol ser mais pessoal, ele “não divide, não separa como o britânico”, mas “tende a ampliar-se e a impor-se sobre os outros indivíduos ou pessoas”. Daí adviria a peculiar arrogância espanhola, saber-se centro de outras individualidades e tratar de impor sua própria personalidade e estrutura. O Britânico: “pouco quer saber do outro, exceto como essa relação lhe beneficiará; pode associar-se com outros, mas não entra em comunidade, ainda que seja parte central dela”. Para os ingleses “os outros, quando não os considera seus semelhantes, podem ser vistos como

parte da flora e da fauna que haverá de ser posta a seu serviço”. Os outros, conquistados podem ser servos dos espanhóis e se tornarão entes (não coisas) “menos desenvolvidos, gente humilde e natural, que lhe foi dado poder para que cuide da salvação de sua alma; enteado ou criado, dentro da família, como mais um membro dela ainda que inferior”. Assim esse conquistado se tornaria “Humúnculo, menos que homem, mas sempre homem; bárbaro, não selvagem, como o é o indígena para o britânico” – bárbaro x selvagem. O “espanhol costuma ser, na América, o senhor quenão pode ser na península, não unicamente fidalgo, mas o senhor da família indígena de cuja salvação se sabe responsável”, essa é um “Relação que nunca muda” o outro (dependente) nunca poderá ser seu igual. Essa arrogância por ter a “situação paternal” em seus domínios origina a rebelião independentista na América. Com ela pontua uma ruptura (ZEA, 2005, pg. 257).

Quando inclui um capítulo sobre a europeização da Espanha, Zea considera sobre o “erro de ter descoberto a América”, pois a Espanha foi uma “árvore frondosa” mas a modernidade vai ser a Europa. A Guerra alertará aos “povos latino-americanos do continente”. Povos estes que “apreciam ser chamados latino americanos para opor-se a América Saxã”. Pio Barova citado por Zea (2005, pg. 265) alerta sobre o perigo que ronda “nossa América” com o triunfo dos Estado Unidos sobre a Espanha”. Citando José Martí, Zea afirma que a América estaria longe da Europa, mas a conhece, a assimilou. Zea levanta a existência de uma nova geração de pensadores nas Américas que buscam a causa da sua “marginalização na história e na cultura universais”, esses são mandados a Europa para que “bebam na seiva da cultura europeia”. Esses intelectuais reiteram a necessidade da Espanha ser reconstruída e modernizada, enfim europeizada. Neste processo passaria da periferia ao centro e se possibilitaria ser o “agente cultural da Europa na América”, sugerindo assim a “hispanidade” como uma “singular fidelidade a Europa”. Se pergunta se não caberia assim a “Hispano-América” a missão “de chegar a ser uma realização hispânica e cristã desse elevado modo

de ser do homem?”. Com a referência da Europa dando a ideia e prática de República (ZEA, 2005, pg. 266-267).

Como consequência da Guerra Civil Espanhola vários intelectuais se refugiam na América espanhola, frente ao que Zea chama o confronto da Europa democrática x Europa fascista. E sobre as ruínas e cinzas desta Segunda Guerra Mundial se erguerá o extraordinário poder dos herdeiros de Britânia, os Estados Unidos da América. Estas nações “livres” ganham a guerra, excluindo delas as pátrias de Franco e Salazar. Entre esses intelectuais transterrados, esta José Gaos, discípulo de José Ortega y Gasset que buscam americanizar a Espanha. Reiterando a contradição advindo dos problemas da República na Espanha, Gaos busca “formar estudiosos na América Latina que continuassem formalmente a análise desta realidade e de suas origens”. Ele “captou uma filosofia original, uma filosofia da história que esta América guarda com a mesma Espanha em relação aos pontos de vista filosóficos europeus e sua suposta universalidade”. Levantando a questão que “viver no passado” encobriria realidades, propõe em vez de “desfazer-se no passado, praticar com ele uma *aufhebung* [...] e em vez de refazer-se segundo um presente estranho, refazer-se segundo o passado e presente mais próprios com vistas ao futuro mais próprio”. Um exemplo disso mencionado por Zea seria o caso da guerra das Malvinas, onde houve uma tremenda “solidariedade anglo-americana” x “solidariedade hispano-americana” praticamente inexistente (ZEA, 2005, pg. 269-273).

Refletindo sobre como se fundamenta o eurocentrismo e se dá frente à desigualdade do uso da razão na igualdade da mente humana, Zea volta a se recordar de Sarmiento para quem os “homens são iguais pela razão, mas extraordinariamente diferentes pelo uso da mesma”. Ele acreditava que o determinante seria a etnia, e seria uma desigualdade mais difícil de superar que a estabelecida entre civilização e barbárie, mais que isso ela seria “insuperável”. O bárbaro poderia superar sua barbárie aprendendo bem a linguagem da civilização; o selvagem terá de modificar seu corpo,

sua natureza, ser outro, diferente do que é para que use de sua razão de forma que o iguale com os que, por natureza, fazem bom uso dela. Para eles nascemos: civilizados ou selvagens e a mestiçagem longe de superar essas diferenças, as ampliam. O ato de “mestiçar não é melhorar a própria etnia, mas corromper a etnia superior”. “O índio não se faz branco mestiçando-se com o branco; pelo contrário, o branco se rebaixa ainda mais, a índio”. Viam nesta “degradação”, o fato do europeu ao mestiçar-se com povos inferiores, deixar de ser superior, adquirindo a baixeza da etnia com a qual se misturou. Exemplo já citados: espanhóis e russo (ZEA, 2005, pg. 283). Por isso Britânia, ao expandir-se por outros povos, “se protege de todo contágio racial de toda mestiçagem”, evitando a “contaminação que os degrade”. “Outros, possuam ou não sinal de razão, são vistos” somente como parte da fauna e flora a se “dominar”. Entre os ingleses “nenhuma relação se estabelece com povos não-brancos, nenhuma relação com povos mestiços, nada que não seja sua simples utilização”. Assim o diferencial entre Civilização x Selvageria seria “insuperável”. Tanto assim que entre outros intelectuais como Georg Wilhelm Friedrich Hegel (apud ZEA, 2005, pg. 284) a Europa é o centro da humanidade e a razão seu privilégio. Para ele a “história do planeta inteiro gira em torno da história europeia, em torno do seu desenvolvimento e de suas conquistas”. A Europa é o “fim dos tempos” e o “princípio de todo futuro possível”. A “Ásia é o passado da Europa” e a “América e África são o seu futuro”. Ela dá sentido ao passado e seria a “única possibilidade de futuro”. Nessa chave “todos os povos alimentaram e possibilitaram uma Europa que vai descartando os povos dos quais se serviu”. A “europa” seria a Grécia Antiga, a Roma imperial e os povos germânicos. Seu centro é o poder do Estado, consubstanciado no “sentimento básico do eu subjetivo, à consciência do universal” (ZEA, 2005, pg.285-286).

Quando reflete sobre a ciência como espelho do homem e sua possibilidade desde a marginalização e a barbárie, Zea traz à tona as ideias de Richard M. Morse. Visando a autodeterminação das nações Morse (apud ZEA, 2005, pg. 322) propõe olhar a “América do Sul como uma imagem

espetacular na qual a América do Norte poderia reconhecer suas próprias doenças e “problemas” e assim sendo “ambas as Américas se nutriram e se nutrem de fontes comuns da civilização europeia”, mas com diferentes modos de vida. Para Morse talvez seria o momento de considerar a experiência histórica da Ibero-América como uma vivência de opção cultural levando-se em conta que o mundo estadunidense WASP (branco, anglo-saxã e puritano/protestante), parece marginalizar a sua origem.

Assim Richard Morse (apud ZEA, 2005, pg. 327) esboça o problema da “conciliação de ambos pontos de vista” (duas Américas), pois seria o que a anglo América, mais necessita em função de ser uma sociedade estabelecida pelo gênio saxão que entrou em crise ao ver-se forçada a sistemas de convivência que lhe foram e lhe são estranhos, uma “convivência obrigada por sua expansão em direção a outros povos”. Já o mundo ibero “pretendeu conciliar as diversas expressões de homens e sociedades com as quais se encontrou”. A resolução para Morse seria uma “síntese dialética”. Para Zea isso permitiria à América estar destinada a um povo capaz de “visualizar e refletir sobre sua própria condição” e “enxergar uma lei natural para o mundo em sua diversidade”. Para além da marginalização e da barbárie o promovendo um reencontro no ocidente Zea juntamente com Morse buscam uma “consciência da conciliação”, independente do tempo que demore, sendo que os séculos seriam para quem escreve a história, mas não para quem faz a história. Os homens devem buscar soluções para problemas comuns e assim Morse propõe conciliar um mundo que ao longo da história, foi dividido em centro e periferia. Esta imagem de civilização refletindo-se na barbárie não se pode evitar, pois a realidade a confirma e nem destruir o próprio espelho que nos mostra refletidas a imagem de Próspero e Caliban a serem superadas. Morse fala do encontro da Grande Razão, um projeto de “uma grande unidade”. Esta seria retomada pelos povos ibero-americanos que seriam os herdeiros de uma tradição que foi supostamente destruída por outra, a europeia; se bem que, “mais do que destruída foi absorvida e assimilada” (MORSE apud ZEA, 2005, pg.332-334). Neste caso

que “os outros, os que se sabem incompletos, os marginalizados e bárbaros, estão mostrando ao europeu-ocidental sua própria marginalização e barbárie”, também os povos que vivem supostamente na periferia do mundo ocidental. Eles demonstram uma humanidade que em seu conjunto é diferente, eles enfrentam “o problema de sua identidade”, querem saber o que são em seu mundo, frente a um mundo que os vê como “estranho” tão estranhos como serem considerados “ianques do sul”. A reflexão contida na obra *O Homem unidimensional* de Marcuse, segundo Zea faz com que a barbárie mude de lugar, inaugura uma “barbaromania” (ZEA, 2005, pg.335-336) onde o bárbaro passa a ser re-significado de maneira positiva. Zea novamente retoma Sarmiento: como ontem o gaúcho “se empenhava em trocar o poncho pela sobrecasaca, a cincha pelo chapéu francês”.

Essa racionalidade de um mundo igualitário de cópias do europeu é desbancada pela lógica de Sartre onde se instaura a disputa entre um universal abstrato x universal concreto e singular (ZEA, 2005, pg. 337). Sartre entende o homem em sua situação, cultura, língua, e “não como conceitos vazios”. Pensa “no homem socialista do futuro, não mais como uma abstração, mas como expressão solidária de homens concretos”. Só considerando sua terra, língua e costumes renovados “o homem deixará pouco a pouco de ser um produto de seu produto para chegar a ser filho do homem”. Os homens seriam iguais nas suas “peculiaridades”, por possuírem “uma personalidade ou uma individualidade” não se falando mais de um “filosofar universal”, mas de “discursos filosóficos diversos”. Inicia-se a prática de “um filosofar que surge entre jovens que se negam a ser incorporados” ao “filosofar europeu-ocidental como uma racionalidade do poder”. Segundo Zea (2005, pg. 338-339), a “filosofia é vista como uma linguagem que pretende mandar sobre outras linguagens e sobre aqueles que a utilizam”. Maio de 1968, em Paris promove uma reinvenção da linguagem, estabelecendo a “Barbarização de Próspero, sua calibanização”. Filósofos de *nomadização*, de *marginalização* da filosofia, “*Nomadização do pensamento*”, estabelecem-se frente a uma filosofia institucional uma filosofia nômade,

que pretende realizar uma subversão frente ao código estabelecido. Esta subversão se iguala para Zea à “barbárie”: Caliban refutaria Próspero, barbarizando sua língua para poder dizer o que Próspero saberá por si mesmo, embora isso lhe horrorize.

Esta nova postura busca “aceitar a suposta barbárie” e criar com ela uma “identidade que identifique, com precisão, homens com outros homens, mas sem confundi-los entre si”. Traz assim a necessidade de compreender os discursos diversos para enriquecer o próprio. Estas múltiplas vozes nos podem fazer constatar que “a contradição latino-americana entre “civilização e barbárie” foi proposta pela mesma Europa para manipular povos”. É melhor visualizar o homem concreto de carne e osso frente a expressão da barbárie e do nomadismo, trazendo consigo a “consciência do aparato de atraso que se converteu a civilização frente a seus criadores”. “Busca-se outra forma de civilização”: que permita aos homens conviverem e “participarem, juntos, em tarefas comuns”, sem renunciar sua identidade própria. Ser peculiar: “enriquecer a experiência própria com as experiências dos outros, sem, por isto, deixar de ser” (ZEA, 2005, pg. 342-343).

A edição do livro de Zea no Brasil incluiu o seu outro trabalho que na verdade justificou a construção dessa história para ser realizado, o texto “A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente”. Nesse trabalho Zea vem falando sobre o papel do conhecimento e que seria bom que tivessem esforços comuns da ideologia e da lógica “para uma única grande meta, a superação de nosso subdesenvolvimento e nossa incorporação ao mundo ocidentalizado, como povos entre povos, como homens entre homens” (ZEA, 2005, pg. 403). Aí se propaga a necessidade de que nossa filosofia resultaria em uma filosofia comprometida com sua realidade. Assim “no que se refere à América Latina, e com esta, ao chamado Terceiro Mundo, seria tão importante saber dominar a ciência e a técnica modernas como saber de que forma pode-se ser co-partícipe deste domínio” (ZEA, 2005, pg. 410-411).

Bibliografia

ZILLY, Berthold. “A Barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha”. In. ZILLY, Berthold (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2001.

ZILLY, Berthold. “Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha”, *Estudos – Sociedade e Agricultura*, nº 12, abril 1999. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA.

Recebido em: Setembro / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

Glocalización – desterritorialización del estado y fronteras internacionales

Prof.Dr. Dejan Mihailovic

Resumo

A flexibilidade aparente que o capitalismo tem de se adaptar a todas as transformações e mudanças, modificá-las e sujeitá-las à lógica fundamental do capital, não parece ser suficiente para manter um sistema cujas contradições sejam afiadas até o ponto de absurdo. Aqui estão alguns elementos que alimentam a ideia de uma modificação profunda do sistema-mundo capitalista ou, no caso extremo, de “o fim do capitalismo tal como o conhecemos” (Altvater, 2002).

Palavras-chave: globalização; fronteiras internacionais.

Resumen

La flexibilidad aparente que el capitalismo tiene que adaptarse a todas las transformaciones y cambios, modificarlas y sujetarlas a la lógica fundamental del capital, no parece suficiente para mantener un sistema cuyas contradicciones sean afiladas hasta el punto de absurdo. Aquí hay algunos elementos que alimentan la idea de una modificación profunda del sistema-mundo capitalista o, en el caso extremo, de “el fin del capitalismo tal como lo conocemos” (Altvater, 2002).

Palabras clave: globalización, fronteras internacionales.

Abstract

The apparent flexibility that capitalism has to adapt to all transformations and changes, modify them and subject them to the fundamental logic of capital, does not seem to be enough to maintain a system whose contradictions are sharpened to the point of absurdity. Here are some elements that fuel the idea of a profound modification of the capitalist world-system or, in the extreme case, of “the end of capitalism as we know it” (Altvater, 2002).

Keywords: globalization; international borders.

La aparente flexibilidad que el capitalismo tiene para adaptarse a todas las transformaciones y cambios modificándolos y sometidos a la lógica fundamental del capital, no parece que sea algo suficiente para mantener un sistema cuyas contradicciones se agudizan al extremo del absurdo. He aquí algunos elementos que alimentan la idea sobre una profunda modificación del sistema-mundo capitalista o, en caso más extremo sobre “el fin del capitalismo tal y como lo conocimos” (Altvater, 2002).

El capitalismo de la modernidad clásica centrado en la valorización de las grandes masas del capital material fijo queda sustituido, cada vez con una mayor velocidad, por un capitalismo posmoderno anclado en la valorización del trabajo inmaterial también llamado “capital humano” o capital de conocimiento”. Este cambio fue acompañado por una serie de metamorfosis del trabajo en las que el trabajo de la producción material medido en unidades de productos por unidades del tiempo fue reemplazado por el trabajo inmaterial al cual los padrones clásicos de medida resultaron prácticamente inaplicables (Gorz, 1996). Cada vez resulta más obvia la facilidad con la que se cuestiona la idea de que el capitalismo representaría un proyecto histórico insuperable, y por consiguiente, infinito, en donde todo nuestro futuro se inscribiría en un modo de civilización cuyos principios de base rigen la (re) producción capitalista.

He aquí una serie de consideraciones sobre la inviabilidad del sistema-mundo capitalista que, en gran parte jugarán un papel decisivo en la creación de un proyecto alternativo, abierto, inclusivo y respetuoso con el futuro de la humanidad.

El modelo poco creíble de producir y consolidar el bienestar material en todo el mundo a través de una ampliación de la acumulación de capital fue abandonado incluso por los más fervorosos defensores del capitalismo, su lógica y su bagaje sistémico.

La pretensión de universalizar el modelo de la democracia liberal mediante la promesa de establecer derechos y libertades individuales insertos en un

marco institucional (a menudo impuesto), favoreció el egoísmo frente al bien común e individualismo posesivo (Macpherson) frente a la autonomía.

En el plano internacional, la constante disposición de ejercer la autoridad recurriendo a medios de violencia y represión para imponer una especie de “ilustración posmoderna” en los lugares donde fuera necesario, prácticamente convirtió la guerra en una condición permanente y necesaria para la restauración del sistema capitalista mundial.

La libre expansión de las fuerzas del mercado no sólo ocasionó un debilitamiento progresivo de las estructuras y los poderes territoriales fijos, sino también transformó significativamente las formas culturales tradicionales.

La invasión de la lógica del capital a aquellas zonas de la vida histórica moderna que no tienen como objetivo la persecución de la plusvalía generó un amplio abanico de dificultades sociales, políticas y económicas. Una de ellas, es el uso indiscriminado de recursos naturales que abrió una nueva frente geopolítica.

Las consideraciones aquí expuestas nos obligan recordar que, el imperialismo capitalista fue una fusión contradictoria de “la política **estato-imperial** (el imperialismo como proyecto político específico, propio de agentes cuyo poder se basa en el control sobre un territorio y la capacidad de movilizar sus recursos humanos y naturales con finalidades políticas, económicas y militares) con “los procesos moleculares de acumulación de capital en el espacio y en el tiempo” (el imperialismo como proceso político-económico difuso en el que lo primordial es el control sobre el capital y su uso) (Harvey, 2004:39). El primer vector de la definición de imperialismo se refiere a las estrategias políticas, diplomáticas y militares empleadas por un Estado (o una coalición de los Estados que operan como bloque de poder político) en defensa de sus intereses y para alcanzar sus objetivos en el conjunto del planeta. El segundo vector atiende a los flujos del poder económico que atraviesan un espacio continuo y, por ende, entidades territoriales (como los Estados o los

bloques de poder regionales) mediante las prácticas cotidianas de la producción, el comercio, los movimientos de capital, las transferencias monetarias, la migración de la fuerza de trabajo, las transferencias tecnológicas, la especulación monetaria, los flujos de información, los estímulos culturales y otros procesos similares. En suma, las lógicas del poder denominadas “territorial” y “capitalista” son muy diferentes entre sí. Esta diferencia se remonta a los inicios del capitalismo sistema mundo cuando a principios del siglo XVI la división internacional del trabajo resultó mucho más amplia que las áreas de producción locales. En esta perspectiva, el capitalismo se distinguía de las demás formas sociales en cuanto a su capacidad de extender la dominación más allá de los límites de la autoridad política a través de los medios puramente “económicos”. El impulso capitalista hacia una auto-expansión dependía de la capacidad que se expresaba en la dominación de la clase capitalista por un lado, y en el imperialismo capitalista por el otro. Una vez comprobado esto, resulta obvio constatar que el capitalismo ha sido, desde sus inicios, un sistema polarizante por naturaleza y que dicha polarización le ha otorgado un carácter imperialista desde sus orígenes (Amin, 1999).

Ahora bien, existe una parte de la crisis sistémica del capitalismo contemporáneo que se irá agudizando a raíz de las múltiples contradicciones entre la economía la ecología. La dinámica de la economía capitalista en la actualidad opera conforme a la lógica de un proceso de incremento cuantitativo del valor. Por otro lado, en el sistema ecológico la evolución se refleja en el despliegue de cambios cualitativos o reagrupamientos de energía y de materia. Otra contradicción hace referencia a la oposición entre los binomios espacio-tiempo y eternidad-infinito. El desprecio del espacio y del tiempo promovido por las tendencias globalizadoras no sólo aleja los seres humanos de la naturaleza, sino que banaliza estas dos dimensiones de la existencia que aparentemente acaban siendo reducidas a cero. En la siguiente contradicción se observa que en el sistema económico, la lógica del cálculo mercantil implica que el capital debe completar un proceso de circulación en expansión para realizar la valorización. De ahí que todos los

procesos económicos deber ser circulares o reversibles. En contraste, en la naturaleza, procesos completos de transformación de materia y energía se caracterizan por la irreversibilidad. Siguiendo la misma pauta, surge una nueva contradicción que nos permite ver que en el sistema económico, la ganancia constituye la medida del éxito de procesos macroeconómicos y -en forma mediada macroeconómicos- mientras, en cambio, la medida ecológica de los procesos cualitativos de transformación de la materia y la energía la ofrece el cambio en la entropía. Por último, la lógica del desarrollo económico -que demanda a su vez regulación social- exige un incremento de las ganancias para alcanzar elevadas tasas de beneficio y de crecimiento en el sistema económico. Por ejemplo, el empleo y la prosperidad creciente dependen de ese resultado efectivo. Al mismo tiempo los procesos naturales de transformación se organizan de tal forma que mantienen un equilibrio dinámico entre una especie del consumo entrópico y la descarga entrópica.

Indudablemente, la disponibilidad de los recursos energéticos fósiles está en el centro del conflicto global ecológico de distribución, porque su alcance demuestra una tendencia negativa y ya no sube como en el pasado. Esto ha reforzado programas de “seguridad energética” dentro de los bloques regionales hegemónicos, pero también ha obligado a los países del centro capitalista redefinir sus aspiraciones geopolíticas ante la periferia. El dominio de la geopolítica en las estrategias de la “seguridad energética” ya es un hecho. El caso de Irak no sólo es tan importante porque se trata del más de 11% de las reservas petroleras globales de alta calidad. Lo es también porque su territorio es un puente estratégico entre las áreas geopolíticas de Asia Central y Medio Oriente. Además, la ocupación de este país permite ejercer la influencia sobre la política de precios de la OPEP y los volúmenes de producción. En el fondo, existe un esquema operante que parte de las consideraciones geoestratégicas y cuya tarea es asegurar la provisión de los recursos naturales a largo plazo. En el caso del petróleo dicho esquema incluye: el control de las regiones donde se extraen los recursos petroleros, el control de la cantidad ofertada en los mercados energéticos, el control de la logística de transporte y de las rutas del

transporte del petróleo de los países productores a los países consumidores vía oleoductos o buques petroleros y la influencia sobre el precio y la determinación de la moneda utilizada para la facturación. Las guerras por los recursos se realizan con el objetivo de garantizar, a largo plazo, el abastecimiento de los países industrializados a precios aceptables (Klare, 2003).

3. El (des)orden global geopolítico

Como concepto, el orden se refiere a las reglas rutinarias, instituciones, actividades y estrategias con las cuales la economía política internacional opera en diferentes periodos históricos. El término calificativo de “geopolítico” dibuja atención a los elementos geográficos de un orden mundial. Esta no es una característica especial o adicional de un orden abstracto. Es algo intrínseco a él. Los órdenes necesariamente poseen características geográficas. Eso incluye el grado relativo de centralidad de la territorialidad del Estado a las actividades sociales y económicas, la naturaleza de la jerarquía de los estados (dominados por uno o varios estados, el grado de igualdad del Estado), el alcance espacial de las actividades de diversos estados y otros actores, por ejemplo, organizaciones internacionales y de negocios. Desde este punto de vista, el orden no implica un mundo basado en el consenso o la cooperación. El concepto normativo del orden como sinónimo de un mundo ordenado y sin conflicto puede inspirar la crítica de arreglos ya existentes. En realidad, cualquier orden global es una mezcla de cohesión y de conflicto entre los actores. Lo que siempre es requerido para su existencia es un sistema organizado de gobernanza que, a su vez, implica definir a los actores, reglas de operación, principios de interacción y asunciones extensamente compartidas sobre el comercio, la fuerza y la diplomacia. Éstos incluyen a las organizaciones internacionales formales y regímenes, cubriendo el comportamiento del gobierno en áreas específicas de acción tales como el comercio, el dinero o la seguridad, por ejemplo. Pero un orden mundial también requiere de un sistema de asunciones ínter subjetivas y de orientaciones del comportamiento compartidas conduciendo a agentes principales.

John Agnew y Stuart Corbridge diseñaron un marco referencial para analizar a un orden geopolítico tomando en cuenta los criterios cuya naturaleza es multicausal (Agnew & Corbridge, 1995: 21). Estos criterios son la estructura económica mundial, la regulación político-económica, las formas político-institucionales, los mecanismos que ayudan a establecer y mantener el orden, la escala geográfica de la acumulación económica y, finalmente, el espacio de la regulación política. Todos ellos se mueven entre un nivel global y otro estatal conformando así un espacio definido básicamente por dos dimensiones geográficas: la primera es la escala dominante de la acumulación económica y la segunda es el espacio dominante de la regulación política.

Marco referencial para analizar un orden geopolítico

	Nivel Global	Nivel estatal
1. Estructura económica mundial	División internacional del trabajo (DIT) Paradigmas tecnológicos (TP)	Posición en DIT Desarrollo de TP
2. Regulación político-económica		Sistema financiero Relaciones entre empresas Relaciones laborales del salario
3. Formas político-Institucionales	<i>Regímenes internacionales:</i> comercio, dinero, sistemas de seguridad	<i>Sistema político:</i> legal, militar, movilización política gobierno, sistemas educativos
4. Mecanismos de Establecimiento y Mantenimiento del orden		Aprendizaje endógeno Emulación Legitimación, coerción
5. Escala geográfica de la acumulación económica		Territorial Internacional
6. Espacio de la regulación Política		Estado nacional Estado imperial Estado internacional

Este marco permite, según Agnew y Corbridge, discernir entre, por lo menos, tres ordenes geopolíticos en los últimos dos siglos. El primer orden abarca el periodo entre 1815 y 1875 y descansa sobre los conceptos de la economía territorial y estados nacionales en Europa bajo del domino del Imperio Británico que, en esta perspectiva, aparece como el primer estado internacional. El segundo orden inicia en 1875 y termina con la finalización de la Segunda Guerra Mundial en 1945. Se trata de una explosión de la rivalidad inter-imperial protagonizada por algunos estados europeos, Estados Unidos y Japón que, en su papel de potencias hegemónicas, disputan el control absoluto de la economía mundial. El tercer orden geopolítico conocido simbólicamente como el periodo de Guerra Fría, se refiere a una combinación de dos estados imperiales (Estados Unidos y la Unión Soviética) involucrados en la competencia militar, política e ideológica disputando el espacio de la economía internacional del resto del mundo y con un énfasis especial en los Estados que conformaron el así llamado Tercer Mundo. Con la caída del Muro de Berlín y la desintegración del bloque soviético se abre un nuevo escenario en el cual la bipolaridad del orden anterior es reemplazada por una distribución del poder global que va desde la teoría de una potencia única e indiscutible (Estados Unidos) a la conformación de un espacio *multipolar* y, en cierto sentido, hasta entrópico. La condición entrópica del orden global actual se inscribe en un alto grado de incertidumbre con respecto a los actores y sus movimientos de carácter estratégico que permiten la creación y disolución rápida de alianzas motivadas por los intereses cambiantes y sujetos a los procesos coyunturales locales regionales o globales.

4. El nuevo meridionalismo como factor equilibrante del poder global

Orígenes del Nuevo Regionalismo

El fenómeno del nuevo regionalismo es propio del periodo de la segunda posguerra. Existen numerosas condiciones que posibilitaron su desarrollo. Entre ellas destacan:

1. La globalización y la cambiante función de la soberanía del Estado. La nueva lectura del mapa político mundial fue elaborada por la tesis, particularmente defendida por los economistas, sobre el fin del Estado-nación y la idea del mundo como un solo conglomerado corporativo. Esta interpretación ignora el proceso del nuevo reordenamiento territorial en el cual los grupos tradicionales buscan nuevas formas de identidad en los niveles regional y local, señalando así el carácter dual de un nuevo fenómeno llamado *glocalización* (Beck, 1998).

2. La desterritorialización del Estado y el consiguiente cambio del papel de las funciones de las fronteras internacionales. Es posible identificar, por lo menos tres perspectivas en las que ocurre este proceso. **La primera es económica.** En un sentido más amplio la desterritorialización es vista como sinónimo de la globalización económica o, por lo menos, como uno de sus vectores o características fundamentales, en la medida en que ocurre la formación de un mercado mundial con flujos comerciales, financieros y de información, cada vez más independientes de las bases territoriales definidas, tales como Estados-nación. En otro sentido, más estricto, el énfasis está puesto en uno de los momentos más típicos del proceso de globalización, llamado por algunos, capitalismo posfordista o de acumulación flexible. Dicha flexibilidad es responsable por el enriquecimiento de las bases territoriales o, más ampliamente, espaciales, en la estructuración general de la economía y, en especial, en la lógica localista de las empresas en el ámbito de las relaciones de trabajo (aquí el ejemplo más ilustrativo es la relación precaria entre los trabajadores y la empresa). De aquí surge la propuesta de ver la desterritorialización como sinónimo de “deslocalización”, enfatizando el carácter multinacional de las empresas cada vez más autónomas en relación a las condiciones locales/territoriales de su instalación. Por último, la desterritorialización se podría interpretar como un proceso notoriamente vinculado a un sector específico de la economía globalizada. Se trata aquí del sector financiero, donde la tecnología de información pone cada vez más en evidencia el carácter inmaterial e instantáneo de las transacciones, permitiendo así la circulación

del capital puramente especulativo en un tiempo real. **La segunda perspectiva es política.** Para una mejor comprensión de esta perspectiva, tal vez lo más recomendable sería revisar la propuesta teórica de Gerard Ó Tautail y su diferenciación entre una geopolítica moderna y otra posmoderna (Ó Tautail, 1996:28). La primera se caracteriza por las visualizaciones cartográficas materializadas en los mapas, la división tradicional del mundo entre el Este y Oeste, los conceptos binarios dentro/fuera y lo doméstico/lo internacional, la idea del poder territorial, los enemigos territoriales, una postura rígida y fija, el Estado y el hombre geopolítico para terminar en la noción de un espacio centrado en el Estado que implica la soberanía y límites territoriales. La segunda tiene por atributos las visualizaciones telemáticas, redes globales y la glocalización, la metáfora del enfrentamiento *Jihad/McWorld* (Barber), una especie del poder telemático, peligros desterritorializados, una respuesta flexible y rápida, terminado por una condición sin frontera y de apertura. En suma, la política territorial del Estado de los principios del siglo XX queda sustituida por los eventos estructurados por la información y los flujos de alta velocidad del siglo XXI. La distinción entre una “política territorial del Estado” y el “poder extraterritorial de las fuerzas del mercado” significa, en última instancia distinguir entre la política territorial del Estado y la economía no-territorial de las corporaciones transnacionales. En las palabras de Hardt y Negri, esto no es más que todo un Imperio, un espacio ilimitado y universal en el cual la forma básica de organización es la red, sin importar si se trata de una estructura económica o de una distribución del poder político (Hardt y Negri, 2002). **La tercera perspectiva es cultural.** Como siempre, aquí la referencia inicial es el clásico discurso de Töennis y su propuesta de sustituir la *Gemeinschaft* es decir, la comunidad (étnica o de grupo) por la *Gesselschaft*, o sea, la sociedad (nacional, en su forma más desarrollada). Sobra decir que la sociología moderna retomó los conceptos de Töennis como modelos que operan conforme su propia forma de asociación e idea de autoridad. En este sentido el modelo de la *Gesselschaft* resulta mucho más *desterritorializador* si tomamos en cuenta los siguientes cuadros:

Naturaleza de Asociación	<i>Gemeinschaft</i> (Comunidad)	<i>Gesellschaft</i> (Sociedad)
	Vida Real y orgánica	Estructura imaginaria y mecánica
	Organismo vivo	Agregado mecánico y artefacto
	De Personal, (más rural) Antigua, (como denominación y fenómeno)	De Estado (más urbana), nueva

Idea de Autoridad	Paternidad, por sangre, de lugar espiritual (parentesco, vecindad, amistad)	Relaciones contractuales
	Construcción afectiva “natural” u “original”, los individuos se mantienen esencialmente unidos a pesar de todos los factores disyuntivos	Construcciones artificial, racional, los individuos se mantienen esencialmente separados a pesar de todos los factores unificadores

En las épocas recientes la *desterritorialización* se hace presente en los discursos posmodernos que propagan una especie de “desprendimiento” cultural en relación a los lugares específicos causando la existencia de culturas híbridas (Canclini) y una especie de “no-lugares” sin identidad y sin historia. En el fondo de esta propuesta el acento está puesto en los cambios socio-culturales que, primero son relativos a la reformulación de los padrones de asentamiento y convivencia urbanos y, segundo, a la redefinición del sentido de pertenencia y de identidad que vulnera las lealtades locales y nacionales ante las comunidades transnacionales o desterritorializadas de consumidores. En última instancia la idea de un territorio estable, unido y fijo es sustituida por inestabilidad, fragmentación y mutación territorial permanente.

3. Por último, está la cuestión del estudio detallado de los textos, narrativas y tradiciones geopolíticas, acompañadas con la importancia de la imaginación geopolítica y la idea de *reterritorialización* del Estado y la emergencia de las nuevas identidades étnicas, nacionales y territoriales. Por razones del espacio, este punto será desarrollado en otra ocasión.

La idea de un mundo regional y jerarquizado se basa en el desenmascaramiento del “mito de la unidad”. No hay una unidad espacial desde un punto de vista estratégico, sino que hay diferentes escenarios en un mundo esencialmente dividido. Se introduce el concepto geográfico tradicional de *región* para describir esta división. Comúnmente, se entiende por una región a las configuraciones geográficas relativamente estables que, a su vez, permiten la creación de economías regionales capaces de conseguir durante un tiempo cierto grado de coherencia estructural en la producción. Hay dos tipos de región: 1) regiones geoestratégicas, de ámbito global y, 2) regiones geopolíticas de ámbito regional. Las primeras se definen funcionalmente y son la expresión de las interrelaciones existentes entre una gran parte del mundo. Las segundas son las subdivisiones de las anteriores y tienden a ser relativamente homogéneas cultural, económica o políticamente.

El Nuevo Meridionalismo: más allá de la globalización y la regionalización

Llegamos ahora al orden global y la política internacional actuales. En este escenario aparece un fenómeno que llamaré “nuevo meridionalismo” y cuya existencia rompe con todos los esquemas de los órdenes geopolíticos que han existido hasta hora. El “nuevo meridionalismo” no es un concepto estrictamente geográfico (dado que la distribución geográfica de sus integrantes no se asume como un espacio homogéneo) sino un fenómeno reciente que posee elementos ideológicos, culturales y civilizatorios diferenciados. Se trata de una alianza heterogénea compuesta por varios países que tienen un propósito común, esto es, buscar un equilibrio en la estructura actual del poder global

limitando los poderes tradicionales de los bloques regionales hegemónicos. La primera concretización del nuevo meridionalismo obtuvo su verificación empírica mediante la creación del grupo conocido como G-20¹ y sus iniciativas y acciones dentro de las actividades de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Es importante destacar que la tendencia de ampliar y consolidar al nuevo meridionalismo rebasa a este grupo aunque resulta obvio que dicho grupo juega un papel detonador del fenómeno en cuestión. El grupo integrado por una veintena de países está liderado por Brasil, India y China y con una cada vez más destacada actuación de Argentina y Sudáfrica.

En esta perspectiva la característica dominante del nuevo meridionalismo es que se trata de un modelo que va más allá de toda regionalización y globalización. Su estructura es *interregional* y prácticamente ilimitada. Es posible que sean precisamente Brasil, China e India los poderes dominantes, pero suficientemente flexibles para no desarrollar hábitos imperiales con respecto al resto del grupo y aceptar la paulatina ampliación de los nuevos estados cada vez más fuertes. No sorprendería que, en un futuro no tan lejano, sean México y Rusia dos potencias nuevas dentro del nuevo meridionalismo, debido a su particular posición geopolítica y geoestratégica que contempla dos grandes puertas con respecto a su desarrollo e integración a la economía política internacional. Rusia por su relación con la Unión Europea y su “segunda puerta” que la acerca a través de China e India al resto del continente asiático. México por su relación con Estados Unidos y su “segunda puerta” que le ha conseguido un papel privilegiado de puente integrador de la “gran familia de los pueblos latinoamericanos”. De esta manera, México, Brasil, Argentina, Sudáfrica, India, China y Rusia formarían el “núcleo duro” del nuevo meridionalismo dibujando una línea en forma de “media luna” que recorre el hemisferio sur (ver el

¹ Este grupo fue creado por la iniciativa de Brasil, poco antes de la Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio en Cancún, en septiembre del 2003. Todos los miembros de este grupo aparecen en el espacio de la economía política internacional como países en “vías del desarrollo”, todos rechazan las jerarquías existentes dentro del comercio mundial y mantienen una línea “dura” en las negociaciones con respecto a lo que consideran como puntos vitales para alcanzar sus metas de desarrollo (subsidios

mapa abajo). Este nuevo meridionalismo ofrecería diferentes modelos de integración en distintos niveles: convencionales, por medio de tratados y acuerdos multilaterales (el propio ejemplo de G-20 y su alianza estratégica dentro de la OMC o bilaterales (ejemplo: acuerdo de cooperación militar entre China e India), pero también no convencionales, representado por el flujo libre de patrones culturales, intercambio de conocimiento e información. Una vez lograda su consolidación el nuevo meridionalismo rompe con la geopolítica imperial, va más allá de la globalización y la regionalización, promueve la integración interregional y el desarrollo endógeno, autocentrado y, finalmente, crea una nueva configuración del poder global. En este momento el proyecto goza de varias condiciones a su favor que podrían acelerarlo e intensificarlo, entre ellas destacan: la descentralización del sistema mundial; los cambios económicos; las nuevas actitudes en la cooperación internacional; el fin del tercermundismo; la regulación de las tendencias globales y la promoción de los procesos de democratización. Sin embargo, existen también algunos aspectos y condiciones que podrían obstruir su fortalecimiento y hasta provocar su desaparición, tales como la presión y condicionamiento estratégico de los bloques hegemónicos del poder global (Unión Europea y Estados Unidos, principalmente), la competencia interna, los derechos humanos, la diversidad cultural, y problemas del medioambiente, por solo mencionar algunos. En suma, de realizarse en su plenitud el nuevo meridionalismo supondría el fin de la geopolítica clásica, un nuevo sistema internacional: descentralizado, multilateral, solidario y entrópico.

agrícolas, propiedad intelectual, patentes y temas abiertos de la industria farmacéutica, como ejemplos.

Algunos datos importantes para visualizar alcances
límites del nuevo meridionalismo

País	Superficie	Población	PIB per cápita	Principales recursos estratégicos
China	9.596.961	1.306.313,812	5.600 USD	Minerales, metales, productos manufacturados
India	3.287.590	1.080.264.388	3.100 USD	Industria de Software, productos químicos, minerales
Sudáfrica	1.221.040	44.344.136	11.100 USD	Oro, diamantes, uranio, metales pesados
Brasil	8.511.965	186.112.794	8.100 USD	Agua, recursos forestales, acero, químicos
Argentina	2.780.104	39.573.943	12.400 USD	Agua, productos agrícolas, maquinaria, químicos
México	1.967.183	103.202.903	9.600 USD	Petróleo, gas natural, biodiversidad
Rusia	17.075.400	144.664.000	9.800 USD	Agua, gas natural, petróleo, recursos forestales, oro, metales

PAISES DEL GRUPO G - 20

Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, China, Cuba Egipto, Filipinas Guatemala, India, Indonesia, México, Nigeria, Paquistán, Paraguay Sudáfrica, Tailandia, Tanzania, Venezuela y Zimbabwe.

Pib total

G- 20	4. 324 trillones
Unión Europea	10.505 trillones
Estados Unidos	10.949 trillones
Restos del mundo	10.683 trillones
Total/mundo	36.460 trillones

Indicador	G-20	UE	EE.UU	Resto del Mundo	Total del mundo
PIB Agrícola	549 mmd	235 mmd	175	1.884 trillones	2.844 trillones
Población	3.588 mm	380 millones	294 millones	2.039 mm	6.301 mm
Población agrícola	1.811 mm	15 millones	6 millones	763 millones	2.595 mm
Exportaciones agrícolas	101.710mm	62.649 mmd	62.305 mmd	295.515 mmd	522.179 mmd

Fuente. Informe geopolítico 2006



Pretender que la globalización diera marcha atrás no sería un proyecto orientado al futuro. Dejar que la globalización, es cu calidad de capitalización absoluta del mundo, quedará en sus propios manos, es decir, en las de las grandes potencias económicas de las empresas transnacionales y las de los banqueros que actúan en el nivel global, como lo demandan el fundamentalismo del mercado y sus adeptos neoliberales, haría posiblemente que las transformaciones globales se convirtieran en catástrofes sociales y ecológicas. Entonces,

solo queda la perspectiva de la regulación social de los procesos globales en la política y la economía. El nuevo meridionalismo podría encargarse de esta tarea tan difícil pero no imposible. De esta manera, el nuevo meridionalismo podría convertirse en un factor equilibrante del poder global.

Referencias:

- Agnew, J. Corbridge, S. (1995). *Mastering Space. Hegemony, Territory and International Political Economy*. London Routledge.
- Agnew, J. (2002). *Making Political Geography*. New York: Oxford University Press.
- Agnew, J. (2005). *Hegemony. The New Shape of Global Power*. Philadelphia: Temple University Press.
- Altvater, E., Mankopf, B. (2002) *Las limitaciones de la globalización*. México: Siglo XXI.
- Amin, S. (1999) *El capitalismo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Arrighi, G. (1999). *El largo siglo XX*. Madrid: AKAL.
- Beck, U. (1998) *¿Qué es la globalización?* Barcelona: Paidós.
- Fawcett, L. Hurrell, A. (1996). *Regionalism in World Politics. Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Informe geopolítico 2006*. Madrid: Tecnos.
- Gorz, A. (1996). *Metamorfosis del trabajo*, Madrid: Sistema.
- Hardt, M., Negri, T. (2002) *Imperio*. Barcelona: Paidós.
- Klare, M. 2003. *Guerras por los recursos. El futuro escenario del conflicto global*. Barcelona: Ediciones Urano.
- Kliot, N. Newman D. (2000). *Geopolitics an the End of the Twentieth Century. The Changing World Political Map*. London: Frank Cass Publishers.
- Lacoste, Y. (1995). *Dictionnaire de géopolitique*. Paris: Flammarion.
- Lacoste, Y. (2006). *Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui*. Paris: Larousse.
- Shultz, M. Söderbaum, F. Öjendal, J. (2001). *Regionalization in a Globalizing World*. London: Zed Books.
- Modelski, G. (1987). *Long Cycles in World Politics*. Seatle: University of Washington Press.
- Newman, D. (2002). *Boundaries Territory and Postmodernity*. London: Frank Cass.

Ó Tuathail, G. (1996). *Critical Geopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

O Tauthail, G. Dalby, S., Routledge, P. (2006) *The Geopolitical Reader*. London: Routledge.

Wallerstein, I. (1984). *The Politics of World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em: Setembro / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

A importância da raiz africana para a formação da identidade da mulher brasileira: a habilidade culinária como forma de sustento e liberdade

João Maia

Claudia Domingues

Resumo

Os cultos afro-brasileiros possibilitam contar a história da mulher e sua trajetória a partir de outro paradigma civilizatório diferente do modelo cultural Ocidental. As mulheres do candomblé exerciam um verdadeiro matriarcado e se opunham a uma engrenagem social estabelecida. No universo sagrado do candomblé, a comida é um elemento central e força vital (Axé). As práticas culinárias desenvolvidas pelas mulheres durante o processo civilizatório podem revelar aspectos importantes para a sua sobrevivência e subsistência. Mulheres escravas, libertas e suas descendentes durante e após o período escravista no Brasil trabalharam como quitandeiras e assumiram boa parte dos pequenos comércios alimentícios nas cidades. Apresentaremos também um trabalho inicial com narrativas de duas Zeladoras (Mães de Santo) do candomblé na Cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: mulheres negras; identidades culturais; candomblé.

Resumen

Los cultos afro-brasileños posibilitan contar la historia de la mujer y su trayectoria a partir de otro paradigma civilizatorio diferente del modelo cultural occidental. Las mujeres del candomblé ejercían un verdadero matriarcado y se oponían a un engranaje social establecida. En el universo sagrado del candomblé, la comida es un elemento central y fuerza vital (Axé). Las prácticas culinarias desarrolladas por las mujeres durante el proceso civilizatorio pueden revelar aspectos importantes para su supervivencia y subsistencia. Las mujeres esclavas, libertas y sus descendientes durante y después del período esclavista en Brasil trabajaron como quitandeiras y asumieron buena parte de los pequeños comercios alimenticios en las ciudades. Presentaremos también un trabajo

inicial con narrativas de dos Zeladoras (Madres de Santo) del candomblé en la Ciudad de Río de Janeiro.

Palabras clave: mujeres negras; las identidades culturales; el candomblé.

Abstract

Afro-Brazilian cults make it possible to tell the story of the woman and her trajectory from another paradigm of civilization different from the Western cultural model. The women of candomblé exercised a true matriarchy and opposed an established social mechanism. In the sacred universe of candomblé, food is a central element and vital force (Axé). Culinary practices developed by women during the civilizing process may reveal important aspects for their survival and subsistence. Slave women, freedmen, and their descendants during and after the slave-holding period in Brazil worked as stallkeepers and took up most of the small grocery stores in the cities. We will also present an initial work with narratives of two caretakers (Mães de Santo) of candomblé in the City of Rio de Janeiro.

Keywords: black women; cultural identities; candomblé.

Introdução

O processo civilizador conforme descrito por Norbert Elias (1990), regulou e moldou os corpos das mais variadas maneiras. O corpo livre foi sendo domesticado e junto foram sendo proibidos os prazeres da carne, principalmente na doutrina cristã. Eva, a figura mítica feminina que funda a ordem moral e social da Humanidade bíblica foi, segundo a tradição judaico-cristã, expulsa junto com Adão do Éden depois de ter lhe oferecido o fruto da tentação e do conhecimento proibido, contrariando assim a ordem divina. Como era de se esperar do imaginário patriarcal daquela época e cultura, a culpa por oferecer o alimento proibido foi jogada em cima da mulher, isto é, de Eva e do feminino.

A história desde Eva nos revela que as mulheres, nunca foram passivas por completo e que, de uma forma ou de outra, sempre encontraram brechas e linhas de fuga para sobreviver. Se para as mulheres em geral não foi fácil a

sua caminhada histórica, mais difícil foi ainda para as mulheres negras no Brasil durante e após a escravidão.

A cegueira da história tradicional do Ocidente, de não querer saber ou não reconhecer outras culturas, apagou tesouros culturais riquíssimos de nossa história, uma vez que a narrativa de cada povo é construída e contada em razão das suas experiências e vivências cotidianas. Assim, os mitos, as lendas, as crenças, os costumes estão inteiramente ligados às raízes e à estrutura social e comunitária de cada grupo.

O universalismo significa que é o Ocidente, o portador do interesse universal da humanidade. O desenvolvimento, com seu caráter fundamentalmente técnico e econômico, ignora o que não é calculável, mensurável como a vida, o sofrimento, a alegria, a infelicidade, as qualidades de vida, a estética, as relações com o meio natural (MORIN et al, 2007, p. 53-54).

O número de escravos trazidos para o Brasil foi altamente representativo. Conforme observa Albuquerque (2006, p. 66). No final do século XIX, a população brasileira contava 3.818.000 de pessoas, dentro as quais 1.930.000 eram escravos. Em muitas regiões, a população escrava superava a de pessoas livres. Em Campinas - São Paulo, por exemplo, a população escrava contabilizava 13.685 pessoas e superava o número de livres que perfazia o total de 8.281 pessoas. A população da cidade de Salvador, por sua vez, era constituída de 63% de escravos. Já no Rio de Janeiro, a população escrava constituía 70% do total populacional. Desta forma, é inegável a importância da herança africana para a formação da cultura e identidade brasileira. As raízes africanas estão presentes nas ruas, na língua, no artesanato, nas iguarias culinárias, enfim no nosso próprio jeito de ser.

As práticas e técnicas culinárias desenvolvidas pelas mulheres escravizadas podem revelar aspectos importantes para a sua sobrevivência, como

forma de resistência e subsistência. Conforme Albuquerque (2006), muitas dessas mulheres durante e após a escravidão trabalharam como quitandeiras e assumiram boa parte dos pequenos comércios alimentícios, como também garantiram a sobrevivência de negros fugitivos e quilombos através de coletivos organizados. Essas mulheres se tornaram autônomas e ajudaram no desenvolvimento da vida econômica de muitas cidades do Brasil.

A origem Africana: contribuições para história da mulher e do feminino no Brasil

As mulheres africanas escravizadas, deslocadas e arrancadas de suas famílias e terra de origem, tiveram que superar o trauma da perda de suas raízes e criar estratégias de sobrevivência dentro das propriedades. A primeira missão da mulher escravizada era tentar continuar viva. Conforme Dias (2013), elas perfaziam menor número em relação aos escravos do sexo masculino, em torno de 30%, e eram consideradas objetos de mercado, pois não entravam na categoria de seres humanos, bem como estavam à mercê de diversos tipos de violências.

Dias (2013) aponta que resistir era o preço para a sobrevivência. As escravas ao conseguirem desembarcar no Rio de Janeiro ou Salvador, já podiam contar como uma vitória o fato de terem sobrevivido aos navios negreiros. Já que, desde o aprisionamento até a chegada e aclimação no Brasil, dentre 1000 prisioneiros, o número de sobreviventes não passava de 200.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro e Salvador, elas já tinham passado por mil necessidades: o sofrimento por separar-se da terra de origem, a carência de alimentos, as surras, os martírios constantes. Desembarcavam doentes e enfraquecidas. Algumas apenas para morrer em terra. As sobreviventes jamais esqueciam as experiências traumáticas desses dias de terror, que associaram a Olodum, o deus da morte. (DIAS, 2013, p. 361).

Como observa Dias (2013), essas mulheres, em sua grande maioria eram trazidas de regiões da África que também eram marcadas pelo regime patriarcal, onde suportavam dor, exploração e sofrimento impostos pelos homens. Uma das primeiras dificuldades ao chegar ao Brasil, era de se entenderem entre elas, pois falavam diferentes dialetos. A outra é que havia uma preferência na compra de escravos do sexo masculino, devido à sua força física necessária ao trabalho nas lavouras.

A gravidez também era um impedimento para as escravas, pois os senhores não queriam arcar com as despesas com a criação de seus filhos, em muito dos casos eram criados pelas escravas mais velhas nas senzalas através de uma rede de “sororidade”¹ e sociabilidade. Dias (2013) ainda ressalta que além de sofrerem violências de seus senhores também sofriam dos seus companheiros de escravidão, muitas vezes por causa de ciúmes e pequenos atos do cotidiano.

Fato relevante é que a primeira geração de escravas africanas que, conseguiu sobreviver aos maridos, buscou novas uniões. No entanto, a partir da segunda geração, livres ou não, optavam por não se casarem. “Do ponto de vista das escravas, nem sempre as uniões conjugais representavam uma estratégia de sobrevivência. Por vezes se tornavam mais uma fonte de sofrimento” (DIAS, 2013, p. 367).

Muitas dessas mulheres resistiram e fizeram parte da história de luta para a libertação dos escravos no Brasil. É o caso de Luísa Mahin², africana da nação nagô-jeje que diziam ter sido princesa na África. Liberta em 1812, ela sobreviveu trabalhando como quituteira em Salvador (Bahia) e participou de todos os levantes escravos que abalaram a Bahia nas primeiras décadas do século XIX, entre elas a *Revolta dos Malês*, a maior de todas as rebeliões

¹ Entendemos como sororidade uma aliança de fraternidade entre as mulheres que se reconhecem irmãs e que pretendem mudar a sua própria realidade como mulher, em uma dimensão ética, política, social e prática do feminismo contemporâneo.

² Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LuiMahin.html>>. Acesso em 20 de jun. de 2016.

de escravos ocorridas na Bahia entre 1800 e 1940, tendo sido uma das articuladoras do movimento em 1835.

Outra forma de resistência muito importante na história das mulheres escravizadas foi o desenvolvimento de habilidades culinárias, as quais lhes deram algum conforto e prestígio. Muitas escravas se tornaram exímias cozinheiras e quituteiras, e assim eram chamadas para trabalhar na casa grande para se tornarem responsáveis pela cozinha e, desta forma, poupadas do trabalho braçal nas plantações e na lida do campo.

A grande maioria de escravas que migraram para as grandes cidades pertencia à linhagem das domésticas da casa grande, pois a cidade fornecia maiores condições de sobrevivência e as ajudavam no custeio da alforria – negociada com os senhores a partir dos seus ganhos. “Foram essas mulheres persistentes, aliás, que tornaram as alforrias um fenômeno majoritariamente feminino e urbano no século XIX”. (DIAS 2013, p. 376). Com a tardia abolição, muitas libertas tiveram que lutar para se inserirem na sociedade e combater os mais diversos tipos de preconceito e discriminação desenvolvendo uma economia de subsistência nos mercados e nas feiras do país.

A mãe dos templos: Uma outra perspectiva sobre as mulheres

De acordo com aquele país católico e latino, a esposa deve se submeter-se inteiramente à autoridade do marido. Quão incomparável é isto com as crenças e a organização do candomblé! Quão inconcebível para a dominadora autoridade feminina! E tão poderosa é a tendência matriarcal, em que as mulheres se submetem apenas aos deuses ... (LANDES, 1967, p. 164).

Muitas escravas para se protegerem e enfrentarem as dificuldades e as violências a que eram submetidas buscaram formar comunidades religiosas. A busca por acolhimento nestas comunidades tinha por objetivo o convívio

e acalento espiritual, baseado nas religiões de matriz africana, foi uma das importantes estratégias que essas mulheres criaram para auxiliá-las na escalada de sobrevivência dentro da sociedade escravista brasileira.

As escravas mais velhas tinham farto conhecimento sobre a natureza, plantas, folhas, raízes e unguentos – pastas retiradas das plantas utilizadas para cura de diversos males do corpo. Detentoras da sabedoria de costumes originários da África atuavam como benzedoras e eram consideradas por seus senhores bruxas e feiticeiras. “Algumas acolhiam as mais jovens como afilhadas e as iniciavam no culto dos deuses, com promessas, amuletos, intermediando todo tipo de proteção sobrenatural” (DIAS, 2013, p. 370).

Suas porções mágicas serviam de oferendas e obrigações para agradecer os deuses e solicitar-lhes intermédio para abrandar as agressões dos capatazes e impedir a violação de seus corpos. Muitos senhores tinham medo de serem envenenados através de suas porções mágicas, e por isso as perseguiram, como tantas outras mulheres, foram perseguidas durante o processo civilizatório por causa do grande enigma que o feminino sempre despertou.

A herança das mulheres africanas que atravessaram o atlântico e aportaram no Brasil contribuíram para a formação da identidade da mulher brasileira. Através de pequenas resistências essas mulheres buscaram saídas para mudar o rumo de suas vidas e destinos. As irmandades religiosas foram algumas das formas que elas encontraram para fazer alianças, preservar e reinventar grande parte da cultura africana, os terreiros se tornaram imprescindíveis para o acolhimento dessas mulheres e para ajudá-las a superarem as diferentes formas de violência que sofriam. Os cultos afro-brasileiros possibilitam contar a história do Brasil e das mulheres a partir de outro paradigma civilizatório diferente do modelo cultural europeu.

Na cosmovisão desses cultos, colocam-se em primeiro plano o reconhecimento do aqui e agora da existência, as relações interpessoais concretas, a experiência simbólica do mundo, o poder afetivo das palavras

e ações, a potência de realização das coisas e a alegria frente ao real (SODRÉ, 2014, p. 15).

Ruth Landes (1967) antropóloga pesquisadora da Universidade Columbia nos EUA, pouco antes da Segunda Guerra Mundial realizou entre 1938 e 1939 um trabalho de campo na Bahia para estudar a vida dos negros no país. Ao desembarcar na cidade de São Salvador Ruth ficou impressionada com os versos, as danças, os cultos religiosos e as iguarias culinárias do local. Todo o colorido das roupas, os cheiros dos mercados, a forma de convivência entre as pessoas chamou a atenção do seu olhar jovial e estrangeiro.

A pesquisadora relata em seu livro *A Cidade das Mulheres* que não era fácil a vida na Bahia para uma mulher, principalmente para uma estrangeira jovem e sem compromisso, pois conforme orientações do consulado americano não era aconselhável uma mulher solteira, andar sozinha pelas ruas de Salvador. Observou que para as mulheres da aristocracia da Bahia não era permitido que andassem sozinhas depois do por do sol, mas também observou que as mulheres negras sempre andavam sozinhas, mesmo que acompanhadas por um homem. Desta forma, logo tratou de arrumar um protetor, o jornalista Edison, figura de enorme prestígio entre a elite e os negros para ajudá-la a desvelar o universo dos negros na Bahia.

Em um de seus primeiros contatos com a cidade foi levada ao grande mercado da Cidade Baixa, e ali verificou que as grandes mulheres de negócios do local eram negras e geriam açougues, quitandas, lojas de doces e outros comércios. (LANDES, 1967, p. 22). Edison lhe apresentou a Martiniano, um negro nascido no Brasil sob a escravidão e de progenitores que compraram a sua própria liberdade. Martiniano era um grande conhecedor das tradições dos seus antepassados e possuía a reputação de grande vidente e mago. Ele a explicou que o “Pai de Santo” é chamado *babalorixá* e “Mãe de Santo” *iyalorixá*, e que diferentemente das antigas tradições, onde só os homens podiam

encarar os mortos, as mulheres de santo do Engenho Velho encaravam os mortos, e mais ainda, lhes faziam perguntas (LANDES, 1967, p. 37-40).

Ruth (1967), em suas primeiras observações notou que não era muito comum uma mulher chegar à notabilidade no Brasil, mas descobriu que na Bahia, principalmente no mundo do candomblé uma mulher podia ter mais influência do que um homem, como a Dona Aninha, que havia falecido, mas se tornara uma mãe de santo de muito reconhecimento no estudo da religião, sendo na ocasião de sua morte reverenciada por toda a Bahia. Ruth vislumbrou um universo, onde o sexo feminino é o sexo eleito – as mulheres do santo dominavam os terreiros e eram consideradas intermediárias dos deuses.

No bairro do Engenho Velho Ruth conheceu um dos templos de candomblé considerados um dos mais antigos do Brasil e que era comandado durante um século e meio por uma sucessão de mulheres, denominadas “mães do templo”. Edison lhe contou que a primeira mãe de santo da Bahia pode ter sido uma mulher livre trazida da África Ocidental, mas que outros acreditam que era uma escrava brasileira cuja alforria foi comprada por uma associação para negros libertos.

Conforme relata Ruth Landes a “Mãe Menininha do Gantois”, nascida em 1894 e descendente de escravos africanos era considerada na década de 1930, uma das mais importantes sacerdotisas da Bahia e seu prestígio corria, não só na Bahia, mas pelo Brasil em todas as rodas sociais. Aponta que alguns intelectuais acreditavam que Mãe Menininha era uma personalidade que demonstrava a independência e a coragem da mulher negra no Brasil. Uma mulher que lutava ativamente para que seu povo pudesse cultuar seus orixás e frequentar os terreiros livremente, uma mulher que se sustentava e ensinava suas filhas a fazer o mesmo.

Era a guardiã de uma filosofia religiosa e administradora da instituição dela. Tinha poder de mando sobre centenas de almas em razão da sabedoria

e talento sacerdotais e por direito de herança recebido das mulheres que havia precedido no cargo (LANDES, p. 1967, p. 86).

Landes (1967) também observou que as mulheres do candomblé não foram para o caminho da prostituição e não se vendiam, apesar da sua grande maioria serem pobres, mas se achavam livres para o amor. Aponta que uma pequena parcela tinha educação e as que possuíam recursos tentavam exercer algumas profissões liberais e muitas se estabeleceram como importantes quituteiras na cidade.

As mulheres do candomblé sob a ótica de Landes exerciam um verdadeiro matriarcado e se opunham a uma engrenagem social, onde o mais alto valor que uma mulher possuía era casar-se e ter filhos. Desta forma, estas mulheres dentro dos seus cotidianos já estavam lutando por autonomia em uma época que o feminismo começa a levantar a voz no Brasil.

Na maioria dos casos o templo é chefiado pela mãe, e nos sacerdócios do culto um “pai” é apenas uma espécie secundária da mãe. Ogã, em ioruba, segundo se diz, significa “amo e senhor”; mas obviamente, isso não tem sentido no candomblé sob dominação feminina (LANDES, 1967, p. 161).

Ruth Landes foi expulsa do Brasil pela polícia, mas levou em suas lembranças a imagem e histórias de mulheres ativas que sustentavam os templos. Mas com certeza também foram em sua memória os sons, as danças e principalmente a alegria das festas e o sabor das comidas dos terreiros. A imagem da mulher negra brasileira foi apresentada por Landes (1967), como uma outra forma possível de ser compreendida. “Penso que elas ajudam a engrandecer o Brasil. Acreditarão os americanos que haja um país em que as mulheres gostam dos homens, se sentem seguras e à vontade com eles e não os temem?” (LANDES, 1967, p. 278).

A comunicação transcultural conforme aponta Sodré (2016), permite pensar o Outro a partir de outras visões de mundo, diferente do pensamento e sistema filosófico Ocidental cristalizado. O Outro e sua cultura pode ser pensado em uma perspectiva “multiversal”, como por exemplo, a filosofia indiana, islâmica e africana.

O papel da mulher no Brasil, suas identificações e história também pode ser estudado a partir de uma perspectiva do estudo da filosofia “Nagô”. O mundo dentro deste pensamento pode ser desvelado pelo corpo e por sua potência, isto é o *Axé*. Uma filosofia que pode ser explicada por um pensamento cosmológico e ético. Conforme Sodré (2016) no pensamento Nagô o corpo é entendido como uma âncora mental, sendo a cabeça considerada o resumo do sujeito, o local que carrega todos os elementos que habitam o cosmos.

Sodré (2016) observa que é a partir do discurso ancestral que é possível dar continuidade ao grupo, sua potência, sua origem, isto é seu sentido original através do *Arkhé*. É através do exercício da oralidade dos sacerdotes que é possível guardar as características do acontecimento e fazer a transmissão dos ritos de uma geração para outra ensinando sobre as divindades e os orixás. Assim, o culto é entendido como aquilo que gera e motiva a continuidade do grupo por meio de sua memória mitológica e afetiva.

Conforme Santos (2010), a fala é o meio de transmissão do conhecimento e da sabedoria do cosmo africano. Para proferir a palavra é necessária uma vivência dentro da tradição, sendo a ancianidade o elemento necessário para sustentar a tradição oral. É por intermédio dos mais velhos que se torna possível continuidade e perpetuação da memória.

O terreiro é o local da transmissão do desejo memorial da continuidade do grupo e da articulação das experiências afetivas através da alegria dos seus tambores, suas crenças, danças, festejos e comidas produzindo o visível das relações de proximidade e afeto no seu cotidiano. O templo também é o

lugar da construção de laços de solidariedade e pertencimento, sendo ele o espaço e elo estruturador da tradição africana.

A diferença entre a comida oferecida ao orixá e a que nós comemos, está nas mãos da *Yabassé*, ou mãe da cozinha. Ela é a responsável pela preparação da cozinha do terreiro e leva consigo a responsabilidade de cozinhar o alimento que será oferecido aos orixás, ou seja, é uma posição de muita seriedade dentro do candomblé. No entanto os alimentos oferecidos para os orixás e para a família de santo já estão presentes nas mesas e nos quitutes brasileiros há muito tempo, como o acarajé, pipoca, farofa de dendê, caruru, abará, vatapá.

A mãe de santo é a personalidade feminina responsável pelas transmissões de valores comunitários, sendo ela a grande zeladora e a responsável por perpetuar a tradição. A mulher é considerada o centro do poder nos grandes terreiros de candomblé e fazem dos templos um espaço de proteção e acolhimento para todos, inclusive para o feminino.

Comensalidade dos Terreiros

A transmissão oral resguarda sentimentos de pertencimento, bem como ajuda na perpetuação da memória coletiva de um grupo. A memória não precisa ser edificada em monumentos, bastam apenas a lembrança do perfume das pessoas, do colorido das casas, dos cheiros das comidas para disparar uma rede de sensações no nosso corpo. A lembrança dos acontecimentos permite ao corpo presente entrar em contato com o passado. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservado no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens- lembrança”. (BOSI, 1987, p. 15).

Desta forma é através da lembrança das tradições dos antepassados que os religiosos transmitem os mitos e suas histórias. Os mitos do candomblé exercem forte presença na oralidade, pois é através dos relatos minuciosos dos mais antigos que foram construídos historicamente os mitos, suas

preferências nas oferendas, principalmente no que tange o cardápio da preferência alimentar dos orixás.

No universo sagrado do candomblé a comida é um elemento central e está inserida na sua ritualística, pois é através da alimentação que o Axé, a força vital é revigorada e renovada nos rituais. “Cabe a *iyalaxé* (“mãe” do axé), que coincide com a *iyalorixá* (“mãe” ou zeladora dos orixás) conduzir a liturgia (a experiência ritualística e iniciática) responsável pela realimentação e distribuição do axé” (SODRÉ, 1988, p. 90)

Observa Mandarinino et al (2013) que no candomblé alguns espaços são considerados eminentemente femininos e a cozinha é um desses espaços, onde os homens só podem auxiliar nas tarefas após o consentimento das mulheres, pois o preparo das “comidas dos santos” é um encargo exclusivo das mulheres conforme a tradição religiosa, ao homem excepcionalmente só é possível essa função caso pertença a um orixá feminino.

A comensalidade dos terreiros é denominada *ajeum*, termo africano para comida, que faz a ligação entre os homens e os orixás, sendo que poucas comidas no mundo têm tanta cor, tempero e personalidade quanto a que é servida nos cultos de candomblé, onde para cada santo existe uma comida e um preparo especial. O requinte de iguarias usadas na cozinha afro-brasileira alterou certamente os pratos da cozinha portuguesa do Brasil colônia. O alimento é de grande importância para a religião dos orixás e o seu compartilhamento é considerado um ato de socialização e afeto.

Maia de Aguiar (2012) aponta que a comida no cotidiano das religiões afro-brasileiras se faz presente em praticamente todas as ocasiões, pois seus seguidores através das oferendas buscam estabelecer uma relação de proximidade com os orixás tanto nos momentos de felicidade como nos momentos de sofrimento do corpo. Assim, a comida se torna um modo de se conectar ao sagrado para pedir graças, fartura, saúde, cura para enfermos. Todas as preparações para as cerimônias devem seguir as orientações transmitidas pelos mais velhos no terreiro, em relação à comida a *Iyabassê* é a grande

“senhora da cozinha”, aquela que carrega toda a responsabilidade em relação ao preparo e organização dos pratos oferecidos as divindades, sendo rigorosa na sua missão, supervisionando tudo desde a compra dos alimentos até a finalização das oferendas.

Nos rituais primeiro se deve agradecer os Exus, essas divindades são assentadas na entrada das casas de candomblé como guardiões e se alimentam a base de dendê, aguardente, farinha de milho e pimenta. Maia de Aguiar (2012) aponta que as oferendas para Exu devem ser preparadas com muito cuidado para que a divindade receba tudo do seu agrado, observando sempre o ritual no preparo da comida, pois devem ser seguidos à risca conforme a tradição e um erro qualquer pode despertar a ira dos orixás.

Na elaboração das oferendas se deve prestar a atenção na vontade do orixá, o que é de seu agrado e o que não deve ser oferecido. A comida nas festas dos terreiros serve como elemento para reafirmar a sociabilidade entre os homens e as divindades, após ser ofertada para os orixás ela é compartilhada pela comunidade. Assim, a comida passa por uma trama condutora que perfaz toda uma rede de compartilhamentos e sociabilidade entre os religiosos, visitantes e convidados com o objetivo de perpetuar a memória e a crença popular.

Os terreiros se organizam como um espaço social e comunitário favorecendo inúmeras trocas afetivas, seu espaço é compreendido por áreas tanto sagradas quanto profanas carregadas de Axé – uma “energia vital” que é desenvolvida espiritualmente. No terreiro também é construída e reconstruída a memória coletiva do grupo através da transmissão oral, da experiência dos mais velhos, constituindo um lugar vital onde se interagem simultaneamente espaço, corpo e cultura.

A voz dos terreiros

A experiência do trabalho em campo é muito enriquecedora para o pesquisador por desvelar uma relação dinâmica entre o sujeito observador e o

objeto de pesquisa. Muitas vezes vamos a campo buscar dados para confirmar ou refutar nosso trabalho ou teoria, no entanto o contato com a experiência vivida e as narrativas dos sujeitos podem nos proporcionar situações inusitadas do cotidiano, nos emocionar, envolver e afetar.

Burke (2002) observa que a Nova História Cultural apresenta uma preocupação e interesse pela narrativa das pessoas comuns e pelo dia a dia das cidades para localizar nestes contextos os verdadeiros atores da história social. O autor aponta que a história deve ser apreendida para além dos documentos escritos e registros oficiais e que os historiadores devem prestar maior atenção para os fatos banais e corriqueiros da vida cotidiana.

Desejando tentar compreender melhor a situação das mulheres e o papel que desempenham na atualidade dentro dos terreiros, empreendemos um trabalho inicial através das narrativas de duas Zeladoras de terreiros de candomblé no Estado do Rio de Janeiro. O primeiro foi no bairro da Abolição situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, e o segundo situado no município de Nova Iguaçu.

Logo aprendi que não é tão fácil bater na porta da “Mãe de Santo” e solicitar uma entrevista como se fosse a coisa mais tranquila do mundo. Após algumas tentativas sem sucesso, percebi que precisava de auxílio para fazer essa intermediação. Após ajuda de um amigo e discípulo do candomblé, consegui contato com sua “Mãe de Santo” – que preferiu ficar no anonimato e que tem um terreiro no bairro da Abolição, um bairro residencial e tranquilo, com ruas arborizadas e sossegadas. O terreiro fica nos fundos da casa, um local reservado, pois quem está do lado de fora não tem ideia que ali funciona um terreiro de macumba.

“A Mãe de Santo” (anônima) que se intitulou filha de Iansã, de Oya Onirá disse que está na religião há 45 anos, mas foi iniciada há aproximadamente trinta anos no candomblé, informa não vir de uma linhagem de mães de santo, e conta que sua família é hoje na sua maioria evangélica, no entanto aos quatorze anos, começou a ter problemas espirituais quando foi

levada a um terreiro de umbanda por uma tia e, mais tarde, acabou sendo iniciada dentro do candomblé. Aponta que após alguns anos na religião sentiu necessidade de melhorar seus conhecimentos, mas verificou muitas novidades e inovações nas tradições do candomblé e coloca que uma das grandes dificuldades nos dias de hoje é fazer os filhos seguirem a raiz da religião.

Porque se você fica só dentro da sua casa e não procurar conhecimento, você não tem como levar a religião, porque tem muita. Mas eu procurei dentro da Angola mesmo, entendeu. Até hoje ainda procuro, porque hoje em dia tá muita novidade, não é como nós fomos iniciados. Eu fui iniciada de um jeito e hoje em dia você vai fazer um filho, você quer fazer aquele filho como você foi feito e você não consegue, porque eles estão tudo moderno. (MÃE DE SANTO (anônima), 2016).

A “Mãe de Santo” (anônima) coloca que passa os ensinamentos da religião, mas são poucos que querem seguir e muitos vão para outros caminhos, diz ela que “misturaram tudo”, muitas vezes se arrependem, mas voltam com “vícios” e que fica difícil aceitá-los se não continuarem com seu ritmo. A Zeladora narra que teve muita tristeza e decepções, e uma das suas maiores preocupações é a falta de respeito com as religiões de matrizes africanas, aponta que as novas tecnologias são responsáveis por uma mudança na tradição da religião.

Eles ligam o computador, eles veem várias coisas nos computadores, então eles querem fazer aquilo, e aquilo muitas vezes não dá certo, porque cada um tem sua opinião né. E se você tem sua casa e você foi criado ali, aprendeu ali e deu certo, você tem que fazer o quê, tem que amar sua casa, né (MÃE DE SANTO (anônima), 2016).

A Zeladora observa que o terreiro é um local de acolhimento para os necessitados. “Sempre fazemos muita coisa aqui, muita, não é pouca não. Meu terreiro é muito pequeno, mas ele é aconchegante”, acrescentando que “ser zeladora é uma vida de dedicação, de amor, muita fé”. Aponta que tem muitos zeladores estudiosos da religião, mas que no momento em que se faz o contato com o sagrado deve se seguir o que orixá manda, sua energia. A Mãe de Santo diz que as comidas são fonte de energia para os orixás e podem também ser preparadas por zeladores, no momento em que estão sendo iniciados, pois devem aprender como se faz, mas geralmente quem cuida da cozinha no terreiro são as mulheres, isto é, a Iyabassé que nomeia a verdadeira dona da cozinha.

No encontro queria saber mais sobre o papel das mulheres no terreiro, as festas e as comidas, mas seu tempo era curto, tinha pessoas esperando para serem atendidas por ela. No entanto, a Zeladora parecia querer falar do que mais lhe angustiava, isto é, das suas tristezas em relação à religião, quando ouvi atentamente as suas queixas sobre a dificuldade de se manter a tradição da religião de matriz africana na atualidade. Conforme aponta Burke (2011) as narrativas descrevem os tempos em que vivemos e a maneira pela qual nos relacionamos com ele.

Hall (2001) observa que o sujeito pós-moderno coloca em questão as identidades consideradas estáveis no passado e abre o espaço para a invenção e criação de novas identidades culturais, sendo formada ao longo do tempo, através de processos do inconsciente de cada indivíduo. “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as modernas” (HALL, 2001, p. 14).

Meu segundo encontro foi com a “Mãe Christina” ou “Mãe Auiza Lundire” como prefere ser chamada, fui levada por sua “filha de santo” Kelly Louzada, Coordenadora do Meninas e Mulheres do Morro – MMM, projeto desenvolvido no morro da Mangueira, onde realizamos em parceria com o CAC –

Comunicação, Arte, Cidade, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ pesquisas sobre mulheres que atuam através de uma rede de sororidade e solidariedade para melhoria de condições sociais e culturais das crianças e adolescentes da localidade.

O terreiro é localizado no Município de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro, fomos de trem da estação Maracanã ao centro de Nova Iguaçu, e dali pegamos um ônibus que demorou mais uma hora para chegar até a localidade, e ainda soam as palavras de Kelly no meu ouvido “querida, macumba boa é macumba longe”. A casa fica num bairro com ruas ainda de terra batida, onde esperar um ônibus pode demorar mais de 40 minutos, a casa era humilde e tinha um movimento de pessoas trabalhando numa obra para melhorias. Logo fomos recebidas por “Mãe Auiza Lundire”, uma mulher alta, morena de largo sorriso, à qual Kelly demonstrou imenso respeito.

“Mãe Auiza Lundire” aponta que a África e o Brasil são terras machistas, mas que a mulher no Brasil dentro do candomblé trilhou outros rumos e ao longo do tempo foi revelando sua força dentro da religião. “A mulher foi mostrando que ela pode sim dominar uma casa de santo, ela pode sim, organizar uma casa de santo, ela pode sim trabalhar, criar seus filhos e também cuidar de uma casa de santo” (LUNDIRE, 2016).

A Zeladora participa ativamente nas redes sociais principalmente pelo Facebook³, onde posta informações que considera relevantes para a compreensão a respeito da crença do candomblé. “Hoje nós temos uma luta grande, e eu sou uma das pessoas via internet, eu sou uma das pessoas muito polêmica porque eu tento mostrar para a sociedade que o candomblé não é isso aí que as pessoas tentam mostrar, que o candomblé é muito mais do que isso” (LUNDIRE, 2016).

“Mãe Auiza Lundire” fala que está no santo desde 1994, sendo iniciada na religião aos quinze anos, quando conheceu seu esposo e juntos construíram

³ Disponível em <<https://www.facebook.com/christina.fernandesdasilva.9?fref=ts>>. Acesso em 17 de jun. de 2016.

uma família e também o barracão. Aponta que a mulher tem uma força muito grande dentro do candomblé, pois cuida da família, da casa de santo e também cuida de adultos e adolescentes com cabeças completamente diferentes. Em sua fala coloca a preocupação com a intolerância religiosa e a falta de desconhecimento das pessoas sobre o candomblé. Aponta que já tirou adolescentes do crime e das drogas em razão de muitos terreiros fazerem um papel social e cultural.

Eu luto em prol do candomblé durante muito tempo. Hoje eu vivo mais. Eu não gosto da palavra política, porque acho que isso não combina muito com o povo de santo, mas eu venho tentando mostrar para as pessoas que uma casa de santo ela pode ter o resgate cultural, ela pode resgatar crianças e adolescentes que estão perdidos no mundo. Inclusive têm inúmeras histórias aqui de adolescentes que eu peguei que eu coloquei na minha casa. Além dos meus filhos eu coloco adolescentes dentro da minha casa para tentar não ir para o crime. E também não é essa demonização que as pessoas mostram, porque na verdade o candomblé nem acredita no demônio. Isso é uma coisa europeia que não condiz com a gente (LUNDIRE, 2016).

A Zeladora diz que a mulher tem a função de cuidar da pessoa recolhida, de zelar pela cozinha de santo, bem como pela comida da pessoa recolhida. Ela tem a função de zelar pelo santo tendo uma ligação ao mesmo tempo fraternal e maternal. Coloca que as mulheres da sua comunidade são muito carentes tanto economicamente como educacionalmente, mas conta que nos preceitos do candomblé isso não importante.

Na minha casa quando as mulheres chegam e tudo que elas não conseguem viver lá fora, aquela frustração de não conseguir evoluir lá fora, de não conseguir ser alguém lá fora, mas conseguem dentro de uma casa de santo. Porque

aqui elas se sentem mães, se sentem um pouco grandes, por quê? Porque aqui elas podem cuidar, elas podem zelar, elas podem orientar. Então assim, a mulher aqui ela tem um grande poder, ela é muito respeitada dentro da casa de santo. Tanto que os maiores cargos dentro de uma casa de santo geralmente são das mulheres. Então assim, a mulher aqui ela se encontra muito. Tanto que se você for dentro, você visitar inúmeras casas de santo, a maioria da população dentro do candomblé é mulher. Hoje tá crescendo muito, homens, mas a grande maioria... E o sacerdote procura. Porque a mulher dentro de uma roda de santo ela vestida é muito bonita, ela dentro de uma cozinha de santo, quando ela faz uma comida é diferente uma mulher, tem um toque feminino, quando tem aquela, a mão da mulher. (LUNDIRE, 2016).

Mãe Auiza Lundire aponta que o candomblé surgiu no Brasil, mas as mulheres trouxeram uma “ritualística” da África, pois elas sabiam fazer as comidas, pós de encantamento e pós de cura que aprenderam com seus ancestrais. Assim a Zeladora conta que quando se criou o candomblé no Brasil, se criou essa regra. “A mulher vai ficar na cozinha, a mulher vai cuidar da comida do santo, a mulher vai cuidar da iaô (filhos de santo) recolhidos” Aponta que hoje não é mais uma regra, pois muitos homens vão a cozinha de santo, inclusive seu marido que é “Pai Pequeno”, mas coloca que tradicionalmente no candomblé é a mulher quem é a responsável pelas “comidas do santo”.

A Zeladora fala que oferecer a comida ao santo é estar trocando energia. Aponta que a oferenda para a divindade tem por objetivo pedir proteção para a cabeça, para abrir bons caminhos, bem como trazer saúde e fartura a vida dos religiosos. Informa que a comida não é desperdiçada, que tudo isso é um mito, uma vez que, a comida é compartilhada em uma grande confraternização para que todos comam.

O africano não permite o desperdício até mesmo porque é uma raça que sofreu muito com a pobreza, com a dificuldade alimentar, com aquela

coisa. Então jamais eles iam permitir que aquilo tudo seja desperdiçado. Não existe isso dentro do culto da gente, isso é um mito que as pessoas criaram na sociedade. [...] Até quando a gente vai sacrificar os animais, a gente pede permissão a deus pra fazer aquele ato. Porque ninguém come o bicho vivo, isso é um fato. Você vai à sua mesa, você tem um bife, você tem uma galinha e como eles são sacrificados dentro de um abatedouro? Dentro de uma casa de santo não! Certo. O candomblecista não poderia comer carne de abatedouro, eles só poderiam comer bichos que foram sacrificados com a permissão de deus, com reza, com essa coisa toda. Então assim, quando a gente faz isso tudo, lógico que a gente oferece o sangue a terra e como uma vitalidade para a pessoa, para a casa de santo, e o restante do animal é dividido entre o povo na casa de santo, ou os visitantes quando tem uma grande festa, porque não existe desperdício, isso aí é inaceitável dentro de uma casa de santo (LUNDIRE, 2016).

Mãe Auiza Lundire relata que para o povo africano tudo é motivo de comemoração já que existe a morte do corpo, mas não a morte do espírito e quando algum ente querido falece, eles comemoram porque na verdade ele está indo para o grande reino verdadeiro, a verdadeira vida. Assim, se comemora com a iniciação no santo e com a morte também. “E a gente canta, a gente dança por felicidade daquele momento tão especial na vida de cada um”. Aponta que os rituais são comemorados com tudo que foi oferecido para que haja uma troca de energia. A Zeladora conta que a porta do terreiro está sempre aberta e que não há preconceito, que o candomblé está de coração aberto para todos.

A casa de santo não se restringe a só dançar o candomblé, ela tem que ter um serviço social, se ela não tiver um serviço social é só mais uma. Então assim, eu me foquei, a minha casa de santo que hoje eu me foco, eu não foco em beleza, eu me foco em ajudar. É uma coisa que eu venho com o povo do

santo, dentro da mídia, do face, porque o Facebook tem uma força muito grande. Nas viagens que eu faço, tento falar isso. E eu, por eu ser mulher eu me foco muito nas meninas. Porque quando você pega um jovem e consegue fazer com que o jovem entenda que ele tem força, que se eu consigo qualquer um consegue (LUNDIRE, 2016).

Quando terminamos a entrevista Mãe Auiza Lundire falou da importância de se falar mais sobre as religiões de matriz africana, bem como levar para as pessoas uma outra visão sobre os terreiros de candomblé. Conforme assinala Burke (2011) os fatos triviais narrados pelos sujeitos são muito importantes para tentarmos entender uma cultura, no entanto muitas culturas dominadas pela escrita tendem a esvaziar os efeitos da narrativa dos reais sujeitos do cotidiano. “A história oral só nos relata o trivial sobre as pessoas importantes e as coisas importantes (através de sua própria visão) das pessoas triviais” (BURKE, 2011, p. 174).

Além dos terreiros visitados se mostrarem como espaços de transmissão da espiritualidade, também verificamos que são espaços que transbordam afetos, em razão de se desvelarem como um lugar aglutinador de muitas situações sociais. O alimento para a família de santo aparece como elo para unir as pessoas com as divindades, mas também serve para ser compartilhado. Os banquetes oferecidos dentro desses espaços são fonte de energia e de trocas de experiências mágicas e de criação e (re) criação de laços afetivos entre os que ali se encontram.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. De. *Uma história do negro no Brasil* / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BASSANEZI, Maria Silvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. Carla Bessanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Org). São Paulo: Contexto, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo. T. A Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo. 1987.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, Maria Odila. Escravas: Resistir e sobreviver. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. Carla Bessanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Org). São Paulo: Contexto, 2013.

DUBY, G. *Eva e os padres: Damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. (Título original The City of Women [1947]). Trad. Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1967.

LUNDIRE, Auiza [Entrevista]. *Entrevista* concedida a Claudia Domingues no Terreiro Ndunda Ria Muxitu, Nova Iguaçu, RJ, em 02 de agosto de 2016.

MÃE DE SANTO (anônima). *Entrevista* concedida a Claudia Domingues, no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 2016.

MAIA DE AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira. “*Cadê meu ajeum?*”: A comida e seus vários significados nos terreiros de candomblé de Aracaju, 2012. Disponível em: <<http://files.grupam.net/200000211-6c8a26f78d/CAD%C3%8A%20MEU%20AJEUM.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

_____. Os orixás, o imaginário e a comida no candomblé. In: *Revista Fórum Identidades*. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1834>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

MANDARINO, et al. Candomblé, corpos e poderes. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 43, p. 199-217, jan./jun.2013.

Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/6618/4865>>. Acesso em 03 de junho de 2016.

MORIN, Edgar e BAUDRILLARD, Jean. *A Violência do Mundo*. Trad. Ana Paula de Viveiros. Título original: *La violence du monde*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

SANTOS, Luis Carlos F. Filosofia de raiz africana como um pensamento da complementaridade. In: *Revista África e Africanidades* - Ano 2 - n. 8, fev. 2010. Disponível em <<http://www.ucb.br/sites/000/14/raizafricanacomplementaridade.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

SANTOS, Rafael Camaratta. *ARÁYÉ A JENBO*: Um Estudo sobre a Comensalidade em um Terreiro Keto da Bahia. In: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1021295_01_07_2015_00-17-45_9971.pdf>.

SODRÉ, Muniz. *Comunicação Transcultural*: pensar o outro. Apontamentos retirados das aulas do Professor Muniz Sodré. 1º semestre/2016 - Programa de Pós-Graduação da Escola de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

_____. Cultura, corpo e afeto. In *Revista Dança*. Salvador, v.3, n.1, p. 10-20, jan./jul. 2014. Disponível em <www.portalseer.ufba.br/index.php/revistadanca/article/view/13161>. Acesso em 03 de junho de 2016.

_____. *O terreiro e a cidade*: A forma social negro-brasileira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1988.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano. Comida de santo e comida de branco. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, v.11, nº 21. 2014. Disponível: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2872/2691>>. Acesso em 03 de junho de 2016.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: *História das Mulheres no Brasil*. DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). São Paulo: Contexto, 2013.

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Processos de criminalização das identidades *trans*

Luis Felipe Dantas
Ana Carolina França
Clarissa Dutra
Iamara Peccin

Resumo

A criminologia crítica se ocupa do estudo da relação entre norma, transgressão e castigo. Compreende-se norma como objeto inscrito na cultura e na história e reafirmado por práticas sociais pautadas em condutas religiosas, morais e legais. A transgressão às normas sempre resulta em algum tipo de punição, e pode ser compreendida por dois diferentes processos. Por um lado os processos de incriminação, que são constituídos pela transgressão à norma penal, aquela que se estabelece por meio de leis. Por outro lado, os processos de criminalização, definidos pela transgressão de normas subjetivas - cujos efeitos são objetivos e concretos. Neste estudo investigaremos os processos de criminalização que incidem sobre as identidades *trans*, uma vez que, cotidianamente, “pessoas ‘*trans*’ são penalizadas mesmo que não seja pela via das sanções penais legitimadas pelo estado” (SILVA, 2014, p. 1).

Palavras-chave: identidade; criminalização; gênero.

Resumen

La criminología crítica se ocupa del estudio de la relación entre norma, transgresión y castigo. Se comprende norma como objeto inscrito en la cultura y en la historia y reafirmado por prácticas sociales pautadas en conductas religiosas, morales y legales. La transgresión a las normas siempre resulta en algún tipo de castigo, y puede ser comprendida por dos diferentes procesos. Por un lado los procesos de incriminación, que están constituidos por la transgresión a la norma penal, aquella que se establece por medio de leyes. Por otro lado, los procesos de criminalización, definidos por la transgresión de normas subjetivas - cuyos efectos son objetivos y concretos. En este estudio investigaremos los procesos de criminalización que inciden sobre las identidades *trans*, una vez

que, cotidianamente, “personas ‘trans’ son penalizadas aunque no sea por la vía de las sanciones penales legitimadas por el estado” (SILVA, 2014, p.1).

Palabras clave: identidad; criminalización; género.

Abstract

Critical criminology deals with the study of the relation between norm, transgression and punishment. The norm is understood as an object inscribed in culture and history and reaffirmed by social practices based on religious, moral and legal conduct. The transgression of norms always results in some kind of punishment, and can be understood by two different processes. On the one hand, the processes of incrimination, which are constituted by the transgression to the penal norm, that which is established by means of laws. On the other hand, the processes of criminalization, defined by the transgression of subjective norms - whose effects are objective and concrete. In this study we will investigate the processes of criminalization that affect trans identities, since, daily, “trans people” are penalized even if it is not through the criminal sanctions legitimized by the state “(SILVA, 2014, p.1).

Keywords: identity; criminalization, gender.

Introdução

A criminologia crítica se ocupa do estudo da relação entre norma, transgressão e castigo. Compreende-se norma como objeto inscrito na cultura e na história e reafirmado por práticas sociais pautadas em condutas religiosas, morais e legais. A transgressão às normas sempre resulta em algum tipo de punição, e pode ser compreendida por dois diferentes processos. Por um lado os processos de incriminação, que são constituídos pela transgressão à norma penal, aquela que se estabelece por meio de leis. Por outro lado, os processos de criminalização, definidos pela transgressão de normas subjetivas - cujos efeitos são objetivos e concretos. Neste estudo investigaremos os processos de criminalização que incidem sobre as identidades trans, uma vez

que, cotidianamente, “pessoas ‘trans’ são penalizadas mesmo que não seja pela via das sanções penais legitimadas pelo estado” (SILVA, 2014, p. 1).

Vergueiro (2011) aponta que apesar de as pessoas trans estarem conquistando espaço na política e alguns direitos, essas possibilidades são limitadas pela ausência da categoria em posições decisórias, tanto no âmbito da saúde quanto na justiça e até mesmo na academia. A ausência de pessoas trans como pesquisadoras ou doutoras contrasta com sua presença crescente na posição de sujeitos-objetos de estudo, servindo, por vezes, como instrumento para a validação de teorias e propósitos políticos, sem que haja a oportunidade de falarem sobre si mesmas. Tendo isso em vista, buscamos, para a construção do presente artigo, fazer uso de uma bibliografia composta somente por autoras trans. Não se trata de afirmar que apenas pessoas trans possam pensar sobre questões relativas à suas realidades, mas sim compreender que há um potencial inexplorado capaz de desestabilizar os discursos dominantes sobre os conceitos de gênero em suas histórias, e que, a partir de nossa posição de privilégio temos o papel de visibilizá-las.

Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, que consiste em uma tese teórica onde se compila os dados a partir de artigos e textos encontrados online, com a finalidade de se chegar a uma conclusão acerca do tema em questão: a criminalização das identidades trans. O principal critério de elegibilidade dos artigos selecionados foi escolher somente material escrito por autoras trans e que falem sobre o que tange a criminalização dessa população. Todos os textos foram publicados integralmente *online*, e estavam disponíveis gratuitamente. A busca foi feita com restrição de língua, procurando-se apenas material em português e inglês, com a bibliografia sendo adquirida até 14 de dezembro de 2016. Dentre os 13 trabalhos que foram encontrados, foram utilizados artigos, relatórios de dados estatísticos e relatos pessoais de ativistas trans. Apenas 9 trabalhos foram utilizados por se encaixarem nos critérios de seleção adotados.

Segundo Cross (2010), há diversas origens teóricas da transfobia (nome dado à opressão estrutural de pessoas trans). A primeira é a tendência de universalizar o gênero como um todo através do binarismo masculino-feminino, assumindo-se que toda mulher é fundamentalmente igual às outras, assim como os homens, cada grupo possuindo interesses e corpos idênticos. Isso exclui por fundamento qualquer outra forma de expressão do gênero que fuja do paradigma binário, inclusive as pessoas trans.

Outra forma é ao tratar “o transexual” como um terceiro gênero, o que subverte toda a vivência das pessoas trans, tanto homens quanto mulheres, visto que as identidades trans são, muitas vezes, tão atravessadas pelas masculinidades e feminilidades quanto as identidades cis.

Além disso, a transfobia aparece quando os paradigmas de pessoas cis são impostos às pessoas trans, tornando-os profundamente relevante em suas vidas, ao ponto de forçar as pessoas trans a se submeter a estereótipos de gênero que nem sempre condizem com as suas realidades.

Aliás, percebe-se uma tendência de o colonizador ter poder de falar sobre o colonizado, o que acontece de forma análoga com as pessoas trans, de acordo com o processo de normatização. Isso porque os estudos, as definições, e mesmo a caracterização da transsexualidade costumam ser definidos pelas teorias de pessoas cis, o que limita a aplicabilidade desse conceito.

De acordo com Silva (2014), a sociedade brasileira está calcada no binarismo sexual, que pressupõe que o gênero seja algo natural e se apresente de forma congruente ao sexo biológico. Essa lógica se impõe de forma violenta sobre as subjetividades e corpos dos indivíduos, marginalizando, excluindo e discriminando aquelas ou aqueles que não se adequem à norma. Segundo Jesus (2012), perdura em nossa sociedade uma percepção sexista de que algumas pessoas são legítimas, enquanto outras têm sua humanidade negada.

Dá-se à norma que compreende as identidades cis como “normais” em relação às identidades trans o nome de cisnormatividade. Compreendemos, assim como Vergueiro (2011), a relevância política do uso do prefixo ‘cis’,

utilizado por ativistas trans como ferramenta de desestabilização dessa norma, ao descentralizar o grupo dominante e defini-lo apenas como uma alternativa possível da experiência do gênero. Ainda segundo a autora, a percepção de que as transgeneridades são inferiorizadas e desumanizadas em relação à norma cis define o seu interesse comum de posicionar-se criticamente diante da hierarquização sistêmica das perspectivas de gênero e, assim, encontrar formas de resistência.

Pessoas trans são punidas pela transgressão à cisnormatividade das mais variadas formas: a negação de seu nome e seu gênero, a patologização de suas identidades, a exclusão do âmbito familiar, do espaço escolar e acadêmico assim como de diversas outras instituições, a marginalização, a discriminação, o assédio, agressões, crimes violentos, a morte.

De acordo com Jesus (2013), a condenação de Roberto Farina, médico pioneiro em cirurgias de redesignação sexual, foi respaldada em afirmações significativas da visão “do sexo biológico como destino” (JESUS, 2013, p. 103) e que permanecem até hoje como argumentos da sociedade transfóbica para impedir a expressão plena do gênero das pessoas trans. Mesmo com o advento, em 1979, da Classificação Internacional de Doenças 9, que, ao passo que patologizava as pessoas trans, definia como tratamento a cirurgia, não foi até 1997 que o CFM deixou de proibir essa intervenção. Ainda hoje, do ponto de vista médico, as pessoas que não desejam realizar a intervenção cirúrgica nos corpos, adequando-se ao seu gênero por meio de hormônios e roupas, são excluídas da categoria de transexual. Sobre isso, Jesus (2013) diz que

essa classificação parte de uma compreensão biologizante dos gêneros, que trata gênero como uma configuração puramente genética, senão meramente genital, confundindo-o com sexo biológico, de modo que qualquer expressão de gênero diferente da atribuída ao nascimento e esperada socialmente para pessoas com vagina ou com pênis é considerada anômala e classificada como um transtorno (JESUS, 2013, p. 104).

Vergueiro (2011) destaca o efeito dessas construções médicas sobre os entendimentos jurídicos acerca da temática de gênero. Ao se utilizar do termo “sexo”, está implícito que todas as pessoas devem se encaixar em um dos dois sexos biológicos que compreendem a lógica binária. Segundo a autora, assumir isso implica uma premissa para se recusar a alteração do sexo legal em casos em que não tenha havido intervenção cirúrgica para a redesignação sexual, sob pretexto de haver ‘falta de interesse de agir’ da mulher transexual. Essas opressões, segundo Vergueiro (2011), estão ligadas ao distanciamento das pessoas trans de posições decisórias, que reforça o papel de “colonizada” em que as possibilidades políticas muitas vezes não passam de demandar dignidade dentro de uma estrutura cisnormativa. Sobre isso, Cross (2010) diz que

nós [pessoas trans] fomos e ainda somos exploradas por pesquisadores para suportar suas teorias – sejam elas psicológicas, antropológicas ou sociológicas – mas raramente temos a oportunidade de falar sem que o homem ou mulher cis de jaleco branco interprete o que dizemos ou interponha uma identidade para nós (CROSS, 2010, tradução nossa).

Jesus (2013) complementa esse ponto de vista afirmando que essa patologização configura um tipo de violência contra as pessoas trans, por participar do processo de desumanização que vem desde a exclusão desse grupo de fazer decisões autônomas sobre os seus próprios corpos. A caracterização, portanto, segundo Jesus (2013) dos assassinatos de travestis e pessoas trans como crimes de ódio, no nível micro, e genocídio de uma população, no nível macro, visa a impedir a invisibilização da correlação entre os acontecimentos. Muitas vezes, eles são tomados como isolados, mas se torna essencial revelar o seu mecanismo de intolerância visto que encerra a impossibilidade de convivência com pessoas de diferentes vivências de gênero.

Como aponta, ainda, Jesus (2013), do total de 816 assassinatos de pessoas trans em 55 países de 2008 a 2011, segundo dados do *Transgender*

Europe, aproximadamente 79% aconteceram na América Latina, em especial no Brasil. Ainda sobre esses dados, vale ressaltar que a maioria dos crimes contra pessoas trans ocorre nas ruas, o que se dá em parte porque grande parte delas trabalha como profissionais do sexo (profissão muito atribuída a pessoas trans e, principalmente, travestis), provavelmente devido ao alto índice de evasão escolar que sofrem historicamente. Finalmente, percebe-se que muitos casos acontecem por meio de tiros, o que indica premeditação e ainda, em alguns casos, ainda se apedreja as vítimas. O Brasil é responsável por quase 40% dos casos de assassinatos de pessoas trans entre 2008 e 2011 no mundo, de acordo com os dados do *Transgender Europe*.

Jesus (2013) categoriza o assassinato de pessoas trans no Brasil como genocídio devido a sua expressividade numérica; ao seu enquadramento como crime de ódio, por sua natureza de cunho discriminatório e a sua identificação com a maioria dos atos ligados a genocídios. Os crimes cometidos contra pessoas trans, são, em maioria, premeditados e violentos, procura-se matar não só a vítima, mas aquilo que ela representa. Deste modo, não são apenas os assassinatos que constituem o genocídio da população trans no país, ele está presente nos demais processos de criminalização que incidem sobre suas identidades, os quais não objetivam matar essa população, mas sim seus modos de existência.

Considerações finais

É a partir das reflexões desta pesquisa que se percebe o quão importante é tratar desse tema tanto na rua quanto na academia, a fim de reivindicar os direitos civis e humanos a uma população historicamente marginalizada e, como identificamos por meio das pesquisas, assassinada. Os processos de criminalização, que envolvem a normatização e seguem, de acordo com a Criminologia Crítica, o sentido da norma, transgressão e castigo, devem ser postos em análise constantemente, para que seja impedida a banalização e

invisibilização da causa trans e, assim, conquistada a autonomia dessa categoria frente à lei e, mais do que isso, frente à sociedade cisnormativa.

A academia deve voltar sua produção de pesquisas de modo a dar visibilidade a essa luta, assim como a outros grupos marginalizados. É possível inferir nos dados expostos anteriormente que o processo de criminalização das pessoas trans é a causa da morte destas e de seu sofrimento psíquico. É necessário que as pesquisas avancem cada vez mais, de modo a formar profissionais que pensem tais questões e que se aliem aos movimentos sociais e luta das classes oprimidas. A universidade de nada nos servirá se não trabalhar para uma sociedade mais igualitária e que aceite a diversidade.

Além disso, é preciso pensar políticas públicas que pensem as pessoas trans dentro da universidade, de modo que seu ativismo se dê tanto na rua quanto na produção de conhecimento acadêmico, agindo na micro e macro política. É preciso que se expanda as políticas de assistência estudantil, de maneira a pensar as singularidades das pessoas transgêneras e sua dificuldade de se manter no espaço da universidade, garantindo não somente seu acesso, como também sua permanência. Somente dessa forma será possível garantir que as pessoas trans falem de si mesmas e consigam pautar suas necessidades de maneira autônoma.

Referências bibliográficas

CROSS, Katherine. *A Social Symphony: The Four Movements of Transphobia in Theory*. 2010. Disponível em: <<https://quinnae.com/2010/10/29/a-tireless-waltz-the-four-movements-of-transphobia-in-theory>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *A negação do corpo feminino*. 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/233854677>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista*. 2013. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publica>

tion/259384737_Feminismo_e_Identidade_de_Genero_Elementos_para_a_construcao_da_teorias_transfeminista>. Acesso em: 15 de. 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. 2013. *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SILVA, Mariah. *Gênero e criminalização na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Revista do CFCH, 2014. Disponível em: <<http://revista.cfch.ufrj.br/index.php/187-genero-e-criminalizacao-na-experiencia-transexual>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

VERGUEIRO, Viviane. *Pela descolonização das identidades trans*. 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/307345903/Pela-Descolonizacao-Das-Identidades-Trans>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Recebido em: Setembro / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

La vía ecuatoriana. Transformaciones y desafíos de la Revolución Ciudadana

María del Carmen Villarreal Villamar

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é ilustrar algumas das mudanças socioeconômicas e políticas mais importantes ocorridas durante o governo da Revolução da Cidadania. Por esta razão, vamos analisar o significado dos governos da Aliança do País após um extenso período de instabilidade política e desequilíbrio econômico no país. Finalmente, vamos descrever os desafios mais importantes dessa experiência, analisando as relações críticas entre os movimentos sociais do governo e a mídia.

Palavras-chave: Equador; Revolução da Cidadania; boa vida.

Resumen

El principal objetivo de este trabajo será evidenciar algunas de las principales transformaciones socioeconómicas y políticas que han tenido lugar en el Ecuador durante el gobierno de la Revolución Ciudadana. En este sentido se analizará el significado de los gobiernos de Alianza País después de un largo periodo de inestabilidad política y desequilibrios económicos. Finalmente, con el objetivo de ilustrar algunos de los principales retos de esta experiencia, nos detendremos en analizar las relaciones críticas del actual gobierno con los movimientos sociales y los medios de comunicación.

Palabras clave: Ecuador; Revolución Ciudadana; buen vivir.

Abstract

The main goal of this job is to illustrate some of the most important socioeconomic and political changes that took place during the Citizenship Revolution government. For this reason, we are going to analyze the significance of the Country Alliance's governments after an extensive period of political instability and economical disequilibrium in the country. Finally, we are going to depict

the most important challenges of this experience, analyzing the critical relations between the government social movements and the media.

Keywords: Ecuador, Citizenship Revolution; good living.

Breves rasgos del Ecuador antes de la Revolución Ciudadana

Desde su integración al mercado internacional hasta principios de la década de los setenta, la economía ecuatoriana fue de tipo primario-exportadora. A partir de mediados de los setenta se produjo, sin embargo, un cambio fundamental que habría de alterar el curso del país. En la región amazónica fueron descubiertos importantes yacimientos petrolíferos que posibilitaron la extracción, refinación y posterior exportación de crudo. Dichas actividades contribuyeron a aumentar los recursos públicos para financiar políticas sociales y dar inicio a la estrategia de Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI), pero no fueron suficientes para generar cambios estructurales capaces de transformar las bases de la economía nacional. Así, a una economía endeudada y fuertemente dependiente de las oscilaciones del precio del petróleo y otras materias primas, se sumaría más tarde la aplicación de políticas neoliberales fruto del “Consenso de Washington” (PALAZUELOS, VILLARREAL, 2012).

A pesar de sus promesas, la implementación de las recetas neoliberales no mejoró las perspectivas de vida de los ecuatorianos, ni mucho menos el desempeño de la economía nacional. En efecto, según Acosta y López (2003, p.3-5) durante el periodo 1981-1998 la economía ecuatoriana creció a un promedio anual de 2,5% y en 1999 entró en una profunda crisis que acabó determinando su dolarización. Debido a la convergencia de varios factores que causaron la pérdida de recursos y servicios por parte de la población al igual que la insuficiencia de las respuestas públicas, los ecuatorianos soportaron un aumento exponencial de los niveles de pobreza y desigualdad nacionales. Entre 1990 y 2000, en plena vigencia del neoliberalismo,

el número de pobres pasó de 3,9 a 9,1 millones, mientras que la extrema pobreza se duplicó de 2,1 millones a 4,5 millones (ACOSTA, LÓPEZ, 2003, p.3). Contemporáneamente, el 20% más rico del país aumentó sus beneficios del 52% a más del 61%, mientras que el 20% más pobre los redujo del 4,6% a menos del 2,5% (ACOSTA, 2006, p.41).

Este proceso produjo no sólo la pérdida de confianza en las instituciones o el descontento generalizado de la sociedad ecuatoriana, sino que dio lugar a un flujo migratorio nunca antes visto que provocó la salida de más de 10% de la población¹. Desde el retorno a la democracia, la sociedad ecuatoriana asistió además a una profunda crisis de gobernabilidad que determinó una elevada inestabilidad de los cargos públicos. En este sentido, según Fontaine y Fuentes (2011, p.247), desde 1979 el país contó con 11 diversos mandatarios presidenciales, que ejercieron sus funciones en promedio durante dos años.

En este escenario de fuertes contrastes entra en escena el coronel Lucio Gutiérrez de la mano de partidos políticos progresistas y movimientos sociales. Su elección como presidente en 2002 constituye, en efecto, un elemento central para comprender la sucesiva participación de movimientos alternativos y candidatos outsiders en las elecciones presidenciales del país (FREINDENBERG, 2008, p.26). Pero a pesar de las esperanzas que suscitó entre la población, Gutiérrez abandonó pronto sus propuestas electorales, estableció estrechas alianzas con sectores conservadores y se vio envuelto en diversos escándalos de corrupción y nepotismo. La respuesta de las calles no se hizo esperar y en 2005 tras numerosas manifestaciones, más tarde definidas como la “Revolución de los Forajidos”, Gutiérrez fue depuesto y la Presidencia de la República fue asumida por su entonces vicepresidente Alfredo Palacio que nombró a Rafael Correa como Ministro de Economía y Finanzas.

¹ Los ecuatorianos residentes fuera del país están concentrados principalmente en América del Norte, Europa y América Latina, siendo los destinos principales Estados Unidos, España, Italia, Venezuela y Chile.

En su breve trayectoria en la administración de Palacio, Correa se aproximó al gobierno venezolano y estableció un fondo especial que redistribuyó los ingresos petrolíferos a favor de la inversión social (ORTÍZ, 2008). Los resultados de estas decisiones fueron inmediatos y acabaron determinando su renuncia, pero al mismo tiempo le otorgaron notoriedad pública y la simpatía de la población ecuatoriana que anhelaba con ansia la llegada de nuevos líderes capaces de construir una nueva realidad.

Rafael Correa y el surgimiento de Alianza País

Tras su exitoso debut en el Ministerio de Economía, Rafael Correa formalizó su precandidatura independiente a la Presidencia de la República en diciembre de 2005 y poco tiempo después, con el objetivo de respaldar sus propuestas, fue creado el movimiento Alianza País, expresión que como acrónimo significa “Patria Altiva y Soberana”. Aunque los antecedentes de su proyecto se remontan a la oposición social frente a las políticas neoliberales, en Alianza País confluyen destacados líderes progresistas y personajes públicos de diversas tendencias políticas, al igual que activistas y miembros de movimientos sociales, religiosos o ambientalistas (HERNÁNDEZ, BUENDÍA, 2011, p.132).

Una vez creado, y luego de que se formalizaran las candidaturas para presidente y vicepresidente de la República, Alianza País surgió como un movimiento ciudadano, alternativo y crítico con los partidos tradicionales y las instituciones más desprestigiadas del país como el entonces Congreso Nacional para el que no presentó candidatos. Más tarde, durante la campaña presidencial, bajo lemas como “*Volver a tener Patria*” o “*Ecuador ya es de todos*”, sus propuestas hicieron hincapié en la necesidad de recuperar el protagonismo del Estado, la soberanía económica y la inversión social por encima de los intereses financieros y de las obligaciones en relación al pago de la deuda externa. Con estos objetivos y en búsqueda del sueño de hacer del Ecuador “un país alegre, optimista y con futuro”, el Plan de gobierno

2007-2011 (ALIANZA PAÍS, 2006, p.19) incluía los siguientes ejes programáticos: 1) La revolución constitucional y democrática, volcada a plasmar en un nuevo texto constitucional las bases de la transformación social, económica y política del Estado; 2) La revolución ética que supondría un combate frontal a la corrupción y a la evasión fiscal, así como el establecimiento de mecanismos de transparencia en la administración pública; 3) La revolución económica y productiva, cuyo objetivo era establecer un nuevo modelo económico, opuesto al modelo neoliberal, más inclusivo y a favor de las personas por sobre los intereses del capital; 4) La revolución educativa y de salud que serviría para priorizar la inversión social y superar los rezagos del país en estos sectores; y finalmente, 5) La revolución por la dignidad, la soberanía, y la integración latinoamericana, cuya finalidad era reformular las relaciones internacionales del país, aproximándose a los países latinoamericanos y asumiendo posturas más favorables a los intereses nacionales.

En las elecciones presidenciales de 2006, Correa obtuvo la mayoría de los votos en la segunda vuelta y su victoria alimentó las esperanzas de los sectores progresistas del país transformando, por otro lado, de manera profunda el sistema político ecuatoriano. A decir verdad, su llegada no solo provocó la irrupción de un nuevo actor político en el escenario nacional, sino que determinó el fin del monopolio de los partidos políticos tradicionales que habían gobernado el país desde el retorno a la democracia en 1979 (MACHADO, 2007, p.133).

Una vez asumida la Presidencia de la República el 15 de enero de 2007, Correa cumplió con su principal promesa electoral y convocó la Asamblea Constituyente que, tras su aprobación en consulta popular, habría de dar origen a la Constitución de Montecristi. Desde sus inicios el nuevo Gobierno nacional dirigió también sus esfuerzos a la recuperación del rol del Estado en la rectoría de la política pública y en la planificación del desarrollo nacional. Creó además una Comisión de Auditoría para la revisión de la deuda pública del Ecuador, estableció las primeras medidas para la recuperación de la pro-

piedad pública de recursos estratégicos para el país, y redefinió finalmente las relaciones internacionales de la nación (RAMÍREZ, MINTEGUIAGA, 2007, p.96).

Estando en el poder, Alianza País extendió su estructura e incorporó a nuevas agrupaciones sociales y políticas, constituyendo una coalición denominada “Acuerdo País” que le garantizó la victoria en las elecciones de 2007 y la mayoría de los escaños en la Asamblea Nacional celebrada en la ciudad de Montecristi.

La Constitución de Montecristi y las promesas de transformación de la Patria

La Constitución del 2008, también conocida como Constitución de Montecristi o del Buen Vivir, fue aprobada mediante referéndum por la mayoría absoluta de los votantes (63,9%). Una de sus características más destacadas es que constituye el resultado de un proceso ampliamente participativo que incluyó mediante “Asambleas Itinerantes” y numerosas iniciativas de carácter personal y colectivo, tanto a la población residente en el país como a los ecuatorianos fuera de las fronteras nacionales (SALAZAR, 2009, p.332).

Por factores como la inestabilidad política y el desprestigio de algunas instituciones antes analizados, la nueva Constitución refuerza a nivel político el papel del Ejecutivo y define la Asamblea Nacional como titular de la función legislativa en detrimento del Congreso Nacional. Establece asimismo la asunción por parte del Estado del control exclusivo de sectores estratégicos como energía, agua, biodiversidad, minería y telecomunicaciones, al tiempo que ofrece una nueva propuesta de descentralización y autonomía territorial. Por el contrario, desde el punto de vista institucional reforma la estructura del Estado, estableciendo, por ejemplo, el Sistema Nacional de Planificación Participativa (SNDPP), y añadiendo a las funciones Ejecutiva, Legislativa y Judicial, la “Función de Transparencia y Control Social”, y la “Función Electoral” (SALAZAR, 2009, p.335-336).

Más allá del reordenamiento político e institucional, la importancia de la Constitución de Montecristi radica en que la misma establece un nuevo modelo de desarrollo que a través del *Sumak Kawsay* o Buen Vivir, se propone alcanzar la inclusión y la justicia social poniendo al centro del proyecto la figura del ser humano. El concepto de Buen Vivir, heredero de las cosmovisiones andinas implica, en este sentido, la consideración de elementos como la solidaridad, la redistribución y la felicidad, así como la importancia de la armonía con la comunidad y la naturaleza (ACOSTA, 2008, p.46).

Con el fin de lograr el “Buen Vivir” la nueva Constitución propone la erradicación de la pobreza, la promoción del desarrollo sustentable y la redistribución equitativa de la riqueza del país, recuperando el papel del Estado en la planificación del desarrollo y en la garantía de derechos. Su texto, amplía en este sentido las esferas de intervención estatal, estableciendo como objetivo primario el cambio de la matriz productiva del país y un nuevo modelo de economía social y solidaria. Reconoce además de forma pionera los derechos de la naturaleza y extiende los derechos políticos, sociales y económicos de la población. En materia de política exterior promueve la integración latinoamericana y declara al país como territorio de paz, con la relativa prohibición de bases extranjeras (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2008). Adicionalmente, debido a la importancia del colectivo emigrante del país, incluye numerosos artículos que abordan el fenómeno migratorio desde la perspectiva de la movilidad humana y ofrecen un enfoque ampliamente garantista de derechos y libertades.

Una vez entrada en vigor, la nueva Carta Constitucional impuso un régimen de transición por el que habría de convocarse nuevas elecciones. En estas últimas, celebradas el 26 de abril de 2009 Rafael Correa y su proyecto político obtuvieron la victoria con el 51,99% de los votos para el periodo 2009-2013 y, más tarde, fueron nuevamente confirmados en el poder hasta el 2017.

La construcción de un nuevo Ecuador en la práctica

Como consecuencia de la aplicación de políticas neoliberales, a finales del siglo XX Ecuador era uno de los países de América Latina con menores niveles de inversión social y significativos índices de desigualdad y pobreza. En concreto, de acuerdo con Azevedo y Robles (2008:8), en 2005 el país tenía un gasto social per cápita siete veces menor que el promedio de la región (658 dólares en 2000) y destinaba a la inversión social apenas el 29% del gasto público total y el 6% respecto al Producto Interno Bruto (PIB) frente a un promedio regional de respectivamente 61% y 16%.

En contracorriente, las administraciones de Alianza País han aumentado de forma expresiva la inversión social que ha pasado de suponer 1.976 millones de dólares en 2006 a 8.849 millones en 2014 (SENPLADES, 2015:49). Además, en el periodo 2006-2013 ha disminuido del 22,67% al 5,16% el porcentaje del Presupuesto General del Estado destinado al pago de la deuda externa pública. Ambos elementos son resultado directo de diversos factores. En primer lugar, estos derivan de la realización de una Auditoría externa promovida por el Estado, que supuso la renegociación de la deuda externa e ingentes ahorros para el país. En segundo lugar, los mayores recursos públicos se deben también a los elevados ingresos petroleros y fiscales que han superado con creces los obtenidos por administraciones anteriores.

Los mayores recursos petroleros se deben tanto al aumento global de los precios del producto como a las reformas introducidas por el Ejecutivo en lo que concierne la administración de los recursos, la negociación de los contratos y concesiones petroleras y las reformas aplicadas en el pago de impuestos del sector (WEISBROT, SANDOVAL, 2009, p.8). Los ingresos tributarios son, asimismo, producto de importantes transformaciones realizadas a partir de 2008 que han determinado la ampliación y modernización en el sistema de recaudación nacional. En concreto, según la Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES, 2015, p.47), en el periodo 2007-

2014 la recaudación supuso 74.310 millones de dólares frente a los 21.995 millones alcanzados en el periodo 2000-2006.

El incremento de fondos públicos ha determinado importantes logros en lo que concierne la dotación de infraestructuras, telecomunicaciones y servicios básicos para el país. En las áreas de salud y educación, por ejemplo, se han logrado reducir de forma considerable las tasas de analfabetismo, mortalidad infantil e incidencia de enfermedades graves asociadas con la pobreza, al tiempo que han aumentado las tasas netas de matrícula en todos los niveles educativos, ha mejorado la oferta formativa, el número de becas de grado y posgrado y se han acortado las brechas étnicas o de género vigentes en este ámbito. Además, el Gobierno nacional ha logrado disminuir también el déficit cuantitativo de vivienda y los porcentajes de hacinamiento en el país, a la vez que ha conseguido elevar progresivamente el acceso de más ciudadanos al agua potable y a los servicios de saneamiento (SENPLADES, 2015).

La mayor inversión en el sector social está también acompañada por diversas medidas que tienen por objetivo facilitar la inclusión económica y social de las personas más desfavorecidas del país. Para Naranjo (2013, p.31), los elementos más importantes de esta estrategia están constituidos por transferencias monetarias de carácter social como el Bono de Desarrollo Humano y las ayudas brindadas a discapacitados y adultos mayores. En la misma medida existen programas de desarrollo infantil, de alimentación y salud, además de pequeños programas de inclusión económica y subsidios para poblaciones carentes y para el consumo de combustibles y energía eléctrica.

Entre los resultados de estos proyectos cabe mencionar, según la Encuesta Nacional de Empleo, Subempleo y Desempleo (ENEMDU) de 2014, una disminución de la incidencia de la pobreza y de la extrema pobreza por ingresos en el periodo 2007-2014. En lo específico, el porcentaje de pobres por ingresos a nivel nacional ha registrado una disminución del 36,74% al 22,49%, mientras que la extrema pobreza ha decrecido de 16,45% a 7,65%, pese a lo cual,

existen significativas diferencias entre los sectores rural y urbano². De acuerdo a la misma fuente, los mayores ingresos en el sector social han determinado también el descenso de la desigualdad y de la distancia entre ricos y pobres del país. La desigualdad, por ejemplo, medida a través del coeficiente de Gini para los ingresos, ha registrado una tendencia decreciente, pasando de 0,5509 en 2007 a 0,4665 en 2014 con una mayor incidencia en el sector rural, aunque de manera no uniforme ni sostenida a nivel nacional (INEC, 2014).

Los éxitos de la estrategia gubernamental se extienden también al sector laboral donde, según la ENEMDU de 2014, la tasa de empleo adecuado corresponde al 49,28%, mientras que el desempleo asciende al 3,80%, y el empleo inadecuado (que comprende el subempleo, otro empleo inadecuado y el empleo no remunerado) corresponde al 46,69% de la población³. Vale recalcar que estos indicadores guardan estrecha relación con los efectos de la crisis internacional de 2008 sobre la economía del país. A pesar de ello, las políticas públicas en el sector registran logros significativos en lo que respecta a los derechos de los trabajadores. En efecto, la Ley Orgánica para la Defensa de los Derechos Laborales de 2012 extiende el periodo de protección posnatal para las madres trabajadoras y, por otro lado, asegura derechos y mejora la protección de grupos tradicionalmente excluidos como las empleadas domésticas o los agricultores. Algunos avances se registran también en otros ámbitos: en el periodo 2007-2014 se redujo, por ejemplo, la tasa de trabajo infantil a nivel nacional, pasando del 12,5% a 5,5%; mientras que el porcentaje de Población Económicamente Activa (PEA) afiliada a la segu-

² Los datos de la encuesta corresponden al mes de diciembre de cada año. Las diferencias hacen que, a título ilustrativo, la pobreza en la zona urbana sea del 16,43%, mientras que en la zona rural la misma alcanza el 35,29%. En el caso de la extrema pobreza por ingresos, las diferencias también son relevantes, pues si en las urbes este porcentaje alcanza el 4,49%, en las zonas rurales del país se dispara hasta suponer el 14,33% (INEC, 2014).

³ Dentro de esta macrocategoría, la tasa de subempleo equivale al 12,87%, mientras que los porcentajes de empleo no remunerado y otro empleo inadecuado son respectivamente del 7,07% y del 26,75% (INEC, 2014).

ridad social aumentó del 26% al 44% entre el 2007 y el 2014 (SENPLADES, 2015, p.53).

A pesar de los efectos positivos alcanzados por la política social del gobierno de la Revolución Ciudadana, no son pocas las críticas que se formulan en relación a sus efectos y eficacia. Así por ejemplo, desde algunas perspectivas, los avances del gobierno son considerados insatisfactorios. En particular se señala que en el periodo 2001-2006 la pobreza y la extrema pobreza se redujeron en alrededor de 20 puntos, mientras que a lo largo del periodo 2006-2010 la disminución ha sido mucho menor, equivaliendo a 5 puntos porcentuales a nivel nacional (Acosta y Ponce 2010, p.3). Desde esta óptica, los cambios registrados en el sector social, tampoco han eliminado problemas en lo que respecta, por ejemplo, la oferta o calidad de los servicios y a nivel laboral todavía no se han resuelto los problemas estructurales del área que implican significativas tasas de subempleo y bajos niveles de afiliación a la seguridad social.

Otras fuentes, por el contrario, aun reconociendo los avances en la reducción de la pobreza resaltan el carácter coyuntural de las políticas sociales y la escasez de transformaciones estructurales en el país. Los cambios introducidos por el Ejecutivo coinciden con la estructura precedente y si bien han mejorado las condiciones de diversos sectores, la sostenibilidad del gasto público es una de las grandes dificultades del gobierno, pues el fin del financiamiento público podría significar serios retrocesos en el futuro. En la misma línea, aunque las transferencias monetarias como el Bono de Desarrollo suponen corresponsabilidades en ámbito educativo y sanitario para sus beneficiarios, en la práctica el monitoreo y control de las mismas constituye aún un tema pendiente (NARANJO, 2013, p.79).

Al margen de las reformas sociales, desde el punto de vista económico, el Gobierno ecuatoriano ha impulsado también significativas transformaciones que están redefiniendo las características del país y sus relaciones comerciales. Así, aunque los principales destinos de las exportaciones ecuatorianas sigan

siendo los Estados Unidos y la Unión Europea, en los últimos años ha aumentado de manera considerable la importancia de las exportaciones hacia los países de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) y las dirigidas a Asia. En la misma medida, a lo largo del periodo 2007-2014, la economía nacional ha crecido anualmente en promedio 4,3%, frente al crecimiento de América Latina y el Caribe valorado en 3,2% (SENPLADES, 2015, p.46).

Por último, uno de los principales objetivos del proyecto dirigido por Alianza País es transformar la matriz productiva del Ecuador y disminuir su dependencia de bienes primarios. Por ello, se plantea pasar de una economía primario-exportadora, a una economía del conocimiento, fundamentada en la innovación, investigación y producción de bienes secundarios y de alta tecnología. Con este fin el Gobierno nacional ha impulsado en los últimos años el desarrollo del sector turístico y de nuevas industrias en ámbitos como las nuevas tecnologías y las energías renovables. Entre los proyectos promovidos destacan por su importancia la construcción de diversas hidroeléctricas; la financiación de la Ciudad del Conocimiento y Zona Autónoma de Desarrollo Yachay; la construcción de numerosos centros de investigación; y finalmente, las políticas de atracción de profesionales cualificados que buscan vincular a académicos e investigadores tanto nacionales como extranjeros a las universidades del país.

No obstante, los críticos apuntan a que la economía sigue produciendo materias primas y servicios de bajo valor agregado; mientras que la dependencia del petróleo y de sus altos precios genera un entorno de inestabilidad perenne, agravado recientemente por la caída de los precios en el mercado internacional. En la misma medida sostienen que las políticas promovidas por el Gobierno han generado una significativa deuda pública. Además, en vista de que China posee una importante parte de la misma, y de que el Gobierno necesitará futuramente nuevos fondos para dar continuidad a sus proyectos, se señalan también los peligros del aumento de la dependencia económica respecto a ese país. Finalmente, pese a la retórica del Gobierno

nacional sobre la construcción de un modelo alternativo basado en el principio de Buen Vivir o *Sumak Kawsay*, sus críticos le acusan de llevar adelante un proyecto desarrollista de modernización capitalista con redistribución social, fundamentado en la reprimarización de la economía nacional y en propuestas neoextractivistas (GUDYNAS, 2010; ACOSTA, 2013).

En lo que concierne las transformaciones en ámbito político, cabe señalar que si bien el Gobierno presidido por Rafael Correa ha dotado de estabilidad política al país, especialmente en la función Ejecutiva, el mismo no ha logrado resolver los fuertes desequilibrios que subsisten en el diseño institucional y que alimentan las fuentes de conflictividad social que analizaremos a continuación.

Los retos de la Revolución Ciudadana

Después de la victoria presidencial en 2009, Alianza País ha logrado diversos triunfos posteriores que le han asegurado continuidad en el poder. En las elecciones de 2013, Rafael Correa fue reelecto nuevamente con el 57,17% de los votos para ejercer un nuevo periodo presidencial que se extenderá hasta 2017. No obstante, debido a los efectos recientes de la crisis sobre la economía nacional, la gran popularidad del presidente, según CEDATOS (2015), se ha visto afectada de forma significativa. Así, por ejemplo, su índice de popularidad fue del 41% en 2015 frente al 68% registrado al inicio de su mandato.

A pesar de la relativa estabilidad política garantizada desde la llegada al poder de Rafael Correa, algunos de los problemas que afectan severamente a la reciente democracia ecuatoriana no han sido resueltos de forma satisfactoria. En efecto, según Pachano (2010, p.316), el país se distingue por tener un régimen hiperpresidencialista con escasez de contrapesos y mecanismos de control de la función Ejecutiva que conviven con problemas de transparencia e imparcialidad en ámbito público, desarticulación de la oposición, falta de diálogo entre sectores sociales y un discurso gubernamental que

favorece la polarización social e impide tanto el debate como las formas de manifestación de los desacuerdos con su gestión.

Una de las relaciones más conflictivas del actual Gobierno es la mantenida con los medios de comunicación que ha derivado en un conflicto sin precedentes: si el Gobierno nacional acusa a los medios de comunicación de ser el principal instrumento de la oposición y de carecer de ética periodística o rigor profesional; los medios de comunicación señalan al Ejecutivo como responsable por limitar la libertad de expresión, ejercer censura indirecta y poseer el control de numerosos medios que están al servicio de su propaganda política (PUNÍN, 2011, p.2-3).

El enfrentamiento entre los medios de comunicación y el Gobierno dirigido por Alianza País ha determinado una elevada confrontación con importantes consecuencias para la vida nacional. En realidad, los medios de comunicación se han convertido en la principal fuente de críticas y denuncias de corrupción o nepotismo respecto a los miembros del gobierno. El Ejecutivo, por otro lado, ha respondido incautando diversos medios, no renovando licencias y aprobando una cuestionada medida: la Ley Orgánica de Comunicación que establece la existencia de la Superintendencia de la Información y Comunicación (SUPERCOM) como organismo regulador. Como resultado de estas acciones, según la Asociación Andina para la Observación y Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS, 2014, p.7), el número de agresiones por parte de miembros del gobierno a los medios de comunicación y periodistas ha pasado en el periodo 2008-2014 de 22 a 254 casos.

Agrupaciones progresistas que, en principio, deberían estar del lado de la “Revolución Ciudadana”, es decir, el movimiento indígena, los movimientos sociales y sectores organizados de la sociedad ecuatoriana como sindicatos y grupos ambientalistas, también han manifestado públicamente su oposición y muchas veces su total desacuerdo con el Gobierno nacional, lo que denota la falta de consenso absoluto, frente a las propuestas gubernamentales y los

riesgos de conducir un proyecto político con escasa participación de figuras centrales en la vida nacional (PALAZUELOS, VILLARREAL, 2012).

La relación del movimiento indígena con el Ejecutivo, por ejemplo, está cargada de ambigüedades y sus diferencias residen en las visiones contrapuestas que los mismos manifiestan sobre cuestiones como la plurinacionalidad, el desarrollo o el control de los recursos del país. Por esta razón, aunque desde varios ámbitos se reconoce el hecho de que el Gobierno nacional ha impulsado importantes acciones a favor de estos pueblos, sus diferencias se han convertido en algunos casos en abierta oposición (LEÓN, 2010, p. 17). En consecuencia, pese a que diversas organizaciones y líderes indígenas están a favor del gobierno y sus políticas, tanto la CONAIE como otras agrupaciones han participado en movilizaciones y protestas nacionales en contra de las propuestas de regulación de recursos naturales y proyectos neoextractivistas del Ejecutivo.

Además de los desencuentros con el movimiento indígena, las tensiones y conflictos del gobierno con otros colectivos derivan, de acuerdo a Ospina (2009, p.213), de su visión unitaria y anti corporativista, así como de su retórica revolucionaria que clasifica a los grupos organizados en aliados o enemigos. Incluso para definir a grupos teóricamente favorables a su gestión es constante, por ejemplo, el uso de descalificativos, tales como “ecologismo e izquierdismo infantil”, “fundamentalistas ecológicos”, y “sectores radicales” cada vez que los mismos se manifiestan contrarios a algunas de sus propuestas. Esto ha determinado, en no pocas ocasiones, la persecución y detención de líderes y organizaciones sociales acusados de “terrorismo y sabotaje” (OSPINA, 2011, p. 27).

Los elementos apenas reseñados se relacionan además con los procesos de reestructuración que han tenido lugar en el seno de Alianza País desde la aprobación de la Constitución de Montecristi. Las tensiones internas derivadas en gran parte de la heterogeneidad del movimiento, han concluido tanto con el distanciamiento de colectivos progresistas, como con la salida de varios

de sus miembros fundadores entre los que se enumeran intelectuales y líderes sociales (HERNÁNDEZ, BUENDÍA, 2011, p.135). A estos factores cabe agregar el déficit democrático del movimiento y la centralización de la toma de decisiones. Finalmente, como sostiene Pachano (2010, p.315), la debilidad de su estructura política, a la par de la excesiva personalización y hegemonía de la figura presidencial, representan serias amenazas a la estabilidad y continuidad del proyecto, además de desgastar la ya frágil democracia ecuatoriana.

Reflexiones finales

Las transformaciones propiciadas por la Revolución Ciudadana se inscriben dentro de un proyecto más amplio de refundación de la “patria” sobre nuevas bases en el que se recupera el papel del Estado en la conducción de la economía y de la vida política nacional. Tras largos periodos de inestabilidad y heterogéneas dificultades, la llegada al poder de Alianza País mediante las elecciones de 2006, significó una inversión de tendencia y alimentó las esperanzas de cambio y alcance de bienestar por parte de la sociedad ecuatoriana.

Los deseos se hicieron realidad y a lo largo de los nueve años de gobierno de Alianza País se han logrado indiscutibles éxitos en ámbito social y una relativa estabilidad económica que han permitido tanto el mejoramiento de la calidad de vida de la población como la salida de la pobreza de numerosos grupos sociales, aunque no sin críticas sobre el hecho de haber creado mayoritariamente nuevos consumidores y no nuevos ciudadanos. No obstante, subsisten numerosos problemas de naturaleza política y elevados índices de conflictividad social que denotan la inexistencia de un consenso pleno frente a los objetivos del Gobierno nacional y la conducción de un proyecto que no cuenta con la colaboración de todos los sectores organizados y actores clave de la sociedad ecuatoriana. La corrupción y la falta de transparencia de las que se acusa a numerosas instituciones y figuras vinculadas a Alianza País también han minado la confianza de la población en sus propuestas. Por si fuera poco, la sostenibilidad misma de su proyecto pareciera peligrar frente a

las señales de desgaste de sus principales figuras y de las reiteradas propuestas de perpetuación en el poder de Rafael Correa debido a la aparente falta de líderes del movimiento capaces de sustituirlo o, por lo menos, en grado de vencer las próximas elecciones. Finalmente, la disminución de los ingresos petroleros, las consecuencias de la crisis económica sobre el país y la posible llegada al poder de sectores conservadores amenazan también la continuidad de los logros alcanzados en ámbito social.

Bibliografía

ACOSTA, Alberto; PONCE, Javier. La pobreza en la “revolución ciudadana” o ¿pobreza de revolución?, *Ecuador a Debate*, Quito, núm. 81, pp.7-19, diciembre, 2010.

ACOSTA, Alberto. La compleja tarea de construir democráticamente una sociedad democrática, *La Tendencia*, Quito, núm. 8, pp., 43-48, octubre-noviembre, 2008.

ACOSTA, Alberto. *La migración en el Ecuador: oportunidades y amenazas*, Quito: Corporación Editora Nacional, 2006.

ACOSTA, Alberto; LÓPEZ, Susana. Causas del reciente proceso emigratorio ecuatoriano, *Cartillas sobre Migración*, núm. 3, ILDIS/FES, Quito, 2003.

ACOSTA, Alberto. *El correísmo. Un nuevo modelo de dominación burguesa*. Prólogo. In: ÁLVAREZ, Freddy; ÁVILA, Ramiro; CASTRO, Carlos; CUVI, Juan; DÁVALOS, Pablo; DE LA TORRE, Carlos; HIDALGO, Francisco; ISCH, Edgar; MACHADO, Decio; MARTÍNEZ, Esperanza; MARTÍNEZ, Mateo; MEIRELES, Monika; MELO, Mario; MUÑOZ, Francisco; OSPINA, Pablo; OVIEDO, Atawallpa; SIERRA, Natalia; SOLIZ, Fernanda; UNDA, Mario; Vega, FERNANDO; VILLAGÓMEZ, Gayne; VILLAVICENCIO, Arturo (AA.) *El correísmo al desnudo*, Quito: Montecristi Vive, 2013, pp. 9-21.

ALIANZA PAÍS. *Plan de Gobierno del Movimiento PAIS 2007-2011*, Disponible en: <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/17360/Texto%201%20-%20Plan_de_Gobierno_Alianza_PAIS.pdf>. Acceso en: 12 ago. 2015.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE. *Constitución de la República del Ecuador*, 2008. Disponible en: <http://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acceso 04 abr. 2015.

AZEVEDO, Viviane; ROBLES, Marcos. *Desigualdad y Focalización geográfica del gasto social: El caso de Ecuador*, Washington D.C., Banco Interamericano de Desarrollo,

2008. Disponible en: <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubWP-646.pdf>>. Acceso en: 24 jul. 2014.

CEDATOS, 2015. *Evaluación del Presidente Economista Rafael Correa*. Disponible en: <http://www.cedatos.com.ec/detalles_noticia.php?Id=231>. Acceso en: 20 ago. 2016.

FONTAINE, Guillaume; FUENTES, José. *Transición hacia el centralismo burocrático*. In: ESPOL, FLACSO, PUCE, Universidad de Cuenca, Contrato Social por la Educación en el Ecuador, Observatorio de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia (ODNA). *Estado del País. Informe cero*, Ecuador (1950-2010), Ecuador, 2011, pp. 247-262.

FREIDENBERG, Flavia. *El Flautista de Hamelin: liderazgo y populismo en la democracia ecuatoriana*. In: DE LA TORRE, Carlos; PERUZZOTTI, Enrique (eds.) *El retorno del pueblo. Populismo y nuevas democracias en América Latina*, Quito: FLACSO, 2008, pp. 185-233.

FUNDAMEDIOS (Asociación Andina para la Observación y Estudio de Medios). *La censura cabalga sobre el lomo de una ley. Informe de Libertad de Expresión*, Quito: FUNDAMEDIOS, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Si eres tan progresista ¿por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. *Ecuador a Debate*, Quito, núm.79, pp.61-82, abril 2010.

HERNÁNDEZ, Virgilio; BUENDÍA, Fernando. Ecuador: avances y desafíos de Alianza País. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, núm. 234, pp. 130-142, julio-agosto 2011.

INEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos) (2014): Encuesta Nacional de Empleo, Subempleo y Desempleo (ENEMDU). Disponible en: <<http://www.ecuadorencifras.gob.ec/enemdu-2014/>>. Acceso en: 02 ago. 2015.

LEÓN, Jorge. Las organizaciones indígenas y el gobierno de Rafael Correa. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, núm. 37, pp. 13-23, mayo 2010.

MACHADO, Juan. “Ecuador. El derrumbe de los partidos tradicionales”, *Revista de Ciencia Política* (online), volumen especial, vol., 27, pp. 129-147, 2007. Disponible en: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2007000100008>. Acceso en 08 ago. 2013.

NARANJO, Mariana. Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe, Ecuador. Documento de Proyecto. CEPAL, Naciones Unidas, Chile, 2013. Disponible en: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4097/1/S2013558_es.pdf. Acceso en: 12 abr. 2014.

ORTÍZ, Santiago. *El contexto político de la Asamblea Constituyente en Ecuador*. Ficha de análisis. Instituto de Investigación y debate sobre la gobernanza, 2008. Disponible en: <<http://www.institut-gouvernance.org/es/analyse/fiche-analyse-450.html>>. Acceso en: 18. jul. 2013.

OSPINA, Pablo. Ecuador: ¿intento de golpe o motín policial? *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, núm. 231, pp.14-27, enero-febrero 2011.

OSPINA, Pablo. *Historia de un desencuentro: Rafael Correa y los movimientos sociales en el Ecuador (2007-2008)*. In: HOETMER, Raphael (coord.) *Repensar la política desde América Latina. Cultura, Estado y Movimientos Sociales*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global-Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2009, pp. 195-218.

SENPLADES (Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo). *Ocho Años de Revolución Ciudadana*, Quito: SENPLADES, 2015.

PACHANO, Simón. Ecuador. El nuevo sistema político en funcionamiento. *Revista de Ciencia Política* (online), Santiago, vol. 30, núm. 2, pp. 297-317, 2010.

PALAZUELOS, Antonio; VILLARREAL, María del Carmen. *Ecuador: el Proyecto de Desarrollo de la Revolución Ciudadana*. In: PALAZUELOS, Antonio; DÉNIZ, José; DE LEÓN, Omar. *Nuevas Estrategias económicas en América Latina*, Madrid: La Catarata, 2012, pp.81-220.

PUNÍN, María. Rafael Correa y la Prensa Ecuatoriana. Una relación de intrigas y odios. *Revista Razón y Palabra*, Monterrey, núm. 75, febrero- abril 2011.

RAMÍREZ, Franklin; MINTEGUIAGA, Analía. *El nuevo tiempo del Estado. La política posneoliberal del Correísmo*. OSAL, año VIII, núm. 22, CLACSO, Argentina, 2007.

SALAZAR, Betsy. *La Nueva Constitución del Ecuador (2008): retos para el presente y para el futuro*. In: MONTES, Ángel (coord.) *Ecuador Contemporáneo. Análisis y alternativas actuales*, Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2009, pp. 329-346.

WEISBROT, Mark; SANDOVAL, Luis. *La economía ecuatoriana en años recientes*. Center for Economic and Policy Research (CEPR), Estados Unidos, 2009. Disponible en: <<http://cepr.net/documents/publications/ecuador-update-2009-06-spanish.pdf>>. Acceso en: 15 jul. 2013.

Recibido em: Setembro / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

O índio Guamán Poma de Ayala no limiar da transculturação: perdas e aquisições

Mariluci Guberman

Resumo

A nova imagem vislumbrada pelos europeus ao “descobrir” a América foi registrada, primeiramente, nas cartas e nas crônicas historiográficas. Destacase, neste estudo, a crônica Nueva crónica y buen gobierno (1615), do índio peruano Felipe Guamán Poma de Ayala (1526?-1615). Trata-se de um documento significativo sobre a memória indígena, desde o mundo escuro e o homem primitivo até a colonização espanhola do Vice-reinado do Peru no século XVI. Guamán Poma descreve em detalhe os fatos históricos, a vida cotidiana do povo andino e os acontecimentos vividos por ele, ao acompanhar os visitantes nas extirpações de idolatria.

Palavras-chave: idolatria; colonização; indígena.

Resumen

La nueva imagen vislumbrada por los europeos al “descubrir” América fue registrada, primero, en las cartas y en las crónicas historiográficas. Se destaca en este estudio la crónica Nueva crónica y buen gobierno (1615), del indio peruano Felipe Guamán Poma de Ayala (1526? -1615). Se trata de un documento significativo sobre la memoria indígena, desde el mundo oscuro y el hombre primitivo hasta la colonización española del Virreinato del Perú en el siglo XVI. Guamán Poma describe en detalle los hechos históricos, la vida cotidiana del pueblo andino y los acontecimientos vividos por él, al acompañar a los visitantes en las extirpaciones de idolatría.

Palabras clave: idolatría, colonización; indígena.

Abstract

The new image envisioned by the Europeans in “discovering” America was first recorded in the historiographical letters and chronicles. In this study, the

chronicle *Nueva cronica y buen gobierno* (1615), by the Peruvian Indian Felipe Guamán Poma de Ayala (1526? -1615) stands out. It is a significant document on indigenous memory, from the dark world and primitive man to the Spanish colonization of the Vice-reign of Peru in the sixteenth century. Guamán Poma describes in detail the historical facts, the daily life of the Andean people and the events lived by him, accompanying the visitors in the extirpations of idolatry.

Keywords: Idolatry; colonization; indigenous.

A nova imagem vislumbrada pelos europeus ao “descobrir” a América foi registrada, primeiramente, nas cartas e nas crônicas historiográficas. Destaca-se, neste estudo, a crônica *Nueva crónica y buen gobierno* (1615), do índio peruano Felipe Guamán Poma de Ayala (1526?-1615).

Trata-se de um documento significativo sobre a memória indígena, desde o mundo escuro e o homem primitivo até a colonização espanhola do Vice-reinado do Peru no século XVI. Guamán Poma descreve em detalhe os fatos históricos, a vida cotidiana do povo andino e os acontecimentos vividos por ele, ao acompanhar os visitantes nas extirpações de idolatria. Nesta descrição, o índio peruano deixa transparecer o problema de caráter étnico e cultural, que foi objeto de estudo, no século XX, do antropólogo e escritor José María Arguedas (1989: 27):

...por quê [...] se vê este tropeçar do mestiço com o castelhano como seu idioma? Em quase todo o período republicano se manteve o mestiço na mesma condição de inferioridade e de silêncio que teve durante a Colônia. [...]. Ao mesmo tempo que o mestiço conquistava o domínio espiritual do povo andino, se definia em sua alma a luta entre o índio e o espanhol, que começou com o primeiro mestiço^{1**}. (TN)

¹ **Todas as traduções do espanhol para o português de teóricos e críticos foram realizadas livremente pela autora deste estudo e, portanto, vem com a abreviatura TN (tradução nossa).

A transculturação linguística e religiosa foi bem lenta na região andina, seja pela terra, pelo ar e pela luz, seja pelos índios, que ainda era, na metade do século XX, de sessenta por cento da população peruana, o certo é que esse “tropeçar” na língua espanhola já se constata na crônica de Guamán Poma de Ayala, conforme José María Arguedas (1989: 30):

...sente-se a tremenda luta deste índio com o idioma em que se vê obrigado a se expressar. Em muitas páginas não encontra a palavra necessária e então decide escrever em quechua; [...]. Mas como tudo o que devia contar e reclamar era de uma exigência profunda e violenta, o cacique toma a pluma e, em desenhos, completa seus relatos e logra a expressão íntegra de seu espírito. (TN)

A obra *Nueva crónica y buen gobierno* requer uma análise do início da colonização na América, quando se tentou, conforme Richard Konezke (1998: 194), uma convivência mais estreita entre as culturas “adequada tanto à evangelização dos aborígenes quanto ao aproveitamento de sua força de trabalho” (TN). Logo, com as denúncias de alguns evangelizadores, sentiu-se a necessidade de afastar o índio do trato com os espanhóis, os quais, por meio das *encomiendas*²⁻¹, mantinham o aborígene sob sua dominação. Os indígenas, antes retidos pela força nas *encomiendas*, passam a se reunirem em *reducciones*³⁻². De acordo com Konezke (1998: 195), o Vice-rei do Peru, Francisco

²⁻¹ As *encomiendas* eram uma instituição jurídica imposta pela Coroa com o fim de regular a arrecadação de tributos e controlar o trabalho indígena, principalmente na lavoura e nas minas.

³⁻² As *reducciones* tinham como objetivo o descentramento político e espacial do poder indígena: os nativos, ao invés de se organizarem em torno da casa do chefe indígena, passaram a se distribuir em torno da igreja. À frente do templo cristão, a praça e, à frente da praça, local de reunião; nas laterais da praça, as casas dos índios e dos padres; de um lado da igreja, o colégio de catequese e as oficinas; de outro lado, o cemitério e o abrigo para idosos, viúvas e órfãos. Com a expulsão dos padres da Companhia de

de Toledo, apoiando-se nas disposições especiais, “fundou numerosas localidades indígenas” (TN).

As leis especiais têm sempre uma dupla função, pois no princípio beneficiam uma minoria a que se destinam, porém, em compensação segregam de alguma forma esta mesma minoria da convivência com outros grupos. Um exemplo típico desta segregação é a Capela de Índios no interior da Igreja de Santa Prisca na atual cidade de Taxco, no México, que permitia a frequência dos indígenas nos atos litúrgicos, desde que se sentassem em ambiente isolado daquele destinado aos demais, os “não índios”. Nesta igreja verifica-se que a entrada para a Capela se dá pelo lado, enquanto o altar está em posição diametralmente oposta ao altar maior.

Foram muitos os “mecanismos de poder”⁴⁻³ empregados tanto pela Igreja quanto pelo Vice-reinado; entretanto, se por um lado, as disposições legais favoreceram a conservação de antigos usos, costumes e línguas dos índios; por outro lado, os aborígenes isolados garantiam sua coesão étnico-social e se fortaleciam culturalmente. O Conselho das Índias encontrou um subterfúgio para satisfazer o par igreja/poder e determinou o seguinte, conforme Richard Konezke (1998: 198): “[...] Coisa certa é e de direito natural que cada um viva onde queira, caso não o impeça alguma causa que tenha interesse público [...]” (TN).

Jesus, ficou um vazio cultural e ideológico deixado pelos jesuítas, além da decadência econômica local.

⁴⁻³ Emprega-se, neste trabalho, a expressão “mecanismos de poder” na acepção do filósofo francês Michel Foucault.

A crônica historiográfica de Felipe Guamán Poma de Ayala, *Nueva crónica y buen gobierno*, é uma extensa obra que, ao ser publicada, gerou três volumes:

Primeiro volume	Segundo volume	Terceiro volume
<ul style="list-style-type: none">• <i>Prólogos</i>• <i>Cómo Dios ordeno la dicha historia</i>• <i>De generación de indios</i>• <i>Capítulo de los Ingas</i>• <i>Historia de reinas, capitanes, señoras</i>• <i>Hordenansas</i>• <i>Capítulo de los años, meses</i>• <i>Ritos y ceremonias</i>• <i>Administración real de los inka</i>	<ul style="list-style-type: none">• <i>Conquista deste reino</i>• <i>Bven gobierno i justicia, Historia de negros</i>• <i>De los reis Ingas, príncipes y principales</i>• <i>De las iusticias y cabildo</i>• <i>De los indios cristianos.</i>	<ul style="list-style-type: none">• <i>Conzederación</i>• <i>Capítulo de la pregunta [Pregunta su Magestad, responde El autor]</i>• <i>Del mundo, las ciudades, villas y tambos</i>• <i>Del mwndo bvelbe el autor</i>• <i>De los mezes i años</i>

Nos *Prólogos* de *Nueva crónica y buen gobierno*, Guamán Poma além de afirmar que deus é um só, “um só Deus verdadeiro”, aborda um tema complexo para o pensamento indígena, que é o da Santíssima Trindade⁵⁻⁴: “Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, um só Deus verdadeiro que criou e redimiou os homens e o mundo e sua mãe, a Virgem Santa Maria, e a todos os santos e santas e anjos do céu. Amém”. (TN)

A Bíblia, antes de ser escrita, fazia parte das narrativas orais. E, antes de ser contada, foi vivida por muitas gerações com o fim de introduzir Deus na vida e de organizá-la de acordo com a justiça divina. Ainda nos *Prólogos*, o autor narra como Deus criou o mundo e o entregou a Adão e Eva. Porém,

⁵⁻⁴ Segue o texto original de Guamán Poma: “Dios Padre, Dios Hijo, Dios Espíritu Santo, un solo Dios uerdadero que crió y rredimió a los hombres y al mundo y su madre, la uirgen Santa María, y a todos los sanctos y sanctas y ángeles del cielo. Amén”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 2-3.

para Guaman Poma, Deus surgiu na vida terrena a partir do nascimento de Jesus, porque o índio cronista não os distingue⁶⁻⁵:

Deus criou o mundo em seis dias, e para redimir o mundo e os homens trabalhou trinta e três anos e morreu e perdeu a vida e pelo mundo e pelos homens. Sabendo o melhor dos tempos e anos, fez a nosso pai Adão e a nossa mãe Eva, o céu e a terra e a água e vento, peixes e animais, tudo para os homens, e o céu para povoar aos homens. E para isto morreu nosso senhor Jesus Cristo e nos enviou o Espírito Santo para que fôssemos iluminados com sua graça. (TN)

No “Primeiro Mundo”, conforme o índio peruano (1987: 20-21), “de Adão e de sua mulher Eva. Foi criado por Deus o corpo e a alma”.(TN). No “Segundo Mundo” Felipe Guamán Poma de Ayala apresenta o episódio da Arca de Noé⁷⁻⁶:

Por mandado de deus inundou as águas no mundo e castigou. Deus mandou chover quarenta dias e quarenta noites, ainda pensou em escapar e isto bastou para alagar o mundo. Dos filhos de Noé, [...] um deles trouxe Deus às Índias; outros dizem que saiu do mesmo Adão.(TN)

⁶⁻⁵ Segue o texto original de Guamán Poma: “Dios crió el mundo en seys días, y para rredimir el mundo y los hombres trauajó treynta y tres años y murió y perdió la uida y por el mundo y por los hombres. Sauindo lo mejor de los tienpos y años, hizo a nuestro padre Adán y a nuestra madre Eua, el cielo y la tierra y la agua y uiento, pezes y animales, todo para los hombres, y el cielo para poblarnos a los hombres. Y para ello murió nuestro señor Jesucristo y nos enbió el Espíritu Sancto para que fuésemos alumbrados con su gracia”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 10-11.

⁷⁻⁶ Segue o texto original de Guamán Poma: “Por mandado de dios hinchió las aguas en el mundo y castigó. Mandó Dios llouer quarenta días y quarenta noches, aún peso cin escanpar y esto uastó para anegar el mundo. De los hijos de Noé, [...] uno de ellos trajo Dios a las Yndias; otros dizen que salió del mismo Adán”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 22-23.

Enquanto apresenta o dilúvio, o cronista peruano associa a cultura incaica à bíblica na escritura e no desenho do “Segundo mundo/ de Noé”, de *Nueva crónica y buen gobierno*, introduzindo, na representação bíblica, uma lhama, mamífero de vital importância para a cultura andina.

No “Terceiro Mundo”, a justiça divina, conforme a Bíblia, é executada desde Abraão e foi registrada também por Guaman Poma (1987: 24): “Abraão sacrificou seu filho para Deus, que pediu a Deus em Jerusalém”. No “Quarto Mundo”, o índio peruano (1987: 26), assinala que “reinou David” e muitos reis, como Salomão, Arão etc.

No “Quinto Mundo”, Guaman Poma também estabelece a associação do nascimento de Jesus à época do primeiro Inca⁸⁻⁷: “Neste tempo, nasceu o Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo. Neste tempo das Índias desde o primeiro *Inca Manco Capac* reinou e começou a governar sozinho a cidade de Cusco”. (TN).

Na “Primeira Geração de Índios” o cronista realiza associações, como por exemplo, entre São Pedro e Lloque Yupanqui, pois por meio da expressão “tenente geral de Deus”, ele se dá conta da relação entre as forças militares e religiosas⁹⁻⁸:

Primeiro começou Nosso Senhor Jesus Cristo e em seu lugar tenente geral de Deus no mundo deixou seu apóstolo São Pedro. Neste tempo governou neste reino os *Incas*. Começou com *Lloque Yupanque Ynca*, que tinha a idade de trinta anos. (TN)

⁸⁻⁷ Segue o texto original de Guamán Poma: “En este tiempo, nació el Salvador Nuestro Señor Jesucristo. En este tiempo de las Yndias desde el primer *Ynga Manco Capac* rreynó y comenzó gouernar solo la ciudad del Cuzco”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 28-29.

⁹⁻⁸ Segue o texto original de Guamán Poma: “Primero comensó Nuestro Señor Jesucristo y en su lugar tiniente general de Dios en el mundo dejó a su apóstol San Pedro. En este tiempo gouernó en este rreyno los *Yngas*. Comensó *Lloque Yupanque Ynga*, fue de edad de treynta años”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 32.

Também, nesta Primeira Geração, Guaman Poma, a partir da aproximação do filho do Deus cristão ao pagão, ainda que afirme que a geração se multiplicou dos espanhóis, evidencia-se que a linguagem do cronista tenta dissimular a verdade mítica dos incas, porque ele sabia muito bem o que era a extirpação de idolatrias¹⁰⁻⁹: “*Vari Vira Cocha Runa*, primeira geração de índios da multiplicação dos ditos espanhóis que trouxe Deus a este reino das Índias, os que saíram da arca de Noé, dilúvio”. Desta maneira, em uma paráfrase do discurso bíblico, Guamán Poma mantém, até certo ponto, a ideologia do discurso autóctone.

Na “Segunda Idade dos Índios”, o cronista peruano introduz em *quechua* um dos hinos religiosos mais significativos da literatura incaica. Constata-se, nesse *jailli*, gênero lírico de caráter religioso e épico, uma louvação ao deus criador dos incas, Viracocha ou *Wari Wira Cocha*¹¹⁻¹⁰.

Vari Runa, Vari Vira Cocha,
Senhor fundamental e presente,
Onde estás? [*maypim Kanki?*]
No lugar superior?
Neste mundo?
Na terra inferior?
Na terra próxima?
Criador deste universo,
Feitor do homem,
Onde estás? [*maypim Kanki?*]
Ouça-me.

¹⁰⁻⁹ Segue o texto original de Guamán Poma: “*Vari Vira Cocha Runa*, primer generación de yndios del multiplico de los dichos españoles que trajo Dios a este rreyno de las Yndias, los que salieron de la arca de Noé, deluuió”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 46.

¹¹⁻¹⁰ Segue parte da oração ou hino original: “*Wari Runa, Wari Wira Cocha,*/ Señor fundamental y presente./ ¿Dónde estás?/ ¿En el lugar superior?/ ¿En este mundo?/¿En la tierra inferior?/¿En la tierra cercana?/ Creador de este universo,/ hacedor del hombre,/ ¿Dónde estás?/ Óyeme”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 50-51.

Trata-se de uma alusão à produção literária incaica do “Hino de Manco Capac” (também conhecido como “Oração de Manco Capac”), rogando a deus proteção, mas Guaman Poma não a apresenta completa em sua obra. A busca do deus criador surge como uma queixa de outras partes da obra: “*maypim Kanki?* [onde estás?]”, mas nem sempre Guaman Poma traduz os vocábulos quechuas para o espanhol pois não quer perder a carga semântica do conceito indígena. Além de que as citações em quechua, na concepção de Martin Lienhard (1990: 197) “apresentam o problema da relação entre o texto escrito e a cultura oral que o alimenta” (TN). Constatou-se, na “Oração de Manco Capac”, uma invocação para que o referido deus ouça ao *eu* lírico “antes de que caia/ rendido e morto”.

Na “Terceira Idade de Índios”, Guaman Poma destaca a essência dos indígenas que, anterior às leis divinas da religião judaico-cristã, já se revelava boa¹²⁻¹¹: “Como descendiam de bom sangue e tiveram mandamento e lei [...]. E havia justiça entre eles e havia ordenança e lei e começaram a fazer bravizas e entre eles faziam muitíssima caridade” (TN). Guamán Poma volta a valorizar as leis indígenas, comparando-as aos dez mandamentos da religião judaico-cristã¹³⁻¹²: “Ainda que não lhes fossem ensinados, tinham os dez mandamentos e boa ação de misericórdia e esmola e caridade entre eles” (TN).

O tom solene empregado pelo cronista peruano, principalmente nas raras orações subordinadas substantivas subjetivas, que não lhe permitem expressar aparentemente sua opinião, cumpre uma das funções da obra “escrever e notar bons exemplos” (GPA, 1987: 2) a serviço da Igreja Católica. Desta maneira, Guamán Poma emprega a partícula “que” em lugar da copulativa

¹²⁻¹¹ Segue o texto original de Guamán Poma: “Cómo proseguían de buena sangre y tubieron mandamiento y ley [...]. y auía justicia entre ellos y auía ordenansa y ley y comensaron a hazer brauesas y entre ellos andauan muy mucha caridad”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 54.

¹³⁻¹² Segue o texto original de Guamán Poma: “Aunque no le fueron enseñados, tenían los dies mandamientos y buena obra de misericórdia y limosna y caridad entre ellos”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 58.

“y” (“e”): “Que assim o conta” (GPA, 1987: 57), semelhante ao discurso bíblico de Gênesis (p. 27-29): “e assim se fez”. O que significa que os feitos indígenas também são discutíveis, igualmente à criação divina cristã. Ainda em relação à conjunção copulativa “y” (“e”), Guamán Poma a emprega para dar continuidade ao discurso, visto que tem pouco conhecimento de pontuação.

Como as diferenças linguísticas entre o grupo colonizador e o colonizado dificultavam a comunicação, a Igreja sustentou que a evangelização dos indígenas deveria efetuar-se em seus idiomas e inclusive criou em 1580, na *Universidad de San Marcos* (Lima), uma cátedra de língua *quechua* para os padres e missionários. Assim, instituiu-se, no século XVI, a língua indígena como idioma oficial da Igreja Católica para os aborígenes da América, e para os padres se lhes obrigou ao bilinguismo.

A política colonial da Espanha também procurou fomentar o uso do espanhol entre os autóctones. Em 1550, o rei instituiu uma disposição geral que colocava em prática o ensino do espanhol na América, pois a compreensão da língua dos castelhanos por parte dos índios os converteria com mais facilidade ao cristianismo. De acordo com Richard Konezke (1998: 202), foi uma ilusão do monarca, porque em realidade, os índios se aferravam a sua língua. Entretanto, graças a fatores extralinguísticos, o espanhol era empregado, na sociedade colonial, como idioma oficial na administração, na justiça, na literatura e no alto clero, o que ocasionou também a transformação de muitos indígenas em falantes bilingues. Portanto, na América Hispânica, a aculturação linguística foi certamente bilateral¹⁴⁻¹³: “europeização” dos indígenas e “indigenização” dos europeus e seus filhos nascidos na América.

Em relação à linguagem de *Nueva crónica y buen gobierno*, verifica-se que, além de ser análoga ao discurso bíblico, denota a influência que Guaman

¹⁴⁻¹³ Cf. Lienhard, p.137. Cf., também Jespersen, *Language*: “Los préstamos representan una superioridad, en una forma u otra, de la cultura de origen”, p. 208-209 (TN).

Poma, certamente, recebeu de Cristóbal de Molina¹⁵⁻¹⁴ e Cristóbal de Albornoz¹⁶⁻¹⁵, e do contato intenso com instituições eclesiásticas, chegando ao ponto de sacralizar os jesuítas, como “santos reverendos prelados” (GPA, 1987: 490) em sua obra. Se o cronista peruano de certa maneira reverencia a Igreja; de outra, pela convivência com os visitantes, critica os mesmos que destruíam as *huacas* e castigavam os que faziam feitiçarias¹⁷⁻¹⁶: “Tudo o que foi dito dos feiticeiros o vi quando o senhor Critóbal de Albornoz, visitador da santa igreja, castigou muito a muitos índios¹⁸⁻¹⁷. Foi um verdadeiro juiz cristão, castigava aos padres e a todos”. (TN)

Guamán Poma (1987: 594) também critica o castigo cruel imputado pelos “sacerdotes e padres e curas que estão em lugar de deus e de seus santos, [...]”. Veja-se¹⁹⁻¹⁸:

Os padres das doutrinas castigam cruelmente às crianças. Ainda que esteja determinado nas ordenanças de dom Francisco de Toledo, vice-rei, e confirmado por sua Majestade e pelo Santo Concílio, os meninos de cinco anos entrem para a doutrina e de sete anos saiam para as comunidades. (TN)

¹⁵⁻¹⁴ Cristóbal de Molina foi nomeado em 1564 pároco do Hospital dos Naturais em Cusco. Foi também visitador, extirpador de idolatrias, e teve como assistente a Guaman Poma.

¹⁶⁻¹⁵ Cristóbal de Albornoz foi designado pároco no bispado de Cusco y visitador de Arequipa durante o ano de 1568. Guaman Poma, quando jovem, foi assistente do visitador eclesiástico Cristóbal de Albornoz.

¹⁷⁻¹⁶ Segue o texto original de Guamán Poma: “Todo lo dicho de los hechiseros lo uide quando el señor Critóbal de Albornoz, uecizador de la santa yglecia, castigó a muy muchos yndios. Fue muy cristiano jues, castigaua a los padres y a todos”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 279.

¹⁸⁻¹⁷ Em relação a “castigó a muy muchos yndios”, trata-se de um advérbio sobreposto a outro, “muy mucho”, que o cronista peruano emprega como reforço semântico.

¹⁹⁻¹⁸ Segue o texto original de Guamán Poma: “Castiga cruelmente los padres de las dotrinas a los niños. Aunque le está mandado en las hordenansas de don Francisco de Toledo, bizerrey, y confirmado de su Magestad y en el Santo Concilio, los muchachos de cinco años entren a la dotrina y de ciete años salga a las comunidades”. In: *Guamán Poma de Ayala* (1987) p. 624.

O cronista peruano, em forma de denúncia por vandalismo e roubo, refere-se a²⁰⁻¹⁹ Don Juan *Cocha Quispe*, fiscal, [que] foi índio sob *Quichiu*. Por mando de Cristóbal de Albornoz, destruiu todas as *huacas* ídolos, escondendo o seu [o que havia dentro delas]. [...]. E assim saiu muito rico [...]. e com isto se tornou *curaca*, principal, que todos os *Quichiuas* lhe obedeceram.(TN)

Embora os castigos e as atuações de certos representantes da igreja Católica tenham sido condenáveis, não se pode esquecer os valores morais impostos por essa instituição e as missões jesuíticas, que possibilitaram aos índios a aprendizagem da escrita, das artes e dos ofícios, amenizando o choque filosófico, cultural e religioso da conquista e da colonização ibérica na América. A escrita de *Nueva crónica y buen gobierno* não só foi valorizada por Guamán Poma, mas também sacralizada²¹⁻²⁰:

Como não souberam ler nem escrever, estiveram de todo errados e cegos, perdidos do caminho da glória. E assim, como é errado dizer que saíram de covas e rochas, lagoas e cerros e rios, vindo de nosso pai Adão e de Eva, conforme o traje e hábito de trabalhar, arar e adorar a Deus e Criador. (TN)

O escritor José María Arguedas (1989: 26), respondendo a críticas feitas a seu conto “Agua”, afirma que esta produção literária é uma mistura sim de *quechua* e castelhano, mas que “...só assim, com esse idioma, fiz saber

²⁰⁻¹⁹ Segue o texto original de Guamán Poma: “Don Juan *Cocha Quispe*, fiscal, [que] fue yndio bajo Quichiu. Por mandado de Cristóbal de Albornoz, destroyó todas las *huacas* ydolos, escondiendo lo suyo. [...] y ancí salió muy rico [...] y con ello se hizo *curaca*, prencipal, que le obedició todos los quichiuas”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 726.

²¹⁻²⁰ Segue o texto original de Guamán Poma: “De cómo no supieron leer ni escriuir, estubieron de todo herrado y ciego, perdido del camino de la gloria. Y ancí, como herrado de dezir que salieron de cuevas y peñas, lagunas y serros y de rrios, ueniendo de nuestro padre Adán y de Eua, conforme el traje y áuito de y de trauajar, arar y adorar a Dios y Criador”. In: Guamán Poma de Ayala (1987) p. 56.

bem a outros povos, da alma de meu povo e de minha terra” (TN). Arguedas ainda inclui, nessa “mistura”, o cronista peruano: “o estilo de Guamán Poma de Ayala mistura também e muito mais; porém, se alguém quer conhecer a sabedoria e a vida do povo índio da Colônia, tem que recorrer a ele”.

A linguagem de Guamán Poma, seja “tropeço” ou “mistura”, a verdade é que *Nueva crónica y buen gobierno* é o marco da transculturação. Na concepção de Fernando Ortiz (1993: 148),

O vocábulo transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque este não consiste somente em adquirir uma distinta cultura, [...], e sim que o processo implica também necessariamente na perda ou no desapego de uma cultura precedente, o que [...] significa a conseguinte criação de novos fenômenos culturais [...]. (TN)

Os mecanismos da transculturação, este fenômeno cultural e social, aportaram nas Américas e em outros continentes como se fossem representações superiores, trazendo dominadores, que impuseram outra cultura e a Fé Cristã a povos que possuíam sua própria cultura, sua língua e sua fé. A crônica de Felipe Guamán Poma de Ayala é o registro vivo do tema e da linguagem da mestiçagem, a marca da diversidade latino-americana.

Bibliografia

- ARGUEDAS, José María. *Indios, mestizos y señores*. 3ª ed. Lima: Horizonte, 1989.
- BÍBLIA Sagrada. Coord. L. Garmus. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FRANCH, José Alcina. *Mitos y literatura quechua*. Madrid: Alianza, 1989.
- GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva crónica y buen gobierno*. Ed. John V. Murra, Rolena Adorno y Jorge L. Urioste. Madrid: Historia 16, 1987, 3v.

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro. *Historia de la cultura en la América Hispánica*. La Habana: Gente Nueva, 1979.

KONETZKE, Richard. *América Latina. II La época colonial*. 27ª ed. México, España: Siglo XXI, 1998.

LIENHARD, Martin. *La voz y su huella: escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988)*. La Habana: Casa de las Américas, 1990. [Premio Casa de las Américas].

MOLINA, C. de; ALBORNOZ, C. de. *Fábulas y mitos de los incas*. Edición de Henrique Urbano y Pierre Duviols. Madrid: Historia 16, 1989.

ORTIZ, Fernando. *Etnia y sociedad*. Selección, notas y prólogo de Isaac Barreal. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1993.

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Outubro / 2017

O direito à moradia digna na regularização fundiária da Lei Federal nº 11.977/2009: o caso do auto de demarcação da Comunidade da Rocinha

Mauricio Jorge Pereira da Mota
Emerson Affonso da Costa Moura

Resumo

A política pública de regularização fundiária deflagrada pelo Rio de Janeiro com o auto de demarcação da comunidade urbana da Rocinha é o tema posto em debate, a partir da análise da política excludente de ocupação do solo urbano com fins econômicos e as questões de déficit habitacional decorrentes, do reconhecimento do direito à moradia e das tentativas de regulação normativa e de políticas legislativas de regularização fundiária e, por fim, a edição da Lei 11.977 de 2009 e a sua aplicação como o reconhecimento do direito à moradia digna, a saber, a regularização da propriedade utilizada para fins de moradia e ligada a personalidade individual, para os moradores que ocupam assentamentos urbanos situados no bairro da Rocinha.

Palavras-chave: direito à moradia; regularização fundiária; Lei 11.977/09.

Resumen

La política pública de regularización agraria deflagrada por Río de Janeiro con el auto de demarcación de la comunidad urbana de la Rocinha es el tema puesto en discusión, a partir del análisis de la política excluyente de ocupación del suelo urbano con fines económicos y las cuestiones de déficit de la vivienda y de los intentos de regulación normativa y de políticas legislativas de regularización agraria y, por último, la edición de la Ley 11.977 de 2009 y su aplicación como el reconocimiento del derecho a la vivienda digna, a saber, la regularización de la propiedad utilizada para fines de vivienda y ligada a la personalidad individual, para los residentes que ocupan asentamientos urbanos situados en el barrio de la Rocinha.

Palabras clave: derecho a la vivienda; regularización de la tierra; Ley 11.977/09.

Abstract

The public policy of land regularization sparked by the Rio de Janeiro with the self demarcation of the urban community of Rocinha is the theme put into discussion, based on the analysis of urban land use exclusionary policy for economic purposes and deficit issues housing resulting from the recognition of the right to housing and attempts to normative regulation and law of land tenure policies and, finally, the enactment of Law 11,977 of 2009 and its implementation as the recognition of the right to decent housing, namely, the regularization of property used for housing purposes and linked to individual personality, for residents who occupy urban settlements situated in the district of Rocinha.

Keywords: right to housing; land regularization; Law 11,977/09.

1. Introdução

Desde a colonização, a ocupação do solo brasileiro foi marcada pela exploração econômica e a política excludente de forma que o acesso formal a terra era restrito aqueles que detivessem o capital, gerando a mercantilização da propriedade privada com os seus efeitos perniciosos, de ocupação irregular do solo urbano, ao qual não havia interesse ao mercado.

Com avançar da industrialização e crescimento dos centros urbanos nacionais, agravam-se os problemas urbanos de violência e desemprego, de inundações e deslizamentos, de falta de equipamentos urbanos e inchaço da demanda por serviços públicos, trazendo a lume a questão do acesso precário à moradia e a necessidade de políticas habitacionais.

Antes centrada na remoção das populações das favelas, com a construção de conjuntos habitacionais para as famílias carentes e o oferecimento de acesso ao financiamento imobiliária para a classe média, observa-se em fins do século passado, movimento para ampliação do conceito de direito à moradia, ligando não apenas a propriedade, mas identidade do indivíduo.

Neste tocante, a edição da lei federal de nº 11.977/09, permitiu a adoção de instrumentos de regularização fundiária das áreas de ocupação pelas famílias carentes, que permite a manutenção no local onde centralizam seus interesses e relações sociais, permitindo melhor atendimento das funções na cidade.

Diversas políticas públicas urbanísticas estão em curso nas capitais brasileiras, buscando o reconhecimento do direito de propriedade nas comunidades e núcleos urbanos informais, como na cidade do Rio de Janeiro, nas regiões de Santíssimo, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho e Rocinha.

Busca o presente trabalho analisar a política pública de regularização fundiária deflagrada pelo Rio de Janeiro com o auto de demarcação da comunidade urbana da Rocinha, a partir dos instrumentos trazidos pela Lei Minha Casa Minha Vida, enquanto realização ou não do direito à moradia digna.

Utiliza-se como hipótese, que o reconhecimento da titulação de domínio na respectiva comunidade, busca garantir a concretização do direito à moradia digna, uma vez que além de abranger políticas de fornecimento de serviços público abrange o reconhecimento do direito de permanecer no local onde identifica como sua moradia e mantém suas relações sociais.

Para tanto, inicialmente analisar-se-á em breve historicidade, como ocorreu a ocupação do solo urbano, para determinar uma política excludente de apropriação da propriedade privada, com fins de exploração econômica, que gerou as questões de déficit habitacional decorrentes e a ocupação de áreas ambientais pelas famílias carentes.

Após, verifica-se o marco normativo do reconhecimento do direito à moradia e as tentativas de implementação de políticas legislativas para resolver os problemas de ocupação irregular do solo urbano, com destaque para o tardio reconhecimento na ordem jurídico-constitucional do direito a moradia e da regularização fundiária.

Por fim, estuda-se a proposta de regularização fundiária da Lei 11.977 de 2009 e a sua aplicação como o reconhecimento do direito à moradia digna, a saber, a regularização da propriedade utilizada para fins de moradia e ligada a personalidade individual, para os moradores que ocupam assentamentos urbanos situados no bairro da Rocinha.

Para tanto, adota-se o método dedutivo, partindo-se da apresentação do instituto em tese e de seu regime jurídico para analisar sua aplicação no caso concreto, utilizando-se eminentemente pesquisa bibliográfica, através da doutrina nacional relativa ao tema, bem como, a legislação e demais fontes textuais quando pertinente.

2. A ocupação excludente do solo urbano brasileiro

No Brasil o fenômeno urbano encontra precedente na política de ocupação e povoamento da Colônia e sua evolução se liga aos ciclos econômicos brasileiros, de forma que mesmo no Império quando o processo de urbanização deixou de ser limitado às áreas litorâneas onde ocorria a exploração de recursos naturais como o pau-brasil, o fenômeno de interiorização foi orientado com a criação de cidades e vilas com fins de produção do café¹.

Embora os centros urbanos tenham sido responsáveis pela ligação do campo – tal qual local eminente da atividade produtiva – com o comércio internacional – exímia fonte de recursos e financiamento – e, portanto, exerceu papel central na articulação da economia externa – tal fenômeno conferiu para as cidades além de certa autonomia e concentração das atividades administrativas, um descolamento dos poucos e desconexos núcleos urbanos com baixa taxa de moradia em relação ao espaço de maior núcleo habitacional que era o campo².

¹ SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 21.

² MARICATO, Erminia. *Habitação e Cidade*. 6 ed. São Paulo: Atual, 1997. p. 8.

Ademais, o próprio processo de formação da cidade brasileira no período colonial, que ao revés de seguir a diretiva a colonização espanhola na América – cujo traçado urbano marcada pelo acento retilíneo demonstrava a tentativa de conformar a paisagem natural aos fins de extensão do domínio castelhano tal como nas colônias romanas – a ocupação lusitana teve como ponto nodal o mal aparelhamento, a liberalidade e a predominância dos fins econômicos que importou na construção de cidades eminentemente litorâneas e a criação da figura no coletivo social do “interior” enquanto local pouco povoado e não urbanizado, distanciada de qualquer preocupação relativa quanto a sua formação.

Por efeito, enquanto o espaço rural era marcado pela quase auto-suficiência, os núcleos urbanos já denotavam mazelas sociais – como a miséria e a dificuldade de escoamento de produção – e legados políticos – com a administração urbana sujeita ao poder local e a figura dos “homens bons” em ofuscada distinção entre o domínio do público e do privado, da sociedade patriarcal e da administração patrimonialista, do campo e da cidade³ de onde se ensaiou nas primeiras etapas da colonização um quadro de dependência econômico e político das cidades aos domínio agrário, sendo os arraiais, as vilas e as cidades não a oposição, mas partes integrantes dos clãs feudatários rurais.⁴

Sob a vigência de tal ordem, as áreas rurais eram locais eminentemente de habitação afluindo a população aos centros urbanos apenas para questões administrativas, de festejos ou solenidades. A ocupação com fins de moradia das cidades ocorria em sua maior parte apenas por parte de funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral, sendo marcada pelo descuido da residência urbana em razão da proeminência da moradia rural, além da miséria urbana como retrato da constante ausência de habitantes.⁵

³ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 10.

⁴ VIANNA, Oliveira. Op. cit. p. 341.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 90-91.

Tais mazelas, não são alteradas com a mudança do ciclo econômico no século XVIII – com o declínio da produção do açúcar, a ascensão da exploração do ouro e a expansão da pecuária – e o movimento de interiorização que forjou a formação de vilas e pequenas cidades, inclusive, algumas com manifestações artísticas e culturais, bem como, a fixação de normas para ocupação do solo nos territórios de domínio português com as Ordenações Filipinas e a política de urbanização de Pombal que apesar de resultar nas grandes cidades na realização de obras públicas não foi capaz de superar a desordem na moradia urbana e a escassez habitacional nas cidades.⁶

Permaneceram certas características dos ciclos econômicos anteriores como a alta taxa de desocupação urbana. Se no ciclo da cana-de-açúcar a ocupação das residências urbanas pelos dos de engenho ocorria na época da comercialização e embarque do produto, com o ciclo do café, o fazendeiro assume papel de empresário comercial e a residência urbana tem caráter de permanência bem maior, fixando uma população urbana mais numerosa e com maior poder aquisitivo.⁷

Neste giro, inegável que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido produziu impacto no processo de urbanização, em especial, da cidade do Rio de Janeiro. Para acomodação da família real e do corpo burocrático na cidade houve a desocupação das principais edificações. Com a corte a vida cultural ampliou-se a população carioca e o ambiente cultural como com a construção do Teatro Municipal, da Biblioteca nacional e a Academia de Belas Artes, dotando de maior vida e garantindo maior diversidade na cidade.⁸

Porém, é apenas no final do século XIX que sob o influxo da abolição da escravidão e do processo de industrialização ampliou-se o fluxo migratório do campo e o crescimento da ocupação habitacional da cidade em um

⁶ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 12-15.

⁷ VIANNA JUNIOR, Helio. *A Estrutura Interna da Cidade*. p. 99-100.

⁸ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 16.

contraste com a feição de mercadoria privada assumida pela terra enquanto instrumento de produção de bens e de riqueza: da concessão de sesmarias com as cartas de foral de 1520 até a sua suspensão por José Bonifácio em 1822 e a consequente ocupação ampla e indiscriminada, consolidou-se na realidade fundiária brasileira o latifúndio como modelo excludente de acesso à propriedade.⁹

Sob tal influência econômica que se firmaram as malhas urbanas no eixo Centro-Sudeste em razão da mineração ou da cana-de-açúcar no Nordeste e no Sul, de modo que mesmo a construção de Brasília com a mudança da Capital no Interior tendo atraído a urbanização ao interior não foi capaz de superar a concentração industrial e, portanto, do fenômeno urbano no eixo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro¹⁰. Em decorrência, junto ao intenso crescimento econômico houve a ampliação daquelas mazelas – a desigualdade social e a pobreza – também em nível espacial¹¹.

Com o surgimento da classe de trabalhadores industriais e a chegada dos escravos libertos aos núcleos urbanos houve o crescimento desordenado das cidades acarretando demanda por moradia, transporte e serviços urbanos, todas as mazelas decorrentes de concentração da pobreza, ausência de saneamento básico, altos índices de desemprego e criminalidade, insalubridade e epidemias, bem como, o congestionamento habitacional nos cortiços e casas de cômodo.¹²

Diante da força política dos poderes locais capaz de resistir a tentativa estatal de demarcação das terras devolutas e da criminalização do acesso à terra pela ocupação pura e simples pela edição da Lei de Terras¹³, o problema fundiário persistiu ainda mesmo com a regulação pela lei civil do acesso

⁹ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 22-23.

¹⁰ SILVA, José Afonso da. Op. Cit. p. 22.

¹¹ MARICATO, Erminia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. Op. Cit. p. 55.

¹² MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 27.

¹³ BRASIL, Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850.

à propriedade imóvel privada¹⁴, com a permanência de um modelo de aquisição da propriedade excludente, ocupação irregular da terra urbana e os consequentes efeitos funestos à Cidade.

O próprio fundamento da Lei de Terras foi assegurar no plano jurídico a nova relação imposta pelo modo de produção para impedir no momento de ascensão do modelo capitalista o acesso do trabalhador à terra, pois submetia a aquisição das terras devolutas à compra e venda, o que significava destinar a sua ocupação aquele que tivesse condições financeiras para arcar e, portanto, garantir que a massa antes oferecesse seu trabalho do que tivesse condição de fazer-se proprietário e ter acesso aos meios de produção.¹⁵

Neste tocante, os programas urbanísticos brasileiros persistiram ligados aos ciclos econômicos, de modo que as reformas urbanas eram as medidas capazes de garantir a expansão da economia e a atração de capitais internos, que demandava na cidade do Rio de Janeiro a ampliação da capacidade do porto, de armazenamento de produtos e mercadorias, bem como, do sistema viário destinado à circulação dos produtos resultou em um conjunto de políticas públicas nas primeiras décadas do século XX.¹⁶

Porém, encontrava tal limitação ocupação irregular da terra urbana o que demandou complexas legislações para a edificação e código de posturas municipais que buscavam conter a proliferação de cortiços e a prática de autoconstrução da moradia, em especial, das favelas inicialmente instaladas nos morros mais próximos ao centro das cidades. Surgem intervenções estatais tinham natureza excludente como o despejo de famílias pobres dos conhecidos edifícios multihabitacionais conhecidos como cortiços ou “cabeças-de-porco” nas áreas centrais da cidade carioca.¹⁷

¹⁴ BRASIL, Lei nº 3.071 de 1 de Janeiro de 1916. Art. 530.

¹⁵ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *Solo urbano: Propostas para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular, 1986. p. 56.

¹⁶ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 28.

¹⁷ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 28 e 30.

Ainda diante do inconformismo popular com tais medidas que resultou na Revolta da Vacina, a reforma urbana “regeneração” do Rio de Janeiro sob a influência da reforma de Paris do Barão de Haussmann no governo Napoleônico de 1850 e 1870 foi acompanhada por outras cidades sob o tripé saneamento – de afastamento de setores marginalizados como miseráveis, mendigos e negros das áreas centrais – embelezamento – tratamento estético e paisagístico que pressupunha a inexistência da pobreza e – segregação territorial – com a resolução do problema fundiário com a alocação da massa trabalhadora pobre para moradia em áreas afastadas.¹⁸

Consolidou-se, portanto, um modelo de modernização excludente que persiste no século XX, marcado pela segregação e diferenciação na ocupação do solo urbano e na distribuição dos equipamentos públicos entre a cidade hegemônica ou oficial – garantindo benefício para os proprietários da terra e nascente capital imobiliário – e a cidade oculta ou inoficial – carente de serviços de infra-estrutura, excetuado a extensão do transporte coletivo e serviços essenciais que viabiliza o assentamento residencial da população trabalhadora pobre no subúrbio¹⁹.

Sob a égide de um modelo econômica excludente, a ocupação do solo urbano para fins de habitação acabou sendo reforçado por parte da população de forma irregular mediante o loteamento ilegal ou a autoconstrução parcelada que resultou em amplas periferias, por exemplo, no Rio de Janeiro²⁰. As tentativas de superação da realidade fundiária urbana mediante intervenção do Estado ocorreram através da criação de incentivo público para que a iniciativa privada produzisse habitação popular.²¹

Todavia, o baixo poder aquisitivo da população e a concorrência da informalidade resultaram em investimento pelas grandes sociedades

¹⁸ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 29.

¹⁹ MARICATO, Erminia. *Habitação...* Op. cit. p. 30.

²⁰ SILVA, José Afonso da. Op. Cit. p. 23.

²¹ MARICATO, Ermínia. *Habitação...* Op. cit. p. 33.

em parcelamento de solo e comercialização de lotes enquanto o pequeno empresariado investiu na produção de pequenos núcleos – como vilas e condomínios de casa – destinada à locação. Sob um vértice gerou altas taxas de crescimento domiciliar, em outro o aumento dos aluguéis e os baixos salários dos trabalhadores que conduziu a movimentos sociais dos locatários e greve dos inquilinos intervindo o Estado com a aprovação de decreto regulando a locação dos prédios urbanos²², além da ampliação da regulação sobre o uso do solo e construção das edificações que resulta na edificação de escritórios e apartamentos como forma de moradia.²³

Apenas a partir da década de 1930 que se iniciou o processo efetivo de urbanização com a previsão de uma política social de habitação que resultou no financiamento pelo Estado da construção de moradias, porém, sendo a maior parte destinada a aluguel, bem como, na criação dos parques proletários destinados à transferência de favelados, que também, não produziu mudança nas condições de moradia. Intervenções estatais como o congelamento dos aluguéis²⁴ gerou em longo prazo o desestímulo às ofertas de moradia e a Fundação da Casa Popular²⁵ foi capaz de financiar apenas poucas moradias.²⁶

O loteamento irregular na periferia, a ocupação ilegal de terras e a autoconstrução de moradias foi a solução adotada pela massa trabalhadora em reforço ao modelo excludente. Com a ampliação da industrialização a partir da década de 50 no século XX incorporou-se de vez ao crescimento urbano do ideário urbanístico modernista em uma utopia construída por

²² BRASIL, Decreto nº 4.403, de 22 de Dezembro de 1921.

²³ MARICATO, Ermínia. *Habitação...* Op. cit. p. 35.

²⁴ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de Agosto de 1942.

²⁵ BRASIL, Decreto-Lei nº 9.777, de 6 de Setembro de 1946.

²⁶ MARICATO, Ermínia. *Habitação...* Op. cit. p. 37.

arquitetos de organização da cidade conforme suas funções através das leis de zoneamento amplamente descolada da realidade²⁷.

Neste contexto, o tratamento de qualquer problemática urbana pautou-se pela abordagem não sistematizada e casuística de aspectos locais na organização espacial intra-urbana e a remoção de estrangulamentos na infra-estrutura social básica mediante soluções setoriais isoladas, inclusive, como na habitação. As tentativas de coordenação de política nacional não foram capazes de estabelecer linhas de uma ação urbana integrada. Os instrumentos de programação global de investimentos não conseguiu especificar uma função de desenvolvimento urbano.²⁸

Houve a edição de lei federal que dentre outras políticas habitacionais instituiu ao lado do regime de loteamento destinado à venda mediante pagamento do preço em prestações, um regime de urbanificação que previa a construção e casas populares com fins de garantir a eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subhumanas de habitação, além de prever ofertas de terrenos já urbanizados e projetos da sociedade civil ou da iniciativa privada para auxiliar solver os problemas habitacionais.²⁹ Porém, tal regime jurídico não foi suficiente para garantir a tutela plena do direito à moradia.

O Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional da Habitação embora tenham promovido uma profunda transformação no espaço urbano brasileiro não gerou ruptura com sistema anterior: a ideologia da casa própria se tornou absoluta, o mercado de produção de habitação de várias unidades se ampliou para atender a classe média e o crescimento do sistema viário aberto ocorreu para a circulação de imóveis. Isto, todavia, apenas

²⁷ MARICATO, Ermínia. *Habitação...* Op. cit. p. 37 e 39.

²⁸ BARAT, Josef. *Problemas Institucionais do Planejamento Urbano*. in: KACOWICZ, Mateus. Op. cit. p. 128/136

²⁹ BRASIL, Lei nº 4.380 de 19 de Agosto de 1964. Art. 4º.

aprofundou a segregação espacial e a exclusão social e agravou o problema de moradia.³⁰

Com a edição da lei nacional disciplinadora do parcelamento do solo urbano³¹ e as vedações legais impostas ao parcelamento em dados terrenos em razão de sua condição geológica ou em áreas de preservação ecológica, os requisitos urbanísticos do solo urbano como área mínima, exigência de planta do imóvel, projeto contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras de parcelamento, bem como, os demais relativos a desmembramento ignorando a realidade fática social e econômica subjacente dos habitantes apenas se agravou o crescimento da ocupação de áreas de preservação ambiental, reforçando o processo de ocupação excludente e segregadora do solo urbano³².

As sucessivas tentativas de regulamentação do uso da terra – com códigos de edificação, leis de zoneamento, normas para o parcelamento do solo – apresentaram-se como virtualmente fracassadas no Brasil, tal qual ocorreu em países menos desenvolvidos em razão da falta de fiscalização capaz de fazer prevalecer às restrições e sua utilização não para a melhoria das condições de vida da cidade, mas para a exclusão da comunidade carente das áreas de interesse do mercado.³³

No que tange ao acesso à moradia por parcela do grupo social que mais sofre com os efeitos da desigualdade econômica, não se ignora que já existia previsão na normatização específica da desapropriação por interesse social da sua incidência para fins de construção de casas populares³⁴. Todavia, isto não foi suficiente para resolver os problemas sociais de habitação, uma vez que a questão urbanística envolvia na época, bem como, na contemporaneidade a

³⁰ MARICATO, Ermínia. *Habitação...* Op. cit. p. 48.

³¹ BRASIL, Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

³² MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. Op. Cit. p. 47.

³³ BRASILEIRO, Ana Maria. Op. cit. p. 36.

³⁴ BRASIL, Lei nº 4.132 de 10 de Setembro de 1962. Art. 2º V.

efetiva concretização do direito à moradia de parcela do grupo social incapaz diante de sua condição econômica de se inserir naquele sistema.³⁵

Em sentido contrário, aos organismos internacionais que já apontavam na mesma quadra histórica a necessidade de se garantir a consagração do direito à moradia, ainda, que em conceito restritivo como apenas a habitação³⁶ ou o alojamento suficiente³⁷ apenas nas últimas décadas do século XX quando o processo de urbanização excludente agrava a questão habitacional nas metrópoles brasileiras pela ampliação da ocupação irregular em áreas onde inexitem ou são precárias a prestação dos serviços públicos e seus efeitos perniciosos como a explosão da violência urbana³⁸ que o Estado Brasileiro busca adotar medidas relativas de forma ampla na questão habitacional, porém, de forma inadequada.

Não se ignora que a cidade reflete espacialmente o tipo de relações políticas, econômicas e sociais existentes na sociedade é que o padrão de distribuição espacial da população nas áreas urbanas brasileiras acaba sendo orientada pelo sistema de estratificação social e determinando uma ocupação do solo basicamente incorporando tais linhas de desigualdades sendo os estratos inferiores aqueles que são mais atingidos pela manifestação dos problemas.³⁹

Todavia, a partir da década de 90 do século anterior as áreas metropolitanas brasileiras refletiram mais nitidamente a desigualdade social através da segregação espacial – com a produção e apropriação desigual do espaço urbano – a ampliação dos excludentes – com crescimento da população de

³⁵ SILVA, José Afonso da. Op. Cit. p. 379.

³⁶ Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948. Art. 25 Inciso I.

³⁷ Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 16 de Dezembro de 1966. Art. 11 I.

³⁸ MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. Op. Cit. p. 16.

³⁹ BRASILEIRO, Ana Maria. *A Cidade: Aspectos Políticos* in: KACOWICZ, Mateus .Op. cit. p. 26/27.

rua e do comércio informal – e a setorialidade dos investimentos estatais – nas áreas valorizadas pelo mercado imobiliário que reforça mazelas como a violência e o problema habitacional.⁴⁰

O tema será tratado a seguir.

3. O direito à moradia e à regularização fundiária

A dimensão dos problemas urbanos que se encontram no Brasil – dentre os quais a questão da habitação – guarda correlação lógica com a situação econômico-social de sua população, de modo que é insustentável qualquer tentativa de solução dos problemas das cidades brasileiras sem a existência de políticas públicas com objetivo de combater o aumento da degradação ambiental, bem como, dos índices de pobreza garantindo os direitos fundamentais das pessoas que vivem na cidade.⁴¹ Sob tal entendimento, a questão da habitação urbana não decorre apenas do parcelamento do solo urbano irregular em núcleos urbanos desprovidos de infraestrutura e de condições de habitualidade mínima decorrentes da ocupação de áreas de proteção ambiental.

Inicialmente, o problema habitacional nas cidades brasileiras envolve a especulação imobiliária que tem fomentado o parcelamento clandestino e irregular, bem como, o parcelamento de solo urbano realizado à época que inexistiam legislações adequadas e claras sobre a matéria tornam-se desafios herdados pelo Poder Público em matéria urbanística⁴². Tal realidade, não se supera com a regularização fundiária de assentamentos urbanos para a população de baixa renda, ao revés, insere as ocupações regulamentadas à

⁴⁰ MARICATO, Ermínia. *Metrópole...* Op. Cit. p. 53-54.

⁴¹ SALE JUNIOR, Néilson. *Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro: Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Aplicação e Eficácia do Plano Diretor*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. p. 19.

⁴² LEAL, Rogério Gesta. *Direito Urbanístico*. Porto Alegre: Renovar, 2003. p. 199.

especulação imobiliária desvirtuando os seus fins de ocupação tornando a propriedade e tais áreas mercadorias negociáveis.

Igualmente, o problema habitacional ultrapassa o binômio déficit de habitações e demanda por moradia própria, mas envolve fatores sócio-econômicos como o gap entre a renda da maioria da população e os custos da habitação, a incompatibilidade entre a capacidade de financiamento das habitações e a demanda nominal, o desequilíbrio entre a estrutura rural e urbana, a concentração em instrumentos voltados apenas às deficiências operativas do mercado e a forma paliativa da abordagem⁴³. O assentamento da população de baixa renda, portanto, sem a adoção concomitante de medidas socioeconômicas importa na persistência da miséria ou pobreza ou a ausência de serviços essenciais não conduz a realização plena do direito à moradia que depende da concretização de outros direitos fundamentais.

Por esta razão, a dificuldade de solução de tal problema urbanístico envolve a má distribuição das políticas urbanas, com a canalização dos recursos estatais para áreas ocupadas pelas classes superiores da extratificação social, seja em razão da ocupação dos cargos superiores na tecno-estrutura da Administração Pública, seja devido às limitações do exercício da cidadania não disposição de canais institucionais eficazes de reivindicação das camadas populares⁴⁴. De tal sorte, que a concretização do direito à moradia não se limita à regularização fundiária com a concessão do título de posse ou propriedade à população carente, mas envolve a adoção de variadas políticas públicas.

Todavia, os limites financeiros – da disponibilidade de recursos arrecadados diante do crescimento das necessidades de moradia – e dos desequilíbrios espaciais – cujo crescimento dos recursos depende de ampliação da atividade econômica que não necessariamente acompanha

⁴³ SEELENBERGER, Sergio H. *Políticas Habitacionais e Desenvolvimento*. In: KACOWICZ, Mateus. Op. cit. p. 198.

⁴⁴ BRASILEIRO, Ana Maria. Op. cit. p. 39.

as necessidades de gastos – gera distorção no financiamento das políticas habitacionais e sociais e igualmente impõe fator limitativo à implementação do direito de moradia àqueles que residem nas referidas áreas.⁴⁵

Por efeito, a escassez ou déficit habitacional na realidade brasileira não é a causa, mas manifestação dos baixos níveis de desenvolvimento sócio-econômico de parcela substancial da população nacional que não é alcançada pela oferta do mercado convencional através do sistema de financiamento imobiliário e, portanto, não é capaz de gerar o volume adequado de habitações, bem como, não consegue ser objeto de pleno e indiscriminado de políticas habitacionais sociais com a concessão de subsídios pelo Estado Brasileiro em razão dos limites financeiro-orçamentários.⁴⁶

Não se trata, portanto, a questão da habitação apenas de um problema de oferta em extensão – quantidade de moradias – mas de profundidade – permitindo atingir a diversificação da população e não somente limitar-se a mera oferta de um produto baseado em padrões alheios. Na própria habitação popular concedida pelo o Estado oferece-se uma moradia mínima, os equipamentos públicos a posteriori e o título de propriedade após a quitação dos compromissos.⁴⁷

Envolve uma realidade de parcelamento ilegal, de loteamento clandestino e de construção em áreas proibidas que foi objeto de uma tutela ineficaz pelo Estado durante longo período. A utilização do solo urbano em nível mundial como uma mercadoria negociada de forma fragmentada e explorada conforme a contradição comum entre abundância e escassez com vistas ao atendimento de interesses privados. Os espaços adentram ou não dentro da lógica capitalista, criando espaços aproveitáveis ou não, sagrados

⁴⁵ SILVA, Fernando A. Rezende da. *Aspectos Financeiros do Planejamento Urbano*. In: KACOWICZ, Mateus. Op. cit. p. 76/77.

⁴⁶ SEELENBERGER, Sergio H. Op. cit. p. 200.

⁴⁷ SEELENBERGER, Sergio H. Op. cit. p. 209.

ou profanos, assumindo um caráter capital e sendo o mesmomanipulado para refletir status e prestígio⁴⁸.

Neste tocante, as áreas de proteção ambiental tornam-se objeto da ocupação por loteamentos irregulares e as unidades de conservação situadas em áreas urbanas acabam sendo justamente alvo de moradia, cujas consequências não são positivas para a natureza e um de seus resultados imediatos constitui uma acelerada corrida para a sua tomada, fruto da ausência do exercício regular de fiscalização através do poder de polícia estatal.⁴⁹

Para solucionar a problemática da regularização fundiária uma política habitacional capaz de garantir a justa utilização do solo e o fornecimento de habitação condigna a todas as famílias como já ensaiava o 1º Seminário de Habitação e Reforma Urbana promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil⁵⁰ e a necessidade do cientista jurídico atentar sobre a importância da questão da metrópole e dos seus problemas sociais e econômicos, do assentamento humano no solo da cidade enquanto exercício das liberdades públicas e do direito à Terra como já apontava a doutrina nas últimas décadas do século XX.⁵¹

Diante da ausência de um regime jurídico capaz de solver os problemas das habitações irregulares diversos instrumentos foram propostos pela doutrina para garantir a regularização fundiária de áreas assentadas populações de baixa renda – como favelas, mocambos, palafitas e loteamentos irregulares – como o usucapião especial urbano de bens públicos, bem como, o direito de superfície permitindo a propriedade separada da acessão, distinta do

⁴⁸ HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 240.

⁴⁹ CARRERA, Francisco. Op. cit. p. 62/63.

⁵⁰ BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *Das Reformas de Base ao BNH: As Propostas do Seminário de Reforma Urbana*. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 21 a 25 de Maio de 2007, Belém, Pará, Rio de Janeiro. p. 5.

⁵¹ LIRA, Ricardo Pereira. *Elementos de Direito Urbanístico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. p. 109.

solo, como instrumento capaz de garantir que tal regularização fundiária impedisse as novas migrações de contingentes atraídos por essa política.⁵²

Todavia, tal atraso do Estado na proteção do direito à moradia persistia ainda com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois embora houvesse a previsão do usucapião de imóvel público e urbano para fins de moradia e a concessão de uso especial para moradia⁵³, o direito à moradia não foi consagrado dentre o amplo rol de direitos fundamentais, portanto, direitos públicos subjetivos exigíveis perante o Estado, algo apenas corrigido por força da Emenda Constitucional 26 de 2002⁵⁴ através de norma programática veiculadora de direito social novamente incapaz de resolver a questão habitacional dependente de plena regulamentação.

Ainda que a previsão da função social da propriedade já se encontrasse no ordenamento jurídico constitucional desde a Emenda Constitucional 01/1969⁵⁵ a inexistência de legislação infraconstitucional que conformasse seu conteúdo delineando uma política urbana ou a organização dos espaços utilizáveis não dotava de eficácia a norma constitucional⁵⁶. Houve projeto de lei que buscou explicitar a função social da propriedade tendo por diretrizes garantir iguais oportunidades de acesso à propriedade urbana e moradia, a regularização fundiária das áreas ocupadas por população de baixa renda e distribuição equitativa dos benefícios e ônus decorrentes da

⁵² LIRA, Ricardo Pereira. Op. cit. p. 363 e 373.

⁵³ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988. Art. 183.

⁵⁴ BRASIL, Emenda Constitucional nº 26 de 14 de Fevereiro de 2002. Art. 1º.

⁵⁵ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de Janeiro de 1967 com a Emenda Constitucional nº 01 de 17 de Outubro de 1969. Art. 160.

⁵⁶ MOREIRA, Mariana. *A História do Estatuto da Cidade*. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord). *Estatuto da Cidade: Comentários à Lei Federal 10.257/2001*. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 31-36.

urbanização, todavia, o mesmo foi retirado pelo Poder Executivo em 1995 sem deliberação⁵⁷.

Tal projeto foi substituído por outra proposição⁵⁸ que previa usucapião especial de imóvel urbano coletivo para fins de moradia, permitindo a aquisição imobiliária de área urbana de metragem superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupado por edificação precária e mediante a posse ininterrupta e sem oposição. Tal projeto foi apensado àquele que viria estabelecer em 2001 o Estatuto da Cidade⁵⁹, que previu além deste a atribuição dos entes municipais para programa de construção de moradias embora a concessão de uso especial para fins de moradia tenha sido vetado pelo Poder Executivo.⁶⁰

Antes houve a criação de um regime de urbanizações para construção de moradias de interesse social instituído através de lei nacional de 1999 que produziu alterações nas regras relativas ao parcelamento de solo urbano impondo infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social⁶¹, bem como, determinou a hipótese de desapropriação na modalidade de utilidade pública com fins de execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética⁶².

Igualmente ocorreu a edição de medida provisória⁶³ que regulamentava a concessão de uso especial para fins de moradia com intuito de regularização

⁵⁷ BRASIL, Projeto de Lei n 775 de 04 de Maio de 1983.

⁵⁸ BRASIL, Projeto de Lei n. 2.191 de 27 de Abril de 1989.

⁵⁹ BRASIL, Projeto de Lei n. 5.788 de 1990.

⁶⁰ BRASIL, Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. Art. 3 inciso III, art. 9 e 10, art. 15 a 20.

⁶¹ BRASIL, Lei nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979. Artigo 2º §6º com redação dada pela Lei 9.785/1999.

⁶² BRASIL, Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941. Artigo 2º §6º com redação dada pela Lei 9.785/1999.

⁶³ BRASIL, Medida Provisória nº 2.220 de 04 de Setembro de 2001.

da posse daqueles que residem em imóvel público, facultando ao particular o uso privativo de bem público embora com maior grau de estabilidade em razão da sua natureza de contrato administrativo de duração perpétua enquanto observado o fim de moradia que traduz em um direito real de natureza pública ao particular transmissível por ato *inter vivos e mortis causa* e oponível perante os particulares e a própria Administração Pública.⁶⁴

Porém, é apenas no final da primeira década do século XXI que diante do cenário de crise financeira mundial com o recrudescimento de seus impactos negativos sobre a atividade econômica, renda e nível de emprego do País, as decorrentes restrições de crédito associado às operações de financiamento habitacional, bem como, diagnóstico da ampliação do déficit habitacional no segmento populacional de baixa renda, em razão da impossibilidade de comprovação, regularidade e suficiência de renda e aceleração do fenômeno de urbanização, que foi adotada uma política pública nacional para facilitar o acesso à moradia própria para as famílias de menor renda através da edição de medida provisória⁶⁵ posteriormente convertida em lei⁶⁶.

A demanda de um programa governamental nacional já era apontada pela doutrina diante das limitações do governo municipal de planejar e executar um programa para a cidade diante dos obstáculos de natureza histórica e cultural como déficit de serviços de infra-estrutura urbana, falta de interesse e participação da comunidade, além das pressões, influências e disputas no aparato administrativo que geravam uma suspeita sobre a capacidade efetiva do poder público local atuar por si só sobre o problema urbano.⁶⁷

O tema será tratado a seguir.

⁶⁴ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. *Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia: Medida Provisória 2.220 de 04.09.2001* in: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord). Op. cit. p. 161.

⁶⁵ BRASIL, Medida Provisória nº 459 de 25 de Março de 2009.

⁶⁶ BRASIL, Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009.

⁶⁷ BRASILEIRO, Ana Maria. Op. cit. p. 33.

4. A Lei Federal nº 11.977/2009 e a regularização fundiária da Rocinha

Com a instituição legal da política habitacional designada Minha Casa, Minha Vida buscou-se criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com determinada renda mensal, inclusive, com a previsão de doação de terrenos públicos, desoneração tributária e utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade voltada ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade⁶⁸.

Em que pese a edição das demais normas relativas à regularização fundiária em áreas rurais⁶⁹ e urbanas⁷⁰ em terras situadas na União, foi com a referida lei que se previu e um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais voltados à regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares garantindo a titulação sobre a terra urbana para os seus ocupantes – geralmente ocupantes das classes de baixa renda.

Sob o contexto histórico brasileiro de um longo processo de exclusão do acesso à terra urbana, da falta de planejamento urbano advindo dos fins econômicos da formação das cidades, do crescimento desordenado e a ocupação irregular das áreas centrais urbanas, de inúmeras tentativas normativas de resolver a questão habitacional na ordem brasileira, a lei federal 11.977 de 2009 buscou ser mais um instrumento normativo para auxiliar no problema social da moradia e a questão da ocupação irregular da terra urbana.

Tal, o regime de regularização fundiária instituído pela Lei Federal nº 11.977 de 2009 busca ultrapassar ou ao menos minimizar tais entraves de distintas ordens – requisitos demasiadamente específicos da disciplina jurídica geral de parcelamento do solo urbano que não se adéquam as referidas áreas, a especulação imobiliária na construção e venda de empreendimentos

⁶⁸ BRASIL, Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009. Art. 3º.

⁶⁹ BRASIL, Lei nº 11.952 de 25 de Junho de 2009. Art. 5º a 20.

⁷⁰ BRASIL, Lei nº 11.952 de 25 de Junho de 2009. Art. 21 a 30.

que impede o acesso a moradia pelas camadas populares, as influências e pressões nas áreas economicamente viáveis ou pelo oferecimento de equipamentos públicos, os limites financeiros do ente municipal para a construção de moradias popular, dentre outros – permitindo a regularização de uma situação fática consolidada de habitação e garantindo a concretização ao direito à moradia urbana.

O direito à moradia enquanto direito social complexo e multifacetado não se limita apenas a prestação negativa estatal – de não ser privado arbitrariamente de uma habitação – mas ainda medidas de caráter positivo – garantindo a moradia mediante políticas públicas de habitação, que não se limita apenas a implementação pelo Estado de programas habitacionais⁷¹. Enquanto direito fundamental se liga à própria personalidade humana e, portanto, impõe não somente a concessão de um local para habitação, mas a garantia de uma moradia digna.

Uma vez que a lei de regularização fundiária urbana abrange assentamentos irregulares, a saber, aglomerados subnormais ocupados por coletividade de pessoas em parcelamentos informais ou irregulares com uso predominante de fins de moradia, a regularização fundiária não é dever, mas dever-poder do Estado uma vez que envolve a concretização de direito fundamental social que, portanto, se vincula a eminentemente interesses públicos e não se liga apenas a interesses privados já que envolve o bem-estar de parte da população que reside em locais caracterizados pela precariedade como favelas, comunidades, palafitas e afins.

Isto porque ao revés da habitação que engloba também as relações patrimoniais advindas da propriedade, o direito à moradia abrange um cunho eminentemente pessoal e envolve a condição digna de abrigo⁷².

⁷¹ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988. Art. 23 IX.

⁷² SOUZA, Sérgio Iglesia Nundes de. *Direito à Moradia e de Habitação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 139.

É o *locus* das relações individuais do ser humano – o lugar de seu abrigo e proteção, intimidade e vivência – das suas relações sociais próximas – de convivência com a família e interações com a vizinhança – e gerais – de alistamento eleitoral, do domicílio civil e penal e demais do vínculo com a cidade e o Estado, condição para o exercício de sua dignidade, liberdades e cidadania⁷³.

Envolve uma moradia adequada como forma de garantir a melhoria contínua de sua condição de vida⁷⁴, com adoção pelos Estados de políticas públicas de habitação que permitam realizar progressivamente este direito humano, bem como, estabelecer sistemas eficazes de sua proteção, de forma a garantir o assentamento do ser humano com segurança – proteção legal da posse contra despejos forçados, perturbação ou ameaça – em áreas seguras, saudáveis, equitativas, sustentáveis e produtivas⁷⁵.

A regularização fundiária é assim um processo para acertamento não apenas urbanístico, mas também social da terra, ou seja, dos assentamentos irregulares ou clandestinos destinados à moradia, o que conduz inexoravelmente ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. Isto porque as funções sociais da cidade não envolvem apenas funções de gestão, mas se relacionam de forma íntima com os direitos fundamentais de forma que dentre as funções urbanísticas encontra-se a habitação e o meio ambiente.⁷⁶

Ademais, a função social da propriedade urbana não se restringe ao atendimento das diretrizes fixadas no plano diretor, mas envolve o atendimento de um complexo de critérios que variam desde a adequação

⁷³ PAGANI, Elaine Adelina. *O Direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 122.

⁷⁴ Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 16 de dezembro de 1966. Art. 11. II.

⁷⁵ SAULE JUNIOR, Nelson. Op. cit. p. 21.

⁷⁶ RIOS, Arthur. *Regularização Fundiária Urbana*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 30 e 23.

do direito de construir às normas urbanísticas, até a democratização das oportunidades de acesso a propriedade urbana e moradia, a correção das distorções de valorização do solo urbano, bem como, a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.⁷⁷

A lei de regularização fundiária explicita como um de seus princípios a ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda com prioridade para sua permanência na área ocupada assegurada a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental⁷⁸. Tal permanência na área ocupada é apontada pela doutrina em razão da capacidade econômica inferiorizada de seus moradores que dificulta o acesso aos equipamentos públicos onerando os gastos com transporte e dificultando o trabalho⁷⁹.

Dentre as políticas públicas de regularização fundiária adotada pela Secretaria de Habitação do Município do Rio de Janeiro na quadra de 2010 a 2014, a saber, dentro da vigência da lei federal nº 11.977 de 2009, a comunidade urbana Rocinha situada na Estrada da Gávea no Bairro da Rocinha, por ter sido projeto-piloto de aplicação do Programa Minha Casa Minha Vida e tido seu Auto de Demarcação Registrado em 2010 no 2º Ofício de Registro de Imóveis, portanto, passível de análise dos seus efeitos ambientais e sociais, como a implantação do Programa de Aceleração de Crescimento.

A comunidade da rocinha, segundo pesquisa do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é a comunidade mais populosa do país, com 69.161 habitantes⁸⁰, com ampla dimensão territorial

⁷⁷ SAULE JUNIOR, Nelson. Op. cit. p. 174.

⁷⁸ BRASIL, Lei nº 10.257 de 2001. Art. 48 inciso I.

⁷⁹ FUKASSAWA, Fernando. Op. cit. p. 90.

⁸⁰ Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias-censo?busca=1&idnoticia=2508&t=censo-2010-mostra-caracteristicas-territoriais-aglomerados-subnormais-suas-diferencas-demais-areas-cidades&view=noticia>>. Acesso em 06.06.2015.

– ocupando parte do maciço da tijuca em grande área de preservação permanente⁸¹ e situando-se entre São Conrado, o Vidigal e a Gávea⁸² – foi reconhecida como um bairro pela Prefeitura do Rio de Janeiro⁸³.

No primeiro semestre de 2010, a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro iniciou o processo de regularização dos lotes na Rocinha, mediante o apoio da Fundação Bento Rubião na elaboração do Auto de Demarcação Urbanística, dos imóveis com até 250 metros quadrados, fora de área de risco ou de proteção ambiental e cujo morador estivesse na posse do imóvel há pelo menos cinco anos, sem pagar aluguel. Cumprindo os requisitos da lei minha casa minha vida, pretende-se beneficiar cerca de cinco mil moradores com os títulos de propriedade na Rocinha, atendendo ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os governos federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro.

O processo de regularização fundiária da Rocinha é dividido em cinco etapas em quinze regiões, organizadas de acordo com as matrículas averbadas no RGI⁸⁴. Inicialmente, foram beneficiadas as áreas conhecidas como Vila Verde, Cachopa, Pastor Almir e Trampolim⁸⁵.

Tal procedimento deflagrado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro não se encontra findo, mas diante da impossibilidade de intimação pessoal dos proprietários confrontantes está na fase da notificação por edital⁸⁶, conforme consta no auto de demarcação nº 2013-153516. Todavia, já apresenta resultados positivos no reconhecimento do direito à moradia digna.

⁸¹ Vide Anexo 2.

⁸² Vide Anexo 1.

⁸³ Rio de Janeiro, Lei nº 1.995 de 18 de Junho de 1993.

⁸⁴ Vide Anexo 3.

⁸⁵ Vide Anexo 4.

⁸⁶ BRASIL, Diário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de 11 de Março de 2014.

Isto porque, o referido processo vem acompanhado de políticas públicas de oferecimento de serviços públicos essenciais para a comunidade, como o projeto para melhorias urbanas e habitacionais PAC no Complexo da Rocinha.

Projeto e orçamentação para melhorias urbanas e habitacionais PAC2 no Complexo da Rocinha

5. Conclusão

Como visto, a ocupação do solo urbano brasileiro, foi realizado de forma excludente e com fins econômicos, conduzindo ao déficit habitacional e a ocupação de áreas ambientais e sem interesse econômico, de forma precárias pelas famílias carentes, como único meio de acesso a sua moradia.

Embora de longa data o problema, houve tardio reconhecimento do direito à moradia na ordem jurídica e as tentativas de implementação de políticas públicas urbanas – como a remoção das famílias, financiamento imobiliário e afins – se tornaram infrutíferas para solucionar a questão fundiária urbana no Brasil.

Sob tal viés, a proposta de regularização fundiária da Lei 11.977 de 2009 não pretende ser uma panaceia para os problemas da propriedade urbana informal, mas tem importantes instrumentos, capaz de auxiliar na concretização do direito à moradia, não como o acesso a qualquer propriedade, mas ao lugar que a pessoa veja como seu lar.

Referências

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *Solo urbano: Propostas para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular, 1986.

CARRERA, Franciso. *Cidade Sustentável: Utopia ou Realidade?* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

- DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord). *Estatuto da Cidade: Comentários à Lei Federal 10.257/2001*. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- KACOWICZ, Mateus. *Desenvolvimento e Política Urbana*. Rio de Janeiro: IBAM, 1976.
- LEAL, Rogério Gesta. *Direito Urbanístico*. Porto Alegre: Renovar, 2003.
- MARICATO, Erminia. *Habitação e Cidade*. 6 ed. São Paulo: Atual, 1997.
- _____. *Brasil. Cidades: Alternativas para a Crise Urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PAGANI, Elaine Adelina. *O Direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- LIRA, Ricardo Pereira. *Elementos de Direito Urbanístico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- RIOS, Arthur. *Regularização Fundiária Urbana*. Curitiba: Juruá, 2012.
- SALE JUNIOR, Nélson. *Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro: Ordenamento Constitucional da Política Urbana. Aplicação e Eficácia do Plano Diretor*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- SOUZA, Sérgio Iglesia Nundes de. *Direito à Moradia e de Habitação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- VIANNA JUNIOR, Helio. *A Estrutura Interna da Cidade*.

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

A Pedra do Sol e a Cosmogonia Asteca

Michael Marques¹

Resumo¹

O estudo apresenta aspectos cosmogônicos da Pedra do Sol Asteca, destacando sua simbologia através dos códices indígenas, fontes primárias e bibliográfica. Por meio do mito da criação mexicana, e demonstrado a importância simbólica do monumento e a sua influência na vida cotidiana dessa sociedade. Será esclarecido a sua trajetória histórica e o impacto nos mesoamericanos e europeus.

Palavras-chave: México; Asteca, Náhuatl, Mexica, Estela, Pedra do Sol e Arqueologia.

Resumen

El estudio presenta Cosmogonía de la Piedra del Sol Azteca, destacando su simbología a través de códices indígenas, primarias y fuentes bibliográficas. A través del mito de la Creación Mexica, y demostró la simbología del monumento y su influencia en la vida cotidiana de esta sociedad. Se aclarará su trayectoria histórica y el impacto sobre mesoamericanos y europeos.

Palabras clave: México, Azteca, Náhuatl, Mexica, Piedra del Sol y Arqueología.

Abstract

The study presents Cosmogony of the Aztec Sun Stone, highlighting its symbology through indigenous codices, primaries and bibliographical sources. Through the myth of Creation Mexica, and demonstrated the symbology of the monument and its influence in the everyday life of this society. Its historic trajectory and the impact on Mesoamerican and Europeans will be clarified.

Key words: Mexico, Aztec, Nahuatl, Mexica, Sun Stone and Archaeology.

¹ Michael F. P. Marques, Graduando do Curso de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

1. Introdução

Para maior compreensão sobre o significado da Pedra do Sol é fundamental conhecer os dados teológicos, físicos e históricos sobre o artefato.

A Pedra do Sol era uma homenagem a *Tonatiuh*, a divindade solar e também o “Quinto Sol”. Encontram-se inserida no monumento dados de dois calendários, um solar de 365 dias e um outro religioso de 260 dias. Baseando-se na estrela Plêiades, os sacerdotes *mēxihcah* construíram o seu calendário e a cada 52 anos determinava a mudança de Era.

A Pedra do Sol pesa 24 toneladas, 358 centímetros de diâmetro e 98 centímetros de profundidade. Ela foi esculpida em Basalto, uma rocha ígnea.²

Em 1479 o Imperador Asteca *Axayácatl*, mandou esculpir a Pedras do Sol e colocá-la na parte externa do *Templo Mayor*, para que todos pudessem contempla e homenageá-la.

Em 1519, os espanhóis liderados por *Hernán Cortés* (1485 – 1547), obtiveram o primeiro contato com o Império Asteca. Em 1521, após a conquista dos Astecas, o Frade dominicano Diego Duran observou uma escultura na praça central da cidade *Tenochtitlán* e através de sua descrição, possivelmente seria a Pedra do Sol. Os espanhóis perceberam a ligação com os ritos de sacrifício e adoração aos deuses mesoamericanos e conseqüentemente os membros da igreja condenaram os atos ritualísticos dos Astecas. No final da década de 1550, o Arcebispo *Alonso de Montúfar* mandou enterra-la na praça principal na Cidade do México, *Tenochtitlán*. O Arcebispo alegou que a Pedra do Sol era a causa inspiradora de assassinatos e delitos. Apenas em 1790, durante escavações, a Pedra do Sol foi desenterrada e o astrônomo, antropólogo e escritor *Antonio de León y Gama* (1735 – 1802), interessou-se no artefato e fez a primeira interpretação. O monumento foi colocado na circunferência da Praça da Constituição, também conhecida

² Dados obtidos do Museu Nacional de Antropologia do México. Disponível em: <http://www.mna.inah.gob.mx/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=4994>.

como *El Zócalo*, em frente à *Catedral Metropolitana de la Ciudad de México*, onde os visitantes acabavam pisoteando-a, e desta maneira, demonstrava uma forma de superioridade religiosa do Cristianismo em relação a fé pagã mesoamericana. Porém a Pedra do Sol ficou pouco tempo em frente à Catedral, pois *Antonio de León y Gama* convenceu o Vice-Rei da Nova Espanha, *Juan Vicente de Güemes Pacheco y Padilla*, o 2º Conde de *Revillagigedo*, que a pedra na verdade não era uma escultura religiosa, mas apenas de uso cronológico e astronômico, e convenceu que deveria ser preservado. Assim o Conde de *Revillagigedo* mandou coloca-la na torre sudoeste da *Catedral Metropolitana de la Ciudad de México*.

Em 1882, “O Relógio de *Montezuma*”, apelido dado a Pedra do Sol, consolidava-se como uma atração turística da região, e foi removida através de trilhos para o *Museo Nacional de la Calle Moneda*, lado norte do Palácio Nacional. Em 1885, foi instalado na Sala dos Monólitos, aonde permaneceu até 1964, quando foi transferida para o Museu Nacional de Antropologia, onde encontra-se atualmente instalada na sala *Mexica*.

Durante a década de 1870 foi proposto através dos estudos do arqueólogo e estadista mexicano *Alfredo Chavero* (1841 - 1906), uma nova tese sobre a utilização do monumento na sociedade Asteca. Ele afirmou que a Pedra do Sol não se tratava de um calendário ou um dispositivo temporal, mas uma *cuauhxicalli*, onde era utilizado como uma base para o sacrifício e o coração oferecido aos deuses era colocado sobre ela.

2. Mitologia Náhuatl

O significado ritualístico da Pedra do Sol é fundamental para entender porque e para que esse artefato foi designado e qual mensagem ela expressa em sua composição. E a melhor forma de iniciarmos o entendimento é através do mito da criação Asteca ou *Náhuatl*.

No início de tudo, inclusive dos deuses, havia um casal primordial, *Ometecubtli*, “o senhor da Dualidade”, e *Omeciuatl*, a “A senhora da Dualidade”. Eles residiam no décimo terceiro céu, o topo do mundo, “onde o ar é muito frio, delicado e gelado”.

Com o sopro criador, *Ometecubtli* dividiu o céu, a terra e criou os deuses. Os quatro primeiros deuses nascidos são *Huitzilopochtli*, *Tezcatlipoca*, *Xipe Tótec* e *Quetzalcóatl* (A serpente Emplumada). Assim, o Senhor da Dualidade deu aos quatro filhos a missão de completar a criação iniciada por ele e logo depois exilou-se no munto superior, o decimo terceiro céu. Para começar a tarefa de criação, era necessário que *Cipactli*, o mostro aquático, único morador do oceano primordial fosse eliminado pois ele comia tudo que fosse vivo, portanto era um empecilho na criação. Para eliminá-la, *Quetzalcóatl* e *Tezcatlipoca* juntaram-se e decidiram enfrentá-la para matá-la. Os dois irmãos arquitetaram um plano, *Quetzalcoatl* cortou o pé do irmão e jogou no “Oceano primordial”. *Cipactli* sentiu-se atraída pelo cheiro de sangue de um divindade, e como sempre estava como fome, seguiu em direção ao pé de *Tezcatlipoca*. Desta maneira, a grande besta marinha caiu na armadilha dos irmãos deuses e assim que se aproximou, *Quetzalcóatl* e *Tezcatlipoca* entraram em combate. Após a vitória, eles arrastaram o corpo do monstro até dividirem-no em quatro pedaços; as patas da frente e de trás formaram o leste e o oeste; e às laterais formaram o norte e o sul. Por causa desse ato, separou-se o céu e a terra (espaço e o tempo) pelo qual foi vital para a criação da vida humana. A história de *Cipactli* corresponde ao primeiro sacrifício dos deuses para a criação do mundo.

2.1. A Criação das Eras

para criar as primeiras entidades do mundo, o casal primordial gerou *Técpatl*, a “faca do sacrificial” feita de sílex que se espatifou na terra dando origem a 1600 deuses e criando um pacto entre o céu e a terra. O Senhor primordial, ainda não estava satisfeito com a criação, e ordenou aos quatro

filhos que criassem os seres que adorariam os deuses; os homens. Para iniciar a criação da raça humana, *Ometecubtli* forneceu aos seus filhos deuses, os “ossos preciosos”. Mas havia a necessidade da criação do Sol para iluminar a terra e vital para a vida dos novos seres. Em seguida os deuses se reuniram em *Teotihuacán*, perguntando-se quem se encarregaria de iluminar o mundo.

O primeiro encarregado foi *Ocelotonatiuh*, o deus Sol Jaguar, porém os homens eram uma raça de gigantes extraordinários, de cor negra que foram condenados a destruição sendo devorados por jaguares. Essa era segundo o Códice *Chimalpopoca*, durou 676 anos. O segundo Sol foi *Ehécatl*, deus do vento e cabeça de Lagarto. Mas o homem recusava-se a cultuar os deuses, então foram transformados em macacos. Essa era durou 676 anos. O terceiro foi *Tláloc*, o Senhor da Chuva e do fogo Celestial que destruiu o mundo em uma chuva de larva e fogo, convertendo os homens em pássaros. Essa era teria durado por 364 anos. O quarto Sol foi *Chalchiuhtlicue*, a Deusa da água e esposa de *Tláloc*. Nessa quarta era que durou 676 anos, os homens eram pequenos demais e o mundo foi destruído com um grande dilúvio, que transformou os homens em peixes.³

2.2. A serpente emplumada em *Mictlán*

Após 4 tentativas, os deuses acharam que tinham fracassado e decidiram esconder os “ossos preciosos” em *Mictlán*, o mundo dos mortos, justamente para evitar novas tentativas. Mesmo assim, *Quetzalcoatl* não desistiu e resolveu resgata-los para efetuar uma nova tentativa de criação dos homens. Porém a tarefa não era tão fácil como ele imaginava, mas a “Serpente Emplumada” desceu a infra mundo-*Mictlán*, e pediu ao *Mictlāntēcutli*, o Senhor do mundo dos mortos os “ossos sagrados”. Inteligentemente, o deus do mundo dos mortos concordou em dar os ossos desde que *Quetzalcóatl* completa-se um desafio. Ele ofereceu a Serpente Emplumada um Caracol sem orifícios e pediu que fizesse tocar. No entanto, *Quetzalcóatl* é mais astuto do que *Mictlāntēcutli*,

³ Fonte: Códice de Borgia.

chamou ajudantes vermes para perfuraram o objeto e abelhas para produzirem o som ao passar por esses orifícios. Ao escutar o som produzido pelo instrumento, a divindade do mundo dos mortos permitiu que ele pegasse os “Ossos Preciosos”, mas rapidamente mudou de ideia. *Mictlāntēcutli* ordenou a seus seguidores, outros deuses menores, que cavassem um poço profundo e preparasse uma nova armadilha para a Serpente Emplumada. Ao correr para sair do *Mictlán*, *Quetzalcoatl* foi importunado por codornas que o fizeram cair no poço. Com a queda, o deus morrer, e os “Ossos Preciosos” são espalhados e quebrados. Mas ele ressuscita, recupera todos ossos e os reúne e em uma bolsa para posteriormente seguiu para *Tamoanchan*. Chegando à localidade, a deusa Serpente *Cihuacoatl*, pulveriza os “Ossos Preciosos” e coloca em um vaso de cerâmica especial. Os deuses, a começar por *Quetzalcoatl*, sangraram o seu membro “viril” e misturam ao pó para modelar os novos homens. Acreditava-se que esse seria o motivo para existência de diferentes homens como por exemplo os magros, gordos, baixos ou altos; devidos a mistura dos ossos que foram quebrados. Finalmente os novos humanos foram feitos e eles eram chamados de “Homem de Milho”, ou *Mēxihcah*.

Algum tempo depois, *Quetzalcóatl* teve de se disfarçar de formiga e voltar a *Mictlán* para resgatar o alimento sagrado, o milho, e ensinar o povo *Mēxihcah* cultivar o alimento sagrado.

2.3. O Quinto Sol

Os deuses se reuniram em *Teotihuacán* para a criação do novo Sol, dando origem ao novo tempo. Os dois deuses *Tecuciztécatl* e *Nanahuatzin* foram convocados para a sublime tarefa. Ambos aceitaram e se prepararam fazendo o jejum e sacrifício. *Tecuciztécatl* era conhecido por suas roupas elegantes e suas oferendas muito ostentosas e *Nanahuatzin* era conhecido por ser um deus de vestimenta humildes e de corpo leproso. O deus de roupas elegantes tentou por quatro vezes se jogar no braseiro sagrado, porém desistiu da tarefa. Mas quem teve a virtude da coragem e cumpriu o dever sagrado

foi *Nanahuatzin*. Quando entrou em contato com o braseiro o seu corpo radiou-se em luz e converteu-se em um Sol radiante do Oriente, conhecido como *Tonatiuh*. Em seguida *Tecuciztécatl* tomou coragem e transformou-se na lua. Mesmo com um brilho intenso, depois de 4 dias o sol não havia se movimentado, então *Itzolutli*, perguntou ao *Tonatiuh* o que ele precisava para movimentar-se. A resposta foi a exigência de *Chalchuiatl*, a água preciosa (em outras palavras, sangue). Então os deuses sacrificaram-se e oferecendo o seu sangue para o Sol iniciar a jornada pelo céu e garantir o ciclo da vida.

Por esse ato, os Astecas sacrificavam humanos para manter o funcionamento do mundo e evitar o colapso universal.

2.4. *Quetzalcóatl* e o sacrifício humano

Depois da criação, *Quetzalcóatl* fundou a cidade sagrada de *Tula* onde reinava. Lá ele era visto como um exemplo a ser seguido. Proibindo sacrifícios humanos, substituído por sacrifícios de animais. Esse ato irritou bastante os deuses que consideraram inaceitável. A seguir os deuses arquitetaram um plano contra a Serpente Emplumada que seria executado por *Tezcatlipoca*. A divindade se desfez de um velho curandeiro e foi para o palácio de *Quetzalcóatl* oferecendo um remédio, pois o Rei de *Tula* sentia-se cansado. O remédio era na verdade uma bebida alcoólica chamada *Pulque*. Depois de quatro doses, o deus estava embriagado e percorreu a cidade de *Tula* cometendo atos inapropriados com os seus súditos. Nessa euforia *Quetzalcóatl* demonstrou apetite sexual, e ofereceram a sua irmã *Quetzalpetatl* e os dois praticaram sexo. Ao acordar no dia seguinte, sentiu-se envergonhado, e optou em tentar esclarecer o ocorrido para o seu povo, mas não conseguiram encontrar o sacerdote que havia lhe oferecido o *Pulque*. Sem saída, ele decidiu que não haveria condições de continuar em *Tula*, deixou o seu povo seguindo para oeste e prometeu que um dia voltaria.

2.5. Observação sobre a mitologia

Os cultos mexicanos foram relatados pelos espanhóis e sofreram alterações em suas versões. A mitologia Asteca é uma versão do imaginário indígena narrado de acordo como foi compreendido pelos europeus na conquista. É uma narrativa que envolve as formas de pensar cristã-ocidental (Lemos; 2017)⁴.

3. A Pedra do Sol

3.1. Círculo central

O Círculo Central representa *Tonatiuh* (Figura 1) com a máscara de fogo, emblema de soberania sobre os planetas. O Cabelo do deus é dourado e as rugas sobre os olhos indicam sua idade avançada. Na testa há o signo *ome acatl*, que indica o começo da contagem dos anos e representa o símbolo do sol no primeiro dia do ciclo de 52 anos. Este símbolo de jade está relacionado com o colar que paira as suas bochechas. Por último, ver-se sua língua de fora em forma de *Técpatl*, indicando que deveriam oferecer sacrifícios de sangue e corações humanos (CASANOVA; 1998).



Figura 1
- Máscara de fogo, Tonatiuh



Signo 4 Tigre



Signo 4 Vento



Signo 4 Chuva



Signo 4 Água

Figura 2 - Eras, os 4 Sóis.

⁴ Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, Professora Titular em História da América. Pesquisadora-Visitante do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Coordenadora do NUCLEAS/UERJ.

Signo 4 Tigre (Figura 2) é o primeiro Sol: Nessa primeira era o deus Sol era o Jaguar (*Ocelotonatiuh*). Ele destruiu os primeiros habitantes do mundo, uma raça de gigantes, condenados a ser devorados por jaguares. Signo 4 Vento é o segundo Sol: Nesta era, *Ehécatl*, deus do Vento com cabeça de lagarto, foi encarregado em destruir o mundo e transforma-los em macacos Signo 4 Chuva é o terceiro Sol: Nesta era, o deus *Tláloc*, o Senhor da Chuva e do fogo Celestial, destruiu o mundo em uma chuva de larva e fogo, convertendo os homens em pássaros. Signo 4 Água é o quarto Sol: Nesta era, a deusa da água, *Chalchiuhtlicue* é esposa de *Tláloc*. Destruiu o mundo em um dilúvio e converteu os homens em peixes (CASANOVA; 1998).



Figura 3 - Signos dos pontos cardias.



Figura 4 - Mão de Tonatiuh

A figura 4 é a representação da mão com garras de águia de *Tonatiuh*, que espremem os corações humanos oferecidos aos deuses para manter o sol em movimento. O olhos significa que a deidade solar Sol “tudo vê e tudo sabe”.

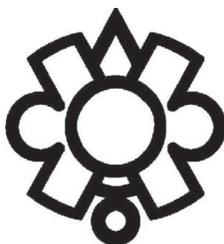


Figura 5 - Signo de Ollin

O *Signo de Ollin*, que se assemelha a um “X” (figura 5). Ele significa movimento, terremoto e destruição. Também é “símbolo da vida e insígnia da morte” (SHAGÚN. p. 123). Os Astecas olhavam o centro com medo, desconfiança e ansiedade, como um lugar mágico, consagrado ao deus *Tezcatlipoca* (LEMOS. p. 61).

3.2. Primeiro círculo

O Primeiro anel (Figura 17) é formado pelos pictogramas dos vinte dias batizados do calendário sagrado asteca, *tonalpobualli* (contagem dos dias) em sentido anti-horário. Estes vinte dias foram combinados com treze números até que um ano sagrado de 260 dias foi formado (ALVAREZ 2010).

Cada dia está associado a uma deidade, um ponto cardinal e um significado. Abaixo está uma tabela contendo todas as informações referente a cada dia do *Tonalpobualli*.

Dia	Nome do Dia	Significado	Ponto Cardinal
1	<i>Cipactli</i>	Monstro Aquático	Leste
2	<i>Ehécatl</i>	Vento	Norte
3	<i>Calli</i>	Casa	Oeste
4	<i>Cuetzpallin</i>	Lagartixa	Sul
5	<i>Cóatl</i>	Serpente	Leste
6	<i>Miquiztli</i>	Morte	Norte
7	<i>Mázatl</i>	Veado	Oeste
8	<i>Tochtli</i>	Coelho	Sul
9	<i>Atl</i>	Água	Leste
10	<i>Itzcuintli</i>	Cão	Norte
11	<i>Ozomatli</i>	Macaco	Oeste
12	<i>Malinalli</i>	Erva	Sul
13	<i>Ácatl</i>	Cana	Leste
14	<i>Océlotl</i>	Tigre	Norte
15	<i>Cuauhtli</i>	Águia	Oeste
16	<i>Cozcacuauhtli</i>	Abutre	Sul
17	<i>Ollin</i>	Terramoto	Leste
18	<i>Técpatl</i>	Faca de sílex	Norte
19	<i>Quiáhuatl</i>	Chuva	Oeste
20	<i>Xóchitl</i>	Flor	Sul

3.3. Segundo círculo

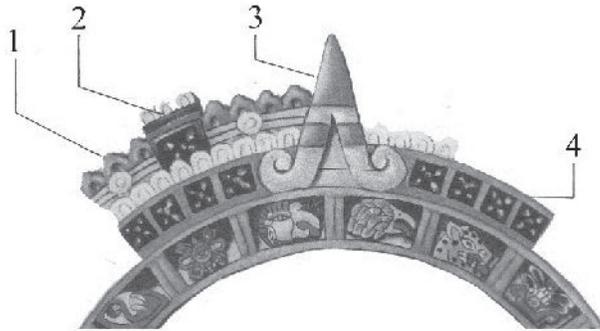


Figura 7 - Segundo Círculo. Fonte: Carlos Cámara

Abaixo as informações correspondentes a legenda do Segundo Círculo (Figura 19).

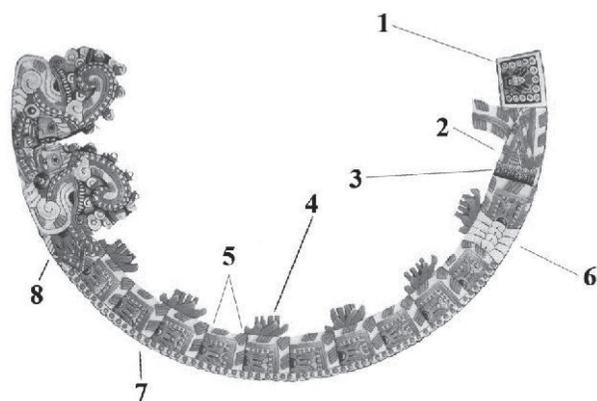
1. Gotas de sangue utilizadas. Oferenda ao Deus Sol.
2. Signo da luz, da força e beleza: Ornamento de Jade com cinco incrustação que representam as combinações de cinco dias. Três pumas de água e uma coroa de pérolas anuncia a aceitação divina do sacrifício.
3. As pontas são os raios de sol que existem no universo. Também simbolizam a direção dos pontos cárdias.
4. Pena de águia, o ornamento do Deus Sol.
5. Uma tira de joias solares. Um dos nomes de Tonatiuh era *Xiuhpiltontli*. “turquesa criança” porque consideravam o sol precioso como uma joia. Incrustações dentro de cada joia simbolizam a combinação de cinco em cinco dias (*Quincunques*) para forma os meses.

3.4. Círculo externo

A figura que circula o Sol e sua transformação (Figura 20), é formada por duas serpentes de fogo. Chamadas *Xiuhcoatl*, elas são o transporte do astro pelo céu levando a sua face e dos deuses; *Tezcatlipoca-Xiuhotecutli* (direita) e *Quetzalcóatl-Tonatiuh* (esquerda).

Quetzalcóatl personifica o dia e *Tezcatlipoca* a noite. Os seus rostos em oposição representam a luta entre a luz e a escuridão pelo domínio do universo. As línguas dos deuses projetadas para fora e se tocando, simbolizam o nasce e o pôr do sol demonstrando que ambos estão conectados.

Cada serpente aparece com uma touca contendo pequenas circunferências que simbolizam as estrelas principais da constelação de Plêiades (CASANOVA; 1998).



Abaixo as informações correspondentes a legenda do Círculo Externo (Figura 21).

1. Hieróglifo 13 copo: Representa o momento da aparição do Quinto Sol, ou a data de consagração da Pedra pelo Imperador *Axzyácatl* em 1479.
2. Ponta de cauda estilizada da serpente.
3. Ornamento da cauda composto de ervas e das flores.

4. Símbolo do fogo velho (representando pelas hastes) e o fogo novo (simbolizado pelas chamas) que são apagadas e iluminados, respectivamente a cada 52 anos.
5. Os onze segmentos de tamanho igual que compõem o corpo de cada cobra carregam o sinal do novo fogo.
6. Cada serpente carrega perto da cauda um laço de quatro bandas de *āmatl* (papel feito com a casca de uma espécie de Figueira). Cada banda é equivalente a um dos quatro *Tlalpilli* ou conjuntos de 13 anos totalizando 52 anos.
7. A última parte da circunferência é formada por filas de pequenos círculos que representam as estrelas da Via Láctea.
8. Patas com garras de serpente.

4. Conclusão

A pesquisa demonstra a importância *Chalchiuatl* (Sangue) no culto do deus Sol Asteca. A Pedra do Sol detalha o equilíbrio delicado entre a vida e a morte, a existência do mundo terreno em relação ao universo, a religiosidade desse povo mesoamericano e toda complexidade das informações esculpidas no artefato estudado.



BIOGRAFIA

AUSTIN, Alfredo López. *Hombre-Dios, Religión y política em el mundo Náhuatl*. México, Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1973. 47-185 p.

BORDIN, Reginaldo Aliçandro. *Mito e Religião na Sociedade Asteca*. Maringá: Unicesumar, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/212/917>> . Acesso em 15 jul. 2017.

CASANOVA, Jorge Pech. *La Piedra del Sol*. Yucatán, México: Dante, 1998.

CHAVERO, Alfredo. *La Piedra del Sol*.

FLORESCANO, Enrique. *El mito nahua de la creación del cosmos y el principio de los reinos*. México: CDigital, 1997. Disponível em: <<http://cdigital.uv.mx/bitstream/123456789/1016/21997104p57.pdf>> . Acesso em: 18 jul. 2017.

GETTY INSTITUTE. *The Aztec Calendar Stone*. Los Angeles, Estados Unidos da América: Getty Edu, 2010. Disponível em: <http://www.getty.edu/research/exhibitions_events/exhibitions/obsidian_mirror/aztec_calendar_stone.html> . Acesso em: 20 jul. 2017.

HERTA, Énrique Alvarez. *El Calendario Azteca, Cuauhxicalli*. México: Google, 2010. Disponível em: <<http://enriquealvarezguiaturistico.blogspot.com.br/2010/08/el-calendario-azteca-cuauhxicalli.html>> . Acesso em: 04 ago. 2017

JACKSON, William Henry. *The Cathedral, City of Mexico*, Mex. Cidade do México, México: Detroit Publishing Co., 1880. Disponível em: <<https://www.loc.gov/resource/det.4a03444/>> . Acesso em: 21 jul. 2017.

LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes. *Corpo Calado: Imaginário em confronto*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. 61 p.

PLATAFORMA. *O Confronto dos Deuses, A História de Quetzalcoatl*. The History Channel Latin America, 2011.

SOUSTELLE, Jacques. *A vida cotidiana, os astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo de Livro, 1990. 177-228 p.

VILLELA, Khristaan. *The Aztec Calendar Stone or Sun Stone*. Reino Unido da Grã Bretanha: Mexicolore, 2012. Disponível em: <http://www.mexicolore.co.uk/aztecs/calendar/calendar-stone> . Acesso em: 20 jul. 2017.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Os dilemas da ética

Nilo do Vale

Resumo

Hoje a ética vive, talvez, um dos seus momentos mais agitados de sua “carreira”. Pois todos, ou quase todos, falam sobre ela. A medicina, por exemplo, que sempre usou e abusou do termo para um sentido comportamental dos seus profissionais, como também os das áreas do direito, da política e demais outras que apregoam “uma nova ética para o desenvolvimento”, enfim, nas várias camadas da sociedade e das entidades de classes falam e pregam um comportamento ético. Entretanto nos interrogamos: o que é ético e não ético? Como definirmos o termo e como praticamos? Assim sendo, o que na realidade assistimos, é que esta tão falada ainda nos é por muito desconhecida, como também percebemos que também ainda não é exatamente aquilo que compreendemos. Surge então daí outras várias questões, como por exemplo: se discutir, ou falar, sobre a ética na política? Como se falar sobre o assunto nas empresas e no modo capitalista de produção? E na distribuição da renda? Ou mesmo na medicina, sobre as questões do aborto, da AIDS, dos transplantes e da eutanásia, etc.?

Então, poderemos verificar que não é exatamente aquilo que falamos por aí sobre o que é ético. Trata-se de um assunto de extrema complexidade, levantar-se uma discussão sobre o assunto, além acalorada é de extensa duração e, então, deveremos nos atentar para se levar às discussões sobre aquilo que é efetivamente, tanto do campo da ética quanto aquilo que trata da questão efetivamente moral.

Tanto a ciência quanto o direito não compreenderam ou não acompanharam a ideia da dimensão daquilo que é ético e não ético.

Por fim, muitos falam em seu sentido teórico, entretanto não a praticam. Desta forma, temos que, a teoria sem a prática é cega, a prática sem a teoria é nula e uma divorciada da outra é o verdadeiro niilismo. É o verdadeiro nada

Palavras-chave: ética; niilismo; sociedade.

Resumen

Hoy la ética vive, tal vez, uno de sus momentos más agitados de su “carrera”. Porque todos, o casi todos, hablan de ella. La medicina, por ejemplo, que siempre usó y abusó del término para un sentido conductual de sus profesionales, como también los de las áreas del derecho, de la política y demás otras que pregonan “una nueva ética para el desarrollo”, en fin, en las varias capas de la sociedad y de las entidades de clases hablan y predicán un comportamiento ético. Pero nos preguntamos: ¿qué es ético y no ético? ¿Cómo definir el término y cómo practicamos?

Así, lo que en realidad asistimos, es que esta tan hablada todavía nos es por muy desconocida, como también percibimos que tampoco es exactamente lo que comprendemos. Entonces surgen otras varias cuestiones, como por ejemplo: si discutir, o hablar, sobre la ética en la política? ¿Cómo hablar sobre el asunto en las empresas y en el modo capitalista de producción? ¿Y en la distribución de la renta? O incluso en la medicina, sobre las cuestiones del aborto, del SIDA, de los trasplantes y de la eutanasia, etc.?

Entonces, podremos comprobar que no es exactamente lo que hablamos por ahí sobre lo que es ético. Se trata de un asunto de extrema complejidad, de levantarse una discusión sobre el tema, además de acalorada es de larga duración y, entonces, deberemos atentar para llevar a las discusiones sobre lo que es efectivamente, tanto del campo de la ética como aquello que trata de la cuestión efectivamente moral.

Tanto la ciencia como el derecho no comprendieron o no acompañaron la idea de la dimensión de lo que es ético y no ético.

Por fin, muchos hablan en su sentido teórico, pero no la practican. De esta forma, tenemos que, la teoría sin la práctica es ciega, la práctica sin la teoría es nula y una divorciada de la otra es el verdadero nihilismo. Es la verdadera nada

Palabras clave: ética; nihilismo; sociedad.

Abstract

Today ethics lives, perhaps, one of his most agitated moments of his “career”. For all, or almost all, talk about it. Medicine, for example, has always used and abused the term for a behavioral sense of its professionals, as well as those in the areas of law, politics and others that claim “a new ethic for development”, in other words, in the various layers society and class entities speak and preach

ethical behavior. However we ask ourselves: what is ethical and not ethical? How do we define the term and how do we practice it?

So what we actually see is that it is so widely spoken that it is still unknown to us, but we also realize that it is still not exactly what we understand. Then there are several other questions, such as whether to discuss or talk about ethics in politics? How can we talk about it in companies and in the capitalist mode of production? And the distribution of income? Or even in medicine, on the issues of abortion, AIDS, transplants and euthanasia, etc.?

So we can verify that it is not exactly what we are talking about about what is ethical. It is a matter of extreme complexity, a discussion about the subject must be raised, in addition to being heated over a long period of time, and then we must take into account the discussions about what is effectively, both in the field of ethics and what which deals with the really moral issue.

Both science and law did not understand or follow the idea of the dimension of what is ethical and unethical.

Finally, many speak in their theoretical sense, but do not practice it. In this way, we have that, theory without practice is blind, practice without theory is null and one divorced from the other is true nihilism. It's the real nothing.

Keywords: ethics; nihilism; society.

Introdução

Embora seja um tema um tanto polêmico, a ética se configura como uma questão essencial no que diz respeito ao “comportamento” do homem. Pois como sabemos, a ética é ainda hoje objeto de discussões em quaisquer meios de atuação do homem em seu meio.

Na biologia, onde são estudados os seres vivos, discutem-se qual ou quais maneiras o homem deve se comportar diante de impasses de como se “dar” vida, se por meios naturais ou artificiais, ou mesmo em suas experiências com seres vivos, como com os animais.

Na medicina, discute-se acirradamente a respeito da sua “humanização”, ou seja, daquilo que é de sua proposição em termos éticos, que a cura ou a “preservação” da vida ou o que é a morte. Contraditoriamente, nos deparamos com a questão do aborto. Como seria discutido esse assunto altamente polêmico e sem um sentido condutor. Cabe aí uma pergunta: O aborto não seria a extinção de uma vida? Se na ética em seu sentido bio é preservá-la?

Na teologia do catolicismo tradicional, acreditava-se que os fetos só estariam de posse da alma a partir dos primeiros movimentos, entretanto, esta ideia foi abandonada pela própria igreja; posteriormente verificou-se, através de pesquisas com ultrassom e outros meios, que os fetos já efetuavam seus primeiros movimentos na sexta semana após sua concepção. Mesmo com isso, e, sem entrarmos no campo religioso, o aborto se defronta com a reivindicação do direito à vida, porque segundo a “razão do direito”, só tem direito aquele que reivindica o seu direito, assim sendo, como fica a questão do feto? E pela lógica não é o médico que também pratica o aborto? E a “morte” de um embrião para se “fazer” uma célula? E como ficamos também com relação aos transplantes? Ao se retirar órgãos de um corpo e colocá-los em outros?

E na política? O que assistimos hoje, principalmente no Brasil e na Venezuela? São governantes que não atuam dentro dos preceitos éticos, governam apenas para si e seus aliados. Os seus interesses particulares e perpetuação no poder são questões que orientam os seus “mandatos”, uma pequena casta que se beneficia com os frutos daquilo que se amealha da população alijada pelo poder público. Por fim, a população paga pelos caprichos dos governos “ilegítimos” e impopulares.

Enfim, temos vários outros tipos de discussões, como nos casos dos doentes mentais que são interditados com poderes instituídos aos médicos através dos Estados. Quando então, o médico passa a possuir o direito de cuidar da vida; assim, então, é-lhe dado o poder de “dar” a vida e “tirar” a vida.

Por fim, na política, na economia e sua eticidade, com a sua prática perversa de distribuição da renda, etc.

A Ética

Vemos em Aristóteles, em seu Livro II da *Ética a Nicômacos*, que as ações são chamadas justas e moderadas quando concebidas de tal maneira que um homem justo e moderado poderia realizá-las:

é justo e moderado não o que as faz, mas o que as faz como as fazem os justos e moderados. É correto, pois, dizer que realizando ações justas e moderadas faz-se, respectivamente, um justo e moderado. Sem fazê-las, ninguém poderia chegar a ser bom. Mas a maioria não faz essas coisas, a não ser que, refugiando-se na teoria, acreditam filosofar e poder, assim, serem homens virtuosos¹.

Ainda nos tempos atuais assistimos, mesmo no seio da nossa *civilização científica*, um atrofamento do sentido ético. Fatos estes encontrados na Economia com a distribuição da renda, no Direito, na Política, na Medicina, etc., enfim, em todas as camadas sociais foram “esquecidos” os preceitos éticos, fazendo com que desaparecessem de cena as perspectivas da problemática ética.

Contudo, que a partir das críticas de Nicolau de Cusa, Giordano Bruno e Galileu Galilei, o século XVII já vinha presenciando o progressivo declínio do modo de pensar aristotélico. Com o modelo da física newtoniana, passa a ser aplicada uma nova concepção do corpo e um novo saber sobre o homem começa a se constituir. Em meio a um mecanicismo que reunia o céu e a terra numa só explicação, emergiu a figura complexa de René Descartes que

¹ Novaes, Adauto. *Ética/organização*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 8.

inaugura um novo lugar, a interioridade humana, o pensamento da razão. Ele é ao mesmo tempo revolucionário e herdeiro dos pensamentos grego e medieval. Enquanto a nova física nos transportava “do mundo fechado ao universo infinito”, Descartes se propunha a investigar os domínios da subjetividade, inclusive o da alma.

Assim sendo, a subjetividade foi constituída e transformada em referencial central, e, às vezes exclusiva para o conhecimento e a verdade. Pois é, a sua verdade habita a consciência: é o que dizem os racionalistas e empiristas. Deste modo, a partir de Descartes, a representação é o lugar de morada da verdade, tendo como problema central o de saber chegar a ela pela via da razão ou pela via da experiência. Pó outro lado, tanto os racionalistas quanto os empiristas divergem desta tese, sobretudo no que diz respeito ao caminho a tomar, embora já sabendo aonde queiram ir: ao reino da verdade, da universalidade, da identidade, dos problemas fundamentais da moral, a obrigação do dever ser no sentido da vida humana.

Em Peter Singer, temos:

...“poucas questões éticas são hoje, objeto de uma discussão tão acirrada quanto à do aborto, e, enquanto os pêndulos oscilam para lá e para cá, nenhum dos lados tem sido muito bem-sucedido em modificar opiniões de seus adversários².

Nós sempre nos interrogaremos: o que é ética e como se pratica; a ética vem dos costumes. Então poderíamos até nos arriscar a dizer que a ética nunca é, está sempre para ser, ou aquilo que deveria ser.

² SINGER, Peter. *Ética prática*. Trad.: Jeferson Luiz Camargo. Martins fontes. São Paulo; 1994.

Desta forma, discutimos muito a ética à luz da humanização, mas sua discussão se situa muito mais além; por isso podemos afirmar em um sentido bem mais abrangente.

Dentro do campo da filosofia discute-se muito, também, a respeito da bioética, e com isto, alguns entendem como somente sendo a humanização da medicina, porquanto, esquecendo-se de outros modos de vida como a dos animais, o meio ambiente de um modo geral, enfim, uma diversidade imensurável e um vasto campo a percorrer. Entretanto, existem outras maneiras das quais a vida depende e deve ser inserida. Somente a título de exemplo: a própria economia com a sua distribuição desigual da riqueza e/ou daquilo que é produzido dentro das suas diversas atividades; poderemos até citar a economia que pela sua própria finalidade é importante para a manutenção e a preservação da vida e da própria espécie humana. Pois o direito primordial do homem é satisfazer as suas necessidades essenciais, como o alimentar-se, vestir-se, habitar, enfim, uma diversidade de elementos para a sua manutenção como também a preservação.

Em um outro aspecto, o homem precisa praticar a economia, não só para o seu sustento, mas também para atender aos seus semelhantes, e, com isto, é preciso que se faça uma distribuição equânime do produto do seu trabalho, pois o homem, por ser um ser social, não possui a sua “auto-suficiência”. Em contrapartida, aquele que acumula mais que o outro pratica um ato de desigualdade, porque se ele está com mais produto, evidentemente alguém estará com menos. Para esta questão, que Marx denomina como acumulação primitiva, ele descreve:

A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capitalismo, ou do capital, e do modo de produção capitalista.

É como na teologia, Adão mordeu a maçã e, por isso o pecado continuou na humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em um passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios e trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo porque existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo.

Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílios³.

Cabendo ainda o problema da ética na medicina, não somente as questões de se “tirar” vidas como nos casos do aborto e da eutanásia, como também em relação de se “prolongar” ou até mesmo “adicionar” sobrevidas. Temos também as questões “éticas” de religiosidades as quais não permitem a aplicação da sobrevida nem mesmo a minimização de dores, como nos casos da ingestão de anestésicos, sedativos, transfusões sanguíneas, etc. Dentro deste contexto, poderemos até abrir outra discussão do que é ético e não ético no que diz respeito ao “paciente” ter a liberdade de possuir o seu próprio corpo. E mais, na medicina o Estado é quem institui o “direito” da prática da medicina e a de possuir o direito sobre o outro.

³ MARX, Karl. *O Capital* – Livro Primeiro. Trad. Reginaldo Sant’Ana, vol. II; cap. XXIV, p. 828. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Mas a integração maior da definição deve ser considerada justamente em nível ético, pois existe uma dimensão ética da saúde radicada no espírito do homem e em sua liberdade: muitas doenças derivam de escolhas éticas errôneas (droga, alcoolismo, AIDS, violência, privação dos bens necessários à saúde, etc.); além disso, a saúde é administrada com responsabilidade e equilíbrio pela pessoa como um bem da própria pessoa. E, mesmo onde a doença tem uma origem independente do ethos pessoal e de suas responsabilidades, a prevenção, a terapia, a reabilitação supõem a vontade e a liberdade do sujeito, bem como a responsabilidade da comunidade; e quando se fala de responsabilidade supõem-se a dimensão de ética¹⁴.

Assim sendo, nos apercebemos também, que não podemos apenas privilegiar o sentido biológico da vida humana, não nos reduzir apenas ao sentido “materialista”, da matéria, da vida, ou seja, o corpóreo. Porque, como vemos, há correntes na contemporaneidade que levantaram (e levantam) as questões psíquicas, como no caso de Sigmund Freud na psicanálise. Nesta questão, assistimos a destruição da garantia da exterioridade, sobrando, com isto, a certeza da interioridade. Em Montaigne, o surgimento da consciência de se procurar desesperadamente a garantia de se distinguir o que é o verdadeiramente verdadeiro e o falso. Não encontramos nada. E, dentro da própria psicanálise “descobre-se” que o homem não é o verdadeiro dono da sua “casa”, isto é, não é dono da sua razão; pois ele age e atua de acordo com o seu inconsciente.

Como vemos o corpo não passa de um sentido organicista e mecanicista, pois ele é apenas um reduzido de sentido material, ele não é o todo e sim parte deste; melhor explicando, a vida é constituída de espírito e matéria. O corpo é “vivido” e manifestado pelo espírito, ou seja, interdependentes; um

⁴ SGRECCIA, Ellio. *Manual de Bioética*. I. Fundamentos e Ética Bioética. Trad. Orlando Soares Moreira. Edições Loyola. Cap.4.

age de acordo com o sentido do outro, um paralelismo. Abrindo-se assim, uma questão de se privilegiar um em detrimento do outro.

Nessa cisão entre corpóreo (matéria) e não corpóreo, temos registros de que foi no século XVII em que se realizou a partilha entre a razão e desrazão; foi o momento da emergência da loucura, ou melhor, foi o momento em que a razão “produziu” a loucura e a medicina produziu a doença. Sabemos também, que o que distingue o homem do animal é a racionalidade, o louco passa a ser identificado como animal. Daí as práticas de dominação da loucura, e, num certo período, terem adquirido características idênticas às empregadas para se domar um animal bravo. Loucura, além de desrazão é furor. O homem louco, para a teoria do catolicismo, é despossuído de alma, ele não deve ter um lugar entre os demais. Loucura e pensamento eram dois termos que podiam ser definidos por exclusão, pois o pensamento era exatamente aquilo que, por ser regulado pela razão, opunha-se à loucura. O homem pode ficar louco, o pensamento não. E o ficar louco implica exatamente a perda da racionalidade, daí então, ser um sujeito interdito, isento de responsabilidades, como também, nos seus direitos reinvincatórios.

O que verificamos também, é que a denúncia da loucura não era propriamente destinada à sua cura, mas sim para o controle disciplinar do indivíduo, o louco também era visto naqueles que “desobedeciam” às ordens emanadas pelo poder dominante, em tempos ditatoriais. O louco não era curado, mas domado. E é assim, que a loucura deixa de ser vista como apenas desrazão, ou como paixão descontrolada. A cura não é mais a recuperação da verdade, mas o retorno à ordem. Predominantemente a loucura é encarcerada para poder ser domada, tanto pelo Estado quanto pela psiquiatria. Autorizam-no ou não a sua liberdade.

Por outro lado, quanto à questão da sua internação, pode também ser vista como um deságue da história da loucura, quando na idade média se inicia um processo de confinamento como medida de precaução social. Dessa forma, o que se vê também, é a questão de escolhermos primeiro a nossa

“espécie”, a diferenciação entre os sãos e não sãos, prevalecendo aqueles que possuem a razão, ou melhor ainda, há uma relação de exclusão. Tais como aqueles que reivindicam ou não os seus direitos.

Mas também se pode verificar, é quanto à questão de escolhermos primeiro a nossa “espécie”, a diferenciação entre sãos e não sãos prevalece aquele que possui a razão, ou seja, há uma relação de exclusão. Como poderemos ver em Peter Singer: “... sobre as leis que regem o aborto, e não sobre a ética do aborto”⁵. Também vemos em Singer utilizando as palavras de John Stuart Mill:

O único objetivo em nome do qual o poder pode ser legitimadamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é o de impedir que os outros sejam prejudicados (...). Ele não pode ser legitimadamente forçado a agir ou a abster-se de agir porque será melhor que o faça, porque assim será mais feliz, porque, na opinião dos outros, agir desse modo seria sensato, ou mesmo mais certo²⁶.

Mais ainda em Singer é sobre a falácia de se incluir o aborto entre os crimes sem vítimas, nós temos também registros de casos passados sobre a prática de lobotomia em doentes mentais. Assim sendo, o que temos, é que tanto o aborto como o tratamento de doentes mentais, são casos característicos de exclusão, pois ambas as vítimas são destituídas dos seus direitos de opção sobre suas vidas, são indefesos, “desautorizados” de serem autônomos (autolegisladores), despojados dos direitos de viverem suas vidas, não importa de que modo.

Ainda em Singer, a discussão sobre a prática do aborto, onde ele aponta que “para os adversários do aborto, a vítima é o feto. Os que não se opõem ao

⁵ Op. cit. p.p. 154 e 155.

⁶ Idem.

aborto podem negar que o feto possa ser visto como vítima grave”. Segundo ainda Singer, poderão vir ainda aqueles que argumentem que um ser só pode ser vítima se seus interesses forem violados, e, neste caso, o feto não possui interesses. Mas como entendemos, o ser humano enquanto espécie e, no caso do feto, também é possuidor de uma vida. Por outro lado, poderíamos questionar sobre a consciência, da sua razão ou desrazão. Mas, para finalizar, o que podemos afirmar é que ele é um indivíduo, subsistente na natureza, um ser da espécie humana, mesmo em estado de embrião, em vida latente.

Conclusão

Diante dessa nossa exposição, concluímos que a ética tem que ser estabelecida em seu sentido prático, ou aquilo que deve ser. Desta forma, ela tem a necessidade de ser bem clarificada na sua intenção de praticidade. Porque a ética tendo como ponto de vista a uma vida digna do homem – ponto de vista hoje quase inexistente – necessita ser “praticada” em nossa interioridade.

O “esquecimento” do sentido ético praticado pelo homem leva-o a considerar-se como uma coisa qualquer, ou como instrumento (ferramenta) de trabalho, agindo contra a sua própria natureza. E deste modo, quanto mais o homem retrocede da história e da ética, mais ele se afasta de si, no sentido da sua individualidade como ser único da sua interioridade e como um ser para o outro.

Finalmente, há outra “preocupação”, no sentido ético, é com relação ao bem estar, ou a satisfação dos seus desejos e a otimização das suas necessidades, ainda mais, eficiência na manutenção da vida boa. Enfim, a ética, por ser uma prática, não é um simples aprendizado, mas deve levar o homem a procurar uma vida virtuosa como uma prática.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. De Mário da Gama Kury. 3^a ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c 1985, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 6^a Ed. São Paulo, editora Perspectiva, 1972.

HOTTOIS, Gilbert. *O Paradigma Bioético – Uma Ética para a Tecnociência*. Edições Salamandra.

NOVAES, Adauto / Org. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e Sociabilidade*. – São Paulo: Loyola, 1993. – (Coleção Filosofia).

SGRECCIA, Elio. *Manual de Bioética – Fundamentos e Ética Biomédica*. Trad.: Orlando Soares Moreira. Edições Loyola.

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Novembro / 2017

Higienismo e imigração – fontes para investigação da história de Leopoldina, na Zona da Mata Mineira, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX

Rodolfo Alves Pereira

Resumo

Neste trabalho, trataremos sobre a relação das campanhas de saneamento e o processo de imigração no Brasil, o qual foi intensificado a partir da metade do século XIX e subvencionado pelo Estado brasileiro. Nosso foco se deterá especificamente sobre os desafios que a imigração impôs aos governos e à elite dirigente do país, tendo em vista que a chegada dos estrangeiros evidenciava a precariedade da infraestrutura nacional, especialmente no que tange aos serviços públicos de saúde. Desse modo, com o estímulo e a introdução de elementos estrangeiros no território nacional, alguns problemas foram realçados, como a falta de moradias adequadas, as deficiências no sistema de saúde, os surtos epidêmicos, a ausência de práticas higiênico-sanitárias, fatores que contribuíram para vitimar um grande contingente de almas.

Palavras-chave: saneamento, imigração, saúde pública.

Resumen

En este trabajo, trataremos sobre la relación de las campañas de saneamiento y el proceso de inmigración en Brasil, el cual fue intensificado a partir de la mitad del siglo XIX y subvencionado por el Estado brasileño. Nuestro foco se detendrá específicamente sobre los desafíos que la inmigración impuso a los gobiernos y a la elite dirigente del país, teniendo en cuenta que la llegada de los extranjeros evidenciaba la precariedad de la infraestructura nacional, especialmente en lo que se refiere a los servicios públicos de salud. De este modo, con el estímulo y la introducción de elementos extranjeros en el territorio nacio-

nal, algunos problemas se destacaron, como la falta de viviendas adecuadas, las deficiencias en el sistema de salud, los brotes epidémicos, la ausencia de prácticas higiénico-sanitarias, factores que contribuyeron para vencer un gran contingente de almas.

Palabras clave: saneamiento, inmigración, salud pública.

Abstract

In this work, we will discuss the relationship between sanitation campaigns and the immigration process in Brazil, which was intensified in the mid-nineteenth century and subsidized by the Brazilian State. Our focus will focus specifically on the challenges that immigration has imposed on governments and the ruling elite of the country, given that the arrival of foreigners evidenced the precariousness of national infrastructure, especially with regard to public health services. Thus, with the stimulation and introduction of foreign elements in the national territory, some problems were highlighted, such as the lack of adequate housing, deficiencies in the health system, epidemic outbreaks, lack of hygienic-sanitary practices, factors that contributed to victimize a large contingent of souls.

Keywords: sanitation; immigration, public health.

Introdução

Neste trabalho, trataremos sobre a relação das campanhas de saneamento e o processo de imigração no Brasil, o qual foi intensificado a partir da metade do século XIX e subvencionado pelo Estado brasileiro. Nosso foco se deterá especificamente sobre os desafios que a imigração impôs aos governos e à elite dirigente do país, tendo em vista que a chegada dos estrangeiros evidenciava a precariedade da infraestrutura nacional, especialmente no que tange aos serviços públicos de saúde. Desse modo, com o estímulo e a introdução de elementos estrangeiros no território nacional, alguns problemas foram realçados, como a falta de moradias adequadas, as deficiências no sistema

de saúde, os surtos epidêmicos, a ausência de práticas higiênico-sanitárias, fatores que contribuíram para vitimar um grande contingente de almas.

O elevado número de óbitos entre os estrangeiros causava péssima impressão do Brasil no exterior. Os portos brasileiros eram mal vistos lá fora, navios evitavam atracar em certos pontos de nosso litoral e com isso a política de imigração estava em xeque, pois as doenças e a certeza da morte repeliam os imigrantes.

Mediante isso, os dirigentes brasileiros foram obrigados a adotar medidas profiláticas, começando pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos; depois, no início do século XX, as próprias cidades foram alvo da política sanitária, como, por exemplo, a capital da República. Já ao final do século XIX, os núcleos urbanos paulistas, ligados ao setor cafeeiro, passaram por intervenção sanitária, devido ao trabalho pioneiro de higienização urbana promovido pelo médico Emílio Ribas neste estado. Posteriormente, as políticas higiênico-sanitárias foram levadas para o interior. Nesses locais, o grande Capital, representado por investidores e comerciantes internacionais, tinha interesses no desenvolvimento do agronegócio, na expansão das bases do capitalismo e na manutenção da mão de obra necessária ao cumprimento desses objetivos, o que só se concretizaria com a adoção de hábitos de higiene e de saneamento básico.

Faremos uma breve análise do contexto geral da introdução do higienismo no Brasil e procuraremos demonstrar a relação entre a ciência da higiene e das práticas sanitárias com a política de incentivo à imigração que estava em voga no país no período anteriormente mencionado. Depois disso, passaremos ao estudo de caso, tomando a cidade de Leopoldina, município situado na Zona da Mata mineira, que à época era um importante centro produtor de café do estado e foi uma das pioneiras a receber os novos serviços de higiene. Na conclusão, deixaremos claro que imigração e higienismo, por vezes, caminharam lado a lado, sendo que este favoreceu e assegurou a concretização daquela.

Um breve histórico da higiene e das primeiras políticas higienistas na Europa e no Brasil

Desde os primórdios da civilização, os humanos preocupam-se com as regras de limpeza e com a higiene. Aliás, a expressão *higiene* tem sua origem na Antiguidade Clássica, sendo um desdobramento do substantivo próprio Hígia, a deusa grega da limpeza e da saúde, cultuada pelos antigos helenos. Mas foi na segunda metade do século XIX, na Europa Ocidental, que surgiu a crença de que a adoção de hábitos de higiene ajudaria a promover o progresso econômico e social¹. Nessa época, a higiene não era apenas uma virtude, adquirindo status de ciência moderna. Ela tornou-se fundamental para assegurar a saúde dos corpos, vistos apenas como um instrumento de trabalho pelas elites dirigentes e pelos empresários ansiosos pela expansão do capitalismo industrial.

Assim, o higienismo foi admitido como disciplina acadêmica e escolar, devendo ser propagado para as massas, a fim de combater as doenças e epidemias que representavam um obstáculo para o crescimento dos negócios, o desenvolvimento industrial e impediam a formação de soldados saudáveis para compor os exércitos nacionais.

As ideias higienistas não demoraram a seduzir as elites brasileiras desejosas de colocar o Brasil nos rumos de nações como França e Inglaterra, as quais passavam por grandes transformações urbanas e sanitárias no século XIX e foram tomadas como modelos para o mundo Ocidental. Nesses países, avenidas foram abertas, bulevares substituíram vielas, rios eram despoluídos e pobres tocados dos centros das cidades, tudo em nome do saneamento e de um projeto que visava higienizar e fortalecer a pátria.

Se a Europa caminhava rumo à modernização, no Rio de Janeiro, ao final dos oitocentos, o acelerado crescimento urbano suscitava preocupações e debates entre os dirigentes do império. Nos aglomerados urbanos, desprovi-

¹ PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Org.). *História do corpo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011, p. 283-312.

dos de condições sanitárias básicas, grassavam epidemias de febre amarela, peste e varíola. As doenças espalhavam-se e vitimavam pessoas de todas as classes sociais. Isso mobilizou as autoridades públicas que começaram a buscar uma “cidade saudável”². Apesar das apreensões com o saneamento dos espaços urbanos, o orçamento do império destinado ao higienismo era limitadíssimo³, por isso, “da higiene pública incumbiam-se as águas da chuva, os raios de sol e os diligentes urubus”⁴.

Com a proclamação da república, em 1889, a pauta do saneamento continuava a inquietar os dirigentes nacionais e é no início do século XX que podemos encontrar o clássico exemplo da presença do higienismo e do sanitarismo no país. Sob o governo do presidente Rodrigues Alves⁵, a capital federal passou por grandes transformações urbanas, graças ao financiamento estrangeiro. A ideia era embelezar e modernizar a cidade, cujo aspecto colonial e insalubre repelia investimentos e imigrantes por conta das doenças. Sérgio Silva lembra que, a partir de 1880, a imigração foi intensa. Entre 1887 e 1897, entraram no Brasil 1.300.000 imigrantes. A maioria deles foi para São Paulo e, entre 1887 e 1900, os imigrantes responderam por 82% do crescimento demográfico do estado paulista⁶. Aliás, os imigrantes também traziam para o Brasil doenças relativamente raras, como cólera, escarlatina e tifo, e eram considerados não imunes às doenças tropicais, portanto as políticas de higiene e saúde urgiam

² ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *PASSOS, Pereira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>> Acesso em: 01/10/2016.

³ O orçamento imperial aprovado em 1889 destinava menos de 1% dos recursos para os serviços de higiene, controle dos portos, asilos e hospitais. Outros ministérios, como da Guerra e da Marinha, receberam 19,6%; estradas de ferro 35%; e imigração estrangeira 7%. BLOUNT, 1971, p. 39 apud COSTA, 1986, p. 35.

⁴ ABREU, Capistrano apud SINGER, Paul 1981, p. 96.

⁵ Ao assumir seu mandato, em 1902, o presidente eleito confidenciara a um amigo, ainda no trem que o conduzia à capital federal, onde seria empossado, o seu objetivo presidencial: “O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro”

⁶ SILVA, Sérgio 1976, p. 44 apud COSTA, Nilson do Rosário, 1986, p. 38.

para evitar epidemias e melhorar a imagem do país no exterior. Odair Franco relata que certa vez, em Paris, Oswaldo Cruz lera em uma agência de navegação o seguinte aviso: “navegação direta para a República Argentina, sem tocar nos focos de febre amarela”⁷. Tal mudança de rota justificava-se devido à precariedade dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, onde vários capitães de navios morreram de febre.

Rodrigues Alves nomeou para prefeito da cidade o engenheiro Francisco Pereira Passos, o qual, inspirado no modelo de Haussmann⁸, empregou a engenharia sanitária para reconstruir a cidade segundo as necessidades ditas pelos médicos e higienistas.⁹ Foi assim que ocorreu o “bota-abaixo¹⁰” na capital da república, com a remoção das habitações coletivas do centro da cidade, abrindo espaço para a construção de avenidas e novos prédios mais condizentes com o ideal civilizatório almejado pelas elites.

Na imprensa havia opiniões divergentes, ora louvando a ação do poder público, ora cobrando das autoridades a construção de casas populares. As mudanças implementadas iam além das obras de engenharia. Segundo José Murilo de Carvalho, Pereira Passos baixou várias regras que interferiam na dinâmica e nos hábitos dos cidadãos. O prefeito:

⁷ FRANCO, Odair, 1969, p. 85-6 apud COSTA, Nilson do Rosário, 1986, p. 44.

⁸ O Barão de Haussmann foi o prefeito da capital francesa entre 1853 e 1870. Sob seu governo, Paris passou por relevantes transformações urbanas baseadas na abertura de amplas avenidas no lugar de ruas apertadas. Os trabalhos de remodelação culminaram com a expulsão dos pobres do centro de Paris e em várias críticas e protestos contra a postura do prefeito.

⁹ BENCHIMOL, Jaime. Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Tese de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

¹⁰ Sobre as consequências do “bota-abaixo”, indicamos a leitura de SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas¹¹.

Carvalho ressalta que muitas dessas posturas eram reedições de medidas pretéritas. Embora não se saiba quantas delas se efetivaram de fato, a população percebera, dessa vez, que havia forte atuação do governo no sentido de fazer cumprir as novas regras, tudo com a intenção de tornar a cidade uma “réplica tropical da Paris”.

Outra medida importante executada por Rodrigues Alves foi no campo da saúde, com a nomeação do médico-sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917) para o cargo de chefe do Serviço de Saúde Pública, cuja missão era sanear o Rio de Janeiro, livrando a cidade das três epidemias: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Assim que assumiu suas funções, Cruz criou o Serviço de Profilaxia, o qual incluía a brigada sanitária “composta de agentes conhecidos como mata-mosquitos, que visitavam domicílios exterminando focos de larvas do mosquito hospedeiro e agindo na prevenção de propagação”¹²

A despeito dos problemas enfrentados, as ações do médico surtiram efeito, provocando queda abrupta no número de óbitos causados pelas epidemias. A título de exemplo, em 1903, 584 pessoas morreram na capital devido à febre amarela. No ano seguinte, o número de óbitos caiu para 48.

Uma das medidas mais polêmicas na gestão de Oswaldo Cruz à frente do Serviço de Saúde Pública foi a que previa a vacinação obrigatória contra a varíola. Essa iniciativa causou grande polêmica entre a população e refletiu-se na imprensa, a qual ficava dividida entre acusadores que denunciavam

¹¹ Op. cit. p. 95.

¹² SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, p. 101-2.

a truculência dos agentes de saúde e defensores que viam a vacinação como uma medida de salvação pública.

Não entraremos em detalhe sobre o episódio da vacina¹³, já que não é nosso objeto de estudo, mas cabe lembrar que ele terminou com uma revolta popular contra as medidas arbitrárias do governo e dos agentes públicos, sendo seguido de forte repressão policial e, por fim, o recuo em relação à obrigatoriedade da vacinação.

Apesar de toda a polêmica e do repúdio das classes populares com a figura de Oswaldo Cruz, a imagem do médico foi bastante celebrada pelas elites. Graças às suas intervenções sanitaristas e também no campo da bacteriologia, Oswaldo Cruz fora elevado a condição de herói, “representando o desenvolvimento técnico e científico brasileiro”¹⁴. O governo republicano tirava proveito da idealização em torno da imagem do médico para legitimar o novo regime.

Mesmo com toda a discordância decorrente das reformas urbanas e sanitárias, o relativo sucesso obtido na capital com o combate das epidemias causou furor nas elites, e isso conferia maior destaque para os médicos e sua atuação no movimento que orquestrava o saneamento de todo o país. Abreu e Vilarino ressaltam que a campanha do sanitarismo ocorreu em duas fases – a primeira teve ênfase no saneamento da capital e da região portuária, e a outra fase ocorreu:

nas décadas de 1910 e 1920, teve como marca principal a preocupação com o saneamento rural a partir do combate às endemias que grassavam no interior (malária, ancilostomíase, esquistossomose).¹⁵

¹³ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

¹⁴ MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 22.

¹⁵ ABREU, Jean Luiz Neves; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Território da doença e da saúde: o Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950)*. Locust

Concluída a primeira etapa, a ideia agora era expandir a campanha para os sertões, iniciando a segunda fase da cruzada em prol do higienismo da nação. Nesse sentido, cumpre destacar a expedição científica e sanitária ao interior do Brasil, liderada pelos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva. Em 1912, durante nove meses, os médicos percorreram os estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Quatro anos mais tarde, Penna e Neiva publicaram um relatório em que denunciavam as más condições de saúde e o estado de abandono das populações do interior do Brasil. No mesmo ano, o médico Miguel Pereira, em um discurso pronunciado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, bradou que “o Brasil é um imenso hospital”, lançando, inconscientemente, o slogan da campanha pelo saneamento dos sertões. A constatação de que o brasileiro era um povo doente foi um duro golpe nas teorias deterministas que atribuíam a culpa pelos males nacionais às condições climáticas do país, à miscigenação do povo e a sua inferioridade racial. A medicina sanitária provava que a doença, o analfabetismo e as precárias condições de vida é que impediam o Brasil de prosperar. Assim cabia ao médico sanitariano se dirigir ao interior, diagnosticar os males e tratá-los, a fim de erradicar as moléstias e cumprir sua “missão regeneradora nacional”.

Após ampla campanha via imprensa, foi criado na década de 1920 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Através desse órgão, o governo federal passou a centralizar os serviços de saúde, ampliando sua atuação no setor. Os estados que solicitavam ajuda para combater surtos de doenças recebiam apoio da União para organizarem seus serviços de profilaxia rural e programas de educação, desde que adotassem as diretrizes de saúde do órgão federal.

(UFJF), v. 15, p. 191-205, 2009. Disponível on-line em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/335.pdf>> Acesso em 15 nov. 2016., p. 194.

Os serviços sanitários em Minas Gerais

Em Minas Gerais, o serviço sanitário foi regulamentado desde 1895. Ele era composto por um Conselho de Saúde Pública e uma Diretoria de Higiene, além de delegacias de higiene e vacinação nos municípios.¹⁶ Em 1910, o serviço sanitário mineiro foi reestruturado, sem contudo provocar grandes mudanças na ação do governo estadual na esfera da saúde pública¹⁷. Até 1918, o serviço sanitário mineiro limitou-se “à fiscalização de gêneros alimentícios, fornecimento de soros e vacinas e do socorro público em tempos de epidemias”¹⁸.

Faltavam recursos humanos e financeiros para proteger uma grande população num vasto território. Para se ter uma ideia mais objetiva da situação delicada da higiene em Minas Gerais, basta lembrar que foi numa cidade mineira, Lassance, no ano de 1910, onde o médico Carlos Chagas descobriu a doença a qual ficou conhecida como Mal de Chagas. Em 1915, o responsável pela Diretoria de Higiene, Zoroastro Rodrigues, relatava ao governo a urgência de se combater doenças como o impaludismo, o mal de chagas e a ancilostomose. A situação era tão precária que chamou a atenção de Belisário Penna, médico natural de Barbacena e um dos expoentes do saneamento nacional, que classificou Minas Gerais como o estado da doença, em artigo escrito em 1918. Em 1917, o governo mineiro criou o Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural, apoiado pela Fundação Rockefeller¹⁹, com o intuito

¹⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 1-15.

¹⁷ Idem, p. 1

¹⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁹ Há vários trabalhos que abordam a atuação da Fundação Rockefeller no saneamento dos estados brasileiros. Ver mais em: BRANNSTROM, Christian. *A fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da ancilostomíase em São Paulo (1917-1926)*. Revista de História Regional 15(2): 10-48, Inverno, 2010; FARIA, Lina Rodrigues de. *A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.9, n. 3, pp. 561-90, set.-dez. 2002; e MARQUES, Rita

de mapear a dimensão das verminoses que grassavam entre a população do campo. Além disso, os médicos, patrocinados pela instituição filantrópica, “realizavam exames de fezes, diagnósticos e distribuição de medicamentos aos infectados”.²⁰ Foi a partir desse acordo que Minas Gerais recebeu um substancial investimento no setor sanitário e integrou-se ao movimento reformista de saúde nacional.²¹

Em 1920, o estado celebrou um acordo com o DNSP, comprometendo-se a adotar os parâmetros e as leis sanitárias nos municípios mineiros, ao passo que recebia o apoio federal. O médico sanitarista Samuel Libânio assumiu a Diretoria de Higiene e “se esforçou para estender os serviços de profilaxia à maior parte dos municípios mineiros”.²² Em Minas Gerais, tal como ocorrera em São Paulo, o serviço de saneamento rural criou postos e sub-postos de higiene os quais foram instalados por todo o território mineiro.²³

Eram nos postos, os quais funcionavam em parceria com membros da Comissão constituída pela Fundação Rockefeller, que ocorriam os atendimentos à população das áreas urbanas e rurais. Dentre suas atividades estava a fiscalização dos alimentos, o combate às epidemias, a educação higiênica por meio das escolas, a realização de palestras e de cursos para a formação dos professores. Afinal era fundamental modificar hábitos e costumes, começando

de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). Horizontes, Bragança Paulista, v. 22, n.2, p. 175-189, jul-dez, 2004.

²⁰ ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 3.

²¹ Idem, p. 3.

²² ABREU, Jean Luiz Neves; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Território da doença e da saúde: o Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950)*. Locus (UFJF), v. 15, p. 191-205, 2009. Disponível on-line em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/335.pdf>> Acesso em 15 nov. 2016., p. 193.

²³ ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 4.

por inculcir o higienismo nas crianças, ainda no ensino fundamental. Desse modo, a “educação sanitária ganhava contornos normatizadores das condutas, tendo por base argumentos como a saúde pelo progresso e da regeneração do povo”.²⁴

A partir daí até a década de 1950, houve um grande esforço do governo e dos sanitaristas para erradicar as doenças em várias partes do estado, combinando inúmeras estratégias, como a criação de postos ambulantes, a ampliação do atendimento médico, com medidas curativas e profiláticas, a realização de obras, a educação sanitária, a reorganização do sistema de saúde pública etc. Embora os médicos sanitaristas reconhecessem os avanços nas políticas públicas de saúde, é bastante comum encontrar vários relatórios desses profissionais com queixas sobre a falta de verbas, de pessoal, das distâncias a serem percorridas e, principalmente, sobre a ignorância da população rural.²⁵

Importante destacar que o discurso médico-sanitarista em vigor associava a promoção da saúde ao desenvolvimento econômico, sobretudo das atividades agrícolas essenciais para o estado. Por isso, sanear o ambiente e debelar as moléstias iriam tornar o trabalhador, seja o nativo ou o imigrante, mais saudável e, portanto, mais produtivo. Nesse sentido, Abreu (2010)²⁶ notou que a política de saúde em Minas Gerais atendia, principalmente, as regiões com valor econômico, isto é, com maior potencial de geração de riqueza. Assim as medidas sanitárias foram primeiro aplicadas em regiões, como o Sul de Minas e a Zona da Mata, onde havia a linha férrea e a agropecuária, sobretudo a produção de café, essencial para a economia mineira. Nas

²⁴ CARVALHO Keila Auxiliadora. *A Saúde pelo Progresso: Medicina e Saúde Pública em Minas Gerais*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008 (Dissertação de Mestrado), p. 106-114. apud ABREU, Jean Luiz Neves, 2010, p. 12.

²⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 7-9.

²⁶ Idem, p. 8.

localidades não contempladas com postos e centros de saúde, os sanitaristas faziam visitas, redigiam relatórios anotando os problemas e surtos epidêmicos locais, realizavam atendimentos e elaboravam planos de saneamento.

O critério do valor econômico e a prioridade na disponibilização dos serviços de saúde devem ter contribuído para acentuar as desigualdades regionais, pois áreas que não estavam inseridas na economia agrário-exportadora e também tinham difícil acesso, como o Vale do Rio Doce e o Jequitinhonha, só foram tardiamente beneficiados por investimentos em saneamento.

Passaremos a seguir ao exame do caso de Leopoldina, um dos municípios da Mata mineira, que foi um dos primeiros do estado a ser contemplado pela política de saúde. Para tanto, apresentaremos indícios e diversas fontes históricas que temos encontrado desde o final de 2015, quando iniciamos uma pesquisa sobre o assunto. Os documentos levantados até aqui são muito sugestivos da importância que o movimento sanitarista desempenhou na cidade e ajudam a compreender, pelo menos em parte, como ocorreu o processo de saneamento do município nos primeiros anos do século XX.

A cidade de Leopoldina no contexto da campanha do saneamento: alguns indícios encontrados

A Zona da Mata mineira, desde a década de 1870, era a principal produtora de café de Minas Gerais, respondendo por cerca de 60% da arrecadação da província.²⁷ A cafeicultura, baseada na mão de obra escrava, trouxe riqueza e prestígio para a região, além de impulsionar a abertura de estradas e de ferrovias. Foi o caso da cidade de Leopoldina, cujas fazendas de café asseguravam o fluxo de divisas, lançando as bases de seu desenvolvimento econômico e social, o que atraía um número cada vez maior de pessoas, imigrantes, mascates e comerciantes que vinham de longe, a cavalo ou de trem.

²⁷ Fábio W. A. Pinheiro. *O Tráfico de escravos na Zona da Mata Mineira: Minas Gerais, 1808 – 1850*. In: Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira, I: 2005, Juiz de Fora (MG). Anais. CES 2005. (Disponível em CD-ROM).

Entretanto, apesar de a cidade ser um importante centro econômico da Zona da Mata, enfrentava sérios problemas que representavam um obstáculo para a manutenção do agronegócio e do avanço do capitalismo. Tratavam-se das epidemias, surtos de doenças, o cólera e a varíola, que faziam incontáveis vítimas. Ainda há que se verificar o número de óbitos causados pelas doenças infecciosas e parasitárias entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mas pelo conteúdo alarmante das publicações que encontramos em periódicos daquela época é certo que as doenças preocupavam as elites e a população local. Paul Singer, ao analisar os problemas de saúde provocados pela Revolução Industrial, enumerou três questões importantes:

Em primeiro lugar, elas [classes dominantes] não ficavam imunes às epidemias que grassavam nos novos centros industriais. Em segundo lugar, as más condições de vida e de saúde deveriam reduzir significativamente a produtividade do trabalho. E, em terceiro lugar, a situação desesperadora em que se encontrava a classe operária era terreno fértil para movimentos de revolta, que punham em perigo a ordem constituída. Começou a ficar claro para a própria classe dominante que urgia remediar esta situação, criando-se condições mínimas para que a reprodução da força de trabalho pudesse se dar de modo sistemático e para que a capacidade de trabalho dos operários fosse preservada.²⁸

Embora Singer se refira à sociedade europeia industrial, acreditamos que seja possível transpor sua análise e as questões que suscitou para uma sociedade rural e escravocrata, como a leopoldinense, no século XIX. As doenças não escolhiam entre pobres e ricos, todos eram atingidos por elas, direta ou indiretamente, independente da classe social. Além disso, as epidemias ceifavam vidas e reduziam a mão de obra disponível, o que afetava o número

²⁸ SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p. 21.

de braços na lavoura e a produtividade no campo. Por isso, houve a preocupação das elites locais em assegurar, através do poder público, as mínimas condições sanitárias e higiênicas para que as epidemias fossem contidas, sem prejuízo da reprodução da força de trabalho, seja ela escrava ou livre no período pós-1888. Sanear a cidade seria, ao mesmo tempo, um meio de assegurar a manutenção da ordem vigente, minimizando quaisquer distúrbios no modelo político e social dominante.

A respeito da mão de obra, essencial para a manutenção da riqueza e da expansão dos negócios, Leopoldina e cidades vizinhas nutriam expectativas sobre a chegada dos imigrantes para substituir o trabalho dos afrodescendentes na lavoura. O jornal *O Leopoldinense*²⁹, de 13 de janeiro de 1895, publicou o seguinte:

Na semana ultima deviam ter chegado á Juiz de Fora 1200 immigrants procedentes de Genova. Ultimamente têm chegado diversas levas de immigrants para o nosso Estado. Infelizmente o terror espalhado pela epidemia reinante tem arrefecido de certo modo o entusiasmo com que os agricultores faziam os seus pedidos de sorte que nas hospedarias têm permanecido grande numero de immigrants, sem collocação em propriedades agricolas particulares.

A epidemia reinante era o “cholera”, que na época atacava as populações de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O referido jornal reproduziu um texto do delegado de higiene local que alertava sobre a origem da doença, alegando que ela surge “das aglomerações, das collectividades e são provoadas pela hygiene defeituosa e pela falta de asseio”³⁰. A “hygiene defeituosa” dos aglomerados urbanos contribuía para o surgimento das doenças, com

²⁹ *O Leopoldinense*, n° 35, ano XVI, 13 de janeiro de 1895. p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰ *Ibidem*. p. 1.

isso os imigrantes ficavam aguardando na hospedaria de Juiz de Fora até o momento de serem distribuídos para as cidades vizinhas, como Leopoldina, Muriaé e Carangola, importantes centros produtores de café. Outra possível razão para a paralisação de imigrantes na hospedaria pode ser devido ao receio dos proprietários de solicitarem imigrantes, pois estes também traziam consigo doenças, como tifo, escarlatina e até mesmo o vibrião do cólera. O fato é que a política imigratória era importante para os dirigentes de Leopoldina, tendo em vista que, no periódico *O Leopoldinense*³¹, foi noticiado que o Estado, através do fiscal da imigração, iria adquirir o sítio de Jacarecanga, onde seria construída uma hospedaria com capacidade para receber mil e duzentos imigrantes. Uma quantia substancial de almas!

Analisando outros periódicos da época, fica nítido que as questões sanitárias preocupavam as elites locais de Leopoldina desde o final do século XIX. Numa das edições do *Correio de Leopoldina*³², disponível no acervo da Biblioteca Nacional, encontramos uma nota intitulada “Medidas Urgentes”. No texto, o redator chefe afirmava que o chefe do executivo municipal, recentemente eleito, iria multiplicar seus esforços para melhorar as condições higiênicas da cidade. Para justificar o seu ponto de vista, o autor apelou para um tom ameaçador, imposto pela morte, apresentado da seguinte forma:

A peste se aproxima com todo o seu cortejo fúnebre; já nos bate às portas desapiedadamente: como um corvo maldito, fareja faminto e brutal a bem-aventurança da família, onde agora cada um de nós vê a existência deslizando-se calma e tranquila, cheia de paz e bem estar relativos³³.

³¹ Idem. n° 65, ano XVI, 08 de setembro de 1895. p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³² Correio de Leopoldina, n° 1, ano 1, 03 de janeiro de 1895. p. 2-3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³ Op. cit. p. 2.

O texto também cobra e recomenda que os recursos disponíveis na Câmara municipal sejam aplicados de maneira inteligente em obras de esgotamento e na canalização das águas. Por último, interessante realçar a associação que a matéria faz entre saúde pública e modernidade.

Transformemos a bella Leopoldina em uma cidade moderna, com todas as condições de vida fácil e garantida. O saneamento se impõe como uma medida de salvação publica. Cumpra a Camara esse dever imperioso e a sua missão está completa gloriosamente, perante o município³⁴.

No periódico *O Leopoldinense*³⁵, estampava em sua primeira página que um importante político local, o deputado Ribeiro Junqueira, membro de uma família de proprietários de terras, havia apresentado um projeto de lei que autorizava o Estado a conceder empréstimos para os municípios investirem em saneamento e se protegerem das epidemias reinantes. A nota concluía com expectativa de que a medida fosse brevemente implementada: “Atendidas as dificuldades com que luctam algumas municipalidades – aliás ricas para operações d’esta natureza, é uma medida util e de todo ponto oportuna. Resta que se torne efficaz no mais curto praso possível”³⁶.

Numa edição anterior, *O Leopoldinense*³⁷ criticava a interrupção do tráfego na Estrada de Ferro Leopoldina e menciona o transtorno decorrente do risco que a interrupção causaria no abastecimento de gêneros para subsistência no município, uma vez que o trem e o comércio ficaram parados,

³⁴ Op. cit. p. 3.

³⁵ *O Leopoldinense*, nº 51, ano XVI, 02 de junho de 1895. p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁶ Op. cit. p. 1.

³⁷ *O Leopoldinense*, nº 38, ano XVI, 03 de fevereiro de 1895. p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

devido a um surto de *virgula morbus* (cólera). O periódico aproveitou para questionar o governo estadual e sua política fiscal, que prejudicava a cidade.

Alem de todas estas eventualidades, que bem podiam encontrar remédio em providencias tomadas com criterio pelo governo do Estado, vemos o nosso municipio verdadeiramente desanimado e acabrunhado com o peso terrivel que esmaga a sua principal classe productora – a lavoura que está gemendo sob o agulhão do imposto arrocho de 11 % e actualmente está privada de obter os generos de que carece para seu desenvolvimento³⁸.

Há várias recomendações nos periódicos do final do século XIX as quais indicavam a importância do saneamento da cidade e como se deveria tratar pessoas doentes, isolando-as do convívio social. Em síntese, podemos deprender desses textos que investir em saneamento deveria ser a prioridade do governo municipal, pois assim seria possível evitar as epidemias, ao mesmo tempo em que se modernizaria a cidade, tornando-a livre de infortúnios e obstáculos, para que seguisse rumo ao progresso. Além disso, as fontes indicam que a busca por imigrantes era uma necessidade no município, e cabia aos periódicos acompanharem a situação dos imigrantes e informar às elites locais sobre o fluxo da imigração. Sanear a cidade, além de um projeto modernizador, era vital para assegurar a manutenção da mão de obra para a cafeicultura, bem como conter as epidemias que matavam as pessoas indiscriminadamente, não importando a raça ou a posição que ela ocupava na hierarquia social. Por fim, cabe destacar que a imigração também atendia a um projeto que começou a ser desenhado logo após a independência do Brasil. Naquela ocasião, o patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, confienciava a um diplomata britânico que o Brasil entendia ser importante incentivar a entrada de imigrantes brancos para substituir gradativamente a escravidão. Já no início do século XX, a imigração europeia

³⁸ Op. cit. p. 1.

ia ao encontro do ideal de branqueamento do povo brasileiro (SCHWARCZ, 2001, p. 26-7).

A questão da higiene pública, entretanto, não ficou restrita ao final dos oitocentos. No limiar do século XX, os problemas relacionados à saúde pública em Leopoldina ainda não tinham sido totalmente sanados. Os jornais continuavam noticiando casos de doenças infectocontagiosas, como a varíola, atacando cidades próximas, mas os esforços da imprensa e das lideranças políticas locais lograram êxito, pois, quando o estado de Minas Gerais aderiu à campanha nacional do saneamento, Leopoldina foi uma das pioneiras a receber um posto de profilaxia rural. A unidade local foi inaugurada no dia 18 de agosto de 1918³⁹, o que ocorreu porque a cidade tinha valor econômico, conforme mencionado nos já citados trabalhos de Abreu (2009, 2010), destacadamente no setor do agronegócio, e também devido à influência política em esfera estadual e nacional, por meio do deputado e depois senador José Monteiro Ribeiro Junqueira (1871-1946).

Um dos médicos responsáveis pelo atendimento no posto foi Irineu Lisboa (1894-1986), o qual se formou na primeira turma da Escola de Medicina de Belo Horizonte, nomeado para o cargo por seu antigo professor e agora chefe da Diretoria de Higiene do estado – Samuel Libânio. Lisboa desembarcou em Leopoldina no dia 10 de agosto de 1918 e logo em seguida começou a trabalhar. Na tabela⁴⁰ a seguir, apresentamos alguns dados levantados pelo movimento inicial do Posto de Profilaxia.

³⁹ LISBOA, A. M. J. *Memorial Dr. Irineu Lisboa: pioneiro da saúde pública e da radiologia no estado de Minas Gerais*. p. 9.

⁴⁰ Dados extraídos do *Memorial Dr. Irineu Lisboa: pioneiro da saúde pública e da radiologia no estado de Minas Gerais*. p. 9. Elaborado por Antonio Márcio Junqueira Lisboa.

Tabela: nº1

Movimento do Posto de Profilaxia Rural (19 a 24 de agosto de 1918)

Procedimentos	#
Latinhas distribuídas	575
Exames efetuados	407
Pessoas afetadas de opilação	225
Pessoas afetadas de outras verminoses	338
Exames negativos	70
Pessoas medicadas	234

Tabela: nº2

Movimento do Posto de Profilaxia Rural (19 a 24 de agosto de 1918)

Resultados dos exames	%
Percentagem de opilação	55
Percentagem de verminoses em geral	83
Exames negativos	17

Observe que os números eram por demais preocupantes, mais de 80% dos pacientes examinados estavam contaminados com alguma verminose. A opilação atingia 55%, um percentual bastante elevado. A conhecida frase proferida pelo médico Miguel Pereira, em 1916, parecia refletir diretamente a realidade que afligia a população leopoldinense – a cidade era um imenso hospital.

Mediante os diagnósticos, o Posto de Profilaxia agia oferecendo medicamentos e exames, realizando visitas nas residências para inspeção, tanto nas áreas rurais quanto na urbana, fazendo palestras na escola e executando campanhas de vacinação.

As campanhas de vacinação, medida fundamental na política de saúde do estado de Minas Gerais, deveriam alcançar o maior número possível de pessoas.

O jornal *Gazeta de Leopoldina*⁴¹, ligado à família Ribeiro Junqueira, chamava a atenção de seus leitores para o surto de varíola que ocorria no município de Caratinga, não muito distante da cidade. A publicação alertava para “o alto grau de contágio do terrível “morbus”, que, quando não mata, deforma”, por isso seguia a nota: “queremos crer que todos se esforçarão numa campanha de boa vontade para circunscrever o surto ao local de seu aparecimento”. Finalizando o texto, só havia um meio de se evitar a doença: vacinação.

Essas campanhas, conforme percebemos, contavam com a colaboração da imprensa local. O jornal *Gazeta de Leopoldina*⁴² noticiou, alguns dias depois de alertar sobre o surto de varíola num município próximo, que a vacinação antivariólica ocorreria no Posto de Higiene, mas poderia ser levada, mediante requisição, às fábricas, aos estabelecimentos de ensino e a lugares onde habitavam várias pessoas. Os distritos também seriam contemplados com a vacina.

As campanhas de saúde não se limitavam à imprensa. Como vimos anteriormente, elas também eram levadas às escolas, através da educação higiênica, palestras para estudantes e cursos ofertados aos professores. O grande público também era alcançado pelo higienismo nas festas populares, como o carnaval, quando o Posto de Higiene municipal colocava nas ruas o carro alegórico intitulado *Guerra ao mosquito*. A ideia de usar uma festa popular para conscientizar a população sobre os riscos gerados pela mosca partiu da sensibilidade do médico Irineu Lisboa e da relação de amizade que estabeleceu com um grande artista local – Funchal Garcia (1889-1979), o qual certamente contribuiu para a concretização de tão inventiva ideia. A fotografia⁴³ abaixo, registrada no carnaval de 1931, mostra a emblemática cena.

⁴¹ *Gazeta de Leopoldina*, nº 69, ano XXXIX, 12 de julho de 1933. p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴² *Gazeta de Leopoldina*, nº 72, ano XXXIX, 15 de JULHO de 1933. p. 1. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴³ Fotografia disponível no site: < <http://leopoldinense.com.br/noticia/965/dr-lisboa-e-funchal-garcia> > Acesso em 26 nov. 2016.

Fotografia nº 1



O carro alegórico trazia o mosquito *Stegomyiafasciata* ou *Culex aegypti* (*Aedes*), transmissor da febre amarela, o inimigo da saúde do povo; numa atitude mórbida, estava posicionada uma caveira humana, vítima da mosca; o médico, vestido de branco, em pé, com postura alta e redentora, representando a salvação pública. Segundo nos relatou⁴⁴ o senhor Antonio Marcio Junqueira Lisboa, filho do Dr. Irineu Lisbôa, o médico na fotografia é o seu pai e a caveira é o próprio Funchal Garcia.

Por fim, analisaremos uma última fonte iconográfica: uma fotografia⁴⁵ registrada em 1933. Trata-se do registro imagético de um concurso de robustez infantil, promovido pelo Dr. Irineu Lisbôa no Centro de Saúde da cidade de Leopoldina.

⁴⁴ Informação recebida por e-mail, no dia 16 de outubro de 2016.

⁴⁵ Fotografia do Concurso de Robustez Infantil, Leopoldina (1933). Disponível on-line em: < <http://leopoldinense.com.br/noticia/6530/concurso-de-robustez-infantil> > Acesso em 26 nov. 2016.

Fotografia nº2



A imagem mostra dezenas de mães exibindo suas respectivas crianças. Acreditamos que tal concurso possa ser interpretado como uma demonstração dos resultados favoráveis das políticas sanitárias, uma vez que elas estavam associadas com a ideia de regenerar a raça brasileira, tornando-a mais forte e saudável. As crianças nascidas de uma geração que viveu o saneamento seriam eugenicamente menos suscetíveis às doenças venéreas e a desvios de conduta. O registro imagético torna-se então um documento com o objetivo de demonstrar a eficácia da atuação do médico e dos serviços de saúde, tomando a criança saudável como produto de seu trabalho.

A eugenia era um aspecto presente no pensamento de alguns médicos-sanitaristas, uma vez que sanear o meio ambiente e disseminar a cultura do higienismo entre os indivíduos poderiam ter como resultado o fortalecimento e a cura da raça. Alguns sanitaristas acreditavam que as reformas “eram capazes de melhorar as condições hereditárias da população, bem como combater certas enfermidades que podiam levar à degeneração, como o alcoolismo”⁴⁶.

⁴⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 11.

Considerações finais

Vimos em nosso trabalho que a imigração europeia não se restringiu em trazer para o Brasil apenas corpos para serem inseridos no mercado de trabalho nacional. As ideias também migram, e os dirigentes brasileiros, especialmente no período republicano, importaram da Europa conceitos, como a higiene, a bacteriologia e a medicina social. A Europa era o modelo de civilização para o mundo Ocidental, e o Brasil não fugiu à regra de buscar referências no “Velho Mundo”. Como resultado, tivemos milhões de imigrantes europeus desembarcando no território nacional e se deslocando, sobretudo, para as áreas produtoras de café na região centro-sul e também para as cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se dava um processo de industrialização. No campo e nos aglomerados urbanos, havia uma carência referente às questões higiênico-sanitárias, o que contribuía para provocar surtos de doenças, como epidemias de febre amarela, cólera, peste e varíola. As doenças representavam um risco para as elites, pobres morriam aos milhares, e sem mão de obra, o projeto de inserção do Brasil na economia capitalista mundial ficava comprometido. Além disso, o papel do governo federal era questionado: deveria intervir na questão da saúde pública ou deixar tal incumbência para os entes federados e respeitar o pacto federativo da Constituição de 1891? Depois de intensa campanha de médicos e intelectuais na imprensa, em organizações nacionalistas e no parlamento, optou-se pela primeira opção. O governo federal passou a intervir nos estados onde grassavam doenças que vitimavam as pessoas e abalavam a ordem constitucional e federativa, pois as moléstias poderiam ter origem num estado e atingir seus vizinhos.

Analisamos brevemente que o movimento sanitarista no Brasil se dividiu em duas fases distintas: a primeira resumiu-se à higienização e ao saneamento das capitais, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo; na segunda fase, o movimento marchou em direção aos sertões brasileiros, adentrando a região norte e também os demais estados do sul do país. No desenrolar da segunda fase do movimento, insere-se o estado de Minas Gerais, o qual aderiu à

campanha nacional pelo saneamento. Embora o serviço sanitário mineiro existisse desde o final do século XIX, foi só a partir de 1920 que ele trouxe mudanças significativas na saúde pública mineira.

No município de Leopoldina, situado na Zona da Mata mineira, um importante centro agroexportador, que contava com famílias ricas e influentes, sofria, desde o final do século XIX, com as doenças, principalmente cólera e varíola. As enfermidades prejudicavam as atividades comerciais, interrompiam o tráfego do trem, dificultavam o escoamento de mercadorias e arrefeciam a entrada de imigrantes europeus nas fazendas que circundavam o município. Na primeira década do século XX, quando a política nacional de saúde começou a entrar em vigor, a cidade foi uma das primeiras, no estado de Minas Gerais, a ser beneficiada pelas políticas sanitárias, afinal ela estava inserida numa região com valor econômico – a agropecuária – e contava com políticos influentes no cenário regional e até nacional, caso de José Monteiro Ribeiro Junqueira, que foi deputado federal e senador por Minas Gerais entre 1903 e 1937.

As fontes ou vestígios históricos levantados e analisados neste trabalho demonstraram que a imigração era assunto recorrente nas páginas do principal periódico do final do século XIX circulante na cidade. Os jornais também enfatizavam constantemente o quanto o saneamento era vital para a cidade mineira e para a manutenção da ordem e do poder econômico das elites locais. Tais fatos justificam-se, provavelmente, devido à crença de que havia estreita associação entre imigração europeia, saneamento, saúde e modernidade, esta podendo ser entendida como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo agrário e da otimização dos negócios. Cabe realçar que, para os médicos-sanitaristas, entretanto, sanear o ambiente ia além do controle de epidemias. Para muitos a medicina social poderia regenerar a raça brasileira, fortalecendo o povo eugenicamente e reforçando sua identidade nacional.

Enfim, ainda há muito por pesquisar, temos muitas perguntas que precisam de respostas, mas pelos indícios que levantamos até aqui já colhemos provas suficientes para sustentar a afirmação de que a imigração europeia e o movimento sanitarista foram significativos em Leopoldina e provocaram impactos contundentes na organização da saúde pública e na cultura da sociedade local. Nossa busca por novas fontes permanecerá, pois entendemos que tal esforço é relevante para a compreensão das relações políticas e sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos envolvidos no processo de constituição dos serviços de saúde na cidade, médicos, dirigentes locais, autoridades estaduais, donos de terra e o povo, cuja voz ainda não apareceu nas fontes, mas que tinha inegável importância tanto no planejamento quanto na implementação das novas políticas públicas.

Fontes primárias

Correio de Leopoldina (1895), Edição n. 1.

O Leopoldinense (1895) n° 38 e 51, ano XVI.

Gazeta de Leopoldina (1933), n° 69 e 72, ano XXXIX.

Fotografias: Disponíveis no site do jornal *Leopoldinense*. <<http://leopoldinense.com.br/inicio>> Acesso em 27 de setembro de 2017.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PASSOS,%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

ABREU, Jean Luiz Neves; VILARINO, Maria Terezinha. *Território da doença e da saúde: o Vale do Rio Doce frente ao panorama sanitário de Minas Gerais (1910-1950)*. Locus (UFJF), v. 15, p. 191-205, 2009. Disponível on-line em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/335.pdf>> Acesso em 15 nov. 2016.

ABREU, Jean Luiz Neves. *Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais*. In: 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010, Salvador. Anais do 12º Seminário Nacional de História da Ciência, 2010. v. 1. p. 1-15.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FRAGA, Edilane Aparecida. *Um estudo sobre as condições sanitárias e saúde pública em Muriaé, Minas Gerais – 1920-1929*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Salgado Oliveira, Niterói. 2016.

HENRIQUES, Alen Batista. *Epidemias e urbanização: surtos de febre amarela na Cataguases oitocentista*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

JUNQUEIRA, Ribeiro. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>> Acesso em 26 nov. 2016.

LISBOA, Antônio Márcio Junqueira. *Memorial Dr. Irineu Lisboa: pioneiro da Saúde pública e da radiologia no estado de Minas Gerais*.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: Sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Higiene e higienismo entre o Império e a República*. In: Mary Del Priore; Marcia Amantino. (Org.). *História do corpo no Brasil*. 1ed. São Paulo: Unesp, 2011, p. 283-312.

SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

TASCO, Aleidys Hernández. *O surto de febre amarela no Rio de Janeiro (1928-1929; pontos controversos)*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Site SBHC, 2012. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345081434_ARQUIVO_SurtodefebeamarelanoRiodeJaneiro.pdf> Acesso: 02 out. 2017.

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Reflexões sobre desigualdade e pobreza: tudo preto no branco sobre as comunidades quilombolas brasileiras

Sidimara Cristina de Souza
Roberta Rezende Oliveira

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as características socioeconômicas das comunidades negras rurais brasileiras, assim como o processo de feminização da pobreza no interior desses territórios. Para tanto, utiliza-se como base de dados uma pesquisa realizada em 2011 pelo DataUFF, abrangendo 169 comunidades remanescentes de quilombo, localizadas em 14 estados brasileiros. Com a finalidade de desenvolver a proposta aqui empreendida, o artigo se estrutura da seguinte forma: 1) A conceituação das comunidades remanescentes de quilombo; 2) Reflexão teórica sobre a feminização da pobreza e a questão racial; 3) Configuração socioeconômica das comunidades e os desdobramentos relacionados ao sexo. Por fim, faz-se uma discussão conclusiva sobre gênero e discriminação.

Palavras-chaves: pobreza; feminização; remanescente de Quilombo.

Resumen

Este artículo tiene por objetivo reflexionar sobre las características socioeconómicas de las comunidades negras rurales brasileñas, así como el proceso de feminización de la pobreza en el interior de esos territorios. Para ello, se utiliza como base de datos una encuesta realizada en 2011 por el DataUFF, abarcando 169 comunidades remanentes de quilombo, ubicadas en 14 estados brasileños. Con el fin de desarrollar la propuesta aquí emprendida, el artículo se estructura de la siguiente forma: 1) La conceptualización de las comunidades remanentes de quilombo; 2) Reflexión teórica sobre la feminización de la pobreza y la cuestión racial; 3) Configuración socioeconómica de las comunidades y los desdoblamientos relacionados con el sexo. Por último, se hace una discusión concluyente sobre género y discriminación.

Palabras claves: pobreza; feminización; remanente de Quilombo.

Abstract

This article aims at reflecting on the socioeconomic characteristics of Brazilian rural black communities, as well as the process of feminization of poverty within these territories. For this purpose, a survey conducted in 2011 by the DataUFF, covering 169 remaining quilombo communities, located in 14 Brazilian states, is used as a database. With the purpose of developing the proposal undertaken here, the article is structured as follows: 1) The conceptualization of the remaining quilombo communities; 2) Theoretical reflection on the feminization of poverty and the racial question; 3) Socioeconomic configuration of communities and developments related to sex. Finally, there is a conclusive discussion on gender and discrimination.

Keywords: poverty; feminization; remnant of Quilombo.

Introdução

Este artigo tem como objetivo realizar um exercício analítico para pensar a caracterização das comunidades quilombolas no Brasil e o processo de feminização da pobreza destes territórios.

Para a efetivação de tal proposta, trabalharemos com dados oriundos de pesquisa previamente realizada em 2011 pelo DataUFF, e coordenada pelo Professor André Brandão, com 169 comunidades, de 14 Estados brasileiros (Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Amapá, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará), que tiveram o título de posse coletiva da terra emitido entre 1995 e 2011 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou por órgãos oficiais estaduais de regularização fundiária. A distribuição das comunidades nos estados e municípios pode ser analisada no apêndice 01.

Essa pesquisa empírica foi realizada tendo como foco o universo total de famílias residentes nas comunidades quilombolas pesquisadas. Em cada família foi aplicado um questionário visando a coleta de dados demográficos,

socioeconômicos e relativos ao acesso a programas sociais, com ênfase nas questões de renda e mercado de trabalho. No total foram aplicados 9.191 (nove mil cento e noventa e um) questionários. Foram coletados dados de todos os moradores residentes nos domicílios dos entrevistados, estando esses presentes ou não. Sendo assim, o banco de dados analisado é pautado na composição familiar, levando em consideração pessoas que tinha a residência pesquisada como domicílio habitual.

Para a produção deste trabalho também foi realizada pesquisa bibliográfica, referente à ordem racial socialmente produzida no Brasil e seus reflexos no que tange à constituição socioeconômica, assim como a sua relação com a feminização da pobreza, dando ênfase na situação das mulheres das comunidades quilombolas. Para isso fez-se uso dos estudos publicados por: Costa (2005); Melo e Castilho (2009); Rosa (2011); Novellino (2004); Melo e Sabbato (2013); Arruti (2008), Guimarães (2012), Brandão et al (2010), entre outros autores.

Para orientar nosso estudo, estamos partindo das seguintes inquietações: Qual a realidade que permeia as mulheres quilombolas na contemporaneidade? Quais as características da pobreza entre as mulheres quilombolas? Há diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres nestas comunidades?

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto e responder as questões elencadas, o trabalho apresentado seguirá a seguinte estrutura:

1. Apresentação do debate em torno da conceituação de quilombo e remanescente de quilombo;
2. Discussão teórica sobre a feminização da pobreza e a relação com a questão racial;
3. Análise da configuração socioeconômica das comunidades remanescentes de quilombo estudadas com ênfase nas diferenças de gênero;
4. Conclusões acerca das marcas discriminatórias relacionadas ao sexo.

Seguindo a estrutura apresentada, buscaremos alcançar o objetivo proposto, analisando o contexto socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombo estudadas e a configuração encontrada relativa às relações entre homens e mulheres.

Entretanto, antes de qualquer coisa se faz necessário separar gênero e sexo. Pois de acordo com Rosa (2009), isso é necessário para que não haja uma confusão da tipologia gênero como uma categoria biológica. Sendo assim, trabalharemos gênero como uma construção que permeia o contexto social, histórico e também cultural, sociologicamente construído, enquanto o sexo é um termo usado para designar a diferença existente entre “machos” e “fêmeas” determinado pela biologia, ou seja, diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres.

Com isso, o que procuramos afirmar é que o gênero, como conceito, operaria no plano das formulações político-científicas, que buscam gerar a significação dessas diferenças como fenômenos sócio-histórico-culturais limitados no tempo e no espaço e passíveis de controle por parte dos indivíduos. Essa formulação insere as diferenças anatômicas entre os corpos e as desigualdades constituídas a partir destas no plano das disputas de poder que caracterizam as relações sociais. Em contrapartida, o sexo operaria como uma leitura das diferenças anatômicas entre os corpos que busca ocultar as diferenciações de poder constituídas socialmente, travestindo-as de relações naturais e de assimetrias insuperáveis pelo processo de significação social. Nesse sentido, o conceito de gênero possibilita um ganho significativo ao transformar, ao mesmo tempo que revela, o sexo em uma categoria de controle social e, como tal, uma construção simbólica, um instrumento de manutenção da estrutura social (ROSA, 2009, p. 890).

Essa separação também deve ser feita no que tange às denominações cor e raça. Conforme destaca Guimarães (2003). A raça pode ter mais de um

significado se observamos do ângulo analítico: de um lado temos raça no sentido biológico, que determina a existência de apenas uma raça, a humana, mas também podemos analisar o termo sociologicamente, uma vez que esta pode ser definida como algo socialmente construído, ou seja, uma criação de cunho político, mas também científico atravessada por um processo sócio-histórico-cultural. Já a palavra cor, definida por Guimarães como uma categoria nativa, está relacionada às características físico-fenotípicas, relacionada à pigmentação da pele humana, servindo historicamente como elemento de discriminação e desigualdade.

Quilombo e remanescente de quilombo: do conceito tradicional ao contemporâneo

No contexto social, é muito recorrente a associação dos quilombos a elementos relacionados ao período escravocrata e que teriam desaparecido do território brasileiro com a abolição da escravidão. Para Ratzz (2006), no contexto da época colonial, os quilombos eram vistos como redutos de negros fugidos, e pejorativamente associados à rebeldia e à indisciplina.

Se, em tempos remotos, o conceito de quilombo esteve relacionado à luta pela liberdade, contemporaneamente remete à luta pela terra. A busca pelo reconhecimento e pela redistribuição latifundiária ganha força e visibilidade ao ser ancorada no Art. 68, constante no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT da Constituição Federal de 1988), que postula: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 2012).

Como podemos observar, a Constituição Federal de 1988 é um marco importante para as comunidades quilombolas, uma vez que dá visibilidade a um novo grupo social, via art. 68 do ADCT, conferindo-lhes direitos a propriedade da terra, além de criar uma nova nomenclatura, para as

comunidades negras, a partir do termo remanescente¹ de quilombo. Porém, o art. 68 do ADCT deixa em aberto quem seria essas comunidades, uma vez que não determina de forma precisa tal definição, fato esse que irá provocar diversos debates e conflitos judiciais.

Com o intuito de efetivar o Art.68 do ADCT, entra em vigor o Decreto 4.887, de 2003, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombola”. Tal Decreto traz, em seu Art.2º uma definição bastante específica para os remanescente de quilombo:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

A nova conceituação destaca que se constituir enquanto grupo étnico não exige necessariamente que o território seja composto majoritariamente por negros e que esses estejam vinculados à uma trajetória histórica relacionada à escravidão. Embora possa haver uma “presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, tal como consta do Decreto 4887/2003.

¹ Vale destacar que não devemos nos referir a remanescente no sentido de resto/sobra, mas conforme nos diz Almeida (1998), como uma expressão do passado que se transmuta na relação de dependência estatal, sem perder, contudo uma certa autonomia, uma vez que “esquecidos” pelo Estado ainda preservam uma capacidade de sobrevivência, mobilização e organização. Não são frutos do neoliberalismo, ou do mesmo, pois são anteriores a ele. Sendo assim, há que se superar esta discussão e reconhecer os quilombolas como sinônimo de luta, sentimento e pertencimento.

Conforme nos escreve Arruti (2008, p.23):

No lugar de uma definição que corresponde a uma enumeração de itens substantivos, estabelecidos de um ponto de vista externo (no caso histórico e arqueológico), o conceito de grupo étnico impõe uma definição de remanescentes de quilombos calcada em critérios subjetivos e contextuais, marcados pela ideia de *contrastividade*, por meio da qual um grupo se percebe e se define sempre pela oposição (no caso, o conflito fundiário) a um outro. O conceito de grupo étnico surge, então, associado à ideia de uma afirmação de identidade (quilombola) que é sintetizada pela noção de *auto-atribuição* (p.23).

Para efeito desta pesquisa, tomaremos como referência o conceito de remanescente de quilombo proposto pelo Decreto 4887/2003, o qual também se aproxima da definição de grupo étnico trazida por Arruti (2008), tal como discutida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e com ampla circulação no universo acadêmico: “(...) considera-se um grupo étnico a partir do momento em que, aceitando a distinção que lhe é imposta pela maioria, passa a utilizar-se politicamente dela na formação de agrupamentos autônomos ou com interesses e reivindicações comuns” (ARRUTI. 2008, p. 24).

De acordo com a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (2012, p.17), temos 1.948 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro; 1.834 certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP); 1.167 com processos abertos para titulação de terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 193 tituladas com área total de 988,6 mil hectares, beneficiando 11.991 famílias.

O processo de reconhecimento e de identificação enquanto remanescente de quilombo é marcado por conflitos identitários e étnicos, fazendo

com que haja morosidade no que tange ao longo caminho que vai do autor-reconhecimento até a legalização da declaração enquanto tal.

Conforme descrito por Jorge (2014), desde a Constituição federal de 1988 até o primeiro acesso de uma comunidade quilombola ao título definitivo de suas terras, passaram-se sete anos. De fato, as comunidades quilombolas só começam a acessar o direito da posse definitiva da terra quando passam a se reconhecer como tais. Assim, somente em 1995, a primeira comunidade remanescente de quilombo obteve a titulação. Isso ocorreu no estado do Pará, no município de Oriximiná.

Após o reconhecimento enquanto comunidade quilombola, uma série de ações burocráticas precisam ser tomadas pelo grupo. Com o intuito de normatizar tais atividades, entra em vigor em 2009 a Instrução Normativa-IN N° 57. Este é um marco legal que busca regulamentar o Decreto n° 4.887/2003, e “estabelece procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos” (Instrução Normativa N° 57, 2009).

Devemos destacar que antes de solicitar a titulação das terras ao INCRA, as comunidades quilombolas precisam ter a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos junto a Fundação Cultural Palmares. Conforme a Portaria FCP n° 98/2007 para obter a emissão da Certidão as comunidades precisam seguir os seguintes requisitos: I – Caso a comunidade não tenha uma associação constituída e com o seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) regularizado deverá apresentar: ata de reunião convocada da assembleia, constando que a finalidade dessa é de deliberação a respeito da autodefinição da comunidade enquanto remanescente de quilombo. Tal ata deve ser aprovada pela maioria dos moradores e acompanhada da lista de presença devidamente assinada. Entretanto, se a comunidade já tem uma associação legalmente constituída cadastrada, a ata só será assinada pelos membros da associação.

O grupo que solicita a Certidão, ou seja, o registro enquanto comunidade quilombola deve encaminhar à FCP, caso a comunidade os possua, dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais. O grupo também deve apresentar um relato narrando a história da comunidade. Junto aos documentos elencados, a associação, ou os moradores, devem redigir um ofício e solicitar ao Presidente da FCP a emissão da certidão de autodefinição.

Só depois de ter conseguido a Certificação enquanto remanescente de quilombo as comunidades podem solicitar a titulação de suas terras. Para isso, precisam manifestar interesse via documento redigido por algum representante local, ou pelo INCRA, conforme descrito no Art. 7º da Instrução Normativa nº 57/2009, para em seguida dar andamento aos estudos técnicos e científicos, contribuindo para a elaboração de relatórios antropológicos, denominados de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que tem como objetivo descrever as características do território e apresentar os fatores econômicos, ambientais e socioculturais.

A produção deste relatório fica a cargo da Superintendência Regional do INCRA e deve ser aprovada pelo Comitê Regional do INCRA e após aprovação, encaminhada para órgãos como: IBAMA, FUNAI, Instituto Chico Mendes dentre outros, com o intuito de buscar a ciência destes, uma vez que o território diagnosticado como pertencente a uma comunidade quilombola pode estar situado dentro das margens de competência de algum destes órgãos. Em seguida, o relatório é publicado e o INCRA passa a analisar a situação fundiária da área pleiteada. Só depois de todo este processo a terra será demarcada e titulada coletivamente, de acordo com a Instrução Normativa nº 57/2009. Todos esses requisitos constituem o caminho percorrido até a titulação da terra.

Como pode ser observado, o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo é lento e burocrático, além de envolver a construção

de um processo identitário étnico, pois é a partir do autorreconhecimento como quilombo que se torna possível pleitear junto à Fundação Cultural Palmares a certificação de existência como tal.

Após esta discussão introdutória acerca da categoria “remanescente de quilombo”, podemos buscar refletir agora sobre o que representaria o conceito de feminização da pobreza. Será necessário também entender qual a relação desse fenômeno com a categoria raça (em seu sentido social). Somente a partir daí conseguiremos realizar uma análise sobre a realidade que permeia determinadas comunidades negras rurais e as desigualdades locais no que tange à desigualdade de gênero.

A feminização da pobreza e sua relação com a questão racial: reflexões acerca da temática

De acordo com Novellino (2004) a expressão “feminização da pobreza” foi criada por Diane Perce em 1978, em um trabalho publicado na *Urban and Social Change Review*. Nesta acepção a feminização da pobreza seria um fenômeno diretamente relacionado a configuração da família, que por diversos motivos, passa a ser composta pela mulher e seus filhos, fazendo com que a figura feminina se torne responsável principal pelas despesas do domicílio.

Costa et al (2005), relata que não há um conceito único para a expressão “feminização da pobreza”, e que muitos estudos vêm discutindo a temática, permeando reflexões sobre gênero e pobreza, além de considerar a composição e distribuição intradomiciliar:

Há, ainda, estudos dedicados à análise do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem chamado de determinantes de gênero na pobreza das mulheres. A ideia, nesse caso, é a de que existem fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza, bem como nas

suas possibilidades de superá-la. Para as mulheres, os determinantes que contribuem para torná-las mais propensas a experimentarem a pobreza incluem: i) desigualdades na participação no mercado de trabalho [...] ii) desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres [...] iii) desigualdade no acesso a recursos produtivos, como crédito, terra ou capital produtivo; e iv) desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão [...] (COSTA, et al. 2005, p.13).

Conforme nos destaca Costa et al (2005), a ideia de que a maioria dos indivíduos situados na extrema-pobreza ou na pobreza são do sexo feminino é defendida e discutida por significantes instituições internacionais, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 1995, via Relatório de Desenvolvimento Humano, apontava que 70% da população pobre do mundo eram mulheres.

Outro marco internacional de grande relevância que se refere à feminização da pobreza é a IV Conferência Mundial sobre a Mulher que ocorreu em Beijing/China, em 1995. Tal evento reafirma que o número de mulheres pobres é muito maior do que de homens pobres, principalmente nos países desenvolvidos que se estruturam em ideias neoliberais cada vez mais enraizadas.

Podemos observar que desde o final da década de 1970, diversas definições permearam o fenômeno denominado de feminização da pobreza. Entretanto, ainda não foi alcançado um denominador comum. Para o desenvolvimento desse trabalho, levaremos em consideração o déficit socialmente produzido das mulheres em relação aos homens, observando as desigualdades que tangem ao mercado de trabalho, assim como a composição das famílias e destacando o agravamento da pobreza no cenário feminino, correlacionando variáveis relacionadas ao sexo, escolaridade, renda, chefia do domicílio, entre outros elementos.

Comungamos com o conceito de feminização da pobreza trabalhado por Medeiros e Costa (2008, p.01), apresentado na 58ª edição da circular do Centro Internacional da Pobreza, e com grande aceitação por muitos estudos relacionados à temática:

[...] A feminização da pobreza é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres. Mais especificamente, é um aumento na diferença de níveis de pobreza entre as mulheres e os homens, ou por um lado, entre os domicílios chefiados por mulheres, e, por outro lado, aqueles chefiados por homens ou casais. O termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres, embora preferamos chamar a isto a feminização das causas da pobreza.

Estamos tomando a pobreza como fenômeno multidimensional, fundado em um conjunto de fatores provenientes do não acesso à saúde, educação, ao lazer, habitação, ao trabalho, infraestrutura social, alimentação – entre outros elementos que fazem parte dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, mas que ainda não são acessíveis a todos (SILVA, 2010). Sendo assim, estamos contemplando a pobreza, considerando “o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência” (YAZBEK, 2012, p.292).

No que diz respeito à feminização, estamos considerando os acontecimentos relacionados à pauperização que tendem a se tornar mais expressivos entre as mulheres se comparado aos homens (MEDEIROS e COSTA, 2008).

Porém o cenário da pobreza brasileira, além de ter sexo, também tem cor. Conforme nos mostra Rosa (2009, p.892-3), as desigualdades sociais entre mulheres negras são ainda maiores, pois essas são mais pobres,

quando comparada a mesma proporção entre mulheres e homens brancos. Sendo que a renda média da principal ocupação de uma mulher negra em 2007 era de aproximadamente 2,92 abaixo da renda principal dos homens brancos. Vale destacar que estou considerando mulheres negras como grupo de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo Rosa (2009), no ano de 2007, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE mostra que 30,8% do universo total de brasileiros poderiam ser caracterizados como pobres, sendo que desses, 19,7% se enquadravam no grupo dos brancos e 41,7% no grupo dos pretos.

Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAN, publicado em 2014, traz dados importantes que podem nos ajudar a pensar o fenômeno da feminização Brasileira, no que tange à mudança na organização familiar. De acordo com o relatório, está havendo um crescimento no número de arranjos familiares compostos por mulheres com filhas (os) e sem marido. Os dados nos apontam que das famílias chefiadas por mulheres, 42,7% são compostas por mulheres com filhas (os) e sem marido.

Outro dado importante, diagnosticado pelo RASEAN (2014), aponta que em 2012 tínhamos mais de 51% da população brasileira do sexo feminino e desse universo se declaravam como pretas ou pardas 51,7% das mulheres. O elevado percentual de mulheres pode ser explicado pelo aumento da expectativa de vida das mulheres, além de servir como justificativa para o fenômeno da feminização da pobreza, principalmente quando analisamos a população idosa.

Esses dados nos mostram que são múltiplas e heterogêneas as expressões da discriminação e que as mesmas estão se atualizando constantemente, de acordo com a dinamicidade da sociedade e sua relação com a ordem racial e de gênero que vem sendo socialmente construída ao longo da história (ROSA, 2009).

Um fator relevante que aparece nos dados do RASEAN (2014) é relacionado ao crescimento de famílias unipessoais. O relatório apresenta que 17,5% das famílias que têm mulheres como referência são constituídas por apenas uma pessoa.

Os breves dados apresentados nos reafirmam que os reflexos da pauperização brasileira serão muito mais perversos no universo feminino. Isto fica mais claro ainda quando são analisadas as relações entre as mulheres e o mundo do trabalho, fato que comprova que há uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e para as mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens de funções com maior valor social” (CARLOTO; GOMES, 2011, p.133), reproduzindo as facetas da discriminação.

Os dados sobre pobreza no Brasil também demonstram que os processos de exclusão do acesso à renda acabam tendo incidência na produção de pobreza em grupos específicos. Os dados da PNAD indicam que, em 2007, 30,8% de todos os brasileiros poderiam ser considerados pobres, no entanto, a proporção de pobres entre os brancos era de 19,7%, enquanto entre negros era de 41,7% (ROSA, 2011, p. 894).

Em resumo podemos dizer que diversos fatores, construídos historicamente, são responsáveis pela manifestação dos reflexos da desigualdade social no que tange às variáveis raça e sexo, reforçando ações discriminatórias. Com o intuito de conhecer as iniquidades relacionadas a esse processo sexista e racista é que buscaremos no próximo tópico apresentar dados encontrados a partir de pesquisa realizada junto a comunidades quilombolas.

Configuração socioeconômica das comunidades remanescentes de Quilombo: as desigualdades relacionadas ao sexo

Conforme estudos realizados pelo CEDEFES (2008) e Brandão et al (2010), as comunidades remanescentes de quilombo sofrem diversas mazelas como falta de saneamento básico, energia elétrica, água tratada, posto de saúde, pavimentação e melhoramento das estradas de acesso, educação contextualizada, entre outras tantas carências, fazendo com que estejam enquadrados em uma situação de extrema vulnerabilidade. Neste tópico vamos nos ater à caracterização socioeconômica das comunidades, dando ênfase às desigualdades relacionadas ao sexo.

A partir da pesquisa realizada pelo Datauff (2011), junto a 169 comunidades quilombolas que já possuem o título de posse da terra, podemos traçar uma breve caracterização das comunidades estudadas para em seguida nos fixarmos nas desigualdades relacionadas ao sexo no interior desses territórios.

No que diz respeito a variável sexo, 52% dos moradores das comunidades pesquisadas se declararam do sexo feminino, conforme pode ser observado no gráfico 01. Dados que nos mostram que a população feminina é superior à masculina, indo de encontro com a média brasileira, que segundo o IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística) por meio da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013, o número de mulheres no país é de 51,4%.

No que tange à faixa etária dos moradores, a maioria se encontra entre 20 a 39 anos, independente do sexo (Quadro 01), ou seja, temos uma população composta por pessoas jovens e o grupo de 0 a 6 anos de idade é mais do que a metade da população de idosos. Este é um fator que diverge

Gráfico 01 - Sexo dos moradores.



Elaboração própria (2015).

dos dados encontrados pelo IBGE (2014, s/p.) para o conjunto da população brasileira:

Um aspecto importante da estrutura populacional por grupos etários e sexo foi a manutenção da tendência de envelhecimento da estrutura etária no país. Em 2004, a participação percentual dos grupos populacionais de 0 a 4, 5 a 9 e 10 a 14 anos de idade era menor que a do grupo de 15 a 19 anos de idade, ou seja, observava-se o forte estreitamento da base da pirâmide populacional. Na distribuição etária da população de 2013, observou-se que este estreitamento da base da pirâmide foi ainda mais destacado. No período analisado, verificou-se que a participação do grupo com até 29 anos de idade diminuiu de 54,4%, em 2004, para 46,6% em 2013, enquanto o aumento para o grupo com 45 anos ou mais de idade foi evidente, passando de 24,0% para 30,7%, no mesmo período.

Quadro 01- Idade dos moradores das comunidades.

Idade	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	nº	%
0 a 6 anos	3433	8,47	3541	8,73
7 a 14 anos	4093	10,09	4343	10,71
15 a 19 anos	2091	5,16	2435	6,01
20 a 39 anos	5272	13,00	5668	13,98
40 a 59 anos	2952	7,28	3005	7,41
60 ou mais anos	1630	4,02	1560	3,85
Subtotal	19471	48,02	20552	50,69
NR/NS	300	0,74	225	0,55
Total	40548		98,71	

Elaboração própria (2015).

Em relação a variável raça, utilizando a classificação do IBGE (branco, pardo, preto, amarelo e indígena), mais de 50% do universo total, se declaram pretos (Mulheres mais homens), de acordo com o quadro 02. No que concerne às mulheres, 25,46% se declaram como pretas. Se analisarmos o número de pessoas que se declara preto ou pardo, podemos dizer que mais de 90% da população estudada é negra.

No que diz respeito à média nacional, 53% da população em 2013 se autodeclaravam preta ou parda, segundo dados da PNAD.

Quadro 02- Frequência de cor dos moradores x sexo.

Cor/raça	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Preto	10324	25,46	11159	27,52
Pardo	7786	19,20	8198	20,22
Branco	722	1,78	744	1,83
Outros (Amarelo e Indígenas)	334	0,82	367	0,91
Subtotal	19166	47,27	20468	50,48
NS/NR	914		2,25	
Total	40548		100,00	

Elaboração própria (2015).

Ainda caracterizando os territórios quilombolas estudados, podemos observar na tabela 02 que mais da metade da população possui no máximo até o fundamental, sendo que 18,4% nunca estudaram. Se somarmos o número de entrevistados do sexo feminino que estudaram e atingiram mais de nove anos de estudos, temos um montante de 6,83%, valor que é ainda menor no grupo masculino que chega a pouco mais do que 5% do total. Tais dados podem ser observados no quadro 03.

Quadro 03 - Escolaridade x Sexo.

Escolaridade	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	N	%	n	%
Analfabeto/Nunca estudou	3647	8,99	3811	9,40
Ensino fundamental (completo e incompleto)	12529	30,90	14300	35,26
Ensino médio (completo e incompleto)	2392	5,90	1911	4,71
Ensino Superior (completo e incompleto)	338	0,83	118	0,29
Pós-graduação	40	0,10	46	0,11
Subtotal	18946	46,72	20186	49,77
NS/NR	1425		3,51	
Total	40548		100,00	

Elaboração Própria (2015).

Em relação à condição dos moradores das casas e o sexo, constata-se que 17,56% das mulheres são consideradas como a pessoa de referência do domicílio. Número inferior à média nacional, pois segundo o IBGE (2010), 37,3% das casas brasileiras tinham a mulher como responsável. Entretanto, ao separar os domicílios rurais e urbanos do país, apenas 24,8% das residências rurais são chefiadas por mulheres, dado que pode explicar porque nas comunidades quilombolas pesquisadas (que são quase predominantemente rurais) houve uma porcentagem menor de domicílios com mulheres como pessoa de referência, como pode ser observada no quadro 04.

Quadro 04 - Quadro Condição do morador na casa X Sexo do morador.

Condição do Morador	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
É a pessoa de referência	3444	17,56	5749	27,46
Cônjuge /companheiro (a)	4974	25,36	1895	9,05
Filho (a)	8729	44,51	10561	50,44
Enteado (a)	173	0,88	206	0,98

Pai ou mãe	168	0,86	88	0,42
Sogro (a)	53	0,27	33	0,16
Neto (a)/bisneto (a)	1332	6,79	1579	7,54
Irmão/irmã	119	0,61	178	0,85
Irmão, irmã do companheiro (a) ou cônjuge	40	0,20	55	0,26
Sobrinha (a)	121	0,62	170	0,81
Marido/esposa/companheiro (a) do filho (a)	231	1,18	147	0,70
Outro parente	180	0,92	161	0,77
Agregado	42	0,21	96	0,46
Pensionista	0	0,00	1	0,00
Empregado (a) doméstico (a)	0	0,00	3	0,01
Parente do (a) empregado (a) doméstico (a)	1	0,01	7	0,03
NS/NR	4	0,02	8	0,04
Total	19611	100,00	20937	100,00

Elaboração própria (2015).

Em relação ao número de moradores por residência, observa-se que a maior frequência está nas famílias compostas por até cinco pessoas, conforme demonstrado no quadro 05. Se observarmos por sexo, pode-se perceber que a maioria das mulheres reside em casas de 2 a 5 pessoas.

Quadro 05 – Quantitativo de pessoas por domicílio.

Pessoas por domicílio	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
15 ou mais moradores	77	0,39	90	0,43
10 a 14 moradores	1455	7,42	1504	7,18
6 a 9 moradores	7364	37,55	7893	37,70
2 a 5 moradores	10461	53,34	11016	52,61
1 morador	254	1,30	434	2,07
Total	19611	100,00	20937	100,00

Elaboração própria (2015).

Com o intuito de analisar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, destacando a variável sexo, a tabela 01 nos fornece dados sobre os meios de recebimento de dinheiro dos domicílios. Podemos observar a vulnerabilidade das mulheres em relação aos homens no que tange à aquisição de renda por meio de alguma atividade.

Há proporção é quase igual, no que tange trabalho remunerado o ano todo (formato pouco acessado pela população quilombola). Excetuando o artesanato, ou a produção cultural (com resultado ínfimo) nas demais formas de obtenção de renda por domicílio, há predomínio masculino. Nas aposentadorias, no entanto, as mulheres predominam. O não recebimento de renda é mais frequente entre mulheres quando comparadas aos homens, fator que pode ser explicado pela sua longa jornada de trabalho doméstico não remunerado.

TABELA 01 - Frequência de meios de recebimento de dinheiro X Sexo.

Nos últimos 12 meses, recebeu algum dinheiro por meio de:	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Venda do cultivo ou criação de animais	1044	5,3	2029	9,7
Trabalho remunerado - ano todo	884	4,5	983	4,7
Trabalho remunerado - temporário	241	1,2	547	2,6
Trabalho remunerado - diarista	433	2,2	1955	9,3
Venda de artesanato ou produção cultural	101	0,5	77	0,4
Aposentadoria	1608	8,2	1221	5,8
Nenhum	13559	69,2	12426	59,4
NS/NR/NA	1740	8,9	1700	8,1
Total	19610	100,0	20938	100,00

Elaboração própria (2015)

Conforme podemos observar a partir dos dados apresentados, a frequência dos meios de recebimento de recurso entre homens e mulheres é bem diferente, fator que conseqüentemente irá influenciar na renda, pois se não temos um meio de geração de recurso, automaticamente não teremos poder aquisitivo proporcionalmente positivo. Uma vez que:

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo “naturalmente” entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito “trabalho reprodutivo”). (MELO; CASTILHO, 2009, p.137).

Também devemos atentar para as informações obtidas sobre aposentadoria, uma vez que o número de mulheres aposentadas é 2,4% maior se comparado com o total masculino, fator que pode ser explicado pela maior expectativa de vida das mulheres, conforme demonstra reportagem do DATANASPS (2013).

Porém é importante ressaltar que:

As mulheres são quem menos usufruem os resultados práticos e monetários oriundos do seu trabalho no mundo das mercadorias e na reprodução da vida. A segmentação do mercado de trabalho reflete-se no fato de a maioria das aposentadorias das mulheres se concentrarem em benefícios de baixo valor, e em média 39% inferiores ao valor das masculinas. (MELO; OLIVEIRA, 2009, p.107).

Sendo assim, o fato das mulheres representarem numericamente uma porcentagem mais significativa de beneficiárias da Previdência Social não quer dizer que elas sejam as grandes responsáveis pelos gastos previdenciários nem tão pouco que seus rendimentos podem ser equiparados aos ganhos masculinos². Também não podemos esquecer de destacar que, mesmo essas mulheres sendo cobertas pelo regime especial da previdência social, que independe de contribuição, as mesmas possuem grandes dificuldades de acesso ao benefício previdenciário da aposentadoria, uma vez que “os critérios androcentricos de comprovação do trabalho rural dificultam a incorporação das mulheres”, conforme mostra o trabalho de Brandão e Jorge (2012, p.172).

No que diz respeito a frequência de meios de recebimento de dinheiro em relação a cor, podemos observar na tabela 02 que o número de pessoas por domicílio, de cor preta e parda, que não possuem nenhuma fonte de renda é superior a 59% dos pesquisados. Dados que reforçam a desigualdade de raça, mostrando que as pessoas brancas tendem a ter mais mecanismos de geração de renda do que os negros.

TABELA 02 - Frequência de meios de recebimento de dinheiro x Cor.

Meios de recebimento de dinheiro	Branca	Preta	Parda	Outras	Total
Venda do cultivo ou criação de animais	111 7,6%	1743 8,1%	1126 7,0%	93 5,8%	3073 7,6%
Trabalho remunerado - ano todo	95 6,5%	1084 5,0%	610 3,8%	78 4,8%	1867 4,6%
Trabalho remunerado - temporário	32 2,2%	486 2,3%	239 1,5%	31 1,9%	788 1,9%
Trabalho remunerado - diarista	99 6,8%	1166 5,4%	1008 6,3%	115 7,1%	2388 5,9%
Venda de artesanato ou produção cultural	5 0,3%	101 0,5%	57 0,4%	15 0,9%	178 0,4%
Aposentadoria	130 8,9%	1629 7,6%	941 5,9%	129 8,0%	2829 7,0%

² Para um estudo mais aprofundado sobre a Previdência Social e o mundo feminista, ler: Melo; Oliveira (2009).

(continuação) Meios de recebimento de dinheiro	Branca	Preta	Parda	Outras	Total
Nenhum	872 59,5%	13290 61,9%	10837 67,8%	986 61,1%	25985 64,1%
NS/NR	122 8,3%	1975 9,2%	1165 7,3%	166 10,3%	3428 8,5%
NA	0 0,0%	9 0,0%	1 0,0%	2 0,1%	12 0,0%
	1466	21483	15984	1615	40548

Elaboração Própria (2015).

Quando cruzamos a frequência dos moradores que estão trabalhando com a variável sexo, é possível dizer que assim como grande parte das mulheres não possuem nenhuma renda, 66,8% das mulheres dos domicílios também não estão trabalhando, percentual que fica quase 8 pontos acima do apresentado pelos homens, de acordo com a tabela 03. E de acordo com o banco de dados fornecido pelo DataUFF (2011), das 23,5% das mulheres que estão trabalhando, apenas 7,7% realizam atividades laborais com carteira assinada.

Tabela 3: Frequência de trabalho x Sexo

Está trabalhando	Sexo			
	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Sim	4609	23,5	7162	34,2
Não	13103	66,8	12159	58,1
Não, é aposentado.	1293	6,6	983	4,7
NS/NR	600	3,1	629	3,0
Total	19605	100,0	20933	100,0

Elaboração própria (2015).

Os dados apresentados são uma amostra da situação em que se encontram as comunidades remanescentes de quilombo do Brasil. Conforme o relatório apresentado pela SEPPPIR (2012), 75,6% dos territórios quilombolas titulados se encontram na extrema pobreza, sendo que 23,5% da população não sabe ler nem escrever; 62% não possuem água tratada e canalizada; 76% não têm acesso à saneamento básico; 58% não possuem coleta do lixo e 36% dos domicílios não contam com banheiro ou sanitário, mesmo havendo programas e projetos que têm como foco atender a essas necessidades básicas no interior dos territórios quilombolas.

Esses dados nos alertam para a situação de vulnerabilidade social que se encontram as comunidades quilombolas, o que gera impactos significativos sobre as mulheres.

Conclusões

Conforme analisado ao decorrer do trabalho apresentado, podemos destacar que os reflexos da pauperização e da discriminação relacionados a raça e sexo são expressivos. Primeiro temos que destacar que o nosso próprio objeto de estudo já se encontra em uma situação de vulnerabilidade social de destaque, segundo dados apresentados por Brandão et al (2010), Cedefes (2008), SEPPPIR (2012) e pela nossa própria pesquisa aqui utilizada. Isso nos faz afirmar que as comunidades remanescentes de quilombo estão historicamente situadas em posições socioeconômicas desfavoráveis.

Outro elemento importante a ser apontado a partir dos dados analisados é que as mulheres estão em menor quantidade que os homens em atividades que geram renda, concluindo que a fonte de renda é menor para mulheres. E que assim como a sociedade brasileira no geral, as comunidades quilombolas reproduzem o processo de discriminação relacionado ao sexo, e que se agrava ainda mais por serem comunidades rurais e negras.

A mulher encontra-se em uma estrutura extremamente patriarcal, principalmente nos territórios rurais, como é o caso das comunidades estudadas, marcada por subordinação, sendo a ela atribuídos os afazeres domésticos e a figura reprodutora. Estes são elementos que contribuem para reforçar a submissão da mulher, desvalorizando o labor feminino, pois esse é lido socialmente como uma ação complementar à do homem.

Podemos afirmar que a figura da mulher tem uma sobrecarga de trabalho muito maior do que a do homem, porém, não reconhecida e remunerada, pois as atividades que desenvolve são tomadas como um trabalho reprodutivo e não produtivo, como vimos anteriormente, o que contribui para que o sexo feminino esteja alocado em grupos com grande expressividade nas mazelas sociais.

De modo geral, podemos concluir que entre os territórios dos remanescentes de quilombo pesquisados são marcados por diversos processos discriminatórios como, por exemplo, o sexo. Porém, por serem comunidades compostas na sua maioria por pretos e pardos, a variável cor não nos traz elementos significativos ao fazermos o cruzamento entre pretos e brancos, mas nos afirma que o processo de pauperização dos remanescentes de quilombo tende a ter o retrato feminino se comparado as realidades sociais e econômicas que ancoram o homem.

Por fim, devemos ressaltar que as mulheres, via movimento feminista, vêm ganhando reconhecimento e se posicionando de forma enfática na vida social e política, conquistando muitas vitórias como a regularização do trabalho doméstico (lei 224/13), a ampliação de políticas públicas, e a criação de leis que as proteja da violência masculina, como é o caso da lei nº 11.340, de sete de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Todavia, ainda continuamos em um patamar de desigualdade em relação à valorização dos homens perante a sociedade.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: *Raça: Perspectivas Antropológicas*. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social – ANASPS. *DATANASPS revela que cresce o número de aposentadorias e pensionistas com mais de 90 anos*. 2013. Disponível em: <http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=3587>. Acessado em 31 de julho de 2015.

BRANDÃO, André et al. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

_____; JORGE, Amanda Lacerda. *Androcentrismo institucional e acesso a aposentadoria rural entre mulheres quilombolas da comunidade de Agreste-MG*. Revista Ártemis, Edição V. 13; jan-junh, 2012, p. 161-173.

BRASIL. *Decreto Nº4887 de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República-Casa Civil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acessado em 10 julho de 2015.

_____. *Instrução Normativa Nº 57*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009>>. Acesso em 08 de julho de 2015 às 12h01min.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012, 35ºed.. Disponível em: <file:///C:/Users/Sidimara/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acessado em 08 de julho de 2015 às 11h10min.

_____. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAN*. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. Brasília: 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM*. 1º Impressão. Brasília: Secretária de Políticas para as mulheres, março de 2015, 182 p.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. *Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho*. Serviço Social e Sociedade, n. 105, jan/mar, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>>. Acessado em: 11 de julho 2015.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza:** sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf>. Acessado em: 08 de julho de 2015 às 21h54min.

DATAUFF. *Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas*. Niterói, RJ: DATAUFF – Núcleo de Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, 2011. [Relatório de Pesquisa].

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Guimarães. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2003, v.29, n° 1, p.93-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acessado em: 10 de julho de 2015 às 21h10min.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acessado em: 19 de agosto de 2015 às 13h36min.

_____. *Censo demográfico 2010 - características gerais da população*. Brasília: IBGE, 2010.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD*. Brasília: IBGE, 2013.

JORGE, Amanda Lacerda. *O jogo das discursividades: a construção social da categoria “quilombola”*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014. Qualificação de Tese de Doutorado – Escola de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. *O que Entendemos por “Feminização da Pobreza?”* Centro Internacional da Pobreza: 2008, 58° ed.. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2015 às 16h08min.

MELO, Hildete Pereira de, CASTILHO, Marta, O Trabalho Reprodutivo no Brasil, quem faz?, Revista de Economia Contemporânea, n. 13/1, 2009.

MELO, Hildete Pereira de, OLIVEIRA, André Barbosa. *Mercado de Trabalho e a Previdência Social – um olhar feminista*”, em *Econômica*, Niterói, Volume 11, n° 2, dezembro de 2009.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú – MG, p.1-12, 20-24 de set.2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf> Acesso em: 08 de julho de 2015 às 16h20min.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: Fonseca, Maria Nazareth Soares (org). *Brasil afro-brasileiro*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSA, Waldemir. *Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no brasil*. Revista Estudos Feministas: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300017>. Acessado em: 27 de junho de 2015.

SEPPPIR. *Comunidades Quilombolas Brasileiras Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR. Brasília: 2012. Disponível em: <www.sepppir.gov.br>. Acessado em 12 de julho de 2015 às 14h.-

Apêndice

RELAÇÃO DE COMUNIDADES POR MUNICÍPIO E ESTADO

Estado	Município	Nome da Comunidade
AP	Macapá	Conceição de Macacoari Curiau Mel da Pedreira
BA	Bom Jesus da Lapa	Rio das Rãs
	Malhada	Jenipapo Parateca Pau d'Arco Pau d'Arco Pau d'Arco/Parateca
	Muquém de São Francisco	Jatobá
	Rio de Contas	Bananal Barra Barra e Bananal
	Sítio do Mato	Barro Vermelho Mangal - Barro Vermelho
GO	Monte Alegre de Goiás	Kalunga Kalunga / Balangu Coco Kalunga Barra Kalunga Diadema Kalunga Riachão Kalunga Ribeirão Kalunga Sucuri Kalunga Tinguizal Kalunga/ Vão das Almas Kalunga/ Vão das Almas / Capivara Kalunga/ Vão das Almas / Coco

Estado	Município	Nome da Comunidade
GO	Cavalcante	Kalunga Kalunga /Vão do Moleque Kalunga Buriti Kalunga Capela Kalunga Choco Kalunga Congonhas Kalunga Corrente Kalunga Corte de Tapera Kalunga Diadema Kalunga Ema Kalunga Engenho Kalunga Fazenda Corrente Kalunga Forno Kalunga Malhadinha Kalunga Mochila Kalunga Poção Kalunga Prata Kalunga Riachão Kalunga Ribeirão Kalunga Salinas Kalunga Taboca Kalunga Tapera Kalunga/ Vão das Almas Kalunga/Vão do Moleque
	Teresina de Goiás	Ema Kalunga Kalunga Kalunga Abobreira Kalunga Barra Kalunga Choco Kalunga Corrente Kalunga Diadema Kalunga Ema Kalunga Engenho Kalunga Limoeiro Kalunga Mochila Kalunga Prata Kalunga Riachão Kalunga Ribeirão Kalunga Salinas Kalunga Taboca Kalunga Tinguizal Kalunga/ Vão das Almas Kalunga/Vão do Moleque

Estado	Município	Nome da Comunidade
MA	Anajatuba	Pedrinha Pedrinhas Queluz
	Bacabal	Campo Redondo São Sebastião dos Pretos
	Cândido Mendes	Bom Jesus Santa Isabel Santa Izabel
	Caxias	Jenipapo Mulata Olho d'Água do Raposo Usina Velha Usina Velha/Boca do Mato
	Codó	Eira dos Coqueiros Mocorongo Santo Antônio dos Pretos
	Itapecuru Mirim	Juçaral / Santa Helena
	Pedro do Rosário	Imbiral Santo Inácio
	Peritoró	Lago Grande
	Pinheiro	Altamira Cotovelo Rio dos Peixes Santo Inácio
	Santa Rita	Santana
	São João do Soter	Centro Novo Cipó Cipó / Centro novo Morada Nova
Turiação	Jamary dos Pretos	
MG	Leme do Prado	Porto Coris
MS	Corguinho	Furnas da Boa Sorte
	Jaraguari	Furnas do Dionisio Santo Inácio

Estado	Município	Nome da Comunidade
MT	Nossa Senhora do Livramento	Mata Cavalo Mata Cavalo de Baixo Mata Cavalo de Cima Aguaçú de Cima Manguaçú Mutuca Ponte da Estiva Vaca Branca
PA	Abaetetuba	Acaraqui Acaraqui Alto Acaraqui Baixo Acaraqui Médio Alto Itacuruça Alto Itacuruçá Alto Itacuruçá/N ^{sa} . Sra. Nazaré Alto Itacuruçá / São Miguel Arapapu Arapapuzinho Baixo Acaraqui Baixo Itacuruçá Bom Remédio Bom Remédio/Assacu Igarapé São João Igarapé São João / Médio Itacuruçá Jenipauga Samauma Tauaré Açú Tauaré Açú / Costa Maratauira Tauráé Açú Tauráé Açú / Santana
	Acará	Carananduba Guajará Mirim Itacoã Miri
	Alenquer	Pacoval
	Ananindeua	Abacatal

Estado	Município	Nome da Comunidade
PA	Baião	Araquembaua Baixinha Cupu Itaperuçu Pampelônia Santa Fé São José do Icatu
	Cachoeira do Piriá	Bela Aurora Camiranga Itamaoari
	Cametá	Matias Porto Alegre
	Mocajuba	Itabatinga Mangabeira Mojutapera Porto Grande Santo Antônio do Viseu São Benedito / Rua do Fogo São Benedito do Viseu São Domingos Tambaí Açú Uxizal Vila Vizânia Vizania

Estado	Município	Nome da Comunidade
PA	Moju	Africa Centro Ouro Conceição de Minindeua Jacunday Laranjituba Moju Miri Nossa Senhora da Conceição Nossa Senhora das Graças Ribeira Ribeirão Santa Luzia do Traquateua Santa Maria de Mirindeua Santa Maria do Traquateua Santo Cristo São Bernardino São Manoel São Sebastião Tauraté Açú / Santana Vila Nova Vila Ribeira
	Óbidos	Apuí Castanhanduba Cuecê São José Silêncio
	Oeiras do Pará	Bailique Bailique Beira Bailique Centro Carará França Igarapé Preto Igarapezinho Paximbal Poção São Bernardo Teofilo

Estado	Município	Nome da Comunidade
PA	Baião	Araquembaua Baixinha Baixinha / Mojutapera Campelo Cupu Itaperuçu Santa Fé São José do Icatu Varzinha
	Oriximiná	Abuí Acapu Agua Fria Araçá Araçá de Dentro Aracuã de Baixo Aracuã do Meio Bacabal Boa Vista Boa Vista do Cuminá Espírito Santo Jarauaca Jauari Mãe Cué Pancada Paraná do Abuí Sagrado Coração Serrinha Tapagem Terra Preta Varre Vento
	Mocajuba	Itabatinga Mangabeira Mojutapera Porto Grande Santo Antônio do Viseu São Benedito do Viseu São Domingos Tambaí Açú

Estado	Município	Nome da Comunidade
PA	Santa Izabel do Pará	Jacarequara Macapazinho
	Santa Luzia do Pará	Jacarequara Tipitinga
	São Miguel	Santa Rita da Barreira
	São Miguel do Guamá	Menino Jesus
	Tracuateua	Jurussaca
	Viseu	Aningal Paca
PE	Garanhuns	Castainho
	Salgueiro	Conceição das Crioulas
PI	Assunção do Piauí	Sítio Velho
PI	Campinas do Piauí	Capitãozinho Carreira da Vaca Emparedado Ponta do Morro Retiro Retiro Velho Serrote Vaca Brava Volta do Campo Grande
		Esperantina
	Isaías Coelho	Barreiras Cabeça da Vaca Carreira da Vaca Cipoal Fazenda Nova Morrinho Santa Inês Sapé Umburana
RJ	Paraty	Campinho
	Quatis	Santana

Estado	Município	Nome da Comunidade
RS	Canoas	Chacara das Rosas
	Porto Alegre	Família Silva
SE	Porto da Folha	Mocambo Ranchinho
SP	Eldorado	Ivaporunduva Pedro Cubas
	Eldorado e Iporanga	Eldorado Galvão São Pedro
	Iporanga	Maria Rosa Pilões

Assimetrias espaciais no centro varejista do Rio de Janeiro

Susana Mara Miranda Pacheco

Resumo

Este artigo pretende relacionar o comércio varejista à fragmentação do centro da cidade do Rio de Janeiro, destacando a situação atual de incidência da globalização na organização do espaço da cidade. A diversidade interna resultante da combinação de usos, do mix comercial e da acumulação de tempos desiguais aponta para a necessidade de reintegração espacial entre as diferentes zonas produzidas socialmente. Por sua vez, ações governamentais mediante políticas econômicas e projetos urbanísticos trazem implicações na configuração espacial do centro, impondo processos de estancamento e reestruturação no espaço comercial, desfavoráveis à integração das diferentes zonas. O contraponto entre pujança e enfraquecimento se dá no espaço interno cuja dinâmica se coaduna com as ordens próxima e distante. Ora no âmbito das firmas varejistas ora no marco dos negócios imobiliários, notam-se inércias, mudanças e formas renovadas de apropriação.

Palavras-chave: varejista; globalização; espaço comercial.

Resumen

Este artículo pretende relacionar el comercio al por menor a la fragmentación del centro de la ciudad de Río de Janeiro, destacando la situación actual de incidencia de la globalización en la organización del espacio de la ciudad. La diversidad interna resultante de la combinación de usos, del mix comercial y de la acumulación de tiempos desiguales apunta a la necesidad de reintegración espacial entre las diferentes zonas producidas socialmente. A su vez, acciones gubernamentales a través de políticas económicas y proyectos urbanísticos traen implicaciones en la configuración espacial del centro, imponiendo procesos de estancamiento y reestructuración en el espacio comercial, desfavorables a la integración de las diferentes zonas. El contrapunto entre pujanza

y debilitamiento se da en el espacio interno cuya dinámica se coaduna con las órdenes próxima y distante. En el marco de las empresas minoristas en el marco de los negocios inmobiliarios, se notan inercias, cambios y formas renovadas de apropiación.

Palabras clave: minorista; globalización; espacio comercial.

Abstract

This article intends to relate the retail trade to the fragmentation of the center of the city of Rio de Janeiro, highlighting the current situation of incidence of globalization in the organization of the city space. The internal diversity resulting from the combination of uses, the commercial mix and the accumulation of unequal times points to the need for spatial reintegration between the different socially produced zones. In turn, government actions through economic policies and urban development projects have implications for the spatial configuration of the center, imposing processes of stagnation and restructuring in the commercial space, unfavorable to the integration of different zones. The counterpoint between strength and weakening occurs in the inner space whose dynamics conforms to the orders near and far. However, in the realm of real estate deals with retailers, there are inertia, changes and renewed forms of ownership.

Keywords: retailer; globalization, commercial space.

Introdução

Começar por uma ideia consensual, mas não resignada, entre intelectuais e cientistas sociais pode ser um bom começo, especialmente ao dizer que a cidade da globalização tem se manifestado pelo descompasso entre o que os teóricos pensam dela e a cidade real, fruto de prosperidade e decadência da cidade do capital. Homens de bem, administradores e promotores, como a literatura nos sugere, assumem suas representações e compõem um painel de ações humanas que dá sentido aos altos e baixos do urbanismo do século vinte. Chega-se à ideologia de que a cidade pode ser vendida e o urbanismo dos promotores imobiliários, com participação do capital financeiro,

constitui uma fonte de ganhos extraordinários na produção do espaço, num tempo em que publicidade e informação são vias de supressão de obstáculos aos fluxos globais e internos à cidade de múltiplas interações sincrônicas e polarizadas. Autores como Peter Hall, Manuel Castells, Henri Lefebvre, Jane Jacobs, Milton Santos e David Harvey teorizam sobre essa condição urbana, pondo em xeque o urbanismo e a realidade contingenciada das cidades. A cidade dual (CASTELLS, 1995), por exemplo, pode ser explicada pela indústria de multimeios, cujo propósito pesa em favor da fragmentação e da divisão espacial do trabalho, produzindo assimetrias espaciais.

As assimetrias podem ser entendidas a partir de coexistências de processos de integração e desintegração espacial registrados na área de estudo, aqui definida como o centro varejista do Rio de Janeiro. A atividade varejista constitui um eixo que favorece o entendimento da complexidade da produção do espaço central, dada sua proeminência face à condição de centralidade definida pela intensidade de fluxos que identificam nosso objeto de estudo, isto é, o centro da cidade como espaço relacional. Mediante a centralidade podemos chegar a uma aproximação teórica das materialidades e da cultura urbana de trocas em centros de negócios e lugares de representação do viver na cidade. Pode-se presumir, ainda, que mudanças advindas de discursos e materialidades são percebidas diferentemente por agentes sociais (BENACH, 2005).

Este artigo tem como objetivo relacionar o comércio varejista com a fragmentação do centro da cidade do Rio de Janeiro, analisando a situação atual de incidência da globalização na organização do espaço da cidade. Para tanto procuramos, em primeiro lugar, reunir num campo teórico-conceitual ferramentas de aproximação do tema; só assim, tendo em conta a utilidade desse campo conceitual, em segundo lugar exercitamos a definição de diferentes zonas comerciais à luz de seu conteúdo de atividades terciárias. Em seguida, a análise se concentra nas ações governamentais que, mediante políticas econômicas e projetos urbanísticos, trazem implicações na configuração espacial do Centro, impondo processos de estancamento e reestruturação

ao espaço comercial em debate. Por último, a título de considerações que nos encaminham a um tímido posfácio, reforçamos a ideia de relações de integração, desintegração e reintegração que emergem da análise, reafirmando a dificuldade de tratar a complexidade do espaço relacional.

De início, convém apresentar uma justificativa, pois apesar da intenção de sistematização a partir da função comercial, não se pretende aqui fazer uma análise fragmentária, até porque o enfoque se funda na abordagem da geografia urbana que pensa a cidade na escala do espaço interno, tentando agregar à materialidade, as representações dos lugares e a experiência cotidiana dos cidadãos (SANTOS, 1987). Circunscrito por este enfoque, o consumo constitui um tema de novos estudos que objetivam a busca da identidade das cidades que imaginamos e na qual vivemos. Por sua vez, o comércio tem uma relação de origem com a ordem cidadina, assim como a centralidade pode ser a essência da cidade, ao concentrar fluxos e interrelações espaciais. Assim é que, chegamos ao nosso tema e área de estudo: o centro do Rio e a natureza de sua relação com a globalização.

1. No terreno das noções – mais além do sentido ordinário das palavras

O centro varejista do Rio de Janeiro corresponde à área de circulação de pessoas para compras e trabalho, na qual estão localizados os equipamentos comerciais da área central da cidade. Se antes esta área podia ser reconhecida e delimitada pelo trajeto de circulação dos bondes que traçavam um arco em torno do CBD (ABREU, 1987), até meados do século XX, hoje, com certo atrevimento e sem ser arredo a previsões, pode-se aludir à área delimitada para circulação do VLT, circuito em parte ativo desde agosto de 2016. Sob condições de globalização econômica e cultural, novos processos de reintegração da vida urbana são cogitados como discurso *pari passu* com políticas que focalizam a reestruturação urbana e a renovação de áreas centrais. O Porto Maravilha constitui um dos espaços concebidos, implicando de modo

peremptório em valorização de terrenos, segregação urbana e invasão-sucessão de áreas empobrecidas da periferia do Centro.

No interior deste novo mapa do centro carioca, laboratório de ideias sobre como mudar a cidade, se distinguem zonas de atividades terciárias cujos critérios de reconhecimento de sua integridade como zona de comércio e negócios se estabelecem principalmente pelo mix comercial, diversidade de usos, morfologia e a acumulação de tempos compostos, o que corresponderia a formas de centralidade: antiga, renovada ou nova, como abordaremos adiante ao expor os conteúdos de cada zona de atividade terciária.

Qualquer uma dessas áreas está submetida a relações com a ordem distante do sistema capitalista (LEFEBVRE, 1976) na sua trajetória de reprodução e dominação sobre os lugares. Esta noção nos serve para entender o Rio desde Pereira Passos, quando as transações comerciais se notabilizaram em sua localização no centro histórico da cidade e adjacências. Na zona portuária, a infraestrutura de grande porte viabilizou a atividade portuária fortalecida no início do século XX, engrandecendo o ambiente físico construído pela presença de grandes instalações (plantas industriais, galpões e armazéns) capazes de abrigar a dinâmica da produção e do comércio com o mundo e a navegação de passageiros, estrangeiros e brasileiros, que passaram a circular como *globe trotters*, inserindo o Rio no circuito das viagens na América do Sul e no outro lado do Atlântico. A economia política da cidade fez frente às problemáticas de desenvolvimento e tratou da questão das infraestruturas.

A escala em que se circunscreve esse espaço relacional foi redimensionada com as mudanças intrínsecas à formação econômica e social que aconteceram na cidade internacionalizada pelas relações comerciais. Aqui poderíamos indagar sobre a temporalidade da noção de inserção mundial do Rio de Janeiro. Mas se deixarmos de lado essa discussão e deslocarmos o foco para os dias atuais, fica patente que a cidade se banaliza, transmutando-se

em commodity *sui generis*, tendo seu significado reduzido à ideia de mercadoria que dá lucro, num mercado de disputas globais entre cidades.

A verticalidade da ordem distante, segundo uma razão global, como argumenta Milton Santos (1996), na longa duração do século XX foi consolidando a segmentação e a especialização de zonas no espaço interno da área central (DUARTE, 1967). Esta configuração é sintoma de que o mundo se fazia cada vez mais presente, com seus modelos e imposições. Desde a abertura da Avenida Rio Branco (Avenida Central), da Avenida Presidente Vargas e da Avenida Chile, fica evidenciada na produção do espaço a força concentradora do capitalismo empresarial e seu sistema de regulação. Marcos simbólicos das ações do poder público sobre a morfologia urbana, essas avenidas repercutem nos usos do solo e no espaço terciário, uma vez deflagrada a constituição de zonas. A Saara, a zona atacadista, a zona varejista de material de construção e miudezas, a zona de comércio de confecção e congêneres, também segmentada entre a área de escritórios e a área de transição em direção ao antigo Rocío (Praça Tiradentes) são exemplos da estruturação do espaço urbano.

Porém, é sabido que essa segmentação responde à partição existente desde tempos remotos, se retrocedermos a análise ao período colonial, embora este não constitua um trabalho de geografia histórica do Rio de Janeiro. Mas a geografia urbana tradicional nos proporciona o método que sustenta a abordagem da evolução urbana em cidades com o sítio e a posição do Rio de Janeiro e as funções urbanas que delegam ao Centro o poder de se expressar como sinonímia ao pensarmos a cidade comercial que o Rio de Janeiro sempre encampou como vocação, intrínseca ao seu ADN. O centro varejista se impõe, evolui e dá forma à área central que é estruturada morfologicamente mesmo antes da globalização, visto que o Rio sempre teve o Centro como expressão espacial de sua internacionalização desde tempos pretéritos. A história urbana revela as geografias correspondentes às especificidades do Centro e os conteúdos de cada zona definida localmente pelos

seus predicados. Este processo de segmentação do Centro em áreas diferenciadas foi sendo alvo de apropriações e ações cumulativas que justificam o comportamento de frações do capital na produção do espaço urbano ao longo do século, impondo seus ritmos e interesses, mediante processos de parcelamento, uso e espoliação do solo urbano.

Continuando nossa prospecção teórico-conceitual, consideremos outra incidência no centro varejista que se dá quando examinamos a noção de ordem próxima (LEFEBVRE, 1976), que se impõe no plano local (lugar de reprodução) ao afetar e expressar relações horizontalizadas nos lugares centrais e suas adjacências com seus usos múltiplos. Os segmentos configurados no passado são reafirmados e se submetem a outra lógica formal que estrutura a vida urbana, a da cidadania. As conexões espaciais são inerentes ao Centro onde o trabalho domina em termos funcionais. O ir e vir cotidiano dá a nota da relação sociedade-espaço. A circulação de pedestres vincula zonas tocadas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (SMITH, 1988) e sua lógica econômica de diferenciação funcional em termos de participação de setores varejistas na economia de serviços.

Neste ponto da argumentação cabe inserir a problemática da integridade social dos cidadãos que trabalham, vivem nas redondezas e consomem áreas apropriadas diferentemente fazendo com que os lugares sejam diferentes assim como as experiências nele vividas, que acabam não sendo compartilhadas entre os que usam outras partes do território. Destituídas do caráter interativo, prejudicam a concretização da ideia de juntar, por si só difícil de ser conquistada pela cidade real, a dos trabalhadores, moradores e cidadãos com sua cultura urbana, sem contar os visitantes que se ressentem de circular pelos quatro cantos do centro do Rio. Pretensão que redunde em frustração dadas as condições efetivas de integração espacial não realizáveis. Juntam-se propósitos e objetos espaciais constituindo a centralidade máxima sem, contudo, ser solucionada a frágil condição utópica de juntar pessoas e coisas diferentes de modo sincrônico. As zonas ficam restritas a si

mesmas, ensimesmadas sem a integração desejável para a condição urbana própria da cidade quer como materialidade quer como ações sociais de apropriação do espaço. Como sugere Marshall Berman (1987), tudo contém intrinsecamente o seu contrário, o que faz pensar no espírito olímpico e as obras/remoções na zona portuária mediante as tensões dialéticas interiores. Aprender essas duas dimensões de fenômenos em sua conexão com as noções de modo de produção capitalista e formação social, que expressam configurações territoriais em metrópoles como o Rio de Janeiro (envolvendo a noção de escala mundial e as relações endógenas, tantas vezes em rota de colisão) é uma exigência do estudo de áreas centrais.

Vale insistir que qualquer narrativa sobre a noção de centro varejista se nutre da análise da hegemonia de agentes que intervêm no ambiente construído como o Estado, ao mudar as condições locais, favorecendo investimentos privados no setor imobiliário (com valorização diferencial do solo, alteração de planos e operações urbanas) e ao criar possibilidades de apropriação do Centro por empresas hegemônicas, levando a uma competitividade dos usos e confronto de interesses. Como elemento fomentador da produção do espaço, o Estado reverte situações de inércia mediante investimentos e incorporação de antigas zonas proscritas, especializando-se na prestação de serviços; torna seletivo o espaço urbanizado mediante políticas ou despolíticas que deixam à deriva o tradicional espaço comercial; o Estado, enfim, reafirma a fragmentação histórica no Rio de Janeiro, minimizada pelo discurso de projetos estratégicos de criação de nova acessibilidade mediante novos equipamentos e nós na cidade. Aos segmentos menos prósperos do setor terciário (setores de aglomeração e tradicional centralidade) corresponde um processo de segregação espacial combinada com um gradiente declinante do valor do solo urbano. Como diz Milton Santos, da noção de fragmentação chegamos à noção de desintegração (1990, p. 90). Daí porque, insistimos na existência das assimetrias espaciais no centro do Rio de Janeiro, que reflete a própria cidade extensa e fragmentada, tornando muitos lugares introvertidos para

parte significativa da população submetida ao centralismo autoritário dos agentes hegemônicos.

Pensando nas variáveis temporais, é quase um clichê considerar que os centros das cidades são submetidos a períodos de investimentos que respondem a ciclos econômicos de alteração do padrão de consumo e ciclos de concentração de investimentos na produção do espaço. Vivemos hoje um período de intensificação de gastos públicos com investimentos em reestruturação urbana. Porto Maravilha, megaeventos e VLT são exemplos desses investimentos. Segundo Milton Santos (1996, p. 267) “os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados”. A funcionalidade do centro do Rio é constituída de intencionalidades. A noção de intencionalidade, imanência de projetos do período post-fordista, fundadores da experiência do empreendedorismo transposto da empresa para a produção do espaço urbano, se aplica ao espaço dos agentes hegemônicos. A zona portuária carioca é icônica e valida este modelo de redensolvimento urbano no qual imperam as racionalidades do pensamento único, ou seja, que padroniza e prospera promovendo a desigualdade nos lugares em inércia dinâmica ao acolher as pretensões mais desmedidas de agentes corporativos que representam os interesses mais ignóbeis de investir e lucrar, colidindo com a vida urbana dos lugares.

Tendo em presença essas condições de organização do território submetido à desigualdade de tempos e ações, podemos destacar, a título de análise, zonas no espaço terciário do centro do Rio de Janeiro, em uma tentativa de sistematização do tema proposto neste artigo. Não vamos nos deter na abordagem temporal do passado e, sim, atenção maior será dada ao presente, admitindo seu movimento contínuo no contexto da globalização e as fraturas sociais implicadas nas mudanças do cotidiano da cidade, privilegiando a noção de Centro.

2. Metodologia de estudo e definição de zonas comerciais na atualidade

O setor de comércio (de bens, de serviços e de turismo) no Estado do Rio de Janeiro reúne mais de 348 mil estabelecimentos, que representam 39,5% do valor adicionado bruto e 63,4% dos estabelecimentos fluminenses, gerando mais de 1,9 milhão de empregos formais, segundo a FECOMÉRCIO-RJ¹. Esses dados da base sindical podem ser apropriados para um estudo que privilegie o comércio varejista da capital, dada a relevância e as heranças cumulativas deixadas pela condição de capital federal e pela condição de metrópole consolidada em seu processo de metropolização e formação de sua região, configurando no território o modelo centro-periferia. Sendo assim, o arranjo dos objetos geográficos (formatos) somado às ações e relações sociais que os animam, imprimindo vida e movimento (conteúdo) definem o espaço comercial do centro do Rio de Janeiro. Cada subárea² (zona) representa frações da sociedade em um momento histórico, dando sentido às formas comerciais que lhes correspondem.

A presente proposta metodológica, buscando registrar o comportamento espacial do comércio varejista no centro do Rio de Janeiro (análise de conteúdo) e as zonas correspondentes à dinâmica comercial (análise formal), privilegia na abordagem espacial (espacialidades geradas a partir das relações de apropriação do solo estabelecidas pelos agentes) as noções clássicas de acessibilidade, amenidades, assim como a abordagem dos ramos (do mix comercial), das ações políticas (públicas e privadas, consorciadas), as infraestruturas de transporte urbano, as edificações, a circulação de pedestres, a densidade do uso comercial e as práticas de valorização do

¹ A FECOMERCIO é uma entidade sindical patronal regional composta de 59 entidades sindicais, ligada à Confederação Nacional do Comércio – CNC.

² Para efeito de análise do espaço diferenciado, com sua especialização e fragmentação, consideramos a ideia de que a evolução da área central da cidade capitalista industrial se expressa interiormente em subáreas. Estas representam o espaço produzido pelos homens e as atividades terciárias abordadas neste texto. O termo aproxima-se de um correlato – “zona” - que será efetivamente usado doravante no artigo.

espaço urbano que explicam o funcionamento e o significado da cidade a partir de sua relação histórica com o comércio. O novo mapa do Centro evidencia zonas (referências) de concentração de comércio popular, comércio de médio/alto *standing* e comércio especializado, sugerindo diversas leituras e questionamentos sobre os novos objetos (equipamento terciário) e a valorização dos objetos preexistentes. Assim mudam os usos e a relação dos formatos comerciais com a estruturação do espaço.

A partir da pesquisa empírica realizada na parte de maior intensidade do uso comercial do solo no Centro, definimos diversas zonas que revelam a tendência à diferenciação e à fragmentação em termos dos elementos supra-mencionados; em outras palavras, de investimentos na produção e distribuição das firmas varejistas e da capacidade de consumo de mercadorias pelos consumidores. Corresponde a um quadrilátero extensivo de comércio tradicional responsável por conferir a condição de centro comercial ao antigo centro histórico. Nele podemos distinguir cinco zonas delimitadas por logradouros que constituem corredores de tráfego e circulação de pedestres, conferindo acessibilidade ao Centro. Como supra-mencionado na seção anterior, a concentração geográfica das atividades terciárias é suscetível às ordens externas, recebendo os efeitos concretos da globalização que especializa áreas e fragmenta o centro da cidade, constituindo novos valores e objetos revalorizados (ou desvalorizados) e novas espacialidades que expressam mudanças no comportamento espacial do comércio, faltando, porém o reconhecimento recíproco dos padrões que coexistem no espaço varejista, condição *sine qua non* para processos de integração espacial.

O processo evolutivo deixou heranças na configuração espacial e práticas sociais consolidadas até a incorporação de novas variáveis, diante das quais novas produções se materializam definindo a problemática atual. As variáveis da mudança seguida de reestruturação do espaço comercial correspondente à área de estudo podem ser de natureza *tecnológica*, com respeito às inovações científicas que influem no produto e técnicas que

impõem a adoção de sistemas informáticos capazes de afetar desde a logística das firmas às técnicas de venda, exigindo a necessidade de manejo da informação; *econômicas/financeiras*, considerando-se desde os novos arranjos econômicos das firmas envolvendo formas de produzir, distribuir e gerenciar as vendas pelo território até o sistema creditício, resultado de uma política econômica que revolucionou o consumo de grande massa de consumidores, conferindo um caráter inclusivo na sociedade de consumo; a *logística* da distribuição das firmas, na qual se insere o comércio urbano, envolvendo a circulação das mercadorias e das pessoas no espaço interno da cidade, atendendo desde o abastecimento por transporte até a acessibilidade do trabalhador e do consumidor³.

Ressaltar a situação atual como foco da investigação, respeitando a dimensão temporal da compreensão do espaço e as contradições de tempos dos agentes produtores do espaço, significa considerar que a espacialidade atual sintetiza as precedentes.⁴ A abordagem do Rio de Janeiro no contexto da perda da capitalidade e suas repercussões no desenvolvimento regional impõe que se considere esta mudança de natureza estrutural e funcional para a cidade. O Centro revela o novo período de desaceleração e reorganização da cidade em níveis político, econômico e cultural que replica a mudança da capital para Brasília em 1960 reverberando a necessidade da metrópole enfatizar o setor de serviços, mantendo as grandes empresas estatais. Na década de 1980, as políticas urbanas apontam para ações patrimonialistas e associativismo (ligados aos comerciantes) que repercutem no Centro, que deve ser restaurado a partir da valorização de heranças culturais e arquitetônicas. Neste sentido, áreas comerciais tradicionais foram beneficiadas, mas o comércio se deparou com investimentos em formas comerciais cuja nova condição

³ Neste artigo vamos privilegiar a circulação de pessoas (trabalhadores, consumidores) ficando para uma próxima análise a problemática do abastecimento. Ver SALGUEIRO (1996) e CACHINHO (2002). Sobre o comércio varejista e sua distribuição espacial, ver também BERRY (1967) e MURPHY (1955).

⁴ Sobre a noção de espacialidade ler a tese doutoral de BARROS (2016) e SOJA (1983 e 1993).

de centralidade as eximia do padrão tradicional de acessibilidade da área central. Na virada para o século XXI os fatores globais repercutem diretamente no espaço de fluxos das firmas que se rearranjam gerando novas formas organizativas e de trabalho. Não mais o mesmo, o Centro mantém seu capital simbólico, ampliando sua capacidade de produção de serviços a empresas, assim como os serviços de natureza social e distributiva. As franquias e as lojas de departamento com sedes em outros estados instalam-se no espaço disponibilizado pela ausência e derrocada de firmas tradicionais. O comércio urbano se populariza e sofisticava simultaneamente, num contraponto que expressa diferenças do mercado e da divisão do trabalho em tempos de acumulação flexível. As heranças do período anterior conferem a identidade das zonas que distinguimos hoje, submetidas a processos de reestruturação.

Com base nas relações sociais materializadas na produção do espaço (expressando espacialidades) neste último período, procedemos a um levantamento empírico dos ramos de atividade terciária concentradas no coração terciário do Rio de Janeiro⁵, no intuito de superar a falta de informações estatísticas oficiais disponíveis na escala local sobre o comércio varejista e sua dinâmica territorial. Elementos como morfologia urbana, paisagem e fisionomia das lojas também são devedores da observação direta na área de estudo. Como resultado da análise, distinguimos as seguintes zonas comerciais:

Zona de extensão da Avenida Rio Branco

Esta zona recupera a função varejista no coração terciário e avança em direção ao seu início, resgatando o princípio de vitrines comerciais no patamar da rua de grande circulação. Resgataria, assim, o caminhar dos pedes-

⁵ A noção de “coração terciário” da cidade do Rio de Janeiro já foi definida anteriormente pela autora em outros trabalhos científicos e publicações. Refere-se basicamente à alta densidade do uso do solo com atividades terciárias que implicam em centralidade, capacidade produtiva de serviços, oferta de trabalho e mercado.

tres pela Avenida, ao mesmo tempo em que estabelece um corredor no qual trafega o VLT no sentido Praça Mauá-Aeroporto-Praça Mauá, logradouro onde se instalam investimentos no âmbito da renovação da cultura urbana, frutos da providência olímpica, quais sejam: equipamentos como museus e o chamado Boulevard Olímpico, combinação nada fortuita do projeto Porto Maravilha, com regeneração da área de docas e o projeto Olimpíadas 2016. A função bancária impingindo à Avenida uma homogeneização do movimento reduzido a idas e vindas aos bancos ali instalados, decretou perdas no significado da Rio Branco como espaço de fluxos de trabalhadores e consumidores do espaço público e comercial; a despeito da centralidade renovada pela instalação de novas lojas comerciais, franquias, livrarias, restaurantes, lojas em museus, tudo isso convivendo sincronicamente com a sociedade de consumo urbano.

Porém, neste modelo de reestruturação urbana as contradições aparecem no curso do processo. Senão vejamos: o comércio varejista apresenta-se na forma de um mix atualizado, estendendo a circulação até a zona portuária, após operações urbanísticas como o Rio Cidade, que proporciona o uso das calçadas, e os investimentos na incorporação da zona portuária para além dos limites identitários de zona de inércias e degradação, ao ser refuncionalizada em favor da especulação imobiliária e revalorização dos terrenos urbanos; essa revalorização justifica operações de circulação com obras que pretendem viabilizar a mobilidade urbana. Essa área de investimentos corresponde ao mapa de circulação do VLT, assim como os bondes o fizeram no período Rodrigues Alves/Pereira Passos. Acontece que este meio de transporte, quando circula pela Avenida Rio Branco, ao invés de favorecer o comércio varejista que se projeta em linha de continuidade, compromete o caminhar – aqui não estamos falando do flunar do início da república – pois as paradas limitam o alcance do olhar necessário à dinâmica do comércio de rua, caracterizada pela intensidade dos fluxos nas calçadas. Pelo menos esse é um questionamento a respeito desse novo eixo comercial. Outro questionamento é sobre a própria zona portuária em seu projeto urbano que descon-

sidera uma combinação de usos que inclua o comércio varejista no ambiente de firmas de serviços avançados. Novamente a ideia de especialização de áreas, sem que a relação cidade, comércio e consumo esteja alimentando a vida urbana de apropriação e uso das ruas como espaço público que explicita o caráter civilizado da cidade. Sendo assim, se o VLT recupera o padrão anterior de dinâmica interna e consolidação da área central neste período de investimentos, talvez repercuta na acessibilidade de moradores da área em inércia que sabemos ser dinâmica a despeito do trabalho morto nela inserido desde os tempos da desfuncionalização e perda de importância econômica do porto. O bonde cumprirá a função de atender os moradores facilitando a acessibilidade e a integração ao coração terciário? Ou a temporalidade dos megaeventos implica em negação da consolidação do processo iniciado na zona portuária. Mal sabemos e temos que esperar quando se trata de avaliar o êxito do projeto, passada a euforia inicial.

De momento temos que a zona de extensão da Rio Branco evidencia elementos de revigoração com mudanças de grande impacto (VLT) em seu espaço, que se renova diversificando o mix comercial. Para além dela, entrando na zona portuária efetivamente, mistura-se sem cerimônia ao olhar do observador atento o brilho e o detrito, entre a calçada e a sarjeta, a população de rua que fica sob o holofote da revitalização, sem se apartar, evidenciando a contradição no movimento da periferia para o centro, na contramão das forças seletivas e sua contundência no curso do processo de renovação urbana.

Zona de reestruturação no coração terciário

Esta área está situada entre dois eixos de circulação notórios na evolução urbana do Rio de Janeiro. A rua Primeiro de Março, de grande importância no período colonial, foi o primeiro caminho que avançava a partir do sítio histórico representado pelo Morro do Castelo. Hoje é um corredor de saída de tráfego do centro para a zona norte. A Avenida Rio Branco constitui um

marco na morfologia urbana do século XX, cortando o centro de ponta a ponta. Por ela fluía o tráfego de chegada da zona norte e saída para a zona sul. Hoje a Avenida longitudinal se encontra em parte interrompida devido ao projeto do VLT e a nova leitura da mobilidade urbana posta em marcha pela gestão empreendedora da cidade. Lateralmente, ruas de pedestre, herdadas do passado, permitem significativos fluxos de pessoas na zona, garantindo a acessibilidade e a continuidade da circulação.

Edifícios representativos do período do urbanismo modernista exaltam a fisionomia de prosperidade econômica da zona, cujos andares térreos alojam as marcas de prestígio do comércio de alto *standing* e inovativo em termos dos investimentos em novas tecnologias⁶. O número expressivo de bancos⁷ e de escritórios de serviços especializados a empresas justificam a concentração de lojas de importantes franquias de confecção e restaurantes. A alta densidade caracteriza o uso comercial, compartilhado com usos institucionais e escritórios de firmas. A circulação é intensa durante os dias úteis da semana, e no final do dia a zona incorporou (ainda incorpora?) a moda da *happy hour* envolvendo *yuppies* e profissionais liberais, dando um dinamismo que não se mantém nos finais de semana. Corresponde à zona mais próspera do centro da cidade, alvo de projetos de revitalização urbana (reabilitações e justaposições), na qual estão localizadas a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro e outras entidades vinculadas ao comércio. A Av. Rio Branco costuma servir de estacionamento aos sábados para o comércio popular,

⁶ Nesta zona está o único shopping vertical do Centro. Vale alertar que trabalhamos com dados de pesquisa de 2012, que atualizamos com observação direta.

⁷ Convém esclarecer que a concentração de bancos na Av. Rio Branco tem sido um fator de transformação do perfil da Avenida, dando-lhe uma fisionomia de centro financeiro da cidade e comprometendo a resiliência de comércio de alto *standing* como as livrarias especializadas e de renome. Os dados de pesquisa empírica efetuada em 2012 discriminam do mix comercial e de serviço bancário o seguinte: bancos (20,5%); franquias de confecção (17,4%) e restaurantes (34,8%).

alvo de uma política de estímulo ao consumo especializado e diversificado, de caráter popular, que engloba também a SAARA e o Camelódromo⁸.

Zona mista de reestruturação

Entre a Avenida Rio Branco e a rua Uruguaiana situa-se esta zona de características híbridas tanto no *standing* das lojas como na requalificação do espaço público. Por isso, consideramos oportuna a denominação de zona mista de reestruturação. Formas herdadas e projetadas se combinam, sem revelar a resiliência desejada no espaço comercial e entorno. Nela se destacam ruas de pedestres que constituíam o centro da cultura urbana e comunicacional do século XIX, em cujos famosos quarteirões das ruas Ouvidor e Gonçalves Dias a moda era ditada, vinda diretamente da Europa. Tem sido objeto de pontuais programas de preservação do patrimônio arquitetônico e cultural, sendo o exemplo mais flagrante a renovação e manutenção do prestígio da Confeitaria Colombo, ícone da cidade e por isso mesmo parte da programação turística da cidade.

Nestes quarteirões de alta densidade do uso do solo, o comércio de vestuário, confecção e calçado se destaca no conjunto da atividade comercial registrada. A restauração do espaço público é modesta diante da relevância da espacialidade herdada, estando a Rua do Ouvidor descaracterizada de seu

⁸ A SAARA pode ser entendida como uma grande aglomeração de comércio diversificado e popular que ocupa uma extensa área cuja morfologia urbana de ruas estreitas lideradas pelo traçado longitudinal dos logradouros Senhor dos Passos e Alfândega, que assumem a direção norte a partir da antiga Rua Direita nos arredores da Praça Quinze, permite o fluxo contínuo de pessoas, potenciais consumidores, e a concentração de consumidores de facto. O ambiente construído é marcado pelos sobrados de arquitetura colonial que se mantêm em virtude de iniciativas de tombamento pelos organismos de conservação do patrimônio histórico e cultural, através de projetos como o Corredor Cultural. Circunscrito pelas ruas Buenos Aires, Uruguaiana e Av. Presidente Vargas, o Camelódromo também representa uma iniciativa que incidiu diretamente no comércio varejista, reunindo em uma área delimitada grande parte do comércio de ambulantes, dando-lhes a condição de fixação no espaço e identidade a esse espaço comercial popular.

passado brilhante. Também constitui uma zona de serviços de alimentação e de bancos, sem esquecer a oferta de artigos pessoais nas lojas que representam os pequenos negociantes e algumas franquias⁹.

Zona de transição

O comportamento espacial desta zona de antiga centralidade vincula-se à fraca presença de investimentos na renovação do comércio e do espaço público, tendendo à decadência e desestruturação. Nota-se essa situação no ambiente construído, na ausência de amenidades, no mix comercial. Tem como limite sul a rua Uruguaiana, transformada em rua de pedestre, que se populariza à medida em que se aproxima da Avenida Presidente Vargas, e se metamorfoseia em Camelódromo. A acessibilidade é marcada pela estação do Metrô, cujo acesso fica embutido no conjunto correspondente a esta aglomeração de comércio popular, tornando-se imperceptível na paisagem urbana. Destacam-se no mix comercial o setor de alimentação, seguido pelas lojas de vestuário, confecção e calçado, cabendo registro também o setor de móveis, eletrodoméstico e decoração¹⁰. O mobiliário urbano não é atrativo para a permanência na zona, mesmo sendo de intensa circulação de pessoas. Não há referências ao comércio de alto *standing*.

⁹ A diversidade do comércio varejista no centro do Rio de Janeiro é notória, como sói ser nas áreas centrais de cidades de séculos de atividade mercantil. Escapa ao interesse deste artigo listar e tabular esta diversidade, até porque preferimos utilizar o peso dos principais serviços (destacando o comércio varejista, elemento de análise) encontrados nos quarteirões pesquisados em 2012, com os seguintes resultados na participação no mix comercial: comércio de vestuário, confecção e calçado (36%); alimentação (17,4%) e bancos (8,2%).

¹⁰ Apesar desta cifra parecer insignificante, o peso das lojas de eletrodomésticos é relevante para a dinâmica do comércio tradicional. A diversidade de pequenos comércios responde pela maior percentagem do uso do solo nesta zona de transição. O setor de alimentação (restaurantes, fast food, bares, padarias) é responsável por 19,2% dos estabelecimentos, que se destacam no mix comercial (16,7%), como nas demais zonas comerciais. Também figura no ranking dos principais ramos do comércio, as lojas de móveis, eletrodomésticos e decoração, com (6,4%)

Destacam-se raros casos de resistência ao declínio da vizinhança¹¹. As ruas do limite norte convivem com o comércio ambulante nas calçadas e as edificações estão suscetíveis à desvalorização pela má conservação das fachadas. A rua da Carioca constitui parte do projeto Corredor Cultural e iniciativas de associações de comerciantes locais tentam manter a imagem do lugar, especialmente nos aniversários da cidade e nos festejos carnavalescos. Porém, as antigas especializações têm sido substituídas por um mix comercial de baixo *standing*. Nota-se um gradiente decrescente à medida que o limite da zona é atingido, sinalizando estancamento e retrocessos na dinâmica das firmas comerciais e na coesão interna.

Sub-zona específica de nova apropriação e desalojamento da Rua da Carioca

Em face do processo de apropriação do espaço correspondente à antiga encosta do Morro de Santo Antonio pelo banco Opportunity, se instala um processo de invasão-sucessão de estabelecimentos comerciais tradicionais, que teimam em oferecer resistência às ações impostas por esse agente econômico hegemônico sobre a propriedade do solo urbano, fazendo com que definhasse a atividade tradicional que definia a personalidade deste influente logradouro na dinâmica do Centro. O comércio especializado em instrumentos musicais e de guarda-chuvas resiste e manifesta sintomas de resiliência, na tentativa de permanência e adaptação. Antes de tudo, trata-se de não dissolver o que estava em relativa inércia, mediante a luta pelo espaço que está exposto a novo apoderamento por parte do capital financeiro, aqui atuando diretamente sobre a produção do espaço urbano. Conflitos marcam as relações entre agentes, na junção das forças exógenas (verticalizando suas ações) e endógenas, tentando manter o espírito da rua e seu significado para a cidade (valendo-se das horizontalidades do espaço das representações), sem dissolver ou se extinguir enquanto tradição de comércio diante

¹¹ A papelaria Casa Cruz e a confeitaria Cave são exemplos de resiliência em face das dificuldades de manter o negócio naquela localização.

de mudanças repentinas. A ausência de políticas que fortaleçam o espaço comercial tradicional e especializado em ruas do Centro é uma característica do planejamento e da gestão urbana, trazendo impasses para as conexões espaciais que conferem notoriedade a uma área central.

Zona de comércio popular

Nesta zona do centro comercial as combinações são menos híbridas¹², destacando-se no conjunto diversificado de gêneros oferecidos em lojas populares novamente o ramo de alimentos, restaurantes, bares, *fast food* e padaria, seguida dos artigos pessoais e das lojas de vestuário, confecção e calçado. A zona avança em direção à SAARA e tem como limite morfológico a Avenida Passos, eixo de intenso tráfego de transporte urbano em direção à Praça Tiradentes. Os logradouros transversais, estreitos e em solução de continuidade desde a Praça Quinze, são resultado de muitas acumulações de tempos e orientam na direção norte os fluxos de transeuntes e consumidores que transitam para comprar na SAARA ou caminham na direção da estação ferroviária Central do Brasil, evitando a aridez da Avenida Presidente Vargas.

Um processo de inércia dinâmica caracteriza esta zona, em contraste com a zona de reestruturação. Os investimentos no espaço público são irrisórios, merecendo destaque a área diante do Gabinete Real Português de Leitura e na lateral do Teatro João Caetano. O Largo de São Francisco com sua carga simbólica materializada nas instituições como a imponente igreja e o prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, confunde a leitura da paisagem com a zona de transição, mantendo uma aparência de desestruturação e decadência, cristalizada nas formas que resistiram apesar do descaso do Estado com os bens públicos. Mesmo sendo circunscrita ao Corredor

¹² Cabe novamente ao ramo de alimentos, restaurantes, bares, *fast food* e padaria a melhor participação nas estatísticas obtidas pela pesquisa em 2012 (17,1%). Mencionamos, ainda, os artigos pessoais (15,7%) seguidos das lojas de vestuário, confecção e calçado (7,8%).

Cultural, as ações são irrelevantes e pouco exitosas. O traçado parcelário irregular limita a legibilidade desta área onde a reutilização do espaço construído implica declínio da paisagem residual e não a resiliência desejada. Os estabelecimentos comerciais revelam a inércia dinâmica da zona.

3. Duas palavras sobre o modo de conceber o espaço central pelo Estado

É sabido que o Estado atua na configuração espacial do comércio varejista, na medida em que produz o espaço urbano (CORRÊA, 2011) mediando os efeitos concretos da globalização em diferentes áreas, gerando simultaneamente especialização e fragmentação socioespacial. O papel do Estado manifesta-se na relação com o capital privado (comerciante) e respectiva forma urbana (dotada de espacialidade). Um leque de ações vincula o Estado (em diferentes níveis do estamento) direta ou indiretamente à produção do espaço comercial. Incentivos fiscais, zoneamento urbano em combinação com dotação de infraestruturas, melhorias no mobiliário urbano e publicidade sobre reabilitação de áreas centrais são exemplos de atuação do Estado. No caso do Rio de Janeiro essa atuação tem sido modesta.

No Centro combinam-se e se contrapõem diversas áreas herdadas e pensadas (intencionalidades) em diferentes períodos. De acordo com Harvey (1994, p.197) “os espaços particulares da cidade são criados por uma miríade de ações, todas elas trazendo a marca da intenção humana”. Vimos acima uma caracterização das zonas varejistas resultantes da evolução urbana. De grande impacto neste processo, a perda da capitalidade, em 1960, impôs a refuncionalização do centro administrativo, com implicações territoriais significativas. A fusão do Estado da Guanabara em 1975, por sua vez, repercutiu no processo de desenvolvimento urbano, redimensionando o campo de atuações políticas, e a perspectiva metropolitana ganha atenção no planejamento urbano. No centro da cidade, o Estado atuou na década de 1980 mediante políticas públicas e projetos urbanos do porte do Corredor

Cultural¹³, no contexto da redemocratização do país, refletindo o ideário preservacionista e regulador que se afirmou posteriormente com o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor. O Corredor Cultural apresenta diferentes facetas e resultou na concepção de áreas de reabilitação dentro do projeto que recobre grande parte do centro histórico do Rio de Janeiro. Valores novos foram conferidos a antigos objetos geográficos (SANTOS, 1994). A Praça Quinze (com as tradicionais feiras de artesanato e de antiguidades) e o corredor Centro Cultural do Banco do Brasil – Arco do Telles (com os serviços de restaurantes em espaço aberto para os frequentadores da *happy hour*) constituem exemplos marcantes do êxito do projeto em seu movimento¹⁴. Hoje novas operações urbanas foram pensadas e efetivadas tendo como base territorial os espaços parcelares definidos pelo Corredor Cultural, como é o caso da Praça Quinze e a derrubada do Viaduto da Perimetral, ampliando-se a praça, que se abre ao mar e se conecta via túnel à zona portuária. Portanto, no Corredor Cultural foram tecidas novas apropriações possibilitadas por novos investimentos e projetos em parcerias na produção do espaço. Mas a gestão de cima para baixo não se coaduna com novas experiências que requerem flexibilidade, de vez que as pessoas estão sensíveis a novas possibilidades. Quanto a isso o chamado Boulevard Olímpico revelou-se uma boa surpresa com a resposta da população, ainda que esteja em foco a ligação do urbanismo com o crescimento da nova economia e da hegemonia do promotor imobiliário na produção do espaço. Agentes antes em oposição agora se articulam, desacreditadas velhas normas de regulação (HALL, 1996).

Convém lembrar que as especializações de áreas funcionais foram traçadas para o centro do Rio de Janeiro desde o Plano Agache, no segundo decênio do século XX. No final do século o Plano Estratégico, de cunho empreen-

¹³ O projeto propõe estabelecer condições de preservação e reabilitação das edificações e de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer.

¹⁴ Neste estudo do comércio varejista nos interessa particularmente mencionar as ações que se efetivaram no coração terciário, devido à necessidade de centrar a atenção na zona pesquisada empiricamente e de tradicional função comercial varejista.

dedorista (HARVEY, 2005), exerceu seu papel na revitalização da área central, o que se observa de forma extremada na zona portuária. Projetos e regeneração encheram os olhos de arquitetos, urbanistas e promotores imobiliários no entorno da área central do Rio de Janeiro. Contextualizado no período que se iniciou na década de 1990, este plano em duas edições repercute as intencionalidades da política urbana (planejamento real) que procura na dimensão ideológico-cultural resgatar heranças de tempos pretéritos na configuração espacial e, contraditoriamente, efetivar processos de renovação urbana, suprimindo formas e conteúdo. Mas isso não parece ter em sua essência qualidades de urbanismo, que acaba secundarizando a participação dos arquitetos mais críticos que ficam de fora das grandes operações com empreiteiras, personificação da cidade dos promotores (HALL, 1996). Neste contexto de transformação (reutilização e refuncionalização) o espaço comercial se insere, com suas implicações na esfera das experiências e da produção capitalista, merecendo atenção mais apurada na direção de políticas que incluam o processo de resiliência (PACHECO, 2012).

De fato, existe um abismo entre o que foram as relações entre governo e comércio urbano e como elas podem ser. Faltam muitas iniciativas no sentido de fomentar a resiliência comercial no Centro. A literatura especializada tem descrito experiências bem-sucedidas em cidades europeias, no sentido de manter e atualizar o comércio varejista tradicional em áreas centrais das cidades (SALGUEIRO, 2011). Elas sugerem metodologias que, medidas as diferenças, podem inspirar nossas investigações sobre a produção do espaço central da cidade.

Reunindo considerações finais e algumas questões a título de posfácio

Por último, propósito mais difícil de alcançar é a compreensão das articulações espaciais entre as zonas comerciais produzidas socialmente, o que sugere a necessidade de incorporação de outras variáveis e impõe o levanta-

mento de questões no final do texto. Em outras palavras, deixar o final em aberto, diante de uma plethora de dúvidas.

Sem ser um ato de contrição reconhecemos, no entanto, que essas considerações finais sugerem o início de outra investigação necessária ao desvendamento e maior compreensão do tema proposto. Portanto, constitui campo aberto para discutir o espaço comercial varejista e o futuro do centro da cidade do Rio de Janeiro. Em termos de estrutura do artigo, funciona como um prefácio de próximas análises capazes de indagar sobre as relações estabelecidas entre Estado e comerciantes, o que foi produzido espacialmente e o que pode ser feito para melhorar a existência do Centro como centro comercial da cidade. Que o Centro como lugar de trabalho absorva a economia submergida, o trabalho precário, mudando a situação de vida de muitos trabalhadores! Essa é a situação que gostaríamos de registrar em nossa sociedade urbana. De momento, verificar a distribuição espacial do comércio varejista e distinguir suas diversas zonas no Centro, assim como assumir a importância relativa da morfologia urbana na integração de áreas, pode ser útil para atualizar o mapeamento e a importância da centralidade de áreas tradicionais, suas infraestruturas e fluxos existentes (PACHECO, 1999a e 1999b). Porém, além de identificar as concentrações espaciais geradas pela atividade comercial e as políticas urbanas operacionalizadas na área central, seria frutífero entender a dinâmica da segmentação/fragmentação, os fatores de mudança e sua relação com o contexto de transformações da sociedade globalizada (SANTOS, 1996 e 2004), o que esboçamos neste artigo. Assim é que, homogeneidade, diferenciação, integração, fragmentação, desintegração funcionam como partes de um mesmo processo de produção do espaço fundamentado no conflito existente entre os valores de troca e valores de uso (SMITH, 1988; JACOBS, 2000; HARVEY, 2005).

Resta lembrar que mais uma vez a abordagem da situação atual nos leva a processos e noções que se contrapõem e complementam dialeticamente para efeitos analíticos. A homogeneidade socioespacial das zonas e a hetero-

geneidade entre elas; as velhas e as novas variáveis; as formas herdadas e as formas pensadas; o contexto do lugar e o contexto externo. Esses elementos se combinam, admitindo a ordem próxima e a ordem distante da globalização. Mas como combinar as diferentes produções do espaço? Como integrar o centro de comércio varejista tornando as partes efetivamente complementares? Como se houvesse um *conduit* conectando-as de fato, iluminando-as com as benesses do período técnico-científico informacional. Estas são perguntas que demandam respostas a serem dadas no tempo presente, abrindo horizonte para um centro da cidade mais representativo das qualidades inerentes à condição urbana.

O comércio é tratado pelo Estado, especialmente no que se refere à concessão de incentivos, benefícios ou favores fiscais relativos ao ICMS, como uma atividade eminentemente econômica. A ideia de que a circulação da mercadoria mediante o comércio, envolvendo a troca (compra e venda) implica consumo e lazer superpostos não é incorporada no planejamento de uma política urbana voltada para o comércio. Isto causa um impacto nos estudos da relação cidade e comércio e na tentativa de qualificar a atividade varejista no âmbito da produção do espaço; em outras palavras, pensar em diversidade e conexão espacial no espaço interno da cidade constitui uma necessidade para diagnosticar a situação atual e propor políticas que envolvam comerciantes e o Estado na restauração da ideia de grandeza inerente a um centro tradicional.

A situação atual demonstra que a integração espacial é ainda pouco satisfatória quando se pretende tornar o centro da cidade do Rio de Janeiro dinâmico e com capacidade de resiliência. As zonas comerciais não têm o mérito de articular o espaço, até porque sua lógica de funcionamento interno não condiz com ações conjuntas no âmbito da política urbana. O uso das diferentes zonas exclui o comércio varejista de algumas e provoca concentração e especialização em outras. O conteúdo específico favorece a fragmentação socioespacial e a desintegração do Centro em termos de simultaneidade de usos em tempo real. Insegurança e vazios urbanos constituem um corolário

que afasta consumidores da área central. Neste tocante, cruzar o centro da cidade de uma zona a outra, implica em encontrar o inesperado no caminho, após o encerramento do horário dos estabelecimentos comerciais. A vida se intimida nas tardes de sábado e nos dias de semana, depois dos horários habituais das jornadas de trabalho. O espaço se desarticula e as iniciativas culturais e o fomento a atividades de lazer não são capazes de produzir o efeito desejado de preencher de vida urbana os vazios intersticiais. Esta problemática por si só merece novos esforços no sentido de compreender o centro varejista da cidade, sua dimensão espaço-temporal, pensar nos conteúdos como materializações dos processos sociais e propor ações capazes de restaurar e reorientar a histórica centralidade urbana.

Como este trabalho procurou mostrar, a incidência da globalização revela processos de integração com padrões genéricos, ademais de desintegração espacial e reintegração da vida urbana cotidiana. Esses processos são de grande interesse a este estudo do Centro da cidade, pois correspondem à triple condição do centro (varejista) do Rio.

O centro precisa reconciliar a totalidade constituída de imaginação geográfica e símbolos, tanto quanto as materialidades concernentes à situação urbana atual. Sem isso tampouco há integração interna que garanta resistência às relações de pura perversidade próprias do neocolonialismo econômico da globalização. Como vamos fazer valer o desejo de equilíbrio e cerzir o espaço? Sem renunciar às relações horizontalizadas pelo caráter de vizinhança. Sem que este espaço seja proscrito pela rigidez da nova economia, produtora de relações socioespaciais assimétricas e causadora de coexistência de desigualdades que se acirram tanto na escala intrazonas como interzonas, por conta da truculência de agentes externos e agentes internos, contrapondo força e fragilidade.

O Centro apresentou historicamente grandeza e pujança, mas também se submeteu a constrições e forças desintegradoras a partir do caráter dispersivo dos usos do solo. Hoje a quase pujança custa caro: investimentos na

reintegração de áreas de uso terciário e políticas de organização do comércio. A motivação por processos de reintegração nos leva a perguntar: quando vamos ter um domingo ou uma noite no Centro, depois da ida ao museu, e sentir o bem-estar na rua ao olhar a beleza das vitrines atualizadas ou uma fachada preservada, sentindo-nos partícipes? Como superar a linguagem impressionista do espaço fracionado e estar ora aqui ora ali, resgatando a sensação perdida da continuidade?

Por fim, neste trabalho foram destacadas oposições (integração-desintegração) e o que as supera como possibilidade de transformação e reconciliação do espaço urbano, integrado pelo cotidiano (reintegração). Por suposto, de que vale saber que a cidade sempre teve vínculos com o mundo, pois se os vínculos com ela mesma se tornaram frágeis, indigentes de horizontalidades? Portanto, a possibilidade de inserção diferenciada no mundo, via seus predicados de lugar mundano, requer o reconhecimento da integridade de si mesma para que a relação simétrica e equilibrada seja fortalecida e não apenas se reduza a uma promessa de grandeza; sem trair a si mesma, e indo ao enalço de suas contradições internas no espaço relacional. Inevitável nos parece que as portas da cidade têm que estar abertas a todos porque somos semelhantes e devemos compartilhar o espaço interno, evitando as luzes e sombras da injusta e inconcebível cidade informacional, prenhe de espaços criativos, de consumo e de exclusão, prenúncio de desintegração socioespacial trazida pelo vento que sopra da baía de Guanabara, lá pros lados da zona portuária.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ Zahar Ed., 1987.

BARROS, Paulo Cezar de. *Espaço e tempo no centro do Rio de Janeiro: a cidadela empresarial de Santo Antônio em suas múltiplas espacialidades*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016. 224 f.

BENACH, Nuria. Perspectivas culturais para o estudo da cidade. In: Carreras, Carles e Carlos, Ana Fani Alessandri (Orgs.) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005, p.70-80.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BERRY, Brian. *Geography of market centers and retail distribution*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967.

CACHINHO, Herculano. *O comércio retalhista português*. Lisboa: GEPE, 2002.

CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processo, escala e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-51.

DUARTE, Aluizio Capdeville et al. *A área central da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

HALL, Peter. *Cidades del mañana*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MURPHY, Raymond et al. Internal structure of the CBD. *Economic Geography*, 31 (1), 1955.

PACHECO, Susana Mara Miranda. O comércio e sua dinâmica no centro do Rio de Janeiro. *Boletim GETER*, ano II, n.2, março de 1999a, p.1-3.

_____. Contrapontos da reestruturação urbana no centro do Rio de Janeiro. *Boletim GETER*, ano II, n.3, novembro de 1999b, p. 1-3.

_____. Resiliência urbana e comercial em áreas centrais. *GeoUerj*, Rio de Janeiro, vol.2, n.23, p. 437-458, 2012.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Do comércio à distribuição. Roteiro de uma mudança*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

____. *Retail planning for the resilient city: consumption and urban regeneration*. Lisboa: CEG/UL, 2011.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994.

____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. *O espaço dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOJA, Edward. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha. Koiffmann. et al. (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/CCMN, 1983, p. 22-74.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Normas Editoriais

- O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.
- Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.
- O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.
- Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
- Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.
- As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.
- As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.
- Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.
- Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).
- Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.
- As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

- Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.
- A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.
- Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.
- Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.
- Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.
- São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.
- Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

